

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

JULYANA NEIVERTH

**CONJUNTURA E ACONTECIMENTO: UMA ANÁLISE DO 29 DE ABRIL DE 2015 A
PARTIR DOS JORNAIS “FOLHA DE LONDRINA” E “GAZETA DO POVO”**

PONTA GROSSA

2019

JULYANA NEIVERTH

**CONJUNTURA E ACONTECIMENTO: UMA ANÁLISE DO 29 DE ABRIL DE 2015 A
PARTIR DOS JORNAIS “FOLHA DE LONDRINA” E “GAZETA DO POVO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR (UEPG), na linha de Estado, Direito e Políticas Públicas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr^o Murilo Duarte Costa Corrêa.

PONTA GROSSA

2019

N417 Neiverth, Julyana
 Conjuntura e Acontecimento: Uma análise do 29
 de abril de 2015 a partir dos jornais "Folha de
 Londrina" e "Gazeta do Povo". Ponta Grossa, 2019.
 329 f.

 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais
 Aplicadas - Área de Concentração: Estado, Direito
 e Políticas Públicas), Universidade Estadual de
 Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Murilo Duarte da Costa
 Corrêa

 1. Análise de conjuntura. 2. Pós-estruturalis-
 mo. 3. Movimento grevista. 4. 29 de abril de 2015.
 I. Corrêa, Murilo Duarte da Costa. II. Universida-
 de Estadual de Ponta Grossa - Mestrado em Ciências
 Sociais. III. T.

CDD: 301.4

TERMO DE APROVAÇÃO

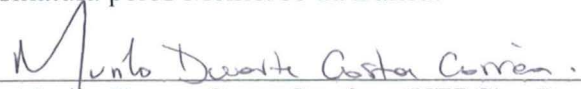
Julyana Neiverth

Conjuntura e Acontecimento: uma análise do 29 de abril de 2015 a partir dos jornais “Folha de Londrina” e “Gazeta do Povo

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 21 de março de 2019.

Assinatura pelos Membros da Banca:


Dr. Murilo Duarte Costa Corrêa - (UEPG) – Presidente


Dra. Esther Solano Gallego – (UNIFESP)


Dra. Silmara Carneiro e Silva – (UEPG)

Dr. Eladio Constantino Pablo Craia – (PUC) – Suplente Externo

Dra. Augusta Pelinski Raiher – (UEPG) – Suplente Interno

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre comigo em todos os momentos.

Certa vez, Gilles Deleuze, em uma carta endereçada a Michel Foucault, no final do ano de 1970, se definiu como “alguém cheio de uns bons 'trequinhos', mas comprometido por muitos pedaços ainda escolares demais (talvez isso tenha fim com a esquizofrenia, mas não estou certo)” (2015, p. 68)¹; acredito que a definição se aplica, também, ao professor Murilo. Agradeço, imensamente, por me apresentar tantos “bons trequinhos” teóricos, metodológicos e profissionais. Agradeço por seu comprometimento com minha pesquisa, pelas orientações e pela paciência. Agradeço, ainda, por me incentivar e acreditar em meu potencial. Agradeço por me ajudar a realizar o sonho de realizar um mestrado e por todo o crescimento que vivenciei nesta trajetória.

Agradeço à minha família, por tudo. No entanto, especificamente ao meu pai pelo apoio e auxílio que me permitiram estudar por mais dois anos; à minha mãe, pelo apoio e por estar sempre segurando as pontas nos momentos em que duvidei de mim mesma, ou em que não achei que fosse possível; ao meu irmão, pelo apoio, pelo reconhecimento e por me fazer rir quando eu mais precisei, me lembrando de levar a vida com leveza; à minha avó, pelo apoio constante, por ser responsável pelo meu marketing profissional para os vizinhos e amigos, por participar da minha vida como uma segunda mãe.

Agradeço aos amigos, por me apoiarem, por compartilharem suas experiências, por me fazerem sair de casa, por comemorarem comigo as pequenas conquistas e por estarem comigo nos momentos difíceis e por todas as conversas.

Agradeço a Michele Machado, por me ajudar inúmeras vezes e pela amizade; também a todo o corpo docente que integra o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, que me permitiu a oportunidade de cursar o Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Em especial, gostaria de agradecer aos professores Nei Alberto Salles Filho, Édina Schimanski, Augusta Pelinski Raiher, Silmara Carneiro e Silva, Jussara Ayres Bourguignon, Alfredo Cesar Antunes, Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Lúcia Cortes da Costa e Lenir Aparecida Mainardes da Silva, pelas excelentes aulas, pelo suporte, pelas considerações e, principalmente, pela amizade.

¹ *Lettres et autres textes*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2015.

*Não era mais o mesmo
Mas estava em seu lugar
Sempre estar lá
E ver ele voltar
O tolo teme a noite
Como a noite
Vai temer o fogo
Vou chorar sem medo
Vou lembrar do tempo
De onde eu via o mundo azul
A trajetória
Escapa o risco nu*

- NENHUM DE NÓS, Astronauta de Mármore

RESUMO

O método da análise de conjuntura é composto tradicionalmente por ferramentas de análise que possibilitam, segundo sua teoria, olhar criticamente para uma dada realidade e identificar o ‘acontecimento’, o “cenário”, os “atores”, a “correlação de forças” e a “articulação entre conjuntura e estrutura”. Esta dissertação tem por objetivo problematizar a noção de “acontecimento”, desenvolvida por Herbert de Souza na aplicação da metodologia de pesquisa da análise de conjuntura. A problematização consiste em descobrir “se” e “em quais termos” o acontecimento pode ser estudado segundo o método da análise de conjuntura tradicional, buscando-se demonstrar sua complexidade como uma categoria pensada em termos sociais. A pesquisa tem caráter exploratório e documental, sendo sua base empírica composta do material jornalístico dos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina, entre os meses de fevereiro a setembro de 2015, sobre o movimento grevista que culminou na ocorrência do dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico de Curitiba, Paraná. Estipulamos como objetivos específicos: a coleta do material jornalístico para embasar de forma técnica a narrativa do movimento grevista de 2015, com a catalogação dessas informações e a interpretação crítica desse material que levaram à elaboração de apêndices e anexos com base nos dados coletados; a realização de uma análise conjuntural, identificando as relações entre as condições sociais, políticas e econômicas que contribuíram para a ocorrência do acontecimento do dia 29 de abril de 2015; e pontuar/tencionar elementos teóricos do estruturalismo e do pós-estruturalismo, tendo como referenciais teóricos principais Karl Marx, Louis Althusser, Gilles Deleuze e Félix Guattari, com a finalidade de identificar eventuais limitações e lacunas, bem como meio para favorecer complementação recíprocas.

Palavras-chave: Análise de Conjuntura. Pós-estruturalismo. Acontecimento. Movimento grevista. 29 de abril de 2015.

ABSTRACT

The method of analysis of conjuncture is traditionally composed of analysis tools that, according to its theory, make it possible to look critically at a given reality and to identify the 'event', the “scenario”, the “actors”, the “correlation of forces” and the “articulation between conjuncture and structure”. This dissertation aims to problematize the notion of “event”, developed by Herbert de Souza in the application of the research methodology of the conjuncture analysis. The problematization consists of discovering “if” and “in what terms” the event can be studied according to the method of the traditional conjuncture analysis, trying to demonstrate its complexity as a category thought in social terms. The research has an exploratory and documentary nature, and its empirical basis is composed of the journalistic material of the newspapers *Gazeta do Povo* and *Folha de Londrina*, between February and September 2015, on the strike movement that culminated in the occurrence of the event of April 29, 2015, in the Civic Center of Curitiba, Paraná. We have as specific objectives: the collection of journalistic material to provide a technical basis for the narrative of the strike movement of 2015, with the cataloging of this information and the critical interpretation of this material that led to the preparation of appendices and annexes based on the data collected; the accomplishment of a conjunctural analysis, identifying the relations between the social, political and economic conditions that contributed to the occurrence of the event of April 29, 2015; and to point out/intend theoretical elements of structuralism and post-structuralism, with the main theoretical references Karl Marx, Louis Althusser, Gilles Deleuze and Félix Guattari, in order to identify possible limitations and gaps, as well as the means to favor reciprocal complementarity.

Keywords: Conjuncture Analysis. Post-structuralism. Event. Striking movement. April 29, 2015.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	16
1.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	18
1.2 Método da análise de conjuntura e fontes utilizadas.....	20
1.3 Da análise e categorização das notícias nos jornais selecionados.....	25
1.4 A escolha do ensaio como forma de expressão.....	27
1.5 Material complementar anexo.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
2 ANÁLISE DE CONJUNTURA E SUA RELAÇÃO COM O ACONTECIMENTO....	34
2.1 O que é e o que tem sido fazer análise de conjuntura.....	34
2.2 O acontecimento na análise de conjuntura tradicional.....	42
2.3 O aporte pós-estrutural.....	45
2.4 Ferramentas para o desenvolvimento de uma análise de conjuntura pós- estrutural.....	48
REFERÊNCIAS.....	55
3 AGENCIAMENTO DE PERCEPÇÃO OU FENÔMENO DE VIDÊNCIA	58
3.1 Contextualização do movimento grevista de 2015.....	59
3.1.1 O “pacotaço” como reflexo de políticas neoliberais	64
3.1.2 A percepção social da votação do “pacotaço” em regime de urgência	68
3.2 29 de abril de 2015: o acontecimento.....	72
REFERÊNCIAS.....	84
4 AGENCIAMENTO DE RECONVERSÃO	87
4.1 Os atores na cena do movimento grevista de 2015.....	88
4.2 Agenciamentos estratégicos de poder e subjetividades.....	97
REFERÊNCIAS.....	107
5 AGENCIAMENTO COLETIVO DE DESEJO	109
5.1 Correlação de forças e fatores exógenos na análise de conjuntura tradicional.....	110
5.1.1 A correlação de forças	110
5.1.2 Fatores exógenos	120
5.2 Agenciamentos de poder, agenciamentos de desejo.....	129
5.3 Da análise de conjuntura tradicional à pós-estrutural.....	134

REFERÊNCIAS.....	139
6 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO COLETIVA	142
6.1 A articulação entre conjuntura e estrutura na análise de conjuntura tradicional.....	143
6.2 O conceito de classe: do marxismo à multidão.....	149
6.3 Processos de subjetivação e sua relação com o acontecimento.....	155
REFERÊNCIAS.....	161
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
7.1 Síntese dos resultados obtidos com a análise de conjuntura tradicional: para problematizar as categorias.....	165
7.2 Lacunas e avanços: síntese dos resultados obtidos com a análise de conjuntura pós-estrutural.....	172
REFERÊNCIAS.....	181
8 FONTES JORNALÍSTICAS FOLHA DE LONDRINA	184
9 FONTES JORNALÍSTICAS GAZETA DO POVO	225
APÊNDICES	263
ANEXOS	302

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação surgiu quando a noção de “acontecimento” foi problematizada durante a aplicação do método da análise de conjuntura tradicional, sistematizado por Herbert de Souza (1985). O método é composto de ferramentas que visam a identificar o “acontecimento”, o “cenário”, os “atores”, a “correlação de forças”, e a “articulação entre conjuntura e estrutura”. A proposta nascida dessa problematização consiste em demonstrar a complexidade de um “acontecimento” na condição de categoria pensável em termos sociais, e visa a descobrir se, e em quais termos, ele pode servir como ferramenta no campo da análise de conjuntura tradicional. A base empírica para realização da pesquisa é o material jornalístico sobre o movimento grevista que culminou na ocorrência do dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico de Curitiba, Paraná.

Para realização desta tarefa, estipularam-se objetivos específicos como: a coleta do material jornalístico para embasar de forma técnica a narrativa do movimento grevista de 2015, com a catalogação dessas informações e a interpretação crítica desse material que levaram à elaboração de apêndices e anexos com base nos dados coletados; a realização de uma análise conjuntural, identificando as relações entre as condições sociais, políticas e econômicas que contribuíram para a ocorrência do acontecimento do dia 29 de abril de 2015; e pontuar/tensionar elementos teóricos do estruturalismo e do pós-estruturalismo, tendo como referenciais teóricos principais Karl Marx, Louis Althusser, Gilles Deleuze e Félix Guattari, com a finalidade de identificar eventuais limitações e lacunas, bem como meio para favorecer complementação recíproca.

O acontecimento, segundo a análise de conjuntura tradicional, é o resultado de uma correlação de forças histórico-causais pré-determinadas. A faísca crítica que motivou um estudo exploratório sobre a noção de “acontecimento” foi o pensamento pós-estrutural de Gilles Deleuze e Félix Guattari, do qual se pode deduzir o acontecimento como uma categoria do social, uma abertura de possíveis, um conjunto de linhas de fuga. A diferença de perspectiva não é meramente descritiva e se embasa nas vertentes teóricas estruturalistas, as quais embasam o pensamento marxista que inspira a análise de conjuntura tradicional.

O estruturalismo, segundo Deleuze (2006), substituiu a noção de essência, de idealizações hegelianas, pela noção de sentido, de modo que toda estrutura é determinada *por* e *para* alguma coisa. A contribuição estruturalista, segundo Deleuze, à visão de mundo hegeliana consistiria em dizer que além do nível real (concreto) e do nível ideal (abstrato),

haveria o nível simbólico que é determinante do real e expressado por ele. O nível simbólico consiste em perceber *o que* determina essa estrutura e *para quê*, cuja resposta, a partir da concepção marxista e de seus colaboradores, seria o modo de produção capitalista (DELEUZE, 1972).

Por essa razão, fala-se no princípio transcendental (DELEUZE, 1972), isto é, os elementos são remetidos à sua posição na estrutura, são sobredeterminados de sentido, possuem um sentido de posição, isso significa que o lugar que o elemento ocupa na estrutura é que determina sua natureza. Determinações como “trabalho”, “estudo”, “serviço público”, “maternidade”, “paternidade”, qualificam e organizam as pessoas em “trabalhadores”, “estudantes”, “servidores”, “mães”, “pais”. À luz do princípio transcendental, tudo se constitui de uma base, de um fundamento, e esse fundamento é que seleciona as pretensões, distribui o direito e confere legitimidade às reivindicações (LAPOUJADE, 2015); para a concepção marxista e seus adeptos, o modo de produção capitalista é o fundamento determinante de nossa sociedade.

Quando pensamos em um viés estruturalista, todas as suas sobredeterminações de sentido se configuram em agenciamentos de poder. Estes são agenciados por algo e possuem uma finalidade específica, a qual muitas vezes, na análise de conjuntura tradicional, gira em torno do modo de produção capitalista. Nós acreditamos que a análise de conjuntura tradicional se encontra limitada a uma análise desses agenciamentos de poder, e propomos ampliar o horizonte de análise para considerar a realidade como um plano de imanência, composto de elementos atuais e virtuais, de indivíduos que são segmentarizados a todos os instantes e de várias formas (DELEUZE, 1996).

Assim, quando se pensa o “acontecimento” como resultado de um embate de forças históricas e causais, se está sobredeterminando esse acontecimento a partir da lógica de sentido marxista. No entanto, nesta dissertação buscamos demonstrar em que medida um “acontecimento” é mais complexo do que isso, porque se configura como um momento de ruptura, de relações desalinhadas. Dizemos que a vertente teórica sobre a qual se pensa um “acontecimento” como categoria do social é pós-estruturalista, porque o pós-estruturalismo é um processo de pensamento que critica justamente o excesso de sentido que se atribui à estrutura (WILLIAMS, 2013).

Por “agenciamento”, tratamos de uma associação de linhas de força que produz o real (plano de imanência) (DELEUZE, 1996). E o poder pode ser “agenciado”, quando o interpretamos como algo que se exerce em rede, que só existe em ação (FOUCAULT, 2016). Agenciamentos de poder são os centros de poder que ressoam para dispersões virtuais, com

potência para traduzir, sobrecodificar, reterritorializar e deter fluxos, formando um campo de possíveis (virtualidades) em segmentos molares (atuais), geralmente pela forma de binarismos ou contradições (DELEUZE, 1996a). Um agenciamento de poder visa a sobrecodificar, ordenar, organizar, segmentar, binarizar, os fluxos e segmentos que perpassam pelo indivíduo e pela sociedade.

Não estamos falando em um novo método de pesquisa que substitua a análise de conjuntura tradicional ou suas ferramentas. Inicialmente, propomos a realização de uma análise de conjuntura tradicional considerando o “acontecimento” como um evento complexo, que envolve singularidades, agenciamentos, axiomáticas que a estrutura não comporta. E, com isso, investigamos, a partir de nosso pano de fundo empírico, se existem lacunas metodológicas de análise, e se é possível verificar algum ganho analítico da aplicação conjunta e complementar de ferramentas deleuzianas.

Como estamos problematizando um método de pesquisa, ou seja, tratando de uma discussão teórico-metodológica, é problemático e paradoxal utilizar-se do mesmo método *à risca* ao qual se tecem considerações quanto à necessidade de sua complementação. Por essa razão, o trabalho, embora apresente uma análise de conjuntura, não será organizado nos moldes tradicionais, com um capítulo referente a cada ferramenta proposta por Herbert de Souza. A dissertação segue a forma de exposição teórica ensaística, que combina o entusiasmo do espírito com a autonomia da forma escrita, permitindo preconizar o conteúdo em detrimento de sua forma de exposição (ADORNO, 2003). Apresentamos, desta forma, sete ensaios, que compreendem tanto um capítulo metodológico quanto um capítulo de síntese de resultados, à guisa de considerações finais.

O primeiro ensaio apresenta uma sistematização de todas as escolhas e cuidados metodológicos dispensados para a realização da dissertação. A pesquisa tem caráter exploratório, de cunho bibliográfico e documental. No que se refere à parte documental, para compor a parte empírica do estudo, foram selecionadas aproximadamente 773 (setecentas e setenta e três) notícias, oriundas do Jornal Gazeta do Povo e do Jornal Folha de Londrina. O material jornalístico teve sua utilização justificada enquanto fonte histórica, discutido criticamente enquanto monumento, isto é, em como produto de uma complexa relação de forças, como imagem que uma formação social traz de si mesma (LE GOFF, 1996).

No segundo ensaio tecemos considerações sobre o que tem sido realizar análises conjunturais e como suas ferramentas são interpretadas e aplicadas. Conforme demonstraremos, existe uma carência teórica a respeito do método decorrente tanto do dissenso diante pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas como da ausência de esforços abrangentes e

sistemáticos de teorização do referido método (CRUZ, 2000). Utilizamos como marco teórico principal Herbert de Souza, sem prejuízo de outros materiais que versam sobre a análise de conjuntura, como a cartilha elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e de um curso específico sobre análises conjunturais, feito pelo Centro de *Documentación e Información Bolívia* (CEDIB).

Do terceiro ao sexto ensaio, sob inspiração do texto “Maio de 68 não ocorreu”, apresentamos a articulação de ferramentas teóricas, com base em Gilles Deleuze e Félix Guattari, que permitissem discussões no nível da virtualidade, as quais consistem em: a) agenciamento de percepção; b) agenciamento de reconversão; c) agenciamento coletivo de desejo; e d) processos de subjetivação coletiva.

No terceiro ensaio, tratamos dos agenciamentos de percepção ou fenômenos de vidência. Nesse ensaio apresentamos uma contextualização do movimento grevista de 2015, o “cenário”, e a caracterização do “acontecimento” para a análise de conjuntura tradicional. Na sequência, verificamos se existe uma lacuna metodológica e propomos uma forma de complementação que considera a mudança na afecção social coletiva que envolve o contexto empírico.

O quarto ensaio discute os agenciamentos de reconversão, que expressam a forma como os agenciamentos de percepção impactam os corpos, seus discursos e signos, como as subjetividades se organizam em função dos afetos sociais. Analisamos, concomitantemente nesse ensaio, quem foram os atores que participaram no decorrer do movimento grevista de 2015, e se existiria alguma lacuna da aplicação deste conceito metodológico.

O quinto ensaio analisa os agenciamentos coletivos de desejo, buscamos indicar os elementos que compõem o fundo coletivo, libidinal, social e político do movimento grevista de 2015. Para isso, analisamos as ferramentas da “correlação de forças” e de “fatores exógenos”, segundo os princípios da análise de conjuntura tradicional. A ideia é compreender, através da aplicação da ferramenta de agenciamentos coletivos de desejo como se dão as relações entre os elementos do movimento grevista de 2015, enquanto expressões do desejo e de seus mecanismos maquínicos.

O sexto ensaio explora os processos de subjetivação coletiva, onde verificamos como as subjetividades variam e se constituem a partir das lutas políticas. Verificamos como a prática política pode produzir processos de dessubjetivação e processos de subjetivação, na medida em que se constituem novas subjetividades a partir de um acontecimento. Nesse ensaio, por meio da ferramenta da “articulação entre estrutura e conjuntura”, da análise de conjuntura tradicional, buscamos fazer uma análise micropolítica e segmentar dos processos de

subjetivação que envolveram o movimento grevista de 2015. Com isso, acreditamos que será possível verificar qual é o ganho que a categoria analítica do processo de subjetivação promove em relação ao conceito de “classe”, por exemplo.

E, por fim, o sétimo ensaio apresenta a articulação de todas as ferramentas metodológicas desenvolvidas em formato de considerações finais. Aqui, tentamos sistematizar, de forma resumida, as conclusões a que se chega por meio da realização de uma análise de conjuntura tradicional. Apresentamos as eventuais lacunas que venham a surgir diante da demonstração empírica no movimento grevista de 2015. As lacunas são caracterizadas como as questões que o método analítico não abrange e não é possível aprofundar teoricamente.

Com isso, demonstramos de que maneira a vertente pós-estrutural, representada aqui, principalmente, por Gilles Deleuze e Félix Guattari, pode contribuir na complementação destas lacunas e qual é o ganho analítico de sua aplicação para o método da análise de conjuntura tradicional. Advertimos, no entanto, que este trabalho possui um cunho crítico-filosófico de uma metodologia de pesquisa, e não segue parâmetros de sistematização usuais.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Esta dissertação propõe uma discussão teórico-metodológica sobre a análise de conjuntura e tem como centro de questionamento a noção de “acontecimento”. Problematisa-se a categoria do “acontecimento” tal como ela se manifesta na análise de conjuntura, e busca-se desenvolver as repercussões teórico-críticas dessa problematização.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa consiste em demonstrar e entender a complexidade de um acontecimento como categoria do social, adotando como campo concreto de provas o ocorrido no dia 29 de abril de 2015, na cidade de Curitiba, que ficou conhecido como o “Massacre”, “a Batalha do Centro Cívico”. Esse evento se caracterizou por uma repressão violenta a uma greve de professores e servidores no Estado do Paraná, com pouco mais de duas horas de duração, deixando 213 pessoas feridas, em meio a um movimento grevista que durou aproximadamente oito meses.

Nessa data, ocorria um protesto de professores e servidores públicos em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) contra a votação do projeto de lei elaborado pelo governador Beto Richa. O projeto de lei estadual sob nº 252/2015, apelidado de “pacotaço”, previa, além de outras medidas, mudanças no regime da Parana Previdência, que afetariam diretamente o período de liquidez do fundo previdenciário do funcionalismo do Estado do Paraná.

Toda pesquisa possui um momento de problematização, que consiste na delimitação do problema de pesquisa, com a propositura criativa por parte do pesquisador de uma possível ordem na relação entre os fatos (KOCHE, 2011). Isto é, a partir da definição de um objeto de pesquisa, traçam-se percursos metodológico e teórico que possibilitem, de maneira lógica, alcançar o objetivo geral de constatação.

Especificamente, temos como objetivos para o desenvolvimento da pesquisa: a) a coleta de material jornalístico como forma de embasar uma narrativa técnica dos fatos que envolvem o acontecimento da data de 29 de abril de 2015; b) realização de uma análise conjuntural, identificando as relações entre as condições sociais, políticas e econômicas que contribuíram para a ocorrência do acontecimento do dia 29 de abril de 2015; e c) pontuar/tensionar elementos teóricos do estruturalismo e do pós-estruturalismo, tendo como referenciais teóricos principais Karl Marx, Louis Althusser, Gilles Deleuze e Felix Guattari, com a finalidade de identificar eventuais limitações e lacunas, bem como meio de complementação recíprocas.

A partir da realização do “estado da arte”, de caráter bibliográfico, verificaram-se quais são os aspectos e as dimensões do objeto de pesquisa destacados no mundo acadêmico, bem como quais são as formas e em quais condições têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002).

Assim, em consulta ao banco de teses e dissertação da UEPG², da CAPES³ e do Portal Domínio Público⁴, não consta nenhuma pesquisa que trate especificamente do acontecimento ocorrido no dia 29 de abril de 2015, o que o torna especial para sua utilização como pano de fundo de nossa discussão teórico-metodológica. Afinal, através do presente trabalho será possível remontar a trajetória fática – considerando as limitações do material jornalístico utilizado - usando os fatos ocorridos como suporte empírico para o objeto de pesquisa desta dissertação.

Com relação à discussão teórico-metodológica da noção conjuntural de “acontecimento”, também foram consultados o banco de teses e dissertações da UEPG⁵, da CAPES⁶ e do Portal Domínio Público⁷. Embora haja resultados que tratam de “acontecimentos”

² Em consulta ao banco de teses e dissertações da UEPG, tomando como base o filtro do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, tanto em grau de mestrado e doutorado, até 2017, não foi encontrada no sistema de pesquisa nenhuma tese que trate ou possua em seu título os termos “greve” ou “29 de abril”, o que acaba por demonstrar a originalidade e necessidade do presente estudo.

³ Em consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando a ferramenta de busca geral com o termo “29 de abril de 2015” foram obtidos 955.554 resultados, os quais a partir do enfoque na grande área de conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas reduziram-se à 91.042. O segundo filtro foi aplicado em relação ao ano de publicação da tese/dissertação. Como o fato objeto deste projeto ocorreu em abril de 2015, só são relevantes teses que tenham sido publicadas no ano de 2015 em diante. Porém, após esse segundo filtro, não houve nenhum resultado de tese/dissertação encontrado.

Em consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando a ferramenta de busca geral com o termo “greve” foram obtidos 543 resultados, os quais a partir do enfoque na grande área de conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas reduziram-se a 156. Em sendo o enfoque da pesquisa o evento datado de 29 de abril de 2015, ou seja, um fato atual, limitou-se às teses e dissertações contidas entre os anos de 2014 e 2016 (nos anos de 2012, 2013 e 2015 não havia nenhuma tese que fizesse referência à palavra-chave “greve”). Reduziram-se 39 trabalhos, entre os quais a partir de uma análise de seus resumos em comparação com o objeto dessa pesquisa, restaram apenas 03.

⁴ Em pesquisa junto ao banco de teses e dissertação do portal DOMÍNIO PÚBLICO, utilizando o filtro da área de conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas, em níveis de mestrado e doutorado, usando como palavras-chave “29 de abril de 2015” e posteriormente “greve”, nenhum resultado foi encontrado.

⁵ Um exame no banco de teses e dissertações da UEPG, tanto em grau de mestrado e doutorado, até 2017, permitiu encontrar no sistema de pesquisa apenas uma dissertação que possua em seu título o termo “acontecimento”, porém, trata-se de um trabalho da área do jornalismo especificamente sobre o ‘acontecimento morte no jornalismo impresso de Ponta Grossa’.

⁶ Junto ao banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando a ferramenta de busca geral com o termo “acontecimento” foram obtidos 2.787 resultados, dos quais a partir do enfoque na grande área de conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas reduziram-se à 249. A partir da leitura dos resumos dos presentes trabalhos, não foi encontrado nenhum com proposta semelhante.

⁷ No que se refere ao banco de teses e dissertações do portal DOMÍNIO PÚBLICO, utilizando o filtro da área de conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas, em níveis de mestrado e doutorado, usando como palavra-chave “acontecimento”, nenhum resultado foi encontrado.

(principalmente no âmbito da repercussão e desenvolvimento jornalísticos), não há registros de sua problematização como categoria de análise conjuntural. As informações do estado da arte demonstram, além da pertinência teórica advinda da elaboração de uma pesquisa exploratória, a relativa originalidade da proposta trabalhada.

1.1 Percurso metodológico da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória, que se utiliza de fontes documentais e bibliográficas. Uma pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com um determinado problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002), ou seja, “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

Dessa forma, a pesquisa exploratória enquadra-se perfeitamente no escopo desta dissertação. Apenas a partir da aplicação empírica dos pontos teóricos-metodológicos com relação ao acontecimento e à análise de conjuntura, é que será possível maior familiarização e demonstração dos eventuais problemas que circundam essas categorias.

O planejamento desta pesquisa exploratória foi dado com base no levantamento bibliográfico e na análise documental referentes ao dia 29 de abril de 2015, que caracteriza o pano de fundo do estudo.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, elencando-se como fontes bibliográficas livros (de leitura corrente ou de referência), publicações periódicas (jornais e revistas) e de impressos diversos (GIL, 2002). O referencial teórico adotado para o estudo e realização da análise conjuntural foi, entre outros, o de Herbert José de Souza, Karl Marx, Louis Althusser e Marta Harnecker. O referencial teórico adotado para realização de uma análise de conjuntura pós-estrutural, pontuando as eventuais lacunas do método e a importância de complementação embasou-se, entre outros, nas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

A pesquisa documental, embora se assemelhe muito à pesquisa bibliográfica, diferencia-se dela quanto à natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental se utiliza de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico,

ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, como é o caso dos jornais e da legislação, objetos de análise no trabalho (GIL, 2002).

A natureza das notícias fornecidas pelos jornais impressos e sua contextualização fazem delas fontes ricas e estáveis de dados, possibilitando uma pesquisa de natureza histórica (GIL, 2002). Todavia, como em todos os tipos de pesquisas, há limitações. Os jornais nem sempre possuem posicionamentos objetivos e necessitam de um olhar crítico sobre seu conteúdo (GIL, 2002). A fim de evitar a contaminação da pesquisa, tomaram-se alguns cuidados no momento da seleção do material e sua análise a partir de dois critérios.

O primeiro foi que, com vistas à obtenção de um relato histórico mais preciso para reconstrução do acontecimento e realização da análise conjuntural do 29 de abril de 2015, utilizaram-se dois jornais distintos, com editorias (organizações internas) diferentes, e de locais diversos, permitindo, assim, a contraposição dos fatos narrados nas notícias.

As linhas editoriais dispõem a opinião do jornal sobre determinado assunto e não possuem compromisso com neutralidade ou imparcialidade, trazem a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo, indicando seus valores (PENA, 2005). Por esta razão, visando maior objetividade no presente trabalho, foram desprezados os artigos de colunas opinativas ou publicados por editoriais.

O segundo foi estabelecer um critério objetivo para escolha desses jornais. Optou-se por selecionar os jornais que possuíssem a maior média de circulação no Estado do Paraná entre os anos de 2014/2015. Utilizaram-se os dados fornecidos pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). Os jornais “A Gazeta do Povo” e a “Folha de Londrina” foram classificados, no Estado do Paraná, como os maiores jornais de circulação paga.

Segundo a ANJ, o jornal “A Gazeta do Povo”, no ano de 2014, ocupou a 27ª posição no ranking de maiores jornais do Brasil, com uma média de circulação que incluía a mídia impressa e digital em torno de 40.525 pessoas, com uma variação de -2,40% entre os anos de 2013/2014. No ano de 2015, ocupando a 22ª posição no ranking da mídia impressa, tendo como média de circulação em torno de 36.341 pessoas, e ocupando a 16ª posição no ranking de mídia digital, tendo como média de circulação em torno de 4.938 pessoas. Quanto ao ano de 2015, não foram disponibilizados índices de variação. O grupo FTPI, cuja sigla não possui tradução e pode ser considerada como marca do grupo de especialistas em mídia regional, negócios em mídia, elencou o jornal “A Gazeta do Povo” como líder de circulação no Paraná, atingindo o público-alvo de 49% dos leitores curitibanos.

Por sua vez, segundo a ANJ, o jornal “Folha de Londrina”, no ano de 2014, ocupou a 35ª posição no ranking de maiores jornais do Brasil, com uma média de circulação que incluía

a mídia impressa e digital em torno de 28.256 pessoas, com uma variação de -8,31% entre os anos de 2013/2014. No ano de 2015 ocupou a 30ª posição no ranking de maiores jornais do Brasil, com uma média de circulação de mídia impressa em torno de 26.297 pessoas, e ocupou a 24ª posição na mídia digital, com média de circulação em torno de 1.253 pessoas. Da mesma forma que o primeiro jornal, quanto ao ano de 2015 não foram disponibilizados índices de variação. Não foi encontrado nenhum índice sobre o público-alvo de leitores da “Folha de Londrina”.

Na sequência, explica-se de que maneira o uso das fontes documentais se dará no método da análise conjuntural.

1.2 Método da análise de conjuntura e fontes utilizadas

A presente dissertação se embasa na problematização do conceito do “acontecimento”, demonstrando, a partir da realização de uma análise conjuntural, sua complexidade. Logo, cabem considerações iniciais sobre em que consiste o método da análise de conjuntura e em que medida o material jornalístico é adequado à proposta, afinal “[...] fica evidente que não basta apenas estar com a leitura dos jornais em dia para entender o que está ocorrendo” (SOUZA, 1985, p. 07).

A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, sendo uma leitura espacial da realidade que se faz em função de um objetivo (SOUZA, 1985), traduzindo-se em um meio para estudar e compreender o contexto da greve dos professores e servidores no ano de 2015, bem como o evento ocorrido no dia 29 de abril do mesmo ano.

A análise de conjuntura não é somente parte da arte da política como é, em si mesma, um ato político, exigindo capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações e tendências a partir dos dados e das informações (SOUZA, 1985). Para realizar essa tarefa, existem algumas categorias com as quais se trabalha, sendo elas: acontecimentos; cenários; atores; e relação de forças; articulação (relação entre “estrutura” e “conjuntura” (SOUZA, 1985). Essas categorias serão melhor aprofundadas no segundo ensaio desta dissertação, intitulado “Análise de conjuntura e sua relação com o acontecimento”.

Em linhas gerais, a finalidade de uma análise de conjuntura é examinar os acontecimentos sociais e historicamente determinados sob a óptica dos interesses das classes subordinadas como elemento de transformação da realidade. Isto é, analisar e objetivar a

realidade buscando traçar estratégias de intervenção políticas e sociais, bem como táticas de diversas forças sociais em luta em determinado contexto.

Em nosso caso, optou-se por realizar uma análise conjuntural a partir de jornais selecionados segundo os critérios mencionados no tópico anterior. O uso de material jornalístico deve partir de uma base crítica de utilização, o que implica em algumas ressalvas e no reconhecimento de suas limitações.

A imprensa e os jornais impressos são importantes fontes históricas de conhecimento. Isso porque apenas após a década de 70, com as tendências historiográficas de incorporação da história como campo social, cultural e do cotidiano, com a terceira geração dos *Annales*, a renovação marxista e, principalmente, as contribuições de Michel Foucault, é que os jornais impressos passaram a ser reconhecidos como fontes históricas (LEITE, 2014).

No Brasil, especificamente, tivemos os trabalhos de Arnaldo Contier, que usou da lingüística e da semântica para estudos de jornais, e de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, que trouxeram outra perspectiva metodológica, usando os jornais como fonte única de investigação e análise crítica (BAZAGA; ROMANO, 2012).

As notícias jornalísticas, em tese, vinculam-se a critérios éticos e técnicos para tratamento da informação e sua conversão em notícia, como, por exemplo, a teorização sobre os critérios de noticiabilidade. Segundo Traquina (2005), entende-se como noticiabilidade o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico (possuir valor como notícia). Dentre esses critérios, cinco deles podem ser apontados como principais: a) objetividade; b) instantaneidade; c) periodicidade; d) novidade; e) proximidade; e f) relevância.

Para se definir a objetividade, utilizam-se os quatro procedimentos elaborados por Tuchman (1993), sendo o primeiro um levantamento de informações com todas as fontes possíveis; o segundo é que o jornalista possua provas auxiliares que corroborem suas afirmações; o terceiro é o uso das aspas nas citações de opinião das fontes, para que o leitor possa identificar quem emitiu qual mensagem; e o quarto no sentido da estruturação adequada da informação, sendo a relevância dos fatos o medidor do que deve aparecer primeiro.

A instantaneidade, por sua vez, traz a noção de imediatez ou rapidez (FRANSCISCATO, 2005), ou seja, quanto menor o tempo decorrido entre o evento e sua transmissão e recepção por um público, seria, hipoteticamente, melhor. Tal noção é utilizada também para demonstrar o desenvolvimento do jornalismo no século XX, com o advento dos meios digitais, no sentido de que os intervalos de tempo entre o evento e sua publicação pela mídia não são os mesmos que eram no século passado.

O critério relativo à periodicidade está em que há uma produção diária de notícias, de modo que o recebimento de informação se torna uma necessidade para a sociedade. Esse critério é responsável por dar uma continuidade aos textos jornalísticos, uma sequência cronológica aos eventos (SILVA, 2011).

Dizer que uma notícia tenha que atender ao critério da “novidade”, significa que a notícia surge historicamente para abarcar a tarefa de prover a sociedade com um relato padronizado sobre fatos que tenham relevância para uma coletividade (FRANCISCATO, 2005). O conceito de novidade opera como a emergência do novo, o que supõe a continuidade que dá sentido a esse novo. Isso quer dizer que só podemos conhecer algo como “novo” quando já estamos inseridos naquele universo para saber qual era o panorama histórico pré-existente (FRANCISCATO, 2005).

A proximidade se refere não apenas ao âmbito geográfico, mas também ao âmbito social e psicológico; isto quer dizer que a questão da proximidade se subdivide em duas dimensões: uma geográfica (proximidade espacial) e outra temática (implica uma identificação subjetiva do leitor com determinados temas) (SILVA, 2011).

Por fim, quanto à relevância, também chamada de significação, há a preocupação direta de informar o público dos acontecimentos que são considerados importantes em razão de seu impacto na sociedade. Relaciona-se, em certa medida, aos valores pertencentes àquela sociedade e sua cultura (TRAQUINA, 2005).

O problema é que, ainda assim, não há como afirmar que esses critérios sejam observados em todos os casos, muito menos que não existam lacunas no campo jornalístico que permitam posicionamentos e direcionamentos sutis (ou nem tanto), seja por parte do jornalista ou da linha editorial, por exemplo.

A resistência quanto ao uso das fontes jornalísticas é considerável, principalmente devido ao jornalismo anterior à 1970, o qual era evidentemente tendencioso. Identificava-se claramente grupos dominantes e interesses movimentando a imprensa. Dessa forma, mesmo atualmente, para se pensar a utilização de impressos jornalísticos como fontes históricas, devemos tomar a imprensa como uma força ativa da história do capitalismo, e não um mero depositário de fatos nos diversos processos e conjunturas (CRUZ; PEIXOTO, 2007). E, de fato, a ideia de que possa existir um documento objetivo, inócuo, primário, advém da ilusão positivista de que o documento seria uma prova de boa-fé desde que fosse autêntico (LE GOFF, 1996). Segundo Le Goff (1996), deve-se olhar para um documento enquanto monumento, isto é, em como produto de uma complexa relação de forças, como imagem que uma formação social traz de si mesma.

Como os documentos históricos, o material jornalístico é “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e, ao historiador, usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento da causa” (LE GOFF, 1996, p. 10). O uso do material jornalístico é possível e possibilita, sim, uma riqueza de detalhes sobre fatos do passado, contanto que não haja a ingenuidade em vê-lo como uma fonte documental neutra, imparcial.

Cruz e Peixoto (2007, p. 257) sustentam que “é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”. Isso significa que quando se analisa fontes jornalísticas deve-se adotar uma postura crítica, pois a imprensa, com suas próprias particularidades, modela e influencia as formas de pensar e agir, definindo papéis sociais, generalizando posições e interpretações que pretendem ser compartilhadas, demarcando temas e mobilizando opiniões (LEITE, 2014).

O documento jornalístico é composto de elementos que funcionam como um inconsciente cultural, e o papel do pesquisador/historiador é reconhecer e identificar que esse material é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, como também das épocas sucessivas, pois é algo que fica, que dura (LE GOFF, 1996).

Segundo Capelato (1981), a imprensa que se manifesta no jornalismo impresso é entendida como uma fonte que representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. O que se identifica com o pensamento gramsciano de que as funções desempenhadas por um jornal atuam como uma força dirigente ou orientadora (CAPELATO, 1981).

O fato de que no Brasil há, historicamente, uma concentração de comunicação nas mãos de uma pequena elite e de que, embora o jornal exerça uma função pública de informação, ele ainda é um órgão privado que tem como objetivo principal a obtenção de lucro, torna-se necessário olhar para as notícias jornalísticas analisando-se as tensões, os conflitos, a cultura política, as contradições existentes nesse meio de comunicação, entendendo que existem linhas editoriais (BAZAGA; ROMANO, 2012).

O jornal é como um dispositivo para aferições e interpretações, pois se configura em um espaço de disputas políticas, econômicas e culturais. Assim, “os textos não existem livres de outros textos. Eles estão constantemente reverberando aquilo que não está ali,

revelando batalhas simbólicas que são, sem dúvida, sociais” (PONTES; SILVA, 2012, p. 49-52).

Em última análise, não há um documento-verdade, todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, afinal, todo documento é um monumento. Isso significa dizer que em primeiro lugar o documento é uma maquiagem, uma roupagem, uma montagem, a qual precisa ser desmontada, desestruturada e analisada a partir das condições de produção do material jornalístico (LE GOFF, 1996).

Justamente pelo fato de que a imprensa interfere em questões políticas, na vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, modos de pensar e agir em sua historicidade, é que a faz uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo (LEITE, 2015). Como corrobora Cellard:

o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Tudo o que permite a descoberta de fenômenos é particularmente útil; a história, em si, não teria sido possível caso não existissem documentos/monumentos que dessem suporte para a memória coletiva (LE GOFF, 1996). Uma análise a partir de material jornalístico é relevante, pois ao mesmo tempo que permite descobrir indícios do que aconteceu, também torna necessário um olhar crítico abrangente sobre as condições de produção nas quais aquele documento, aquela notícia, foram feitos. Exige uma sensibilidade do pesquisador para demonstrar em que medida o documento foi um artefato ou um instrumento de poder.

Ao se buscar demonstrar e entender a complexidade de um acontecimento como categoria do social, ou seja, entendendo seu papel na análise de conjuntura, é natural que haja uma sensibilização ao se olhar o material jornalístico utilizado para a construção de sua narrativa. Apesar de demonstrada sua possibilidade e aptidão para figurar como monumento, como fonte histórica, não se ignora que hajam ideologias por detrás das notícias, atores que edificam este “monumento”. Não há a pretensão de afirmar que os dados trazidos são, em nenhuma medida, absolutos, inquestionáveis ou desinteressados de algum segmento de poder.

A razão de uma análise conjuntural necessitar um olhar crítico e aguçado para observar e interpretar as entrelinhas de um dado acontecimento, permite afirmar que a utilização do material jornalístico é adequada a este tipo de pesquisa. Isso quer dizer que o método da

análise conjuntural, por si mesmo, não permitiria um olhar descompromissado e acrítico (SOUZA, 1985) do material levantado, justamente, por desafiar o pesquisador a descobrir e perceber as relações de forças, articulação entre estrutura e conjuntura, entre outros, que envolvem determinado objeto.

Esclarecidos os cuidados sobre como o material jornalístico será interpretado e utilizado nesta pesquisa, um estudo problematizando a categoria do acontecimento, visto pelas lentes da análise de conjuntura, tendo como fundo e base empírica o acontecimento do dia 29 de abril de 2015, é relevante na medida em que engloba questões de ordem metodológica, filosófica, social, política e econômica, apresentando um leque de perspectivas para análise, como das representações sociais, da análise de conjuntura, análises jornalísticas, sistemas representativos, sem prejuízo de outras.

Ademais, esta dissertação possui cunho interdisciplinar, pois para seu desenvolvimento relacionam-se as áreas do direito, quando da ciência política, do serviço social, da sociologia, da filosofia, da filosofia política, da história econômica e do jornalismo.

1.3 Da análise e categorização das notícias nos jornais selecionados

Até o presente momento, realizou-se a fase de pré-análise com a sistematização objetiva das ideias iniciais, do percurso metodológico e a delimitação dos documentos a serem analisados. Neste tópico, pontuamos o processo sistemático utilizado para coleta e organização do material coletado.

A fase de exploração do material permitiu identificar o universo de cada um dos jornais, de modo a compreender sua estrutura. O universo contido em um jornal ainda é muito extenso, motivo pelo qual no jornal “A Gazeta do Povo” a análise se limitou às notícias relacionadas ao 29 de abril de 2015, que constam nos cadernos de ‘Vida e Cidadania’, que englobam temas de gestão pública, polícia e assuntos gerais, e ‘Vida Pública’, que possui uma cobertura sobre o que acontece na Assembleia Legislativa. Já no jornal “Folha de Londrina”, a análise se limitou às notícias relacionadas ao 29 de abril de 2015, que constam nos cadernos de ‘Política’, ‘Geral’, ‘Cidades’ e ‘Economia’.

No dia 06 de julho de 2017, para obtenção das edições do jornal “Folha de Londrina”, foi necessário o deslocamento até sua sede, na cidade de Londrina/PR. Conforme registro em diário de campo, a pesquisadora saiu da cidade de Ponta Grossa/PR por volta as

07h50, chegando à Londrina/PR por volta as 11h30. Foi necessário aguardar até as 14h00 a abertura do arquivo do jornal para realização da pesquisa (só abre no período da tarde).

Na “Folha de Londrina” a pesquisa se deu da seguinte forma: foram folheados cada livro/arquivo do jornal, referente aos meses de fevereiro a setembro de 2015, anotando-se em um papel à parte as páginas que possuísem qualquer notícia relacionada ao objeto de estudo, cuja relação se encontra anexa. Felizmente, a “Folha de Londrina” possui um arquivo digital com as páginas de todas as suas edições em formato .pdf, os quais foram fornecidos gratuitamente à pesquisadora em um *pendrive*.

De posse dos arquivos no computador, realizou-se a organização dos documentos seguindo a forma “dia, mês, ano e página”, facilitando a visualização de uma linha cronológica. Os arquivos foram separados em pastas por meses. No total foram selecionadas e analisadas 341 notícias de jornal com notícias pertinentes, das quais catalogou-se um arquivo de 50 páginas contendo as principais informações.

Para obtenção do material relativo ao jornal da “Gazeta do Povo”, em contato com sua sede, obteve-se a informação de que não havia arquivo de jornais com tempo anterior à 6 (seis) meses da data atual. Sendo assim, os únicos exemplares para os quais era possível obter acesso se encontravam na Biblioteca Pública do Paraná, na cidade de Curitiba.

No dia 24 de novembro de 2017, esta pesquisadora saiu de Ponta Grossa, por volta das 06h30 da manhã, chegando à Biblioteca Pública do Paraná por volta das 09h00. O procedimento foi anotar uma listagem com a data em que o jornal saiu e as páginas que continham as informações focadas no presente trabalho (anexas). Na sequência, fez-se uso de câmera digital e aparelhos celulares para tirar fotos das páginas, pois os arquivos não eram digitalizados.

A coleta se deu da mesma forma que no jornal “Folha de Londrina”. Apenas que os jornais não estavam encadernados, sendo necessário manuseio de cada edição em sua forma física autêntica.

Buscaram-se todas as notícias que tivessem relação com o acontecimento do dia 29 de abril de 2015, no lapso temporal de fevereiro a setembro de 2015. Ao final, obteve-se um acervo fotográfico de 1.415 fotos e 432 notícias selecionadas. A diferença entre esses números se dá em razão de, por vezes, ser necessário tirar mais de uma foto da mesma página, dada a dificuldade de foco e da proibição do uso do *flash* fotográfico.⁸

⁸ Em decorrência da precariedade das condições em que se deu a coleta das fotos das páginas de jornal, mesmo com a utilização de celulares, ao passar os arquivos para o computador em vários casos as notícias não estavam

Os arquivos foram novamente revisados e catalogados em uma linha cronológica, seguindo o mesmo padrão da “Folha de Londrina”. Posteriormente, houve a conversão dos arquivos para o formato .pdf, e a catalogação de seus dados em documento do Word, gerando um arquivo com 94 páginas contendo as informações principais das notícias da “Gazeta do Povo” sobre o objeto de estudo.

Ao todo foram analisadas e catalogadas aproximadamente 773 notícias com relação direta ou indireta ao 29 de abril de 2015, entre os meses de fevereiro a setembro de 2015.

1.4 A escolha do ensaio como forma de expressão

Quando se pensa em “método” de produção e escrita científica, haveria uma preocupação positivista em fazer um uso correto da razão, em decorrência do postulado de que todo o conhecimento careceria de segurança, de clareza, isto é, o conhecimento só seria científico se observasse determinados métodos de desenvolvimento. A busca pelo conhecimento seria como um empreendimento que quer conhecer um objeto de maneira segura, demonstrando as condições de possibilidade sob as quais se fundamenta tal conhecimento; sendo que sem um método estar-se-ia fadado a “descaminhos de uma razão desorientada”, em opiniões retoricamente sustentadas (BOTTON, 2014, p. 100).

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, cujo objeto é uma discussão teórico-metodológica, observou-se certo impasse ao se desvincular o procedimento metodológico da exposição do pensamento. O objeto aqui proposto consiste em um pensamento crítico sobre aspectos do método de pesquisa da análise de conjuntura, de modo que se demonstra problemático e paradoxal utilizar-se do mesmo método *à risca*, ao qual se tecem considerações quanto à necessidade de sua complementação. Em outras palavras, por meio deste trabalho tenta-se demonstrar que não há como submeter o objeto de pesquisa ao método utilizado, porque o método utilizado não consegue dar conta de todos os aspectos do objeto.

Reconhecendo-se a necessidade de certo rigor teórico, para solucionar o contratempo lógico suscitado, optou-se por seguir a forma de exposição teórica ensaística, principalmente por sua adequação a trabalhos de cunho interdisciplinar, e também porque “a exposição é, por isso, mais importante para o ensaio do que para os procedimentos que,

legíveis. Fez-se necessária outra visita à Biblioteca Pública para tirar novamente fotos melhores, o que resultou em novo acervo fotográfico contendo, aproximadamente, 650 fotos.

separando o método do objeto, são indiferentes à exposição de seus conteúdos objetivados” (ADORNO, 2003, p. 29).

O ensaio é uma ferramenta de escrita e desenvolvimento que preza mais pela exposição do conteúdo reflexivo-teórico do que pela forma como o conteúdo será apresentado. Permite a utilização real da especificidade de determinado objeto, de suas peculiaridades, de sua individualidade, ao invés de conformá-lo à uma realidade pré-existente. Oferece margem para que o objeto se mostre como *está*, mesmo que disforme, descontínuo ou incerto.

A forma de ensaios, mesmo que não usual, não é em si uma novidade: David Hume, ao escrever “A arte de escrever ensaios”, criticou que o mundo letrado teria se separado do mundo do convívio social, e a melhor maneira de fazer uma ponte entre os dois novamente seria por meio de ensaios; Georg Lukács, em “A alma e as formas”, argumentou que um ensaio sempre falaria de algo que já existe, extraindo coisas novas a partir de sua crítica (GAGLIANONE, 2015).

No entanto, o referencial-base que será utilizado para caracterizar a forma ensaística é o de Theodor W. Adorno, em “O ensaio como forma”. Esta obra caracteriza o ensaio como uma expressão de modelo reflexivo, dispondo-se a envolver-se com um objeto, capturar suas singularidades, sendo inerente à sua própria relativização. O ensaio, segundo ele, precisa compor-se de forma que, a qualquer momento, pudesse interromper-se. Pensa a realidade, pensa seu objeto como descontínuo, encontrando “sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplainar a realidade fraturada [...] A descontinuidade é essencial ao ensaio, seu assunto é sempre um conflito em suspenso [...]” (ADORNO, 2003, p. 35). Além da forma ensaística permitir certa liberdade ao objeto da pesquisa, sua elaboração se encaixa perfeitamente ao referencial teórico pós-estrutural proposto, que visa, a grosso modo, pensar *fora* da estrutura e demonstrar as linhas de fuga, o ponto em que é descontínuo, aquilo que difere.

O modo literário de ensaio se caracteriza por ser um estilo vivo, versátil, que se adapta à novas formas de expressão (GUERINI, 2000), e deve ser interpretado à luz das considerações de Montaigne, cuja estrutura além de se aproximar de uma conversa, um exame despretensioso, possui como intenção a exploração do objeto sem perspectiva de esgotá-lo (GAGLIANONE, 2015):

Se é um assunto de que nada entendo, por isso mesmo ensaio-o, sondando o vau de bem longe; e depois, achando-o fundo demais para minha estatura, mantenho-me da margem [...] procuro ver se ele encontrará com que lhe dar corpo, e com que o apoiar e escorar. Por vezes, passeio-o por um assunto nobre e repisado, no qual nada tem a descobrir por si, estando o caminho tão trilhado que ele só pode caminhar sobre as pegadas de outrem. [...] Semeando aqui uma palavra, ali uma outra, retalhos tirados

de sua peça, separados, sem intenção e sem compromisso, não estou obrigado a fazê-lo bem nem a limitar a mim mesmo, sem variar quando me aprouver; e render-me à dúvida e incerteza, e à minha forma principal, que é a ignorância (MONTAIGNE, 2000, Primeiro Livro, Ens. L, p. 50).

O excerto retrata que se escreve e reflete por caminhos incertos, entre os quais não se busca apresentar uma verdade absoluta, um método alternativo, “o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva” (ADORNO, 2003, p. 25), tampouco qualquer certeza, “o ensaio não apenas negligencia a certeza indubitável, como também renuncia ao ideal dessa certeza” (ADORNO, 2003, p. 30).

Busca-se, apenas, olhar o objeto em seu movimento e naquele instante em que se apresenta, da maneira como se apresenta. O ensaio “revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transitório [...] recusa, assustado, diante da violência do dogma, que atribui dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no tempo, por oposição ao individual nele subsumido” (ADORNO, p. 2003, p. 25). Demonstrando que o próprio objeto possui seus campos de força, seu âmbito de resistência, ressaltando sua singularidade sem tentar encaixá-lo em um modelo, um método, em qualquer padrão pré-estabelecido (BOTTON, 2014).

Enquanto pelo método cartesiano propõe-se subsumir um objeto a um conjunto de regras, o ensaio orienta-se pela reciprocidade entre o espaço e as construções de cada objeto. Ensaio vê o todo do objeto como constituído em momentos, “o todo e os momentos individuais se comunicam dialeticamente, isto é, a interpretação da parte necessita do todo e a compreensão do todo requer o detalhe” (BOTTON, 2014, p. 112). Escrever em forma de ensaio traz a necessidade do questionamento constante sobre tudo que se apresenta e o que tudo que se interpreta, é imprescindível a cada momento repensar as amarras do raciocínio. Segundo Adorno, “escreve ensaisticamente quem compõe experimentando; quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e o apalpa, quem o prova e o submete à reflexão [...] pondo em palavras o que o objeto permite vislumbrar sob as condições geradas pelo ato de escrever” (ADORNO, 2003, p. 35-36).

Dessa forma, não mais pelo rigor do método quanto à preocupação de um procedimento de conhecimento seguro, verificável, como queria Descartes (BOTTON, 2014), e sim pelo empírico do próprio objeto, em sua multiplicidade, em sua totalidade enquanto conjunto de momentos, a presente dissertação observará adornianamente a forma de desenvolvimento ensaística, de forma metódica, porém sem método (ADORNO, 2003), não porque isso permita averiguar certezas, mas por permitir problematizar e demonstrar complexidades.

1.5 Material complementar anexo

No decorrer do trabalho foi possível elaborar e sistematizar alguns panoramas gerais e cronológicos diante dos dados trazidos pelos jornais. Dessa forma, com base nos jornais “Folha de Londrina” e “Gazeta do Povo”, construíram-se alguns gráficos.

Tem-se um quadro que busca evidenciar “quem é quem e até quando” (Apêndice A), no cenário político-social que envolve o 29 de abril de 2015. Buscou-se pontuar quem eram as pessoas que ocupavam os respectivos cargos e funções à época, bem como as eventuais mudanças e suas razões nesse âmbito.

Destacou-se, ainda, em outra tabela (Apêndice B), limitada aos dados trazidos pelos jornais no período de fevereiro a setembro de 2015, a trajetória com relação às ações e medidas judiciais que foram sendo interpostas no decorrer dos fatos, pontuando-se quem as interpôs e suas eventuais consequências.

Elaborou-se, ainda, uma linha cronológica (Apêndice C) que permite a visualização das aderências ao movimento grevista por parte de seus atores. Dessa forma, é possível ver claramente e relacionar dados sobre os momentos em que o movimento ganhou ou perdeu força.

Foram anexadas ao trabalho as relações completas de todas as páginas que continham notícias ligadas direta ou indiretamente ao 29 de abril de 2015, tanto da ‘Folha de Londrina’ (Apêndice D), quanto da ‘Gazeta do Povo’ (Apêndice E).

Consultou-se, ainda, o site do Portal da Transparência,⁹ no item ‘Despesas’, e depois ‘Consulta Detalhada’, no período de 2015, pelo ‘Poder Executivo’, órgão ‘Casa Civil’, natureza de despesa “Serviços de Publicidade e Propaganda”, cujos resultados seguem anexados (Apêndice F).

Dado o grande volume de notícias analisadas, como anexos ao trabalho foram selecionadas apenas algumas reportagens. Os critérios foram aquelas notícias consideradas relevantes pelo momento de sua publicação, pela quantidade de informações trazidas e pelas fotos e imagens apresentadas.

Sendo assim, os elementos pós-textuais da dissertação consistem, seguindo a lista de referências: em duas listagens das fontes jornalísticas consultadas, uma para cada jornal, ordenadas cronologicamente; apêndices (apêndices A a G), os quais contam com gráficos, quadros e panoramas elaborados; e os anexos, divididos em: ‘Anexos Jornal Folha de Londrina’

⁹ Portal da Transparência. Disponível em:

<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/home;jsessionid=CCITaXTijGiSY76ITgWL_FjGdNzchy4X1XagWXN.F.ssecs75004?windowId=0f0>, acesso em 19/06/2018.

(anexo A a O), contendo trechos e reportagens do Jornal ‘Folha de Londrina’; e ‘Anexos Jornal Gazeta do Povo’ (anexo A a C1), contendo trechos, pesquisas e reportagens do Jornal ‘Gazeta do Povo’.

Por uma questão de praticidade, já que os apêndices somam aproximadamente oitenta páginas, estes se encontram disponibilizados no CD-ROM anexo à presente dissertação.

Finaliza-se, com isso, a apresentação do percurso metodológico seguido para desenvolvimento da referida dissertação e dos critérios de seleção, catalogação e análise do material coletado. Visando cumprir com o objetivo geral proposto – a demonstração da complexidade da categoria de “acontecimento”, a partir de um olhar sobre o 29 de abril de 2015, apresenta-se, na sequência, a conceituação, desenvolvimento e problematização da teoria da análise de conjuntura, em específico no que tange ao “acontecimento”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **“O ensaio como forma”**. In: Notas de literatura. Tradução Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 15-45.

ANJ. **Associação Nacional de Jornais** – Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>, acesso em 10/06/2017.

BAZARA, R. G.; ROMANO, C. C. **O jornal como fonte da história política: O papel da imprensa na construção das representações políticas do movimento das “diretas já”**. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG. 2012.

BOTTON, Alexandre M. “A questão do método na ensaística de Theodor Adorno”. **Thaumazein**. Revista do curso de filosofia da Universidade Franciscana (UFN). Ano VII. n. 13. Santa Maria. Publicado em julho de 2014. p. 97-114. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/thaumazein/article/view/66/29>>, acesso em 08 de outubro de 2018.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. **Populismo na imprensa: UH e NP**. In: MELO, José Marques de (org.). Populismo e comunicação. São Paulo: Cortez, 1981. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>, acesso em 14 de maio de 2018.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. **O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, agosto/2002.

GAGLIANONE, Isabela. **Ensaaios sobre o ensaio**. In: O Benedito – Resenhas e ensaios literários filosóficos. Publicado em 09 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://obenedito.com.br/ensaaios-sobre-o-ensaio-ou-o-ensaio-como-forma/>>, acesso em 08 de outubro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011. Disponível em: <<http://server2.docfoc.us/uploads/Z2015/12/26/os9l6oTqau/a09e70e31d80460a01124669f3e634e3.pdf>>, acesso em: 15/03/2017.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>, acesso em 20/06/2018.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico**. XIV Encontro Regional de História. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão/PR, 2014.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologia e possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica**. Escritas. Vol. 7. N.1. 2015. pp. 3-17.

MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios**. Tradução de Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PENA, Felipe. **1000 Perguntas sobre Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. **Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos**. In: Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias. Capítulo: Pesquisa Exploratória: Concepção e Percurso Metodológico. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1985.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, Ed. 2005. Porque as notícias são como são.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCHMAN, Gaya. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In: TRAQUINA, Nelson (ORG). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estória’**. Lisboa: Veja, 1993.

2 ANÁLISE DE CONJUNTURA E SUA RELAÇÃO COM O ACONTECIMENTO

2.1 O que é e o que tem sido fazer análise de conjuntura

Tendo entre seus precursores Comte, Marx e Durkheim, as Ciências Sociais começam a edificar sua episteme no século XIX, movida pela ideia que a matéria histórico-social se explicasse por si mesma, em seus próprios termos (ALTHUSSER, 1984). Para Tonkonoff (2017), a prevalência do viés estruturalista nas ciências sociais advém de uma disputa intelectual que teria ocorrido entre Gabriel Tarde e Émile Durkheim, prevalecendo “the idea that our social life is influenced by hidden social forces which can be revealed only by ‘scientific’ analyses” (TONKONOFF, 2017, p. 07). Isso significa que muitos cientistas sociais tomaram como norte científico revelar as regularidades sociais, as estruturas sociais para não especialistas (TONKONOFF, 2017).

Segundo Engels, a vantagem de uma análise marxista residiria em explicar o social remontando dados conjunturais às condicionantes estruturais, de modo que não se ignorasse o contexto complexo da luta entre classes sociais condicionadas pelo modo de produção (MARX, 2011). Em decorrência disso, os sociólogos, alinhados à tradição hegemônica, buscaram demonstrar que os indivíduos possuíam suas vidas e ações inteira ou parcialmente determinadas “by various pre-existing social “regularities” having causal powers, and it is those casual powers which explain the durability (and solidity) os these ‘structures’” (TONKONOFF, 2018, p. 08).

A análise de conjuntura tradicional advém de um viés teórico estruturalista. Segundo Deleuze, haveriam alguns critérios¹⁰ que permitem identificar o estruturalismo: o primeiro deles, se refere ao olhar crítico do estruturalismo que enxerga para além dos níveis do real e do imaginário, em oposição ou complementação, para observar a existência do nível simbólico. O critério simbólico consiste em perceber que há uma ordem simbólica “irredutível

¹⁰ Segundo Deleuze, haveriam sete critérios que permitiriam identificar o estruturalismo, sendo: o primeiro critério simbólico (terceiro elemento em complementação ao real e ao imaginário); o segundo critério local ou de posição (indivíduos são determinados segundo sentidos pré-determinados por sua posição); o terceiro critério o diferencial e o singular (a estrutura diferencia suas relações, seres e objetos); o quarto critério o diferenciador e a diferenciação (quanto à atualização da estrutura); o quinto critério serial (relações são sempre intersubjetivas e em séries); o sexto critério da casa vazia (faz-se referencia ao objeto=x que nunca está onde deveria e sempre é encontrado onde não deveria estar, no entanto todas as séries, mesmo que divergentes o circulam); sétimo critério do sujeito à prática (os lugares só são preenchidos ou ocupados por seres à medida que a estrutura é atualizada, embora o lugar não seja preenchido ele continua eivado de uma instância simbólica, e o sujeito é assujeitado a esse espaço) (DELEUZE, 1972).

à ordem real, à ordem do imaginário, e mais profundo do que elas” (DELEUZE, 1972, p. 04). Em outras palavras, trata-se de dizer que nosso ‘mundo’ é composto pelo real; pelo que imaginamos e idealizamos a partir do real; e, a partir de Marx, pelo simbólico, que é determinante do real e expressado por ele, entendido por Althusser como “a produção do objeto teórico e específico” (DELEUZE, 1972, p. 04). Dessa forma, os elementos de uma estrutura não têm uma designação extrínseca, por não provirem do real, e nem possuem uma significação intrínseca, pois não advém do imaginário

Outro critério corresponde ao fato de que os elementos de uma estrutura possuem um sentido de posição, que corresponde necessária e unicamente ao lugar que ocupam, pois “o estruturalismo não é separável de uma filosofia transcendental nova, em que os lugares prevalecem sobre aquilo que os preenche. Pai, mãe etc. são antes lugares numa estrutura” (DELEUZE, 1972, p. 06). Logo, determinações como trabalho, desejo, estudos são qualificações de locais ou de posições que tornam os indivíduos “trabalhadores”, “desejantes”, “estudiosos”; isso significa que para o estruturalismo há uma superprodução, uma sobredeterminação do sentido, que é produzido em excesso pelos locais na estrutura (DELEUZE, 1972).

A estrutura é uma multiplicidade, composta por um elemento simbólico, um elemento real e um elemento imaginário: os elementos simbólicos encarnam-se nos seres e objetos reais do domínio considerado; as relações diferenciais (virtuais) atualizam-se nas relações reais entre esses seres; e as singularidades distribuem os papéis imaginários dos seres ou dos objetos que ocuparão os espaços. Assim, a natureza dos seres e dos objetos é determinada pelos elementos simbólicos e suas relações diferenciais, ao passo que as singularidades estipulam a ordem dos lugares (DELEUZE, 1972).

A análise de conjuntura tradicional pode ser considerada estruturalista na medida em que a interpretação do marxismo realizada por Louis Althusser vê as relações de produção como relações diferenciais que se estabelecem não entre indivíduos reais, mas entre objetos e agentes que possuem um valor simbólico, sendo que cada modo de produção caracteriza-se por suas singularidades e valores que lhes são próprios, pois “o verdadeiro sujeito é a própria estrutura: o diferencial e o singular, as relações diferenciais e os pontos singulares, a determinação recíproca e a determinação completa” (DELEUZE, 1972, p. 10).¹¹

¹¹ Uma das críticas do pós-estruturalismo é de que embora o estruturalismo reconheça o indivíduo como intersubjetivo, o mais interessante é verificar ‘como’ se dão essas relações intersubjetivas e não quais são elas: “O estruturalismo não é absolutamente um pensamento que suprime o sujeito, mas um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz passar de um lugar a

A análise conjuntural se propõe a retratar a dinâmica da realidade, com múltiplas faces e sendo capaz de traçar uma correlação entre diferentes forças econômicas, políticas e sociais. O método da análise de conjuntura pode ser traduzido, em outras palavras, no exercício de olhar para a própria realidade buscando entender seus elementos, sem deixar de reconhecer que este olhar parte da subjetividade daquele que analisa. Isto é, ela sempre pressupõe um posicionamento assumido previamente, já que parte de uma avaliação crítica com relação à ordem vigente e buscará sempre sua transformação (SILVA, 2014). A posição que o indivíduo ocupa na sociedade já está carregada de sentido para determinar “quem” ele é, segundo moldes estruturalistas; por esta razão, há a tendência em retratar as situações sociais como peças de teatro, por exemplo, no caso de Louis Althusser, de um “teatro que não é nem de realidade nem de ideias, [e sim um] puro teatro de locais e posições” (DELEUZE, 1972, p. 07).

Esse exercício, todavia, não é descomprometido, mas possui uma finalidade revolucionária; esta segunda parte de sua natureza é um desafio a quem se coloca a realizar uma análise conjuntural. Desafia-se que o pesquisador, após elaborar a identificação de sua realidade, proponha hipóteses de mudança com base nos padrões identificados, de modo a mudar o sistema problemático existente.

Uma análise de conjuntura é um “retrato dinâmico de uma realidade e não uma descrição de fatos ocorridos em um determinado local e período” (ALVES, 2008, p. 01), que busca traçar um panorama da correlação de forças que constituem a estrutura e a superestrutura da sociedade (ALVES, 2008). Ela tem o objetivo de destacar o quadro de correlação de forças dos atores políticos da cena nacional e internacional, desenhando um cenário que englobe as confluências, tensões, acomodações, contradições, procurando pelas continuidades ou descontinuidades (ALVES, 2008).

A estrutura é, assim, como um reservatório ideal, onde tudo coexiste virtualmente, mas onde “a atualização se faz necessariamente segundo direções exclusivas, implicando sempre combinações parciais e escolhas inconscientes [...] extrair a estrutura de um domínio é determinar toda uma virtualidade de coexistência que preexiste aos seres, aos objetos e às obras desse domínio” (DELEUZE, 1972, p. 11), ou seja, existem elementos simbólicos que determinam os seres e objetos de acordo com suas singularidades. No caso do marxismo, por exemplo, trata-se da percepção crítica de que o sistema social é definido pela coexistência

outro, sujeito sempre nômade, feito de individuações, mas impessoais, ou de singularidades, mas pré-individuais” (DELEUZE, 1972, p. 25).

desses elementos e de relações econômicas¹², sendo que “o que se atualiza, aqui e agora, são tais relações [diferenciais], tais valores de relações, tal repartição de singularidades” (DELEUZE, 1972, p. 11) pois “o tempo vai do virtual ao atual, isto é, da estrutura às suas atualizações, e não de uma forma à outra forma” (DELEUZE, 1972, p. 12).

Logo, uma análise conjuntural é olhar para sua realidade criticamente, a partir de certas ferramentas, de modo a assinalar elementos, sujeitos e suas relações naquele contexto, para se entender por que e como as coisas são da forma que são, convidando explicitamente à elaboração de uma estratégia de mudança. O método é reconhecido internacionalmente, como se pode ver da elaboração de uma apostila com um curso específico sobre análises conjunturais, feito pelo Centro de *Documentación e Información Bolívia* (CEDIB) – responsável pelo patrimônio documental de Cochabamba:

Coyuntura es el conjunto de condiciones conjugadas que caracteriza un momento en el movimiento global de la materia histórica [...] Sin embargo, este no es un momento cualquiera, sino aquel que privilegiamos, que definimos con objeto de estudio, que construimos como tal. La actualidad para ser comprendida tiene que ser transformada en momento actual [...] partimos de la existencia de contradicciones, luchas y competencias entre los diferentes actores, grupos, entre clases sociales que poseen diferentes intereses económicos, políticos e ideológicos en una sociedad (CEDIB, 2006, p. 05)

A análise de conjuntura é, assim, uma mistura de conhecimento e descoberta, não podendo ser neutra ou desinteressada. Exige do pesquisador a capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências, ver aquilo que está nas entrelinhas, a partir dos dados e informações (SOUZA, 1985).

Segundo Herbert de Souza, existem dois modos de se ler a conjuntura, ou do ponto de vista do poder dominante ou a partir da situação ou do ponto de vista dos movimentos sociais populares, das “classes subordinadas”, da “oposição ao poder dominante”, e afirma que “toda análise de conjuntura só adquire sentido quando é usada como um elemento de transformação da realidade” (SOUZA, 1985, p. 15-16), o que reforça o argumento de que análises conjunturais estão interessadas em produzir um tipo de intervenção na política.

¹² Segundo Althusser, a ordem econômica e os espaços da “casa vazia” são marcados pela mercadoria, pelo dinheiro, pelo capital, caracterizando a estrutura capitalista, e isso permite identificar como nascem as contradições na estrutura, ou seja, “como o real e o imaginário, isto é, os seres reais que vêm ocupar os lugares e a ideologias que exprimem a imagem que se faz deles, são estreitamente determinados pelo jogo dessas aventuras estruturais e das contradições que delas decorrem [...] o real, o imaginário e suas relações sempre são engendrados secundariamente pelo funcionamento da estrutura, que começa por ter seus efeitos primários em si mesma” (DELEUZE, 1972, p. 26).

Outra possibilidade é a de que se possa estudar a sociedade a partir da estrutura social ou da conjuntura. A estrutura se refere às determinações econômicas, políticas e culturais de cada formação social, caracterizadas como modo de produção, isto quer dizer que corresponde à maneira pela qual se produzem os meios essenciais à vida (alimentação, vestuário, moradia) como determinante da forma de organização da sociedade (SILVA, 2014).

A análise estrutural possui como centro o modo de produção capitalista, do que se pode verificar que “aqueles que detêm os meios de produção são também os que controlam o Estado e que para isto se organizam como forças políticas que sofrem oposição das forças políticas daqueles que são explorados” (SILVA, 2014, p. 306). Nesse sentido, Silva (2014) irá definir “conjuntura” como o olhar sobre determinada correlação de forças em um espaço temporal demarcado nesta estrutura. Em outras palavras “la estructura social es como el vientre activo y profundo de un volcán, y la coyuntura es la forma en que saltan a la superficie lava, gases y piedras en una determinada explosión” (CEDIB, 2006, p. 05)

A estrutura, portanto, refere-se aos elementos mais estáticos que dão ordem à organização econômica, política e social, e a conjuntura aos elementos mais dinâmicos, que são os eventos que divergem dessa ordem (SILVA, 2014). A estrutura é a base de um sistema econômico ou o modo como se organiza a economia e a produção, os grupos, as classes, o Estado (ROSSETTI, 1976), e a conjuntura é o resultado mais natural de um “encontro de circunstâncias que nasce de uma correlação de forças num determinado corte espacial-temporal” (NUNES, 2015, p. 15).

A dualidade entre conjuntura e estrutura advém do pensamento marxista, no sentido de que a conjuntura e a formação social repousariam sobre uma infraestrutura econômica que permanece enraizada na luta de classes (ALTHUSSER, 1984). Segundo a Cartilha da Conjuntura, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a palavra conjuntura significa encontro, confronto ou concorrência de acontecimentos ou eventos numa dada circunstância (QUEIROZ, 2015):

A análise de conjuntura deve dimensionar as forças que participam da dinâmica social, distinguindo as condições subjetivas (vontade) das objetivas (realidade) [...] deve-se dar ênfase na dinâmica das forças produtivas e das relações sociais entre classes, identificando as forças e fragilidades da intervenção estatal, o pensamento dos organismos internacionais e a postura ou posicionamento do País frente à conjuntura internacional (QUEIROZ, 2015, p.11).

Nesses termos, entende-se que o significado de estrutura e de superestrutura (que engloba o conjunto de ideias, representações sociais, sistemas de atitude, as lutas políticas e

ideológicas) é “fundamental para promover uma boa análise de conjuntura [...] pois os movimentos da conjuntura [...] obedecem a uma lógica capitalista” (QUEIROZ, 2015, p. 12). O que também pode ser dito de outra forma, principalmente quando pensamos na metáfora espacial em que estrutura e superestrutura se relacionam como pisos de um edifício: “sobre essa infraestrutura se elevava toda uma superestrutura que compreenderia o Direito e o Estado de um lado e as ideologias, de outro. A superestrutura não faz mais que refletir a infraestrutura” (ALTHUSSER, 1974, p. 17).

No dizer de Grzybowski, conjuntura “são os momentos específicos de uma sociedade que decorrem do modo como se combinam as propostas, as intervenções, as ações, enfim, a vontade política dos diferentes agentes sociais, com as possibilidades oferecidas pelas suas respectivas bases objetivas de existência” (*apud* SILVA, 2014, p. 307)¹³. No mesmo sentido temos o módulo sobre análise conjuntural do CEDIB: “En cada momento y situación, un grupo o un aparato social lucha contra un adversario inmediato, un opositor a su proyecto o a sus intereses [...] El Análisis de Coyuntura busca precisamente caracterizar este conjunto de actores en acción, en relación con sus proyectos protagónicos, de adhesión o antagónicos” (2006, p. 07-08).¹⁴

Segundos Alves (2008), a conjuntura está relacionada aos ciclos e transformações de curto prazo da economia e da política, enquanto a estrutura estaria relacionada com mudanças a longo prazo. Para o referido autor, a análise de conjuntura deve abranger problemas estruturais e/ou institucionais, sendo que as mudanças estruturais poderiam ser relacionadas com mudanças do modo de produção (p. ex., feudalismo para capitalismo), ou de mudanças dentro do modo de produção (p. ex., marcos do capitalismo, industrialização), e as mudanças institucionais seriam com relação a mudança no aparato institucional (p. ex., monarquia para república) ou dentro do aparato institucional (p. ex., mudanças constitucionais).

No livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, datado de 1851/1852, Karl Marx fará uma análise de conjuntura dos acontecimentos revolucionários na França, entre 1848 e 1851, que levaram ao golpe de estado em que Napoleão III se nomeou imperador.

¹³ A citação refere-se à obra “Métodos de Análise de Conjuntura”, publicado pela CECA, em São Leopoldo, no ano de 1985, pelo autor Candido Grzybowski. Infelizmente não existem mais exemplares à venda ou disponibilizados em formato ‘pdf.’ na internet. Mesmo em contato com o Ibase, não foi possível até o presente momento conseguir uma cópia completa da referida obra.

¹⁴ A título de complementação teórica, Grzybowski apresenta o método da análise de conjuntura com base em Antônio Gramsci, no qual o mundo é visto como um campo de batalhas, sendo necessário analisar a relação estrutural de forças, a relação de forças políticas e a relação de forças militares do próprio exército, dos inimigos e dos aliados. (FONSECA, sd).

Além de ser possível identificar algumas das principais teses do materialismo histórico (como a teoria da luta de classes e a da revolução proletária, a doutrina do Estado e da ditadura do proletariado), para entender o Estado francês, Marx se utilizará do método da análise histórico-sociológica do momento, identificando atores, o papel dos partidos políticos na vida social, articulando os elementos da estrutura como a análise de uma ou algumas determinações dos fenômenos, com os elementos concretos da sociedade e do Estado:

[O 18 Brumário] Mostra o esforço teórico dos revolucionários em identificar os interesses de classes em disputa no âmbito político. Tenta compreender disputas entre partidos, tendências, personalidades políticas burguesas e pequeno-burguesas e o proletariado. Disputas que se expressam no jogo das aparências e cumprem o papel de esconder, diluir, os reais interesses de grupos sociais. Esses interesses fazem parte e interferem na conjuntura, no desenvolvimento do poder e se põe a serviço dos objetivos de grupos dominantes (DE LARA, 2009, s/p.).

Esta obra de Marx contém uma análise conjuntural; analisa um acontecimento (golpe de estado de Napoleão III); em um cenário (advindo da Revolução Francesa que durou aproximadamente dez anos e modificou o quadro político, extinguindo direitos feudais, diminuindo os direitos do alto clero e estabelecendo princípios como liberdade, igualdade e fraternidade); com seus atores (Assembleia Constituinte, Guarda Nacional, Proletariado, Burguesia, Monarquia Burguesa etc.); as relações de força disputadas na assembleia entre os atores envolvidos (decretando a prisão de um, renúncia de outro, fazendo alianças, por exemplo); e também descreve a articulação entre a estrutura e a conjuntura; isto é, em linhas gerais a disputa pelo poder político que favoreceria interesses monárquicos e burgueses em detrimento do proletariado.¹⁵

O centro da discussão, a conjuntura, para Marx, é dado em função da luta de classes. Em sua análise, ele identifica dois segmentos principais, sendo um deles o Estado (na figura de Luís Bonaparte), e o outro a burguesia (que se encontra em diferentes grupos) (DE LARA, 2009). Em outras palavras, quando olhamos para a análise conjuntural do “18 Brumário” identificamos uma análise prévia da estrutura de classes.

¹⁵ Outro exemplo de análise conjuntural mais recente é aquela realizada pelo próprio Hebert de Souza na obra já mencionada sobre “Como fazer uma análise conjuntural”. Em sua obra, Hebert de Souza (1985) argumenta que o Sistema do Capital Mundial é um elemento condicionante do conjunto dos acontecimentos que definem nosso processo histórico, com a lógica da maximização dos lucros, com um processo de acumulação que se assenta sobre a exploração do capital. Questiona a legitimidade de um Estado que não possui como objetivo central os interesses nacionais, por exemplo, argumentando uma perspectiva que vê o Estado como centralizado e tecnocrático. Um Estado que se utiliza de formas de controle político para assegurar a manutenção da estabilidade e a ordem dos regimes vigentes.

Para Marx, a burguesia não se faz representar sempre da mesma forma na cena política. As classes possuem diferentes configurações políticas e se manifestam por meio de crenças políticas diversas, a exemplo de que existem frações burguesas que são monarquistas e outras que são republicanas (RIBEIRO, 2014). Isso demonstra como deve se dar a articulação entre estrutura e conjuntura, no sentido de que os discursos parlamentares estariam na conjuntura, porém seu conteúdo estaria atrelado à estrutura (que para Marx seria o cenário da exploração de classes, noção sem a qual não seria possível visualizar a construção e desconstrução das alianças estratégicas).

É possível, também, verificar categorias de poder identificadas por Marx naquele cenário, como o poder econômico (fundamental para a análise do materialismo histórico) e as várias formas de apropriação do valor, de extração do valor etc.; o poder político, que possui seus instrumentos próprios nas normas e leis; o poder religioso, atuando como elemento de convencimento; o poder administrativo, que seria uma forma de poder social, pois diz respeito às regras de prestígio, a identificação de quem domina a máquina do governo e determina a dinâmica dos funcionários, como eles são escolhidos; o poder social em si, como o conjunto de papéis, quem define quem vai fazer o quê; e o poder militar (RIBEIRO, 2014).

A obra “18 Brumário” permite visualizar os elementos do método da análise conjuntural concomitantemente ao fato de fornecer uma compreensão entre os elos do tecido social e a esfera política, entre a ação social e ação política do cenário analisado (RIBEIRO, 2014). Para Marx (2003, p. 04-05), a “anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política”, bem como a verdade sobre a superestrutura está contida e determinada pelo “conjunto das relações de produção”.

Para replicação e desenvolvimento deste método, existe uma sistematização-base de seu procedimento. Uma análise conjuntural é, portanto, composta de ferramentas próprias, categorias com que se trabalha, as quais podem ser identificadas como: o acontecimento, o cenário, os atores, a relação de forças, e a articulação entre a conjuntura e a estrutura (SOUZA, 1985). Convencionamos chamar de análise de conjuntura tradicional aquela que institui como função do pesquisador identificar e descrever as engrenagens de funcionamento e reprodução da conjuntura e da superestrutura, utilizando-se de ferramentas como aquelas propostas por Herbert de Souza. Por meio da análise de conjuntura tradicional explica-se como os acontecimentos sociais e a capacidade humana encontrariam determinações advindas desta infraestrutura econômica, afinal, o dualismo entre conjuntura e estrutura encontra-se predisposto a medida em que a superestrutura trabalharia a serviço das relações de produção e das classes (ALTHUSSER, 2007).

2.2 O acontecimento na análise de conjuntura tradicional

Partindo do método da análise de conjuntura tradicional e das ferramentas propostas por Herbert de Souza, analisou-se o material jornalístico coletado e elaborou-se um plano fático sobre os eventos relacionados ao dia 29 de abril de 2015. No entanto, no desenvolvimento metodológico surgiram alguns impasses.

Já de início, ao tentar aplicar a ferramenta de análise proposta referente ao “acontecimento”, percebeu-se que não havia um suporte teórico-metodológico suficientemente apto para uma problematização, para um questionamento com relação ao que se entende por “acontecimento”. O que gerou a seguinte questão: descobrir se, e em quais termos, o “acontecimento” pode ser um objeto de análise no campo da análise de conjuntura tradicional.

A estrutura em uma análise de conjuntura tradicional é caracterizada como a base de um sistema econômico e sua forma de organização em diferentes setores (classes, grupos, Estado, etc.) (ROSSETTI, 1976), e a conjuntura como a confluência da correlação de forças que se exerce em determinado contexto espacial-temporal (NUNES, 2005). Quando se pensa em um “acontecimento” na análise de conjuntura tradicional, ele é explicado como ‘um fato’ de alta carga significativa para um país, uma classe social, ou um grupo social (SOUZA, 1996); este conceito se aproxima muito da noção de “fato social” proposta por Durkheim (2007), no sentido de que para que um fato venha a ser um acontecimento ele precisa de uma dimensão objetiva construída e apreciada na consciência coletiva. Um fato se torna *social*, ou melhor, um *acontecimento*, quando os modos de agir, pensar e sentir ultrapassam as *psiques* individuais e, devido à sua singularidade, tomam espaço na consciência coletiva (DURKHEIM, 2007).

Em outras palavras, isso significa que, ao se pensar um “acontecimento” na análise de conjuntura tradicional, deve-se partir do pressuposto de que este acontecimento é determinado e ocorre nos limites da estrutura, entendida como sistema econômico, modos de organização da economia e da produção. O acontecimento funciona como revelador dos aspectos estruturais, só sendo cognoscível, em uma análise de conjuntura tradicional, quando pensado como um evento que ocorre em meio à uma correlação de forças entre os elementos que compõem esta estrutura, sejam componentes da mão de obra, sejam componentes do grupo dos detentores dos meios de produção.

Em certo corte espacial-temporal, tem-se um acontecimento, que difere de um fato, por tomar proporções ou possuir consequências significativas para determinados atores sociais (entendidos como classes, grupos), saindo do nível abstrato individual para um nível concreto coletivo. Isto significa que as mudanças sociais advêm de indivíduos agenciados, considerados

como aqueles com a capacidade para agir de modo diverso do esperado, “through some moments of ‘collective effervescence’ or ‘corporate action’, for example” (TONKONOFF, 2017, p. 08).

A perspectiva da análise de conjuntura tradicional possui uma congruência entre seus elementos e sua teoria. Porém, a um observador mais atento, o que fica claro é que antes mesmo de se olhar para um eventual “acontecimento”, é que já se possui uma roupagem predeterminada à qual se deve amoldá-lo. Com isso, em uma tentativa (com claros resquícios positivistas) de objetificação que possibilite um procedimento de verificação teórico-científica, subtrai-se do “acontecimento” sua realidade própria, sua dinamicidade.

Encontra-se presente na análise de conjuntura tradicional a ideia epistemologicamente positivista de que “Conhecer [...] é dessubjetivar, explicitar a parte do sujeito presente no objeto, de modo a reduzi-lo a um mínimo ideal [...] (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 50). A noção de “acontecimento” torna-se um conceito em que a subjetividade é objetivada nos termos da consciência coletiva (seja de um grupo, ou classe social), o que acaba por remeter o elemento imprevisível do acontecimento a explicações histórico-causais estruturais.

A tentativa de objetivação do acontecimento com a ignorância programada de suas aleatoriedades vai de encontro à proposta de uma análise conjuntural, que possui como objetivo retratar e identificar a dinâmica da realidade, com suas múltiplas faces. Pode-se dizer, sim, que em uma análise de conjuntura tradicional o objetivo está em retratar e identificar a dinâmica da realidade sob o viés de um pensamento estrutural no qual “we end up with a tautological cycle of social reproduction where the ‘structures’ determine the action which reproduce the ‘structures’.” (TONKONOFF, 2017, p. 08).

Embora a discussão e a problematização do método da análise de conjuntura tradicional tenham sido suscitadas pela reflexão quanto à categoria de “acontecimento”, isso nos permitiu avançar quanto à identificação e demonstração de outras eventuais lacunas atreladas diretamente ao modelo de pensamento teórico adotado para desenvolvê-la. A tentativa de objetificação dos elementos que compõem uma análise de conjuntura reduz as singularidades e diferenças presentes na realidade social, simplificando-as.

Há uma tendência à homogeneização de papéis na análise de conjuntura tradicional. Quando se pensa na ferramenta metodológica relativa aos “atores”, estes serão sempre classes, grupos, organizados e identificados em determinado “cenário”, segundo a lógica da luta de classes (SIBERTIN-BLANC, 2008). Assim como o objetivo explica o subjetivo, há uma resignação do imprevisível, do inédito e do novo ao estrutural, ao histórico-causal, como uma

operação de reconhecimento estrutural. Conhecer um acontecimento para a análise de conjuntura tradicional é conhecê-lo na estrutura, de modo que ele não pode ser conhecido adequadamente em si mesmo.

As contingências que se apresentam na análise de conjuntura tradicional são, primeiramente, a abordagem objetiva de elementos subjetivos; uma redução daquilo que é dinâmico a uma forma estática; a estipulação de uma roupagem prévia para os elementos que comporão à análise de conjuntura, reconduzindo o descontínuo ao contínuo; e, por fim, a consequente recomposição da realidade singular segundo grandes cortes estruturais binários, perdendo-se a espontaneidade das transformações sociais.

A carência teórica a respeito do método da análise de conjuntura tradicional não passa ignorada no meio acadêmico, afinal, embora seja praticada e realizada, ela ainda não possui um campo teórico-metodológico plenamente definido na ciência política (CRUZ, 2000). No âmbito da economia, foi criado um comitê de Pesquisa Econômica da Universidade de Harvard, em 1917; com a publicação anual de seu ‘barômetro econômico’, a análise de conjuntura foi convertida em uma especialidade, o que resultou em refinamentos teóricos e metodológicos (CRUZ, 2000).

Quanto à ciência política, além da obra de Herbert de Souza já mencionada, frisa-se o fato de que o dicionário de Noberto Bobbio, por exemplo, em suas mais de 1.300 páginas, não registra uma entrada sequer para o termo conjuntura (CRUZ, 2000).

[...] o fato de não constar como um domínio distinto no corpo da ciência política não quer dizer que a análise de conjuntura seja estranha a essa disciplina, ou que a mesma nada tenha a dizer de útil sobre como praticá-la. Mas implica sustentar duas proposições embaraçosas para quem – como eu – deve dissertar sobre esta temática: a) implica reconhecer que nesse campo, como em tantos outros, predomina em nossa área o dissenso – a pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas; b) [...] implica afirmar que essa dissonância se mantém, na maior parte das vezes, implícita, dada a carência de esforços abrangentes e sistemáticos de teorização sobre a referida problemática (CRUZ, 2000, p. 147).

O objetivo geral desta dissertação é demonstrar a complexidade de um acontecimento como categoria do social, a partir de um olhar sobre o 29 de abril de 2015, ocorrido no Centro Cívico de Curitiba. Devido aos pontos levantados, não será possível cumpri-lo exclusivamente nos moldes da análise de conjuntura tradicional. Neste momento da pesquisa, torna-se necessário pensar uma alternativa teórica, de forma que se propôs o que se convencionou chamar nesta dissertação de uma análise de conjuntura pós-estrutural.

2.3 O aporte pós-estrutural

O pós-estruturalismo é o nome que se dá ao movimento filosófico que teve início na Europa, em 1960, com influências em diversas áreas do conhecimento. Seus principais pensadores foram Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Michel Foucault e Júlia Kristeva. Em linhas gerais, pode-se conceituar o pós-estruturalismo como um conjunto de teorizações que mostram como os limites do conhecimento podem ser atravessados e revertidos em relações revolucionárias (WILLIAMS, 2013). Neste estudo, conforme delimitado, nos ateremos aos referenciais teóricos de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, sem prejuízo da utilização secundária e pontual de autores como Antonio Negri, Michael Hardt, Michel Foucault entre outros, que também partilham da mesma tradição intelectual.

Vertentes pós-estruturalistas implicam um pensamento crítico sobre os postulados tidos como verdades, como essências, visando demonstrar que os sentidos inatos da própria consciência e sua relação com as coisas não podem ser separados de contextos mais amplos. É um processo de pensamento (WILLIAMS, 2013). A proposta de uma análise de conjuntura pós-estrutural está em ressaltar a importância de um olhar crítico para o método em si. Trata-se, além de um exercício de resistência a modelos únicos das ciências, de conhecimento científico, de sugerir uma abertura do pensamento que permita um melhor aproveitamento da aplicação do método da análise conjuntural, uma complementação ao que já existe.

Quando Deleuze pensa em “estrutura”, afirmará que o estruturalismo teria substituído a noção de essência pela noção de sentido, ou seja, toda estrutura é determinada por e para alguma coisa (DELEUZE, 2006). A estrutura seria um aglomerado de relações múltiplas e singulares, dinâmicas e sempre em movimento, que funcionaria como a condição para a transformação das coisas (WILLIAMS, 2013). O estruturalismo seria a linha de pensamento que condiz com a gênese dessa estrutura, ou seja, quando essas relações estão alinhadas, acoplam-se, acomodam-se. Pensa-se a realidade em conformidade com a estrutura.

Todavia, ao se pensar nessa lógica, para Deleuze (2006), seria impossível determinar uma ordem de causalidade linear entre a estrutura e seus acidentes, suas fraturas, seus *acontecimentos*. Afinal, se para o estruturalismo o “acontecimento” possuiria uma roupagem prévia e pré-determinada que o remeteria às suas amarras, para a visão pós-estrutural o “acontecimento” é algo que reflete as instabilidades da estrutura, compostos de linhas de fuga que perpassam aquela realidade, eventos de multiplicidade e devires diferenciados. O pós-estruturalismo caracterizaria o “acontecimento” como aqueles momentos de ruptura, de relações desalinhadas, de acontecimentos anormais, de coisas que fogem aos limites estruturais.

Isto é, “estruturalismo e pós-estruturalismo trabalham com relações, mas essas relações não se dão entre coisas e ideias, mas entre diferentes séries de outras relações” (WILLIAMS, 2013, p. 90).

Quando se pensa em movimentos e manifestações sociais, é preciso entender que “por mais modesta que seja uma reivindicação, ela apresenta sempre um ponto que a axiomática não pode suportar” (LAPOUJADE, 2015, p. 27), ou seja, um *acontecimento*. O acontecimento quando pensado como categoria do social representa o momento em que singularidades, em determinado contexto, sentem a necessidade de protestar “*por eles mesmos*”, isto é, quando os corpos partem ao exercício de uma ação que possibilite levantar seus próprios problemas, caracterizando as situações particulares, pois “toda reivindicação se torna a reivindicação de uma multiplicidade ou de um povo” (LAPOUJADE, 2015, p. 28), sobre as quais se busca uma solução geral.

E este ponto que a axiomática não pode suportar, o acontecimento, em um modelo estrutural, é remetido ao conhecido. Enquadra-se esse acontecimento desconsiderando sua natureza acontecimental, pensando-o como consequência de uma causa estrutural pré-formada (luta de classes, capitalismo etc.). O acontecimento é visto pelo viés estrutural a partir do que Deleuze chamará de princípio da razão suficiente ou princípio transcendental, advindo da vertente kantiana. Segundo este princípio, existe um ‘fundamento’, que é a base de tudo ou o que se apresenta como tal; é a terra, o solo, sobre o qual irá se construir todo o resto. Em seguida, viria o “princípio transcendental”, que irá distribuir essa terra, esse solo segundo as exigências do fundamento, e é este princípio transcendental que desempenha o papel de “princípio da razão suficiente”. É ele quem irá selecionar as pretensões, distribuir o direito e conferir legitimidade às reivindicações (LAPOUJADE, 2015).

Entretanto, essa forma de interpretação da realidade é circular e, conseqüentemente, sem propriedade, como irá afirmar Deleuze. O fundamento embora possa se confundir com o princípio transcendente em alguns momentos de perfeita adequação, não será jamais igual a ele, pela razão de que não estamos tratando de conceito estáticos. O princípio transcendental está a todo tempo se modificando, na tentativa de conseguir abarcar as necessidades e diferenças provenientes do fundamento, porém, ele nunca conseguirá abarcar essas multiplicidades. O fundamento quando emana suas características diferenciais, que seriam captadas pelo princípio da transcendência, já não é mais o que era, de modo que, quando pelo princípio da transcendência tentasse “organizar” o fundamento, suas medidas não corresponderiam mais às medidas desta nova temporalidade fundamental.

Dessa forma, o acontecimento pensado como categoria do social, por um viés pós-estruturalista, está em compreender que por trás das reivindicações, das pretensões sociais existe um *fundamento dinâmico*, e não apenas uma causalidade histórica estática ou dialética, o que, para Deleuze, é um sinônimo de falso movimento. De modo que não há como se pretender analisar um acontecimento pensando-se apenas na oposição entre gênese e estrutura, devendo-se levar em consideração a noção de “empirismo transcendental”, traduzida como uma perspectiva sensível, capaz de ultrapassar a exterioridade entre condições e condicionado (DELEUZE, 2006).

Partindo da funcionalidade do método da análise de conjuntura como algo que possibilite reconhecer e identificar o funcionamento de “acontecimentos”, nada mais coerente do que desenvolvê-la através do viés teórico pós-estrutural, interpretando o acontecimento como uma categoria do social, o que irá permitir observar os elementos que fogem à lógica da normalidade estrutural, não ignorando que hajam relações entre condições econômicas, sociais e políticas que contribuam para sua ocorrência.

O método da análise de conjuntura tradicional permite explicar a emergência de determinadas relações estruturais; porém, deixa de lado a existência de um pano de fundo que contém outras relações. Faltam ferramentas que permitam olhar a estrutura e o acontecimento do modo como se apresentam: em movimento, compostos de relações (“alinhadas” ou “destacadas”) em constante modificação, ou usando o termo deleuziano, em constante “processo de atualização”.

Deleuze descreve o real como um plano de imanência, composto por multiplicidades, as quais implicam elementos virtuais (linhas de fuga/ruptura) e elementos atuais (linhas molares e moleculares). Uma percepção atual (em nível concreto) estaria cingida em uma nebulosidade de elementos virtuais (à medida que sua velocidade/brevidade os mantém sob um princípio de inconsciência) distribuídos em circuitos moventes (DELEUZE, 1996). Dessa forma, Deleuze chamará o movimento dinâmico da estrutura de “processo de atualização”; por ele, relações estruturais ideais (virtuais) se tornam expressas em partes e espécies atuais. A estrutura exprime o atual. E assim, olhar para o atual sem considerar as relações não estruturais e virtuais que o compuseram, ou que o impeliram a transformações inéditas, é realizar uma análise incompleta do acontecimento (WILLIAMS, 2013). Isto implica a impossibilidade do dualismo de complementação entre estrutura e conjuntura. Tudo o que há é o plano de imanência e os seus acontecimentos.

A fim de evitar dúvidas, não é correto pressupor que haveria uma virtualidade pré-formada apenas aguardando por seu momento de atualização. As virtualidades são marcadas

justamente por um caráter multifacetado e imprevisível, no sentido de que não há uma correspondente identitária, fixa e imutável a que se remeter. Isso significa que o processo de atualização só se opera por divergência, e não por identidade. As virtualidades estão em constante movimento, conglobando-se, modificando-se, mantendo-se, extinguindo-se, e todas as variações relacionais que se puder pensar (DELEUZE, 2006).

Uma análise de conjuntura pós-estrutural permite observar o “acontecimento” e os demais elementos que compõem uma análise de conjuntura do modo como se apresentam, naquela temporalidade, com todas as suas imperfeições e pontos inexplicáveis, rasgando as roupagens estruturais impostas pela análise de conjuntura tradicional. Permite, ainda, uma reflexão crítica a respeito da virtualidade que compõe o “acontecimento”, complementando a visão da análise de conjuntura tradicional que toma como base apenas os elementos atuais já agenciados pelos mecanismos de poder. A partir de uma análise de conjuntura pós-estrutural não mais se torna homogêneo, se unifica, mas se olha para as multiplicidades tais como elas se apresentam.

2.4 Ferramentas para o desenvolvimento de uma análise de conjuntura pós-estrutural

Após esses delineamentos teóricos elementares da análise de conjuntura pós-estrutural, que permitiram explicar a diferente apreensão da categoria de “acontecimento”, são necessárias algumas considerações instrumentais. A problematização dos elementos da análise de conjuntura tradicional só foi possível no decorrer de seu desenvolvimento, no qual se identificaram contingências que ensejaram a necessidade de se pensar alternativas de complementação.

Não há a pretensão, nesta dissertação, de estabelecer um “novo” método da análise de conjuntura, trocando seu nome, ou seu referencial teórico, e, tampouco a substituição das ferramentas já propostas e existentes. A intenção deste trabalho consiste em um delineamento de categorias, a partir do referencial teórico deleuziano, que permitam a problematização da categoria do “acontecimento”, tendo como pano de fundo o contexto empírico delimitado entre os meses de fevereiro a setembro de 2015 que desembocaram na repressão do dia 29 de abril de 2015, em Curitiba, Paraná, e uma complementação problematizante. Embora se tenha convencionado didaticamente diferenciar-se em análise de conjuntura tradicional e análise de conjuntura pós-estrutural, ambas devem ser vistas como método da análise de conjuntura. Apela-se, neste momento, à forma ensaística escolhida para apresentação dos argumentos e

concatenações que seguem, pois em momento algum há qualquer pretensão de certeza, há apenas há uma tentativa, humilde e séria, em cumprir com o objetivo geral a que se propõe.

O norte que guiará todo o pensamento de nossa análise de conjuntura pós-estrutural é o conceito de “acontecimento”, afinal, conforme demonstrado, é a partir de sua problematização que surgem não apenas as eventuais lacunas teóricas que serão demonstradas no desenvolvimento das categorias sugeridas, como também as possíveis saídas teóricas pós-estruturais.

As ferramentas e o modo de efetuação de análise de conjuntura tradicional se mostram insuficientes para cumprir com nosso objetivo, logo repensamos as categorias a partir do referencial teórico de Gilles Deleuze que permitissem discussões no nível da virtualidade, as quais consistem em: a) agenciamento de percepção; b) agenciamento de reconversão; c) agenciamento coletivo de desejo; e d) processo de subjetivação coletiva.

Estas categorias advêm da teoria deleuziana quando pensa o acontecimento de maio de 68, na França. Sob o título “Maio de 68 não ocorreu”, Deleuze e Guattari afirmam a existência de um acontecimento “irredutível aos determinismos sociais, às séries causais” (2015, p. 119), um acontecimento cuja multiplicidade, cuja singularidade, não podem ser ignoradas e nem reduzidas a referenciais estruturais: “[...] o próprio acontecimento está deslocado ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 119).

Pensar o acontecimento como “abertura de possíveis” é reconhecer sua história de sucessivas instabilidades e “flutuações amplificadas”, sendo que entre agitações, mobilizações e ilusões o que realmente importa é o fenômeno de vidência, ou o agenciamento de percepção. Em um agenciamento de percepção/fenômeno de vidência é “como se uma sociedade visse, de repente, *o que ela tinha de intolerável*, e visse também a possibilidade de outra coisa” (DELEUZE, 2015, p. 119). O agenciamento de percepção é este momento em que a sociedade, os envolvidos em determinado contexto, passam a perceber, a sensibilizar-se por aquilo que até então era imperceptível, insensível. Há uma mudança, uma alteração na percepção social que traz consigo uma urgência afetiva coletiva, apresentando aquilo que não pode mais ser tolerado quotidianamente.

Com esta mutação social, “não basta extrair dela todas as consequências ou efeitos, segundo linhas de causalidade econômicas e políticas” (DELEUZE, 2015, p. 119), é preciso perceber que com seu advento abre-se uma brecha virtual para além de uma dada formação, um agenciamento de reconversão. O agenciamento de reconversão é a “possibilidade de outra

coisa”, a noção de que “o possível não preexiste, é criado pelo acontecimento. É uma questão de vida. O acontecimento cria uma nova existência, produz uma nova subjetividade (novas relações com o corpo, o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho” (DELEUZE 2015, p. 119). Em outras palavras, com a mutação dos afetos sociais, advém, também, a necessidade e a capacidade de formar novos agenciamentos coletivos que correspondam a esta nova subjetividade, de tal maneira que se queira e se instrumentalize a mudança do “intolerável”.

Algo só *acontece* quando há um agenciamento de percepção, quando há esta mutação de afetos sociais que ensejam que algo seja feito, ou melhor, que as coisas não podem mais permanecer como estão. A partir do agenciamento de percepção, há, simultaneamente, ou posteriormente, um agenciamento de reconversão, no qual a mutação acompanha uma mobilização de atuais, uma mobilização de corpos, de relações, formações e arranjos de subjetividades que visem corresponder ao agenciamento de percepção (DELEUZE, 2015).

Tendo nossa realidade como um plano de imanência (composto por um registro ontológico virtual e outro atual), continuamente repartido por segmentos e atravessado por fluxos de desejo e afeto, isso implica reconhecer que cada um de nós é atravessado por diferentes fluxos, ou seja, somos segmentarizados, individual e coletivamente:

Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções [...] Somos segmentarizados binariamente, a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, etc. Somos segmentarizados circularmente, em círculos cada vez mais vastos, em discos ou coroas cada vez mais amplos, à maneira da “carta” de Joyce: minhas ocupações, as ocupações de meu bairro, de minha cidade, de meu país, do mundo... Somos segmentarizados linearmente, numa linha reta, em linhas retas, onde cada segmento representa um episódio ou um “processo”: mas acabamos um processo e já estamos começando outro, demandantes ou demandado para sempre, família, escola, exército, profissão, e a escola nos diz: “Você já não está mais em família”, e o exército diz: “Você já não está mais na escola...”. Ora os diferentes segmentos remetem a diferentes indivíduos ou grupos, ora é o mesmo indivíduo ou mesmo grupo que passa de um segmento a outro (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 02).

Os agenciamentos são articulações complexas desses segmentos, desses fluxos, envolvendo enlaces de estados de coisas, corpos, enunciados e regimes de signos, isto é, são como dispositivos que formam um conjunto heterogêneo que pode englobar instituições, leis, medidas administrativas, proposições morais, filosóficas (FOUCAULT, 1998). Essas articulações são divididas por Deleuze em agenciamentos de poder e agenciamentos de desejo.

Todo segmento atual (molar) é conformado por um tecido micrológico e virtual (molecular). Um agenciamento implica, ao mesmo tempo, uma linha de força, como uma terceira dimensão, invisível e indizível, mesclada com as outras linhas, que não cessa de

produzir o real (plano de imanência) (DELEUZE, 1996). Daí falar-se em agenciamentos de poder, como centros de poder que funcionam ressonando para dispersões virtuais (moleculares), traduzindo um fluxo virtual em atual. Um agenciamento de poder possui potência para traduzir, sobrecodificar, reterritorializar e deter fluxos, formando um campo de possíveis (virtualidades) em segmentos molares (atuais), geralmente pela forma de binarismos ou contradições (DELEUZE, 1996a).

Quando se fala de agenciamento de poder, é possível uma aproximação com Foucault (2015), que concebe o poder como relação de forças, que não apenas reprime, mas como algo que produz realidade, condutas, sujeitos, verdades. A diferença reside no fato de que em uma análise de conjuntura tradicional o poder é concebido como restrito a relações estruturais de propriedade, capital, hierarquia, sujeição etc., a partir de um sistema de classes dominantes e dominadas. Todavia, quando se parte da análise desses grandes recortes de poder se perde a visualização de que cada recorte é composto por microrrelações de poder (FOUCAULT, 2014), o que impossibilita compreender no detalhe as multiplicidades.

O poder, segundo o viés proposto na análise de conjuntura pós-estrutural, permite demonstrar seu funcionamento mais como estratégia de agenciamento, algo que “se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (FOUCAULT, 1977, p. 29). Significa identificar não mais ‘a classe detentora do poder’, e sim quais são os agenciamentos de poder exercidos naquela determinada realidade, como funciona e o que mobiliza aquelas relações de poder, quais são as estratégias, as manobras, as técnicas, as táticas, que podem ser definidas por pontos diversos, ainda que transitórios: focos de instabilidade, momentos de ruptura, linhas de fuga.

Em uma análise de conjuntura tradicional, seus elementos se encontram determinados por esses agenciamentos de poder, e uma visão crítica para além desses agenciamentos só é possível a partir de marcos teóricos-estruturais. Sabendo-se que o desejo pode ser agenciado, maquinado, propõe-se a categoria de análise de agenciamento coletivo de desejo. Enquanto o agenciamento de percepção trata de mudanças que se contraefetua no nível da atualidade, em nível concreto, do mediato, no âmbito dos atores, do indivíduo; o agenciamento coletivo do desejo, por sua vez, seria aquela mudança em nível de atualização do virtual de maneira imperceptível, isto é, as amarras maquinicas que se concatenam agenciando o desejo, aquilo que virtualmente circunda todo contexto coletivo (DELEUZE, PARNET, 1998).

Precedendo os agenciamentos de poder, nós temos, a partir de Deleuze, a categoria dos agenciamentos de desejo.¹⁶ O desejo produz agenciamentos na medida em que não se deseja algo ou alguém, e sim um conjunto, no sentido de se questionar qual é a natureza das relações entre determinados elementos que produz o desejo (DELEUZE *In: Abecedário de Deleuze*, 1988-1989). O desejo não é um estado do sujeito, nem uma tensão na direção da objetividade, ou que vá em direção da representação do sujeito (SIBERTIN-BLANC, 2010). O desejo é produtivo:

It est une activité transindividuelle d'élaboration, analysable en termes économiques d'énergie, liable, déplaçable, transformable, et en termes topiques de système d'inscription complexe articulant des signes ou <<traces>> les plus diverses, représentations de choses et souvenirs, signes et symboles sociaux, états de choses et rapports somatiques, morceaux de corps et fragments de mots (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 21).¹⁷

Logo, o desejo possui um caráter produtivo e político-social, por ser uma atividade transindividual de elaboração (SIBERTIN-BLANC, 2010). A relevância em se demonstrar os agenciamentos de desejo está em identificar quais são os mecanismos maquínicos por trás do desejo, afinal, o fim supremo do capitalismo “é o de produzir a falta nos grandes conjuntos, de introduzir a falta onde há sempre excesso. Distribuir a falta e distribuir a potência social em função dessa falta” (LAPOUJADE, 2015, p. 172).

Deleuze irá afirmar que o “agenciamento de desejo marca que o desejo jamais é uma determinação ‘natural’, nem ‘espontânea’”. (DELEUZE, 1994, p. 03). O exemplo trazido

¹⁶ Platão entendia o desejo como sinônimo de falta, este conceito será reafirmado por Sócrates quando diz que “só poderíamos desejar o que não temos”. Quando Deleuze trata do desejo, ele se opõe à conceituação feita por Platão, à filosofia idealista de Hegel e à psicanálise de Freud e Lacan. Deleuze parte do conceito de desejo trazido por Nietzsche e Espinosa, em que há reversão do sentido de “desejo”, passando a ser visto como uma “vontade de potência” (TRINDADE, 2013). Assim, para Deleuze e Guattari, o desejo não é uma falta, o desejo é produção, por isso afirmaram em entrevista à Claire Parnet que: “Queríamos dizer a coisa mais simples do mundo: que até agora vocês falaram abstratamente do desejo, pois extraem um objeto que é, supostamente, objeto de seu desejo. Então podem dizer: desejo uma mulher, desejo partir, viajar, desejo isso e aquilo. E nós dizíamos algo realmente simples: vocês nunca desejam alguém ou algo, desejam sempre um conjunto. Não é complicado. Nossa questão era: qual é a natureza das relações entre elementos para que haja desejo, para que eles se tornem desejáveis? [...] Nunca desejo algo sozinho, desejo bem mais, também não desejo um conjunto, desejo em um conjunto. Podemos voltar, são fatos, ao que dizíamos há pouco sobre o álcool, beber. Beber nunca quis dizer: desejo beber e pronto. Quer dizer: ou desejo beber sozinho, trabalhando, ou beber sozinho, repousando, ou ir encontrar os amigos para beber, ir a um certo bar. Não há desejo que não corra para um agenciamento. O desejo sempre foi, para mim, se procuro o termo abstrato que corresponde a desejo, diria: é construtivismo. Desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto, conjunto de uma saia, de um raio de sol... É do campo do desejo. Mas um desejo é isso, é construir. Ora, cada um de nós passa seu tempo construindo, cada vez que alguém diz: desejo isso, quer dizer que ele está construindo um agenciamento, nada mais, o desejo não é nada mais.” (DELEUZE, *In: Abecedário de Deleuze*, 1988-1989).

¹⁷ Tradução para português: “Ele é uma atividade transindividual de elaboração, analisável em termos econômicos de energia, é ligável, deslocável, transformável e, em termos tópicos de sistema de inscrição complexa, articula signos ou traços dos mais diversos, representações de coisas e memórias, signos e símbolos sociais, estados de coisas e relações somáticas, pedaços de corpos e fragmentos de palavras” (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 21).

pelo autor é o do sistema feudal, caracterizado como um agenciamento que coloca em jogo relações com animais, com a terra, com as mulheres, com a desterritorialização (cruzadas) etc. (DELEUZE, 1994). Logo, o desejo está diretamente vinculado à realidade social, política e histórica de determinado período, de modo que “O investimento libidinal do real social-histórico seja imediato, que o desejo seja produto e produtor nesse real antes de ser a expressão psíquica de um sujeito, isso significa que o desejo não tem necessidade de nenhuma dessexualização nem projeção”¹⁸ (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 27).

O desejo não pode ser ignorado em uma análise conjuntural acerca de determinado acontecimento, pois o fato dele se encontrar vinculado à realidade social, política e histórica significa dizer que ele vai além de uma mera consequência causal histórica, ele contribui para produzir o real, e “isso coloca imediatamente a análise do desejo, das suas formações, dos seus complexos, sobre o terreno da análise social, econômica e política” (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 27).¹⁹

Ao se tratar de agenciamento coletivo de desejo, a pergunta que se faz é “O que se passou?”, “O que mudou?”, buscando identificar quais são esses mecanismos que influenciam no desejo e no afeto coletivo, nos níveis social, político e econômico; em buscar demonstrar como esses mecanismos afetam as novas subjetividades formadas a partir de um acontecimento. O agenciamento coletivo de desejo tem por finalidade demonstrar como teria ocorrido a transformação na produção e circulação de discursos e signos, em nível virtual, daquele coletivo social (DELEUZE, 2015).

A partir de Deleuze, o processo de subjetivação coletiva seria o correlato de novas capacidades de esmigalhamento identitário e reterritorialização subjetiva que um acontecimento produz. A partir da demonstração de como os agenciamentos de percepção, reconversão e coletivo de desejo se manifestam em determinado acontecimento, seria possível avaliar em que medida houve a formação de uma nova subjetividade advinda desses processos, e de que forma, ou em quais momentos, ela se constituiria em uma abertura de possível (DELEUZE, 2015).

O acontecimento como categoria do social produzirá novas subjetividades, ou seja, processos de fluxos e segmentos (DELEUZE, 2015). Todavia, nada garante que essas subjetividades venham a se constituir, de fato, em rupturas aos processos de subjetivação

¹⁸ “l’investissement libidinal du réel social-historique soit immédiat, que le désir soit produit et producteur dans ce réel avant d’être l’expression psychique d’un sujet, cela signifie que le désir n’a besoin de nulle déssexualisation ni projection” ¹⁸ (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 27).

¹⁹ “cela place immédiatement l’analyse du désir, de ses formations, de ses complexes, sur le terrain de l’analyse sociale, économique et politique” (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 27).

hegemônicos que as qualificam e caracterizam. Mesmo que em dado momento haja a junção de corpos em prol de uma ação, com a formação de uma nova subjetividade com objetivos diversos do que se possuía anteriormente, é necessário identificar se, e como, essas subjetividades rompem com a construção de subjetividade dominante, por exemplo de “massa-trabalhadores”, “povo-eleitores”, “classe-sindicalistas” etc.

O papel da categoria relativa aos processos de subjetivação coletiva seria identificar como as subjetividades se constituem e de que maneira funcionam como instrumentos estratégicos no âmbito das reivindicações e pretensões sociais, compondo linhas de fuga, movidas por devires e responsáveis pela abertura de um campo de possíveis. Para Deleuze, a categoria dos processos de subjetivação consiste em tentar encontrar no real aquilo que, por vezes seria trabalho apenas da literatura, o “povo que falta”, ou seja, uma subjetividade à altura do acontecimento, “não é um povo chamado a dominar o mundo. É um povo menor, tomado num devir-revolucionário. Talvez ele só exista nos átomos do escritor, povo bastardo, inferior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado” (DELEUZE, 1997, p. 14).

Como se pode ver, não se trata de categoria prontas e acabadas, ou de ferramentas que substituam o já existente com outro nome. Anda-se por um terreno arenoso, resguardando-se de toda segurança e comprometimento metodológicos e teóricos possíveis. A alternativa categórica deleuziana permite uma problematização e um aprofundamento de análise da categoria do *acontecimento* que o viés adotado por uma análise de conjuntura tradicional não permitiria.

Apresenta-se, na sequência, além de uma análise estrutural, um esboço crítico e teórico de demonstração de lacunas metodológicas e de desenvolvimento de uma análise de conjuntura pós-estrutural. As categorias utilizadas para demonstração da complexidade do *acontecimento*, bem como para sua problematização, partem dos conceitos aqui traçados como: agenciamentos de percepção, agenciamentos de reconversão, agenciamentos coletivos de desejo, e processos de subjetivação coletivos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, Louis. **La transformación de la filosofía**. In: Filosofía y cambio social. Buenos Aires: Ediciones Metropolitanas, 1984.

ALTHUSSER, Louis. **Política e história: de Maquiavel a Marx**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Análise de conjuntura: teoria e método**. Aparte da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf>, acesso em 10 de agosto de 2018.

CEDIB. Equipo Educación y Equipo Poder Local. **Qué es y como se hace Análisis de Coyuntura?**. Taller de Análisis de la Realidad (TAR IV). Módulo 12. Cochabamba, Bolívia. Disponível em: <<http://www.centrodeestudiosestrategicos-cee-panama.org/files/Qu%C3%A9%20es%20y%20c%C3%B3mo%20se%20hace%20An%C3%A1lisis%20de%20Coyuntura%20-%20CEDIB%20-%2029%20p..pdf>>, acesso em 10 de agosto de 2018.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Teoria e método na análise de conjuntura**. Plataforma Scielo. In: Educação & Sociedade (online). Ano XXI. n. 72. Publicado em agosto de 2000, p. 145-152. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4197.pdf>>, acesso em 03 de outubro de 2018.

DE LARA, Sueli do Rocio. **Resenha 18 Brumário**. Plataforma Scielo. Educação rec. n. 33. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100017>, acesso em 03 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. Textos e entrevistas (1953-1974). Tradução de Luiz B. L. Orlandi et al. São Paulo: Iluminaturas, 2006.

DELEUZE, Gilles. **A literatura e a vida**. In: DELEUZE, Gilles. Crítica e clínica. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **D de desejo**. In: PARNET, Claire, Abecedário de Deleuze, 1988-1989. Disponível em: <<http://notaterapia.com.br/2016/06/14/d-de-desejo-o-que-e-desejo-para-deleuze-abecedariodeleuze/>>, acesso em 28 de novembro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **Desejo e prazer** (Désir et plaisir). n. 325. Paris: Magazine Littéraire, 1994, pp. 57-65. Disponível em:< <http://files.grupo-limiar.webnode.com/200000033-8705f87ff2/DELEUZE,%20Gilles.%20Desejo%20e%20Prazer.pdf>>, acesso em 01 de dezembro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **Em que se pode reconhecer o estruturalismo?**. In: François Châtelet. Ed. Histoire de la philosophie. T. VIII. Les Lumières. XX^a siècle. Paris: Hachette, “col. Pluriel”, 1972, pp. 299-335.

DELEUZE, Gilles. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **O atual e o virtual**. Texto originalmente publicado em anexo à nova edição de *Dialogues*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet. Paris: Flammarion, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **1874 – Três novelas ou “O que se passou?”**. In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Maio de 68 não ocorreu**. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência. 1º quadrimestre de 2015. Vol. 8. Nº1. Pp. 119-121. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>>, acesso em 08 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: N-1 edições, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

NUNES, Ana Karin. **Análise de conjuntura em relações públicas: contribuições para o diagnóstico da relação poder/comunicação no sistema organização-públicos**. VIII Seminário Internacional de Comunicação Social. Porto Alegre: PPGCOM, PUC/RS, 2005. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/teoriaseconceitos/0248.pdf>>, acesso em 10 de agosto de 2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **Análise da conjuntura: como e por que fazê-la**. Brasília, DF: DIAP, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara. **Teorias da Ação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2014

ROSSETTI, José Paschoal. **Política e programação econômica**. São Paulo: Atlas, 1976.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **Deleuze et l'anti-Edipe. La production du désir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **Individualité historique et sudétermination dans la contre-révolution: réflexions sur le dispositif de véridiction conjoncturelle du Dix-huit Brumaire de Louis Bonapart de Marx**. Groupe de Recherches Matérialistes. 2008.

Disponível em:< <https://f-origin.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/1106/files/2013/01/GRM2.2.Sibertin-Blanc.pdf>>, acesso em 06 de outubro de 2018.

SILVA, Luiz Eduardo Prado. **Metodologia de análise de conjuntura**. 2014. Disponível em:< ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/download/1171/1134>, em data de 18 de abril de 2018.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1985.

TONKONOFF, Sergio. **From tarde to Deleuze and Foucault**. The Infinitesimal Revolution. 1. ed. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2017.

TRINDADE, Rafael. **Deleuze e o desejo**. Razão Inadequada, 2013. Disponível em:<<https://razaoinadequada.com/2013/02/08/deleuze-desejo/>>, acesso em 28 de novembro de 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify/N-1 edições, 2015.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Série Pensamento Moderno. Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

3 AGENCIAMENTO DE PERCEPÇÃO OU FENÔMENO DE VIDÊNCIA

Os agenciamentos de percepção ou fenômenos de vidência desafiam a refletir sobre a realidade e suas ocorrências cotidianas que, por vezes, levam a um acontecimento enquanto, segundo Deleuze, momento em que “se vê” o que antes “não se via”. Quando aquilo que “era tolerado ainda ontem” se torna, hoje, intolerável; o momento em que algo mudou, afinal “a percepção, a semiótica, a prática, a política, a teoria, estão sempre juntas” (DELEUZE, 1996a, p. 12).

Para demonstrar que houve uma mudança na percepção social, é necessário, primeiramente, identificar qual era a percepção social anterior a fevereiro de 2015, momento em que tiveram início as manifestações na Assembleia Legislativa. Essa é a condição para demonstrar a mudança nos afetos coletivos que deu início ao movimento grevista de professores e servidores de 2015 no Paraná. Na sequência, é necessário identificar qual foi a percepção social entre os meses de fevereiro a setembro de 2015 e suas eventuais variações neste período.

Esta dissertação se constitui sobre a base de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, de modo que, quando pensamos em termos de demonstração da percepção social, a faremos em termos de indicativos, tomando por suporte o contexto social, político e econômico apresentado pelo material jornalístico analisado (conteúdo dos jornais “Gazeta do Povo” e “Folha de Londrina”). Este ensaio é uma tentativa de assinalar *como* se passou do imperceptível cotidiano para a percepção de que o contexto exigia uma reorganização dos corpos, de forma a constituir subjetivações aptas a reivindicar os direitos em questão.

Apresenta-se, portanto, uma contextualização do movimento grevista de 2015, pontuando em quais momentos ele se diferenciou do contexto anterior ao mês de fevereiro de 2015 e como as percepções sociais foram mudando até desembocarem no dia 29 de abril de 2015. Após isso, será possível demonstrar em quais termos, segundo a análise de conjuntura tradicional e a análise de conjuntura pós-estrutural, o acontecimento é caracterizado.

Por fim, especifica-se como a mudança dos afetos de resistência, da sensibilidade social, permitem pensar o movimento grevista de 2015 e a ocorrência do dia 29 de abril de 2015, pois “um acontecimento pode ser contrariado, reprimido, recuperado, traído, mas ele não deixa de comportar algo que não pode ser ultrapassado” (DELEUZE, 2015, p. 119), isto é, enquanto abertura de possível, abertura à luta pelo comum.

3.1 Contextualização do movimento grevista de 2015

Herbert de Souza (1985) define que o cenário é o local onde a trama social e política se desenvolveu, o qual pode, inclusive, se deslocar de acordo com o desenrolar do conflito, passando, por exemplo, de ruas e praças para sessões parlamentares. Entretanto, este conceito de cenário como “um espaço” é reducionista. Por exemplo, dizer que o 29 de abril de 2015 ocorreu no Centro Cívico de Curitiba, não demonstra, por si só, as razões que tornariam este local peculiar, exceto pelo fato de ser onde se encontra a Assembleia Legislativa.

A ideia de cenário produzida pela análise de conjuntura tradicional poderia ser caracterizada, ainda, como sinônimo de “espaço-tempo redutível a um modo de produção”; isso quer dizer que a teoria marxista e seus desdobramentos estão inscritos em uma espécie de “fase atual”. Esta, se identifica pela exploração capitalista que, eventual e futuramente, caminharia para o comunismo, entendido como um fato histórico pelo qual haveria a superação do capitalismo (MARX; ENGELS, 1998). Logo, as implicações e consequências futuras desse cenário da análise de conjuntura tradicional estão diretamente relacionadas a um prolongamento alusivo e em negativo da “possibilidade objetiva de uma tendência atual”; isto é, até uma revolução proletária comunista que ultrapassasse a “fase atual” de exploração capitalista (ALTHUSSER, 1978). Enquadrar o “cenário” ao modo de produção de determinada época consiste em uma das limitações da ferramenta metodológica trazida pela análise de conjuntura tradicional.

Pouco mais de um ano antes do 29 de abril de 2015, em 23 de abril de 2014, começou a greve de professores e funcionários das escolas da rede pública estadual de ensino do Paraná, que englobava, segundo dados fornecidos pela APP-Sindicato à época, cerca de 2.149 escolas, 1.366.251 alunos matriculados e 73.595 professores e pedagogos (G1PR, 23.04.2014). A greve em 2014 foi motivada pela morosidade governamental em atender demandas consideradas urgentes pela categoria. As demandas da greve eram: a) um novo modelo de atendimento à saúde; b) a implementação dos 33% de hora-atividade para o magistério no início do ano letivo de 2014; c) a reposição dos descontos feitos no auxílio-transporte; d) a implantação do Piso Nacional para o professor (mínimo de 8,32%); e) o reajuste no mesmo índice do Piso Regional (7,34%) para os funcionários de escolas; f) o pagamento das promoções e progressões em atraso; g) o fim do corte do auxílio transporte para os afastados por licença médica; h) e melhoria do contrato de Processo Seletivo Simplificado (PSS) (G1PR, 23.04.2014). O que depreende destes dados é que o descaso governamental em relação ao setor educacional no Paraná não é, e nem foi em 2015, necessariamente, uma novidade.

O governo afirmou que a implementação da hora-atividade pedida pelo sindicato estaria prevista para o próximo ano letivo (2015), quando os novos professores aprovados em concurso assumiriam as funções (G1PR, 23.04.2014). A justificativa foi de que o custo desta implementação seria de R\$ 17 milhões por mês ao Estado e, atualmente, os professores já teriam 30% de hora-atividade, o que representaria seis aulas por semana sem interação com o aluno (G1PR, 23.04.2014). Quanto ao aumento de 10% reivindicado pela categoria, a Secretaria da Educação informou que o governo oferece um reajuste previsto na data-base de 6,06%, e que o Paraná já pagaria 70% a mais do que o piso nacional - que era de R\$ 1.697,00 para 40 horas. Segundo o governo estadual, o salário inicial em 2013/2014 para 40 horas por semana, já com auxílio transporte, seria de R\$ 3.005,94. Em relação à implantação das promoções e progressões, o governo afirmou que os professores e funcionários com direito – aproximadamente 22 mil profissionais –, começaram a receber em março e que a primeira parcela dos avanços devidos seria paga no mês de maio (G1PR, 23.04.2014).

O governo também garantiu estar em fase final de um concurso público para a contratação de 13,7 mil novos professores e pedagogos. Segundo seus dados, nos anos de 2011, 2012 e 2013 foram contratados 17.261 novos professores e funcionários aprovados em concurso público e outros 4,2 mil funcionários administrativos e de apoio, que aguardavam nomeação desde 2007 (G1PR, 23.04.2014). Ante esta resposta governamental, a greve foi suspensa no dia 29 de abril de 2014, depois de seis dias de paralisação, por decisão tomada em assembleia, em que a categoria discutiu as propostas apresentadas pela Secretaria de Educação (G1PR, 23.04.2014).²⁰

²⁰ As propostas foram: a) uma comissão de estudos sobre o Sistema de Assistência à Saúde (SAS) dos funcionários públicos do Paraná; b) a Secretaria da Educação encaminhará proposta de alteração da lei que regulamenta a contratação por Processo Seletivo Simplificado (PSS), que passará a contar como tempo de serviço para fins de estágio probatório no caso de aprovação em concurso público, e também aumentará a remuneração do profissional que possuir pós-graduação; c) pagamento de promoções e progressões do ano passado em três parcelas, nos meses de junho, agosto e novembro deste ano; d) a partir de agosto (2014) implantar uma compensação financeira pela diferença de 3,3% de hora-atividade, e torná-la efetiva na distribuição das aulas do ano que vem. Hoje os professores já contam com 30% sobre o tempo de aula; e) equiparar o auxílio-transporte de agentes educacionais ao do cargo de professor de 20 horas, de R\$ 250,48 para R\$ 361,63; f) uma comissão será formada pela Secretaria para discutir a questão da jornada de trabalho das Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, com participação das entidades conveniadas; g) proposta de aumento salarial de 6,5% para os professores, mesmo índice que será aplicado às demais categorias de servidores do estado na data-base. Até então, o salário inicial para os professores em 2013/2014 para 40 horas por semana, já com auxílio transporte, era de R\$3.005,94; h) incluir no projeto de lei da data-base um artigo estabelecendo que nenhum servidor público receberá salário abaixo do piso mínimo regional, que varia de R\$ 948,20 a R\$ 1.095,60. A medida anunciada na reunião do governo com o sindicato dos professores beneficiará diretamente funcionários das escolas estaduais, como as merendeiras; i) revogação do desconto do auxílio transporte em casos de tratamento de saúde; j) uma comissão para estudar a questão do cargo de 40 horas, composta pela Secretaria da Educação, da Administração e Previdência e pelo sindicato (G1PR, 29/04/2014).

Em 02 de fevereiro de 2015, quando o deputado Ademar Traiano (PSDB) assume a presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, as galerias estavam lotadas de servidores em protesto questionando o adiamento do pagamento do terço de férias do funcionalismo e a prorrogação dos acertos com os trabalhadores provisórios da educação. O hino nacional foi abafado por gritos de “Richa caloteiro, cadê o meu dinheiro?” (RAMOS, 02.02.2015, p. 03).

O material jornalístico indica um cenário político e social marcado pelo descompromisso com o setor da educação desde 2014, por uma greve do funcionalismo, e pelo distanciamento entre a população, o setor público e o trabalho realizado pelos deputados da Assembleia Legislativa. As galerias ocupadas logo no começo do ano de 2015 dos trabalhos da Assembleia Legislativa, segundo a análise de conjuntura tradicional, poderia ser descrito como o início de protestos da classe dos professores, em virtude do não cumprimento de promessas previamente realizadas. Por meio da análise de conjuntura tradicional, poderia se assinalar como principal “agente mobilizador” das manifestações na Assembleia Legislativa o aspecto econômico e de classe, diante da falta de quitação do débito estatal com a categoria.

No entanto, na análise de conjuntura pós-estrutural, na qual não se reduz o acontecimento a fatos, vê-se que entre a resposta dada pelo governo em meados de 2014 e o início dos trabalhos na Assembleia Legislativa de 2015 houve uma mudança nos ânimos sociais. Há um indicativo de que a afronta governamental ultrapassou a questão econômica, pois em abril de 2014 já haveria elementos suficientes de descontentamento econômico com a política governamental adotada. Isso significa que se o interesse fosse meramente econômico, não haveria razão para esse espaço de tempo, (entre abril de 2014 a fevereiro de 2015) antes de se realizar uma manifestação popular.

Diante da expressão popular, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) afirmou que um conjunto de medidas de contenção de despesa seria apresentado e, provavelmente, votado em regime de comissão geral (ANÍBAL, 02.02.2015).²¹ Este “conjunto de medidas de contenção de despesa” foi encaminhado pelo governador Beto Richa para a Assembleia Legislativa em 04 de fevereiro de 2015, na forma de dois projetos de lei – que seguiriam com pedido de urgência e para aprovação o mais rápido possível, pois continham medidas que melhorariam o fluxo de caixa do governo (WILTEMBURG, 05.02.2015).

²¹ Normalmente, um projeto de lei precisa passar por várias comissões antes de chegar até o plenário (quantas e quais, depende do objeto da proposta). O regime de comissão geral é uma manobra que permite votação a toque de caixa, sem que os projetos passem pelas devidas comissões, tornando a tramitação mais célere (MARÉS, et al. 11.02.2015). Isso significa que o regime da comissão geral subtrai as oportunidades de oposição de ânimos nos momentos de deliberação legislativa, as oportunidades para apresentações de contrapontos argumentativos. A existência dessa ferramenta legislativa implica o reconhecimento da existência de um déficit representativo democrático no sistema político brasileiro.

A gestão de Beto Richa anunciou um contingenciamento de R\$ 11 bilhões (representando 25% do orçamento de 2015) e, no intuito de aumentar as receitas e diminuir as despesas, propôs medidas que afetavam os servidores estaduais e, principalmente, os professores da rede pública (GARCIA et al, 05.02.2015, p. 13). As propostas apresentadas englobavam: a) um corte nas gratificações por tempo de serviço dos servidores públicos, isto é, o fim dos anuênios e quinquênios; b) a perda do auxílio-transporte durante as férias ou afastamentos, juntamente com a mudança das regras para a retirada de licença para os professores; c) o remanejamento de 12 mil professores que estão em funções administrativas para as salas de aula; d) o estabelecimento de um teto de R\$ 4,6 mil para a aposentadoria regular, com a possibilidade de contribuição para fundo complementar privado; e) fundir os fundos previdenciário e financeiro²² da ParanaPrevidência, disponibilizando os R\$ 8 bilhões arrecadados pelo fundo previdenciário para quitar a folha mensal de inativos²³. A ParanaPrevidência seria extinta e os valores repassados ao fundo de investimentos, que já é responsável por 86% dos valores pagos aos beneficiários; f) reduzir de 29 mil para 10 mil o número de professores temporários do estado; g) criar um programa de parcelamento de dívidas já existentes com ICMS e IPVA; h) criar campanha para incentivar as pessoas a pedirem nota fiscal (GARCIA et al, 05.02.2015, p. 14 e WILTEMBURG, 05.02.2015).

Por meio da análise de conjuntura tradicional as medidas de contingenciamento, além de refletirem uma política de descaso com o setor público da educação paranaense, podem ser interpretadas como reflexo de um governo burguês distanciado da sociedade. Ou seja, as políticas adotadas demonstrariam investimentos do governo em setores da agricultura, empreendedorismo, e a falta de investimento em setores sociais de base, como, por exemplo na

²² O modelo original da Paraná Previdência, proposto em 1988, dispunha que o Fundo Previdenciário pagaria os benefícios dos servidores aposentados que tinham menos de 50 anos (homens) e 45 anos (mulheres). Os demais inativos recebiam sua aposentadoria do Fundo Financeiro. Em 2012, o governo reestruturou a dinâmica dos fundos, migrando 60 mil servidores do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro. A reestruturação determinou que o Fundo Previdenciário passasse a pagar os benefícios dos servidores aposentados a partir de 2004, enquanto o Fundo Financeiro ficou com os aposentados anteriores a essa data. Segundo o material jornalístico essa medida teria gerado “um comprometimento insuportável” das receitas estaduais para o pagamento de inativos e pensionistas (GARCIA, 05.03.2015, p. 16).

²³ Posteriormente à repressão violenta dos manifestantes no dia 29 de abril de 2015, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Paraná tentou suspender a aplicação da lei nº 252/2015, sobre o argumento de que esta era inconstitucional (FERREIRA, 06.05.2015, p. 03). Afinal, a Constituição Federal de 1988, dispõe no artigo 40, § 4º, sobre o *princípio da contributividade*: “Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, **é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário**, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [...] § 4º **É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo**, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: [...]” (**grifos nossos**). Isso significa que só podem usufruir dos valores depositados do fundo aqueles que efetivamente contribuíram para ele, porém não há maiores detalhes no material jornalístico de como o governo do estado à época conseguiu justificar a não aplicação da norma constitucional.

educação pública no estado do Paraná. Esse posicionamento traduz a grade de análise marxista na medida que “somente do ponto de vista da burguesia se pode representar o Estado como uma ‘esfera’ distinta do resto, distinta da sociedade civil” (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

A informação de que o Governo do Paraná precisou emprestar R\$ 152 milhões dos outros poderes do Estado para conseguir pagar a folha do funcionalismo de janeiro (GARCIA et al, 05.02.2015, p. 15), indicaria a existência de uma crise financeira que comprometeria, inclusive, o repasse de verbas do governo às universidades estaduais.²⁴ No dia 06 de fevereiro, noticia-se que “com ou sem greve escolas não vão abrir” (ANÍBAL; KÖNIG, 06.02.2015, p. 04), informando que os colégios estaduais se viam ‘às voltas’ com o corte de funcionários, o calote no terço de férias dos professores, as rescisões trabalhistas dos professores temporários contratados via PSS, a falta de merendeiras e, principalmente, o atraso (de cinco meses) no repasse do fundo rotativo no equivalente a R\$ 18 mil, que é a verba utilizada para manutenção das instalações e compra de materiais escolares (ANÍBAL; KÖNIG, 06.02.2015).

Com a sinalização de greve, o governo respondeu que as medidas tomadas eram “duras, mas necessárias” (MARÉS, 06.02.2015). No dia 07 de fevereiro, o Secretário de Estado da Educação, Fernando Xavier Ferreira, disse que as cotas do fundo rotativo não seriam pagas: “Aquilo que no ano passado deixou de ser pago, já não pode ser repostado. E se não foi necessário naquele mês, é porque [o colégio] se acomodou com o tinha” (ANÍBAL, 07.02.2015, p. 04).²⁵ O discurso do Secretário de Estado da Educação reflete a tentativa de retirar a responsabilidade estatal com relação à destinação das verbas do fundo rotativo, sob o pretexto de que se as escolas conseguiram passar o ano anterior com a verba parcial destinada, não seria necessário o repasse de seu valor integral. Por meio de uma análise de conjuntura tradicional, demonstra-se, aqui, resquícios discursivos de uma ideologia neoliberal, a qual busca justificar a falta de investimento e repasse para as infraestrutura educacional, e caracteriza que “o Estado sempre penetrou profundamente a sociedade civil [...], não só através do dinheiro e do direito, não só através da presença e intervenção dos seus aparelhos repressivos, mas também através dos seus aparelhos ideológicos” (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

Um dos aparelhos ideológicos identificáveis a partir do material jornalístico, consiste no discurso de que as medidas tomadas se justificariam pelo fato de o governo

²⁴ Por norma constitucional, o Estado tem de investir 2% de suas receitas em ciência e tecnologia. Hoje, 1% é destinado às universidades e 1% ao fundo. O governo propôs que o fundo recebesse 0,5% e que as universidades recebessem 1,5%, pois o percentual poderia ser usado para pagar o salário dos professores universitários (GARCIA et al, 05.02.2015, p. 15).

²⁵ Foram divulgadas reportagens com relatos de professores, em que admitiam que muitos diretores chegaram a pôr dinheiro do próprio bolso para não ficar em dívida com seus fornecedores. Contavam com o dinheiro do fundo rotativo para quitar essas pendências (ANÍBAL, 07.02.2015).

paranaense enfrentar uma crise financeira. O discurso é usado como estratégia para hegemonia de uma classe burguesa (ALTHUSSER, 1978), caracterizada, nesse caso, como a classe política que compunha o governo do estado na época.

Na análise de conjuntura pós-estrutural há uma sensibilidade de percepção com relação aos afetos sociais. Se na análise de conjuntura tradicional os afetos sociais eram identificados como pertencentes unicamente a uma classe de professores, na análise de conjuntura pós-estrutural, eles englobavam outras categorias de indivíduos, não reduzidos ao aspecto de classe. Embora as medidas de contingenciamento só tenham sido anunciadas em fevereiro de 2015, isso não significa que já não estivessem ocorrendo cortes, suspensões ou bloqueios nos ativos financeiros direcionados ao setor educacional do Paraná antes desta data. O anúncio expresso de que o contingenciamento ocorreria de forma mais drástica ocasionou uma mudança nos afetos não apenas do funcionalismo público do Estado do Paraná, como de pais de alunos e alunos que fazem uso do serviço público de educação fornecido.²⁶

3.1.1 O “pacotaço” como reflexo de políticas neoliberais

A partir deste quadro geral,²⁷ o “pacotaço” caracterizou-se como a gota d’água, deflagrando mudanças nos agenciamentos de percepção, principalmente em meio a notícias de deputados aumentando gastos no final de ano para não “perder verba de gabinete”,²⁸ e de que em doze anos o orçamento da Assembleia Legislativa aumentou em 307% (de R\$ 156,2 milhões em 2013 para R\$ 636,5 milhões em 2015) (GALVEZ, 08.02.2015). A análise de conjuntura tradicional permite visualizar o exercício político voltado a interesses privados, que permite a

²⁶ O material jornalístico não traz detalhes específicos com relação à depoimentos de pais e alunos neste momento do movimento grevista. Entretanto, é possível inferir que havia preocupação e apoio dos pais através da publicação de uma nota em que o Secretário de Estado da Educação, Fernando Ferreira Xavier, pediu que o pais levassem os filhos para as escolas (ANÍBAL, 07.02.2015, p. 04). No dia anterior noticiou-se sobre a impossibilidade de início do ano letivo em razão do esvaziamento e incerteza quanto ao quadro docente das escolas (ANÍBAL e KÔNIG, 06.02.2015, p. 04).

²⁷ Um resumo do quadro geral pode ser descrito como: a) professores efetivos insuficientes, sendo que a contratação anunciada foi de apenas 10 mil professores via PSS, quando seriam necessários ao menos 15 mil segundo dados da APP-Sindicato.; b) governo ter determinado um corte nos funcionários das escolas, contratados via PSS, responsáveis por serviços gerais ou administrativos, reduzindo de 27 mil para 17 mil; c) colégios estaduais que não receberam parcelas do fundo rotativo; d) como atrasados o terço de férias dos professores a o não-recebimento pelos professores do PSS da rescisão contratual; e) fechamento de 2,5 mil turmas (passando de 38 para 35,5 mil turmas no estado (ANTONELLI e TRISOTTO, 08.02.2015).

²⁸ Parlamentares estaduais podem gastar R\$ 378,6 mil, sendo que a verba não se acumula para o próximo ano. Isso quer dizer que cada deputado tem direito a R\$ 31,4 mil mensais para gastar com despesas como combustível, alimentação, passagens e hospedagens, serviços gráficos, etc. Além da verba de ressarcimento, cada deputado tem disponível outros R\$ 78,5 mil por mês para contratação de até 23 funcionários comissionados (GALVEZ, 08.02.2015).

perceber uma continuidade entre conjuntura e estrutura, mas não explica o “devir dos manifestantes”. A análise de conjuntura tradicional não explica o que foi determinante para a mudança dos afetos e a percepção de como esses afetos sociais constituem uma ação conjunta de diferentes subjetividades. Com uma análise de conjuntura pós-estrutural, a propositura do “pacotão” refletiria o momento do agenciamento de percepção, ou seja, o momento em que os ânimos e fluxos coletivos de desejo se alinham em função do entendimento de que não se poderia mais tolerar o que estava ocorrendo (por exemplo, deixar a educação e seus profissionais em segundo plano). A análise de conjuntura pós-estrutural procura explicar por que hoje não toleramos o que tolerávamos ontem.

O dia 29 de abril de 2015 reflete uma das principais consequências da política neoliberal adotada pelo governo estadual, que começou a ser implementada no Brasil a partir de 1990 com a globalização.²⁹ Com a globalização, o Estado passa a ser julgado não mais por sua capacidade de assegurar a soberania de seu território, e sim conforme sua capacidade política de integração ao mercado mundial (MALAGUTI, et al, 2000).

Por meio da análise de conjuntura tradicional, o acontecimento do dia 29 de abril de 2015 pode ser interpretado como um reflexo indireto da dinâmica interna da sociedade brasileira com adoção de políticas neoliberais, que acabam por aprofundar a desigualdade na distribuição da renda e estabelecer um conservadorismo político que alijou as classes trabalhadoras do poder de intervir nos projetos de desenvolvimento econômico e social (COSTA, 2006). Afinal, o interesse que prevaleceu na votação do projeto da Paranáprevidência foi o político-econômico em detrimento do social, contando com a mobilização de um efetivo policial para evitar que as categorias interessadas acompanhassem a votação na Assembleia Legislativa – o que demonstra uma deslegitimação de expressões advindas de movimentos populares de resistência política aos desígnios dos mercados e da economia desregulada (em particular, os sindicatos) (MALAGUTI, et al, 2000).

Há a tendência em se afirmar que as políticas neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio “da redução de sua atividade regulatória e produtiva - privatizações, abertura comercial e financeira -, ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.

²⁹ Em relação aos investimentos na área da educação, verificou-se uma queda principalmente nos dois primeiros anos do governo Beto Richa, em comparação aos dois últimos anos do governo anterior. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), em 2009 o governo do estado destinou 4,65% do orçamento total da educação para investimentos de capital; em 2010 esse percentual foi de 5,35%. E, nos dois primeiros anos do governo Beto Richa, 2011 e 2012, os percentuais caíram para 1,35% e 2,86%, respectivamente. (VIOLIN, 2012).

244). E que a adoção de políticas neoliberais contribui para uma cisão social, o que leva ao enfraquecimento da legitimidade e da solidez das instituições democráticas, o que pode ser observado na carência de um diálogo entre o governo e os manifestantes no acontecimento do dia 29 de abril de 2015 (BORON, 2010).

A partir do discurso governista, alegando a necessidade de sanear as contas do Estado e de aprovar um pacote de medidas prejudicial ao funcionalismo público, fica clara a pressão política por ajustes econômicos em detrimento do embate em torno de projetos sociais, no sentido de que “os trabalhadores terminam por reduzir suas propostas ao campo da preservação das conquistas ou, tão somente das possibilidades postas pela conjuntura da crise” (MOTA, 1995, p. 191 *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 244).

Logo, pela análise de conjuntura tradicional, seria possível inferir que a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo tem como consequência a fragilização do Estado Nacional, ao menos na medida em que o setor público represente limites à restrita integração dos países subdesenvolvidos à lógica da globalização financeira e especulativa (MALAGUTI, et al, 2000). A lógica da globalização espelha um Estado que “custa caro demais em comparação com as vantagens que oferece à coletividade e põe entraves à competitividade da economia” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273).

Da mesma forma que os gerentes das empresas foram postos sob a vigilância dos acionistas no âmbito da *corporate governance* predominantemente financeira, os dirigentes dos Estados foram colocados pelas mesmas razões sob o controle da comunidade financeira internacional, de organismos de *expertise* e de agências de classificação de riscos. A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276)

Essa pressão política espelha, ainda, o Estado sob o controle de um conjunto de instâncias supragovernamentais e privadas, que mobilizam fluxos e segmentos de desejo e de afeto no sentido de determinar como a política deve ser conduzida e quais são objetivos que devem ser cumpridos, de modo que “os Estados são vistos como uma ‘unidade produtiva’ como qualquer outra no interior de uma vasta rede de poderes político-econômicos submetidos a normas semelhantes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 277).

Porém, justamente por não se encontrar preso a uma análise estruturalista, “vão sendo reveladas as formas de descontinuidade e de ruptura que é necessário imaginar para, ao atual presente do domínio e da exploração, se opor um outro agitado pela criação de novas possibilidades” (LAZZARATO, 2011, p. 09). O governo liberal não é um governo econômico

que se limita a reconhecer e fazer cumprir as regimentas econômicas, ele possui por objetivo a sociedade no seu todo, “uma política da sociedade” (LAZZARATO, 2011, p. 13): o poder é exercido sobre um território e sobre sujeitos de direito, sujeitos que a partir do século XVIII “em vez de deterem direito, possuem interesses (econômicos)” (LAZZARATO, 2011, p. 14).

Segundo Lazzarato (2011), as políticas sociais são consubstanciadas ao advento e desenvolvimento do capitalismo, (séc. XX) como uma resposta “à política de revolução” (2011, p.16), funcionando como centro de estratégias liberais. O princípio de organização do mercado liberal é o da concorrência³⁰, que não é algo natural, mas sim o resultado de uma construção que necessita constantemente de intervenções, principalmente do Estado, para garantir que os indivíduos permaneçam no estado de desigualdade (LAZZARATO, 2011). Portanto, é preciso uma intervenção nas políticas sociais de modo a individualizar, ainda mais, os indivíduos:

A construção do precário, do desempregado, do pobre, do trabalhador pobre, a multiplicação dos “casos” e das “situações” (os jovens, os jovens desfavorecidos, os jovens das cidades, os jovens diplomados, etc.), a amplificação e o aprofundamento da individualização, visam fragilizar não só o indivíduo que se encontra nessa situação, mas, de maneira evidentemente diferencial, todas as posições sobre o mercado de trabalho. [...] Inclusão e exclusão são “variáveis” da acção governamental que, para além disso, tem tendência a multiplicar os casos, as situações, os estatutos entre estes dois limites. Portanto, o governo age em definitivo menos por separação do que por modulação de divisões, de diferenças. (LAZZARATO, 2011, pp. 25-26).

Com a análise de conjuntura pós-estrutural, portanto, se pode identificar e demonstrar, que, na verdade, a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo não tem como consequência a fragilização do Estado, pelo contrário, a estratégia neoliberal precisa de um Estado forte e que interponha uma distribuição das desigualdades, enfraquecendo, assim, seus serviços prestados a título de infraestrutura pública e social.

Nesse sentido, partindo dos referenciais teóricos de Deleuze, Guattari e Foucault, parece mais acertado dizer que se configura a aplicação prática da “micropolítica da insegurança”, caracterizada por uma “administração de uma grande segurança molar organizada” (LAZZARATO, 2011, p. 27). Pode-se dizer que o governo do Estado do Paraná possui como correlato “toda uma micropolítica de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente” (LAZZARATO, 2011, p. 27), por exemplo, no que se refere ao descaso com o setor da educação, em que as crianças e adolescente de todo o estado não sabiam se

³⁰ A relação entre mercado e sociedade para os neoliberais parte não mais da ‘troca’ mas da concorrência como princípio de organização do mercado. Isso significa que se a troca remete à igualdade, a concorrência remete à desigualdade, de modo que para os neoliberais, “os desejos e os instintos não são dados: só a desigualdade é capaz de produzir uma dinâmica que os faz entrar em rivalidades, estimulando os desejos, os instintos e os cérebros dos indivíduos, e que assim maximiza as suas potencialidades e o seu poder de agir” (LAZZARATO, 2011, p. 17).

teriam ou não aulas, as consequências dessa instabilidade em sua trajetória escolar para realização dos exames nacionais do ENEM, vestibular; o não pagamento dos professores contratados via Processo Seletivo Seriado, que dependiam das verbas salariais para viver e trabalhar; a verba de custeio que não foi repassada às instituições de ensino, prejudicando todo o funcionamento das escolas, desde funcionários, compra de materiais necessários até a falta de merenda escolar. Não havia uma infraestrutura mínima para o funcionamento dos colégios; também, as mudanças no regime previdenciário do funcionalismo estatal paranaense, caracterizando uma situação na qual os contribuintes, professores e servidores públicos não possuem garantia alguma de que seu dinheiro, sua contribuição, destinada para um fundo de finalidade específica previdenciária, não será apropriada pelo governo para pagamento de déficits financeiros. A situação chegou “a tal ponto que a fórmula dos ministérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade, para uma micropolítica da insegurança” (LAZZARATO, 2011, p. 27), em que o afeto de insegurança ensejaria uma mobilização social de diferentes subjetividades.

No dia 10 de fevereiro, mais de trinta mil professores em todo o Estado e, ao menos, cinco mil professores em frente da Assembleia Legislativa, protestavam contra o “pacotaço”. A multidão entoava palavras de ordem como “Beto Caloteiro”, em referência ao governador de Estado à época. Sentindo a pressão popular, os deputados retiraram três pontos do projeto, optando por manter os quinquênios e anuênios, mantendo as regras para progressão de carreira e retirando as alterações no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que mudava as regras para o gozo de licenças funcionais (ANÍBAL et al, 10.02.2015).

3.1.2 A percepção social da votação do “pacotaço” em regime de urgência

Contudo, mesmo com a manutenção dos quinquênios e anuênios, as regras para progressão de carreira e retirando-se as alterações no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a esperança se transformou em revolta quando o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), apresentou um requerimento pedindo que o plenário fosse transformado em “comissão geral” (popular “tratoraço”) para votação do projeto (ANÍBAL et al, 10.02.2015).

A inquietação social decorrente da informação de que a votação do projeto ocorreria em regime de urgência, ajuda a desenhar as mudanças de afeto que perpassavam o corpo social paranaense: havia um entendimento comum de que o assunto, dada sua complexidade e

delicadeza, deveria ser tratado com trâmite regular, abrindo-se espaço para discussões e debates.

Nesse momento,³¹ expressando um agenciamento de reconversão, ou seja, quando a percepção comum muda de modo a constituir uma nova subjetividade e um novo regime de signos e corpos, os professores e funcionários da educação ocuparam a Assembleia Legislativa, provocando o adiamento da votação das referidas medidas, prometendo que permaneceriam no prédio até que o “pacotaço” enviado à Casa pelo governador Beto Richa fosse retirado (ANÍBAL et al, 11.02.2015).

A ocupação foi pacífica e parte dos ocupantes aplaudiu a postura dos policiais militares, que não usaram de violência contra os manifestantes. Os próprios policiais, afirmando que estavam desarmados, pediram para os ocupantes não quebrarem nada e indicaram uma entrada lateral pela qual os manifestantes poderiam entrar sem serem barrados (GALINDO, 11.02.2015). Isso pode se explicar, em parte, pelo fato de que embora eles estivessem em menor número na ocasião, compõem uma classe do Executivo, de servidores públicos que seriam diretamente afetados pela aprovação do “pacotaço”.³² Ocupar um prédio público possui um significado simbólico, de que aquele prédio pertence ao público (BUTLER, 2018), e por essa razão, quando houve a ocupação da Assembleia Legislativa, produz-se um afeto comum de que sendo ela pública, as decisões ali tomadas deveriam ser representativas dos afetos populares, o que não estava ocorrendo segundo os manifestantes.

Ao olhar para este evento a partir de um agenciamento de percepção, é possível enxergar uma ocupação resultante não apenas de um movimento de greve, mas em reconhecer a existência de elementos que não podem ser integralmente explicados pela remissão a aspectos econômicos, como, por exemplo, o potencial mobilizador ocasionado por esta alteração da percepção social em relação à propositura do “pacotaço”, visto como um projeto de lei contrário à opinião popular; a abertura para um campo de possíveis, marcado por um ambiente e uma temporalidade propícios à formação de uma nova subjetividade; e a possibilidade de reconfiguração dos atores participantes, pois havia interesses que não estavam mais direta e/ou

³¹ A invasão ocorreu às 18h, assim que a Assembleia Legislativa aprovou a formação de uma comissão geral. O cordão de isolamento formado por policiais militares não foi capaz de conter a multidão, que ocupou o plenário a gritos de “vergonha, vergonha” e “fora, Beto Richa”. Os parlamentares deixaram o plenário às pressas e se refugiaram em uma sala anexa. Segundo a APP-Sindicato o ato reuniu 15 mil pessoas (ANÍBAL et al. 11.02.2015)

³² Lembrando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 142, inciso IV dispõe sobre a proibição de greve da categoria da segurança pública: “Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. [...] IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;”.

unicamente vinculados a aspectos econômicos de uma classe de servidores, como o sentimento de ultraje em ter as reivindicações ignoradas e, ainda, a propositura em trâmite em regime de urgência do projeto de lei; o sentimento de indignação que envolveu os setores do funcionalismo no que se refere à apropriação das verbas de um fundo previdenciário com destinação específica para cobrir gastos financeiros. Não era uma luta por aspectos econômicos, era uma luta por dignidade: de trabalho, de participação democrática, de respeito pelas normas legais.

No dia 12 de fevereiro, com a Assembleia Legislativa ocupada pelos manifestantes contrários à aprovação do projeto de lei, os deputados anunciaram que a votação do “pacotão” ocorreria na base do “tratoração” no prédio administrativo, especificamente no restaurante exclusivo dos deputados. O edifício administrativo foi fortemente cercado por policiais da tropa de choque e só pode ser acessado por profissionais da imprensa (GARCIA, 12.02.2015). Faltando poucos minutos para as 15h00, ouvia-se o estouro das primeiras bombas disparadas pela Polícia Militar no restaurante da Assembleia Legislativa.³³ Das janelas do 5º andar do prédio administrativo, onde ocorria a sessão improvisada, os deputados observaram apreensivos centenas de servidores avançarem em direção aos policiais que garantiam o andamento dos trabalhos legislativos (GARCIA, 13.02.2015).³⁴ O clima era de tensão. Servidores haviam cercado todo o quarteirão, inclusive o Tribunal de Justiça, e sem alternativa, 33 dos 54 parlamentares chegaram à Assembleia Legislativa dentro de um ônibus da tropa de choque da Polícia Militar, na companhia do secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini (GARCIA, 13.02.2015).

Luiz Claudio Romanelli (PMDB) retirou o pedido de comissão geral, para que os projetos tivessem tramitação normal, assumindo o compromisso público de não requerer mais comissão geral enquanto fosse líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná (GARCIA, 13.02.2015). Ademar Traiano (PSDB) suspendeu os trabalhos e encerrou a sessão. Após algumas horas, todos os manifestantes já haviam deixado a Assembleia Legislativa antes

³³ As notícias divulgaram que 11 pessoas ficaram feridas, seis manifestantes por balas de borracha e cinco policiais (RUPP et al. 13.02.2015, p. 06). A reação policial foi de alto risco para ambos os lados, segundo Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da UFPR. Para o coordenador seria preciso analisar o contexto e não a operação policial isolada; defendeu que o caso não era de segurança pública e sim político, afirmou que houve “uma inversão do que é um ato de violência” (RIBEIRO et al, 13.02.2015).

³⁴ Oito deputados da oposição boicotaram a sessão, somados com Nelson Luersen (PDT) e Palozi (PSC), que divulgaram uma nota se manifestando no sentido de que “A realização de sessão plenária em local que não seja o plenário, sem a participação popular, aumenta o impasse e potencializa a tensão entre o governo e os trabalhadores. [O cenário] é resultado da falta de diálogo e intransigência do governo Beto Richa e da base aliada” (GARCIA, 12.02.2015).

do início da noite (GARCIA, 13.02.2015). Demonstrando-se, neste momento, uma mudança evidente nos afetos individuais dos dirigentes da Assembleia Legislativa.

O episódio e a pressa do governo em aprovar um projeto contrário à opinião popular culminou na redução da base aliada na Assembleia Legislativa, que no início do governo era de 48 deputados, e foi reduzida a 34 deputados (ANTONELLI; GALINDO, 13.02.2015). Neste contexto caótico em que se confundem conceitos e reivindicações políticas, e há a intenção de confundi-los, pode-se dizer que uma das características que marca o cenário político-social que envolve a greve dos professores e servidores de 2015, de forma geral, e o 29 de abril de 2015, de forma específica, é a crise política de representatividade, corroborando, segundo a análise de conjuntura tradicional, com o argumento marxista de que “no que concerne à política, trata-se, antes de mais nada, de não reduzi-las às formas oficialmente consagradas como políticas pela ideologia burguesa: O Estado, a representação popular, os partidos políticos, a luta política pelo poder do Estado existente” (ALTHUSSER, 1978, p. 68), pois isso se configuraria uma ilusão jurídica da política.

A crise de representatividade se constituiria em um ponto de tensão da luta de classes, no sentido de que é o momento em que a classe proletária pode cobrar da classe burguesa (política) que esta aja segundo normativas eleitorais e constitucionais que regem a sociedade, bem como a partir do contexto apresentado, evidencia-se que esta classe política (Legislativo e Executivo) não está preocupada que suas decisões sejam coerentes com o que foi prometido ao seu eleitorado, traduzindo o momento em que “a política passa agora a ser definida através do direito, e este direito consagra (apenas) as formas da política definidas pela ideologia burguesa, incluindo a atividade dos partidos” (ALTHUSSER, 1978, p. 68).

Na perspectiva pós-estruturalista, na medida em que a mediação artificial entre o político e o social perde o sentido, analisam-se os afetos que mobilizam os indivíduos em determinado campo social para tentar responder ao questionamento sobre o que fez com que os indivíduos alterassem sua percepção comum e concebessem, segundo condutas coletivas, que o sistema representativo que até ontem era adequado, hoje não o é mais.

Para responder a essa pergunta, é necessário refletir sobre as linhas de segmentaridades flexíveis, moleculares, “não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois elas atravessam tanto as sociedades, os grupos quanto os indivíduos [...] traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis” (DELEUZE, 1998, p. 101).

As linhas moleculares permitem identificar os momentos em que se fazem, desfazem e refazem os agenciamentos de percepção, ou, em outros termos, quais seriam as

condições sociais, econômicas e políticas que possibilitariam uma mudança na perspectiva afetiva social, pois “o sistema político moderno é um todo global, unificado e unificante, mas porque implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados, ordenados, de modo que a análise das decisões revela toda espécie de compartimentações e de processos parciais que não se prolongam uns nos outros sem defasagens ou deslocamentos” (DELEUZE, 1996b, p. 03). Isto é, antes de saber se um indivíduo é parte de uma classe, de um segmento, busca-se, por meio da análise de conjuntura pós-estrutural, correlacionar, sem predeterminações, quais são os fluxos que o atravessam, que atravessam sua realidade, seu contexto, e que constituem a sua própria individualidade.

3.2 29 de abril de 2015: o acontecimento

Na análise de conjuntura tradicional, conforme já visto no segundo ensaio desta dissertação, Herbert de Souza (1985) dirá que o acontecimento é “diferente” de um fato; ao mesmo tempo dirá que acontecimentos são os *atos* que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa, como uma greve geral, por exemplo - muito próximo da noção sociológica de “fato social”; elaborada por Durkheim. Existem, assim, fatos que se tornam acontecimentos por sua dimensão e efeitos que afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto (SOUZA, 1985). O sentido é que irá indicar um certo acontecimento, revelando uma percepção da sociedade, grupo social ou classe social que tem da realidade e de si mesmos (CEDIB, 2006).

Logo, para a análise de conjuntura tradicional o acontecimento seria aquele “fato” imbuído de um potencial de mobilização social, que reflete a luta de classes em um cenário de exploração capitalista. Nesse sentido revolucionário é que Harnecker (2012) desenvolve a ideia de que o “acontecimento” possibilitaria definir a melhor direção política, conforme o elo decisivo na cadeia de acontecimentos presentes em determinada conjuntura. Isto é, em uma dada conjuntura, o acontecimento com maior relevância seria responsável por revelar o que motivaria a ação das massas (proletariado), o que, por sua vez, forneceria elementos para a definição de quais seriam a melhor estratégia e a melhor tática para a ação política (ação revolucionária).³⁵

³⁵ Harnecker faz distinção entre os conceitos de tática revolucionária e de estratégia revolucionária. Para a autora, tática seria o conjunto de orientações concretas formuladas para se colocar em prática a estratégia revolucionária em cada conjuntura política; a estratégia revolucionária, por sua vez, seria uma análise do caminho a seguir, uma

O viés acontecimental de um fato que provém da análise de conjuntura tradicional parte da noção marxista de um Estado como ‘Estado de classe’, existente no aparelho de Estado repressivo. Nele, todos os fatos observáveis nas diversas ordens de repressão – independente de seu domínio, desde os massacres de Junho de 1848 à Comuna de Paris, até as mais simples intervenções, censuras morais, religiosas ou civis – representam formas diretas ou indiretas de exploração e de extermínio das massas populares, refletindo uma dominação quotidiana sutil, presente inclusive nas formas da democracia política – o que Lênin chamaria depois de Marx de “ditadura da burguesia” (ALTHUSSER, 1974, p. 35).

O acontecimento seria o momento de resistência a essa dominação quotidiana; o momento que conteria um elemento subjetivo responsável por mobilizar um grande número de pessoas envolvidas naquele contexto e em suas repercussões. O acontecimento conteria uma carga subjetiva que deve ser explorada por conter esse ‘quê’ capaz de levar os corpos a alguma forma de ação no jogo de poder que envolve a estrutura de exploração capitalista, afinal “toda a luta de classes política gira em torno do Estado [...] em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classes” (ALTHUSSER, 1974, p. 36).

Partindo do viés da análise de conjuntura tradicional, o “acontecimento” que marca o pano de fundo de nossa discussão teórico-metodológica é o ocorrido no dia 29 de abril de 2015, na cidade de Curitiba, no Centro Cívico, que ficou popularmente conhecido como “Aula de truculência no Centro Cívico” (CHUEIRE, 29.04.2015), “Batalha do Centro Cívico” (GARCIA, 30.04.2015) e até mesmo como “Massacre do 29 de abril” (GADINI, 2015).

O que distingue o 29 de abril de 2015 pelo viés na análise de conjuntura tradicional é que ele provém de um cenário marcado por uma repressão oriunda de uma relação desgastada entre o Estado e os servidores públicos, mediada pelos sindicatos e órgãos de classe, principalmente aqueles da área de ensino do Paraná. Isto é, o cenário estava marcado por greves, por descontentamentos, por reivindicações não atendidas. Sem que isso implicasse, necessariamente, que a situação fosse desembocar em uma repressão violenta pela Polícia Militar sob o comando do governador Beto Richa.

Nessa data, estava em votação na Assembleia Legislativa (ALEP) o projeto de lei elaborado pelo governo Beto Richa que previa mudanças no regime da Parana-previdência. O

orientação geral para efetivar os objetivos finais. O estrategista, que nesse ponto se aproxima da figura do pesquisador que usa do método da análise conjuntural, deve levar em conta fatores que compõem sua sociedade, em especial a correlação de classes, as forças motrizes e quem são os dirigentes do processo revolucionário (HARNECKER, 2012).

projeto de lei sob nº 252/2015 já vinha sendo alvo de críticas, tendo adquirido o apelido de “pacotaço” (CHUEIRE, 29.04.2015). O nome “pacotaço” deriva de o projeto de lei não dispor apenas sobre o regime previdenciário do funcionalismo, mas também por conter questões de ordem fiscal, tributária e administrativa, as quais serão especificadas no decorrer do trabalho (cf. ANEXO A - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – PROPOSTAS DO GOVERNADOR).

O regime da ParanaPrevidência é formado por três fundos: o previdenciário, o financeiro e o militar. O fundo previdenciário teria acumulado R\$ 8 bilhões e seria responsável por assegurar um período de solvência de 57 a 59 anos aos servidores públicos (FELIZARDO, 02.04.2015).

O projeto previa que o pagamento de 33 mil servidores com idade acima de 73 anos passaria a ser realizado pelo Fundo Previdenciário, ao invés do Fundo Financeiro da ParanaPrevidência. A reforma economizaria R\$ 125 milhões mensais ao caixa do governo. Para garantir que o pagamento dos inativos ocorresse regularmente, o governo do Estado também se comprometeu a investir R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário, com a verba decorrente dos royalties de Itaipu (GALINDO, 07.04.2015). Entre outros problemas, a proposta acarretaria um decréscimo de aproximadamente 30 anos no período de solvência do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência, que cairia para 29 anos (FELIZARDO, 02.04.2015).

No dia 26 de abril de 2015 (domingo), o governo deslocou mais de mil policiais militares para cercar a Assembleia Legislativa, argumentando que estaria cumprindo o disposto em uma liminar judicial para impedir a ocupação do prédio. Os argumentos do governo giraram em torno dos objetivos de garantir a votação dos projetos de ajuste fiscal, de manter o isolamento do Centro Cívico e impedir a repetição das cenas de “invasão” do plenário que ocorrem no dia 10 de fevereiro de 2015 (GARCIA, RIBEIRO et al, 26.04.2015, p. 17).

Já pela manhã do dia 28 de abril, por volta das 10h30, e em seguida às 11h, novos desalinhos tomaram conta dos arredores da praça, quando os professores tentaram chegar à Assembleia Legislativa. Dessa vez, policiais militares usaram jatos d’água, spray de pimenta, balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar a mobilização - mais de cinco pessoas foram feridas (BERTOLDI, 30.04.2015).

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SESP), não houve nenhuma agressão aos professores. O mesmo argumento foi usado pelo governador Beto Richa em entrevista ao ParanáTV, telejornal da Rede RPC, afiliada da Rede Globo no Estado do Paraná, na mesma data (BERTOLDI, 30.04.2015). Cerca de 120 barracas já haviam sido montadas na Praça Nossa Senhora de Salette até o início da noite do dia 28 de abril de 2015. Vindos de todas as regiões

do Estado, professores e outros servidores públicos afirmaram não temer uma nova reação por parte dos policiais (BERTOLDI, 30.04.2015).³⁶

Segundo as notícias apuradas no dia 29 de abril, o primeiro conflito teria ocorrido no início da madrugada, depois que caminhões de som foram rebocados da praça por volta da 01h30 (BERTOLDI, 29.04.2015). Segundo a versão dos professores que acampavam no espaço, no momento em que eles sentaram em frente dos três caminhões de som contratados pela APP-Sindicato, para impedir a retirada dos veículos, houve repressão policial (BARAN et al, 29.04.2015).

A tentativa de acessar a área isolada pela Polícia Militar gerou mais dois tumultos durante a manhã, pois ao tentar recolocar o caminhão de som na praça os manifestantes acabaram dispersados pelos policiais que usaram cassetetes, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha (BARAN et al, 29.04.2015).

Segundo relatos da APP-Sindicato, muitas pessoas tiveram que deixar o espaço devido à utilização de spray de pimenta por parte dos policiais militares. Para impedir a retirada, os professores se sentaram no chão na tentativa de atrapalhar o avanço da Polícia Militar. Ao total, pelo menos 13 pessoas ficaram feridas (BERTOLDI, 29.04.2015).

No dia da votação para aprovação do referido projeto (29 de abril de 2015), havia um cerco policial em torno da Assembleia Legislativa, que contava com um efetivo de 1.600 policiais (BERTOLDI, 30.04.2015), o que equivaleria praticamente ao dobro do efetivo de toda a cidade de Curitiba regularmente (GARCIA, RIBEIRO et al, 26.04.2015). O efetivo policial em torno da Assembleia Legislativa, segundo reportagem da Gazeta do Povo, contribuiu para encandecer os ânimos, levando a um clima de tensão.

Por volta das 15h, os manifestantes tentaram romper o cordão policial para entrar na Assembleia Legislativa. A resposta dos Policiais Militares foi rápida: mesmo com os manifestantes recuando ante a violenta repressão, os policiais continuaram atirando bombas de efeito moral e balas de borracha por cerca de duas horas, formando uma névoa no Centro Cívico de Curitiba (BARAN, 30.04.2015).³⁷

Do caminhão de som, líderes do movimento grevista tentavam contornar a situação, pedindo que os manifestantes recuassem e que a polícia parasse com a truculência. Por volta as

³⁶ A APP-Sindicato também informou que solicitou à Comissão de Direitos Humanos da OAB a presença de uma equipe no local durante a madrugada para garantir a segurança dos manifestantes (CHUEIRE, 28.04.2015).

³⁷ Sobre o tempo de duração da repressão há certa divergência. Segundo a Folha de Londrina, o disparo de bombas teria durado uma hora e meia e só encerrado por volta das 16h30, quando os professores recuaram um pouco do cordão de isolamento e se concentraram mais na área da prefeitura de Curitiba (BERTOLDI, 30.04.2015).

17h00, os policiais militares pararam de avançar. Durante cerca de uma hora, a praça virou um centro de atendimento médico e prestação de serviços (BARAN, 30.04.2015).

A Prefeitura virou um “hospital de guerra”, pois no momento em que voavam bombas de gás e balas de borracha, o prédio virou uma base de resistência, abrigo e posto médico para os manifestantes; “a todo momento entravam pessoas chorando” (BREMBATTI, 30.04.2015, p. 07). Além de cortes por estilhaços de bombas e inchaços causados pelas balas de borracha, a maioria dos casos era de problemas respiratórios causados pelos gases (BREMBATTI, 30.04.2015).

Segundo a prefeitura de Curitiba, cerca de 200 pessoas foram feridas no Centro Cívico durante ato contra aprovação do projeto da Paranáprevidência. Cerca de 150 feridos foram atendidos em 12 ambulâncias, outros 63 feridos foram encaminhados para Unidades de Pronto Atendimento. O Hospital do Cajuru recebeu 36 pacientes e o Hospital do Trabalhador outros sete feridos (BERTOLDI, 30.04.2015). Os feridos também foram atendidos em um centro médico improvisado no Tribunal de Justiça do Paraná. Segundo relatado pela Folha de Londrina, era possível ver pessoas desacordadas e sangrando (CHUEIRE, 30.04.2015).

Um centro de educação infantil da prefeitura que atende 150 crianças de três meses a cinco anos no Centro Cívico teve que chamar os pais para buscarem os filhos quando as bombas começaram a ser disparadas. A fumaça do gás lacrimogênio atingiu o local e algumas crianças começaram a passar mal (BERTOLDI, 30.04.2015).

Com exceção do líder do Executivo na Assembleia Legislativa do Paraná, Luiz Claudio Romanelli, que defendia a suspensão da sessão, 30 parlamentares que compunham a base governista permaneceram impassíveis, ignorando a batalha campal que ocorria às portas da Assembleia Legislativa, “sorrindo e jogando conversa fora” (GARCIA, 30.04.2015, p. 04). Ademar Traiano chegou a afirmar que “lá fora, o problema é da segurança pública, não da Assembleia” (GARCIA, 30.04.2015, p. 04). Por 31 votos contra 20, em torno das 18h00, foi aprovado o projeto de lei que modificava as regras da Paranáprevidência, obtendo como saldo diferencial o equivalente a 213 feridos (GARCIA, 30.04.2015).

Em nota, o governo do Paraná disse lamentar “os atos de confronto, agressão e vandalismo” e que as reiteradas tentativas dos manifestantes de “invadir” a Assembleia Legislativa culminaram com a ação de defesa das forças policiais (DE CUNTO, 28.04.2015, p. 06). Assinale-se que o termo “confronto”, utilizado pelos jornais consultados para retratação do 29 de abril de 2015, não é adequado ao acontecimento, pois pressupõe uma equivalência de forças (CORRÊA, 2015, p. 321).

Em entrevista concedida à Gazeta do Povo, Beto Richa culpou ação de black blocs³⁸ e isentou a polícia, dizendo que eles só teriam reagido à ação dos “arruaceiros” que se encontravam “infiltrados” no movimento para preservar sua integridade física e suas vidas (GALINDO, 30.04.2015, p. 04).

Uma das perguntas feitas ao governador foi a seguinte: “O senador Álvaro Dias paga um preço alto até hoje por um confronto ocorrido com professores no governo dele.”³⁹ O Sr. acha que esse episódio prejudica a sua imagem?” (GALINDO, 30.04.2015, p. 04), a resposta foi a seguinte:

Pode ser, mas eu não tenho medo. A minha popularidade pode oscilar, o que não pode oscilar é a coerência. Tenho responsabilidades com o estado do Paraná. E olhe, eu não fujo dessas responsabilidades. A obrigação de todo governante responsável não é ficar se preocupando o tempo todo em apresentar medidas simpáticas, populares que lhe garantam uma grande aprovação popular. Temos também que ter coragem quando se apresenta a situação de apresentar medidas impopulares, mas imprescindíveis para o futuro do Paraná e dos paranaenses. E é o que eu estou fazendo (GALINDO, 30.04.2015, p. 04).

Contrariamente a este argumento, a Defensoria do Estado do Paraná e a OAB negaram prisão de adeptos da tática black blocs no 29 de abril de 2015. As instituições se pronunciaram afirmando que nenhum dos detidos na manifestação pertencia ao “movimento black bloc” e nem portava artefatos perigosos. Em nota, a Defensoria Pública do Estado do Paraná afirmou que entre as 14 pessoas presas, 12 adultos e dois adolescentes, não havia adeptos da tática black bloc. Os presos eram professores, servidores ou estudantes, e destacou que “nenhuma das pessoas detidas foi autuada em virtude da prática de crime de dano ao patrimônio público ou privado, porte de arma ou artefato explosivo, não havendo nenhum indício de que tais manifestantes sejam integrantes de grupos denominados black blocs” (BUBNIAK; GALINDO, 02.05.2015, p. 11).

³⁸ Embora o termo tenha sido usado pelo governador de forma a tentar deslegitimar o movimento grevista, black bloc não é um grupo de pessoas, e sim uma tática. O que fazem não é violência, é uma *performance*, é um tipo de espetáculo que visa atingir símbolos para chamar a atenção. Para os adeptos da tática black bloc, ela é uma forma de protesto, uma estratégia que se funda na violência-espetáculo, na violência comunicativa. Isso quer dizer suas manifestações utilizam a ação direta (violência performática) com a intenção de provocar uma reação social e institucional. A violência para os adeptos da tática black bloc é considerada como uma forma de expressão, de diálogo com o Estado/Poder Público que não atende às reivindicações feitas de forma pacífica. Exterioriza a crença de que os canais de diálogo convencionais são inúteis porque o poder não está disposto a escutar. Em resumo, a tática surge justamente da certeza de que os protestos pacíficos não geram resultado político efetivo algum, somada à descrença absoluta nas instituições políticas do país. A tática black bloc é uma consequência do descaso público com o social (SOLANO et al, 2014).

³⁹ Em 30 de agosto de 1988, professores da rede estadual em greve foram recebidos pela cavalaria da Polícia Militar avançando com cães e bomba de efeito moral. A data é comemorada atualmente como símbolo de luta dos docentes, a diferença é que em 1988 foram registrados apenas 10 feridos e cinco pessoas presas. Já em 2015, foram 213 feridos e sete pessoas presas. Consta lembrar ainda que em 1988 o país havia acabado de sair de uma ditadura militar, o que tornava a repressão mais “factível” (AUDI, 30.04.2015, p. 05).

Uma análise de conjuntura tradicional enquadraria o acontecimento do dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico de Curitiba/PR, na noção teórica apresentada por Herbert de Souza, por conter a participação de vários setores do funcionalismo público, de diversas classes sociais, como, também, pelo fato de que foi considerada por especialistas, entre eles, Luís Domingos Costas, a “pior repressão já vivida no Paraná pela sua simbologia, já que foi ataque contra os professores” (AUDI, 30.04.2015, p. 05).

A opinião se sustenta, pois segundo o ex-secretário Nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva Filho, a ação policial do 29 de abril de 2015 teve falhas graves: no episódio nacional mais violento em 2013 (13 de junho na Avenida Paulista), pouco mais de 100 pessoas se machucaram (GONÇALVES, 30.04.2015). No movimento de junho de 2013, houve a adesão de um número muito superior de participantes (aproximadamente de 1 milhão de pessoas em São Paulo) (FOLHA DE SÃO PAULO, 20.06.2013)⁴⁰, o que reforçaria a desproporção da repressão policial paranaense em questão.

Houve manifestação, inclusive, da Anistia Internacional, uma Organização Não-Governamental (ONG) reconhecida pela defesa dos direitos humanos, condenando a violência da repressão ocorrida no Paraná. A Anistia repudiou as atitudes da Polícia Militar do Paraná e do governador do estado pelo que considerou uma “repressão violenta” à manifestação realizada por professores e servidores em greve (AGÊNCIAS, 30.04.2015, p. 14).

Internacionalmente, o episódio foi noticiado pela *Fox News* com a manchete: “Professores em greve e policiais em confronto violento em frente ao prédio do Congresso Estadual”. O jornal *El País* também noticiou “mais de 150 feridos em protesto de professores no Brasil” (DE CUNTO, 30.04.2015, p. 03).

O acontecimento também não foi esquecido; nos meses que se seguiram houve manifestações de luto pela educação, e no dia 29 de julho de 2015, data do aniversário de 50 anos de Beto Richa, os professores promoveram um café da manhã em frente à casa do governador, com distribuição de bolo para as pessoas que estivessem passando por ali (RAMOS, 29.07.2015).

Mesmo três anos depois, o acontecimento também motivou uma reportagem especial elaborada pela Gazeta do Povo, a qual teve em sua capa o tema “À sombra do 29 de abril”, cuja

⁴⁰ Segundo informação do jornal da Gazeta do Povo, a operação policial que cercou a Assembleia Legislativa e ocasionou a “batalha do Centro Cívico”, há exatamente um mês, custou R\$ 948,3 mil aos cofres públicos. A munição era suficiente para disparar 20 balas de borracha por minuto. Também era possível arremessar 11 bombas no mesmo tempo. Havia munição para atingir um em cada cinco servidores (AUDI; RIBEIRO, 29.05.2015).

reportagem intitula-se “A última chama do 29 de abril”, escrita por Carlos Coelho e Felipe Aníbal (GAZETA DO POVO, 28.04.2018).⁴¹

Em resumo, a partir da análise de conjuntura tradicional, o dia 29 de abril de 2015 se apresenta como um fato, transcrito em “acontecimento”, em razão das dimensões de sua repercussão, seu nível nacional e internacional; do significado simbólico que teve para seus componentes enquanto classe; e pela repressão violenta injustificada entre aqueles que detêm o poder no governo do estado do Paraná e aqueles que estão sujeito a ele. O acontecimento também é peculiar, principalmente, por expor o descaso com o setor da educação pública no Paraná; realçar a crise de representatividade enfrentando pelas instituições civis e pelos representantes eleitos; e por demonstrar a atuação de manifestantes, entidades sindicais e população em diferentes setores, permitindo uma análise de momento em que o movimento grevista teria ganhado mais força etc.

Quando se busca olhar para o “acontecimento” a partir de uma análise de conjuntura pós-estrutural, o observamos, segundo Deleuze, não mais como sinônimo de um fato, mas como uma temporalidade, um momento em que algo é criado, uma linha de fuga, que traz à tona o que há de “intolerável”, uma fissura. O acontecimento na análise de conjuntura pós-estrutural traz elementos do desejo, elementos de afeto, um algo novo, novas possibilidades de vida, de configurações sociais, novas subjetividades, de virtualidades. Segundo Lazzarato (2006, p.18): “o possível é (...) produção do novo. (...) Apaixonamo-nos menos por uma pessoa do que pelo mundo de possíveis que ela carrega”. O acontecimento é, para a análise de conjuntura pós-estrutural, uma ação decorrente de virtualidades, entre elas afetos, desejos, crenças, vontades, inteligências etc. (LAZZARATO, 2006, p. 32).

O acontecimento acompanha e deflagra linhas de fuga, as quais “mesmo [que] começando por um minúsculo riacho, sempre corresse entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalidade” (DELEUZE, 1996b, p. 11). O acontecimento não ocorre necessariamente porque dois segmentos, dois elementos dicotômicos se chocam ou entram em confronto, e sim quando algo foge, escapa das organizações binárias, o acontecimento é aquilo que não se encaixa (DELEUZE, 1996b).

Nesse sentido, busca-se identificar antes das ações de superfície, dos agenciamentos de poder, quais eram as virtualidades componentes de determinada ação. Por exemplo, o

⁴¹ A reportagem faz uma crítica quanto à capacidade de “esquecimento” do público eleitoral no momento da avaliação de candidatos, atribuindo isso em parte ao arquivamento dos processos na Justiça e à agenda política nacionalizada, em que o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e desdobramentos da Lava Jato ocuparam muito mais espaço na mídia e na memória do eleitor (COELHO; ANÍBAL, 28.04.2018).

argumento do governador Beto Richa que atribuiu a ocupação da Assembleia Legislativa por “baderneiros” do Partido dos Trabalhadores (PT), dizendo que não podia “[...] admitir que baderneiros, arruaceiros e anarquistas se infiltrem em um movimento legítimo de professores”, espelha uma estratégia política de deslegitimação do movimento grevista, que aproxima a virtualidade do 29 de abril de 2015 às manifestações de junho de 2013, principalmente no que se refere às características estratégicas, táticas e políticas.

Em ambos os cenários, podemos constatar estratégias de acampamentos e ocupações, como, também, pelo potencial de abertura ao comum, a partir do conceito de Hardt e Negri (2016), que traduz a capacidade de agenciar-se com a multidão que poucas greves de outras categorias apresentam nos últimos anos (CORRÊA, 2015).

O que aproxima a greve das dinâmicas de junho é que movimentos sociais sempre podem funcionar como focos de catálise: centros mais ou menos difusos ao redor dos quais se operam unificações precárias, agregações temporárias, agenciamentos coletivos de singularidades que não podem mais ser reduzidas à categoria dos professores ou dos servidores públicos, mas singularidades desprovidas de qualquer título ou predicado que intervêm nas manifestações, circulam pelos acampamentos ou se sedentizam nas ocupações (CORRÊA, 2015, p. 325).

Segundo entrevista dada por Cocco (2018), em junho de 2013, “a multidão declarou que “queria tudo”, queria as cidades como espaços comuns de sua reprodução produtiva e indicava claramente como obstáculo a essa apropriação do comum o bloco mafioso do biopoder.” (COCCO, 2018, sp). Grosso modo, em junho de 2013, assim como no dia 29 de abril de 2015, as manifestações eram apartidárias e possuíam cunho político-social. Foram movimentos com caráter democrático; as pessoas não se importavam com partidos, apenas queriam suas reivindicações atendidas, independentemente da estrutura institucional. E, por conta disso, o governo precisou utilizar mecanismos e estratégias similares aos que reencontramos ao redor do 29 de abril de 2015, para deslegitimar os movimentos, por haver um potencial político mobilizador forte em ambos os eventos.

Outra estratégia governista que aproxima as virtualidades entre os dois eventos é o discurso de que as dificuldades de caixa eram em razão da “grave crise financeira que o Brasil vive, e que isso exigiu medidas de ajuste fiscal” (MARÉS, 13.02.2015, p. 05).⁴² Em 2013, no

⁴² O cenário era de crise geral em vários setores. O setor financeiro era caracterizado pelo que o governador Beto Richa definiu como um período de crise econômica na qual o governo não conseguiu cumprir o superávit primário e anunciou medidas de ajuste fiscal, que cortavam gastos em áreas importantes e consideravam restituir tributos. O Ministro da Fazenda à época, Joaquim Levy, disse que a equipe econômica brasileira teria três desafios no contexto de 2015, sendo o primeiro alcançar uma estabilidade fiscal e monetária, o segundo promover o ajuste fiscal e o terceiro atingir o equilíbrio das contas públicas (G1, 11.04.15). No cenário político, por sua vez, em outubro de 2014 havia uma polarização eleitoral no cenário nacional entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) (CORRÊA, 2015); mesmo antes de tomar posse para seu segundo mandato, a candidata do PT já lidava

início das jornadas, as manchetes eram “Preço da passagem de ônibus provoca manifestação pelo país” (G1, 07.06.2013) e “Saiba mais sobre os protestos em SP contra aumentos de ônibus e Metrô” (G1, 11.06.2013); o intuito era, também, deslegitimar o movimento, afinal o aumento era “apenas de vinte centavos”. O discurso tocou tão profundamente os afetos dos manifestantes e da população de forma geral à época, que culminou até em letra de música intitulada de “Chega (não é pelos 20 centavos)”, de autoria de Seu Jorge⁴³, bem como diversos textos no sentido de “Alguém ainda acha que eram apenas 20 centavos?” (G1, 21.06.2013).

Os elementos que aproximam os movimentos lembram o que Hardt e Negri (2016) irão conceituar como *acontecimento biopolítico*. Os autores partem do conceito de biopolítica, advindo de Foucault, entendido em sentido positivo como o elemento que produz afetos e linguagem desenvolvidos através da cooperação social e da interação de corpos, como algo que também cria novas subjetividades, na medida que o acontecimento “assim como a subjetividade que o anima, constrói e dá significado à história, deslocando qualquer noção de história como progressão linear definida por causas determinadas” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 77).

O cenário que secunda a data de 29 de abril de 2015 é caótico, confuso e composto por problemáticas múltiplas: crises econômica, financeira, política e institucional, questionando a legitimidade do sistema representativo; e colocando em xeque o peso da participação e oposição popular nas reivindicações sociais, políticas e econômicas. No entanto, para além das estratégias de deslegitimação usadas pelo governo, o movimento grevista que envolve a ocorrência do dia 29 de abril de 2015 se caracteriza e aproxima das jornadas de junho de 2013, pelo que poderia ter sido, pelos potenciais políticos mobilizados para além da greve.

Ambos os movimentos tinham potenciais abertos para a luta pelo comum, designando “ao mesmo tempo condição e resultado da atividade humana em toda a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 203), é o fazer coletivo da multidão, a força coletiva espontânea e imanente, segundo a óptica proudhoniana. Isso significa que a ação humana pressupõe condições e recursos comuns, “tais como ‘hábitos’ sociais que adquirimos por meio da experiência social,

com pressões e acusações de grupos de oposição a respeito de supostas irregularidades em sua primeira gestão e em sua campanha de reeleição. Ao longo de 2015, essas pressões cresceram, impulsionadas por manifestações populares, surgimento a demanda pelo seu impeachment (BLUME, 2015). Em nível institucional, as manifestações populares ocorreram em um contexto no qual haviam fortes denúncias de corrupção e operações investigativas como a ‘Operação Lava-Jato’ (a operação Lava Jato foi a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve, devido aos bilhões de reais desviados dos cofres da Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos) (MPF, sd). Os frequentes escândalos de corrupção contribuíram para abalar a confiança institucional dos brasileiros em seu sistema e seus representantes (BLUME, 2015).

⁴³ YOUTUBE. Chega (não é pelos vinte centavos). Seu Jorge. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d-IIHCmSdMM>>, acesso em 03 de dezembro de 2018.

e esse agir produz, reproduz e transforma essas condições e recursos” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 203).

A luta pelo comum é resistência contra a estrutura. Quando se trata da luta pelo comum, estamos pensando em resistências, em um quadro de lutas que poderia ser organizado em três vertentes: a) a primeira vertente é a luta do comum *contra o trabalho*, no sentido de se buscar defender a liberdade do trabalho biopolítico, recusando o controle externo sobre o trabalho, em defesa dos livres poderes da criatividade, da liberdade de construir encontros produtivos e formar redes de cooperação; b) a segunda na luta do comum *contra o salário*, que vai na defesa da vida social, buscando uma renda para reproduzir a vida social; c) a terceira na luta do comum *contra o capital*, para alcançar a organização democrática das forças produtivas sociais, buscando uma base estável para a autonomia da produção biopolítica (HARDT; NEGRI, 2016), ou em outros termos espinosanos: “o poder comum pelo qual a multidão combate a pobreza e cria bem-estar comum” como potencial democrático (HARDT; NEGRI, 2016, p. 71).

É possível identificar os momentos em que houve uma mudança na percepção social sem atribuí-la direta e inegavelmente à exploração capitalista ou a um viés de luta de classes, é nesse sentido que “os acontecimentos de resistência têm o poder não só de escapar ao controle, mas de criar um novo mundo” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 79). Visualiza-se não apenas uma disputa pelo poder no âmbito social e político, e sim algo novo, com potencial de constituir uma nova subjetividade de luta pelo comum. Isso se deve justamente por agregar diversas multiplicidades, tanto quando pensamos nos indivíduos que o compuseram, como nas diferentes reivindicações, como no afeto comum que guiou o movimento grevista.

Qualificam-se mudanças afetivas sociais a partir de uma contextualização sensível do que estava ocorrendo, a exemplo do trato governamental com manifestações civis. A repressão violenta de manifestações sociais, no movimento grevista de 2015, constitui um dos catalisadores da adesão de outras pessoas ao movimento, deflagrando novos agenciamentos de percepção popular do que estava ocorrendo. O que, conseqüentemente, contribuiu para a configuração de novos agenciamentos de reconversão, como forma de resistência e oposição, foram não apenas as decisões políticas envolvendo as reivindicações, mas a conduta violenta governamental de repressão aos manifestantes.

Segundo os dados levantados, não apenas com relação aos vitimizados diretamente pela ação policial, mas em todos os segmentos da sociedade houve clara rejeição a este tipo de conduta (organizações internacionais, entidades da sociedade civil, estudantes etc.). Isto é, vai-

se para além do discurso repressivo de uma classe com relação à outra, para se entender por que determinado tipo de conduta não é aceitável, seja qual for o contexto.

Ao se argumentar a respeito da existência de agenciamentos de percepção, além de se demonstrar momentos que passariam insensíveis à análise de conjuntura tradicional, é possível estabelecer e visualizar sua vinculação direta com os agenciamentos de reconversão. Ou seja, olhando para um acontecimento como categoria do social, é possível demonstrar momentos em que existem uma mudança da percepção social a despeito de determinado acontecimento e fazer relação com o potencial mobilizador social advindo dessa mudança de percepção, na forma direta como o agenciamento irá influenciar os corpos, seus regimes, seus discursos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, Louis. **O marxismo como teoria “finita”**. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. In: ALTHUSSER, Louis. *Discutere lo Stato. Posizioni a confronto su una tesi di Louis Althusser*, Bari, De Donato, 1978.

BLUME, Bruno André. Politize!. **8 Temas que marcaram a política em 2015**. s/d. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/8-temas-que-marcaram-politica-em-2015/>>, acesso em 22 de junho de 2018.

BORON, Atílio. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** Tradução de Fabiane Tejada da Silveira. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CHARLEAUX, João Paulo. **O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram**. Nexo. Publicado em 17 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>, acesso em 20 de julho de 2018.

COCCO, Giuseppe. **Nem coerentes, nem lógicas, as lutas de Junho de 2013 sobrevivem à revelia da compreensão da esquerda**. Entrevista especial realizada por Ricardo Machado. Instituto Humanitas Unisinos. Adital. Publicado em 13 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/579838-nem-coerentes-nem-logicas-as-lutas-de-junho-de-2013-sobrevivem-a-revelia-da-comprensao-da-esquerda-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>>, acesso em 19 de julho de 2018.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência. **Emancipação**. n. 15, v. 2, p. 317-335. 2015.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, Ponta Grossa: UEPG, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **1874 – Três novelas ou “O que se passou?”**. In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **1933 - Micropolítica e segmentaridade** In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Maior de 68 não ocorreu**. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência. 1º quadrimestre de 2015. Vol. 8. Nº1. Pp. 119-121. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>>, acesso em 08 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

G1. Paraná RPC. **Servidores da Socioeducação param atividades em Cascavel, no Paraná**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/02/servidores-da-socioeducacao-param-atividades-em-cascavel-no-parana.html>>. Acesso em 23 de junho de 2018.

G1. **Preço da passagem de ônibus provoca manifestações pelo país**. Bom dia Brasil. Publicado em 07 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/preco-da-passagem-de-onibus-provoca-manifestacoes-pelo-pais.html>>, acesso em 03 de dezembro de 2018.

G1. **Saiba mais sobre os protestos em SP contra aumentos de ônibus e Metrô**. Publicado em 11 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestos-em-sp-contr-aumento-das-tarifas-do-transporte.html>>, acesso em 03 de dezembro de 2018.

G1. TRIGO, Luciano. **Alguém ainda acha que eram pelos 20 centavos?**. Categoria: Protestos no Brasil. Publicado em 21 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2013/06/21/alguem-ainda-acha-que-eram- apenas-20-centavos/>>, acesso em 03 de dezembro de 2018.

G1.COM. **Professores da rede pública estadual do Paraná entram em greve**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/04/professores-da-rede-publica-estadual-do-parana-entram-em-greve.html>>. Acesso em 08 nov. 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Record, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. Tradução de Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EDUFSCar, 2011. Disponível em: <<http://files.zillis.webnode.com/200000254-846d18566f/M.Lazzarato%20%20O%20governo%20das%20desigualdades%20-%20livro.pdf>>, acesso em 03 de dezembro de 2018.

MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Reinaldo A., CARCANHOLO, Marcelo D. (Orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questão da Nossa Época – nº 65).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547009/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20A%20ideologia%20alem%C3%A3.pdf>, acesso em 01 de dezembro de 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**. A verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

4 AGENCIAMENTO DE RECONVERSÃO

O agenciamento de reconversão circunscreve as formas pelas quais a percepção comum transformada no agenciamento de percepção, no fenômeno de vidência, afeta os corpos, sua distribuição, seus regimes discursivos e de signos. Isso significa como as subjetividades se associam e dissociam em função de um fluxo de desejo e de afeto e em detrimento do acontecimento.

A análise de conjuntura tradicional, a partir de nosso campo empírico, que é o 29 de abril de 2015, permite identificar quem são os atores responsáveis pela ocorrência de um acontecimento. Os atores são os indivíduos que irão encarnar um papel na trama de relações, que representarão um grupo, uma classe, um país, uma ideia, uma reivindicação (SOUZA, 1985). Por meio dela, identificam-se quais seriam os segmentos sociais capitalistas que estão representados, quais seriam os interesses econômicos que mobilizariam aquela manifestação. Os atores são sempre representantes de alguma reivindicação, o que atrela sua modalidade de ação à ideologia econômica e capitalista. Remete a um embate de forças, uma divisão de classes, à ideia de que em dado momento há uma reivindicação que caberia ao outro segmento detentor desse poder ceder ou sonegar.

Nosso objeto empírico, entretanto, possui vários níveis de complexidade. Afinal, mesmo pensando em termos da análise de conjuntura tradicional, seria necessário traçar, ao menos, dois momentos distintos de participações desses atores: veem-se atores que já vinham participando do movimento grevista antes de o 29 de abril de 2015 ocorrer; e atores que aderiram ao movimento grevista após a sua ocorrência.⁴⁴

Há complexidade, também, quanto ao fato de que embora os professores tenham ficado conhecidos como os principais atores sociais no acontecimento do dia 29 de abril de 2015, eles não eram os únicos atores envolvidos. O movimento grevista protestava contra um projeto de lei que atingiria outras categorias/classes sociais as quais, inclusive, engrossaram as manifestações.

Ainda, poderíamos falar em uma complexidade em um nível subjetivo interno com relação aos atores, no sentido de que o conceito de “proletariado” e “burguesia”, neste contexto, representa uma simplificação excessiva dos participantes. Isso se dá em razão do nível de diferença existente entre aqueles que são enquadrados na categoria geral de “servidores

⁴⁴ Junto aos anexos do trabalho, elaborou-se uma cronologia para que seja possível identificar quem aderiu ao movimento e quando, bem como quando se deram as suspensões e quando cessaram (Apêndice C).

públicos”, por exemplo, pois é composta por agentes penitenciários⁴⁵, os funcionários da área da saúde, a polícia civil, o governador, deputados. Além de, também, terem atuado no contexto a mídia, os sindicatos, as universidades, os estudantes, alguns movimentos sociais e até mesmo órgãos judiciais.

4.1 Os atores na cena do movimento grevista de 2015

Quanto ao primeiro nível de complexidade atrelado a responder o questionamento sobre “quem participou e quando”, parte-se do método da análise de conjuntura tradicional. Identificando-se quais seriam as “classes” envolvidas no acontecimento e suas motivações, justificadas e demonstradas a partir de fatos ocorridos em determinada realidade.

Com o envio dos projetos de lei de Beto Richa para a Assembleia Legislativa, em fevereiro, os principais atores que se manifestaram através do indicativo de greve foram o ASSUEL-Sindicato, que representa professores e funcionários da UEL (FELIZARDO, 08.02.2015), o SESDUEM (representa os professores da UEM), servidores da saúde, servidores do hospital universitário UEL e o Sindiepg (seção sindical dos professores da UEPG). Os respectivos sindicatos contribuíram analisando as propostas do governo além de sinalizar e apoiar paralisações como também de suspendê-las.

Além dos sindicatos que apoiavam os professores e funcionários da região de Londrina, o Sind-Saúde, composto por servidores da saúde, mobilizou uma paralização com aproximadamente 600 servidores da saúde, que afetou os hospitais da Zona Norte (HZN) e da Zona Sul (HZN) de Londrina (FELIZARDO, 08.02.2015).

O Sindiprol/Aduel, integrado por docentes da UEL, também teve participação em vários momentos. Significativamente quando por meio de seu presidente, Renato Lima Barbosa, diante da aprovação da geral em assembleia realizada em 09 de fevereiro de 2015, adotou o posicionamento de que o próximo passo seria pressionar os deputados para a não aprovação do “pacotão”, organizando ônibus com destino à Curitiba para protestar em frente à Assembleia Legislativa. O sindicato conseguiu reunir 1,5 mil professores em Londrina (OGAWA, 10.02.2015). A partir da influência do Sindiprol/Aduel e sua “parceria” com o sindicato Assuel, formou-se um cenário de pressão popular das categorias de professores e

⁴⁵ Digna de nota a manobra política do governador que atendeu à reivindicação antiga dos agentes penitenciários, concedendo o porte de arma de fogo para a categoria através da resolução nº 19/2015 (OGAWA, 10.02.2015).

servidores da região de Londrina quanto às decisões políticas que estavam sendo tomadas pelos deputados.

A APP-Sindicato, por sua vez, funcionou como centro de organização do movimento sindical de diversas regiões do Estado, especificamente das categorias do funcionalismo da área da educação (FELIZARDO, 10.02.2015). Foi a sua presidência, ocupada à época por Hermes Leão Silva, que pressionou o governo e organizou as mobilizações e manifestações em todo o Estado. A APP-Sindicato mobilizou 29 núcleos sindicais da entidade no Estado contra o projeto de lei que modificava as regras da Parana Previdência, colocando em pauta de discussão a política educacional do governo de Beto Richa (LUCIANO, 25.04.2015).

Além disso, serviu como veículo para divulgação e denúncia dos descasos do governo com infraestrutura escolar. André Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná na cidade de Londrina, denunciou que algumas escolas na região não possuíam nenhuma merendeira para atender aos alunos. Foram denunciados, ainda, o encerramento de um projeto de ensino de idiomas em Londrina (CELEM) e de projetos de oficinas esportivas na região de Londrina (LOCAL F. DE LONDRINA, 04.02.2015).

A APP-Sindicato é o polo passivo nas ações judiciais protocoladas pelo governo e pela Procuradoria Geral do Estado, a exemplo da ação de reintegração de posse no caso da ocupação da Assembleia Legislativa, diante da primeira tentativa de votação do projeto da Parana Previdência em regime de urgência; ou da ação que determinou o fim da greve sob pena de multa.⁴⁶

O Sindarspen, presidido por Antony Johnson, estudou a possibilidade de participar da greve por não concordar com a mudança na aposentadoria dos servidores (FELIZARDO, 10.02.2015) e, de fato aderiu ao movimento considerando a greve como “inevitável” caso o “pacotão” entrasse em votação na Assembleia Legislativa (ANÍBAL; KÖNIG, 06.02.2015). Porém, foi um dos sindicatos que quando pressionado judicialmente para encerrar a greve sob pena de multa e responsabilização por eventuais crises nos complexos penitenciários acatou a decisão judicial e encerrou a paralisação (SENKOVSKI, 26.05.2015).

O Sindijus-PR (Sindicato dos Servidores do Setor Judiciário) agendou reuniões para discutir quais seriam os passos da categoria em apoio aos servidores da saúde e da educação. Todavia, ante o prejuízo que poderia advir à população não aderiu à greve de forma expressa, realizando apenas paralisações ou suspensões em alguns momentos (FELIZARDO, 10.02.2015). O Sindicato contribuiu mais efetivamente quando protocolou, em conjunto com a

⁴⁶ A cronologia das ações judiciais das quais houve notícia nos jornais pesquisados foi elaborada e pode ser consultada no Apêndice B deste trabalho.

APP-Sindicato e outros seis sindicatos, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a Lei Estadual 18.469/2015⁴⁷ (LOMBA, 23.07.2015).

Com um mês de paralisações, mobilizações e manifestações, em 11 de março de 2015, a gestão do governador Beto Richa acabou cedendo e firmando um acordo com os sindicatos (RAMOS, 11.03.2015). As propostas foram intermediadas e analisadas pelo Assuel e Sindiprol/Aduel. Concomitantemente, sindicatos como Sinteemar (funcionários e parte dos professores da UEM), na região de Maringá, e Sintespo (trabalhadores da UEPG), decidiram suspender o movimento mantendo o estado de greve (RAMOS, 12.03.2015).

Os policiais civis do Paraná não aderiram à paralisação no primeiro momento. De acordo com o presidente do Sindipol, Ademilson Alves Batista, os profissionais estavam insatisfeitos com as condições de trabalho, pretendendo negociar melhorias com o governo (FELIZARDO, 10.02.2015). Os quinquênios e as promoções dos agentes penitenciários e dos policiais civis não eram pagos desde 2013, além do atraso do pagamento do terço de férias para os profissionais que tiraram férias em dezembro de 2014, janeiro e fevereiro de 2015 (MARÉS, 06.02.2015).

A Secretaria de Estado da Saúde (SESA) sustentou que os pagamentos em atraso do governo deveriam ser resolvidos com a elevação de impostos, aprovada no ano passado (FELIZARDO, 10.02.2015). Divulgou, por exemplo, que o pagamento das horas-extras atrasadas referentes aos meses de novembro de 2014 e o auxílio alimentação de dezembro de 2014 e janeiro 2015 já teriam sido depositados no mês de fevereiro de 2015 (ANÍBAL et al, 11.02.2015).

⁴⁷ A Lei Estadual 18.469/2015 foi publicada no Diário Oficial nº 9.442, no dia 30 de abril de 2015, e trouxe modificações à Lei 12.398/1998 (que trata do Sistema de Seguridade Funcional do Estado, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, de são beneficiários os agentes públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas). Em resumo a lei trazia as alterações que foram votadas pelo projeto de lei 252/2015 quanto ao Conselho de Administração (artigo 10 e 11); ao Conselho Fiscal (artigo 20); o artigo 2º, acrescentando, entre outras alterações, o §1º o qual dispõe que “para a perfeita consecução de suas finalidades, a Parana Previdência celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado”. O artigo 12 foi aquele com alterações significativas, em seu *caput* é que ficou determinado que “Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003, bem como aqueles que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três) anos até 30 de junho de 2015”. Na própria Lei Estadual 18.469/2015, o artigo 3º é o que garantiu a parte dos aportes do Estado no Fundo Previdenciário por meio dos *royalties* de Itaipu: “rt. 3. O Estado do Paraná aportará no Fundo de Previdência, para a capitalização e ampliação do período de solvência, as receitas adicionais provenientes do reinício do repasse ao Estado dos royalties da usina de Itaipu, até a totalização do aporte de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), atualizados a partir da data de publicação desta Lei. Parágrafo Único. Caso necessário, o aporte será efetuado com recursos do Tesouro do Estado, até atingir o montante previsto no caput deste artigo, com o valor atualizado até o repasse total final”. (BRASIL. Lei Estadual 18.469/2015).

A OAB emitiu nota pública posicionando-se contrariamente ao trâmite do “pacotaço” em regime de urgência, principalmente em razão da diversidade de matérias, indo desde uma simples campanha para incentivar a população a pedir nota fiscal até a polêmica medida de desvirtuar todos os fundos públicos existentes, acabando com a destinação específica dos valores que os compõem (PRAZERES, 11.02.2015). Ajudou a “desmentir” o discurso estatal quanto à existência de membro adeptos à tática *black bloc* nas manifestações da data do 29 de abril de 2015 (BUBNIAK; GALINDO, 02.05.2015).

As sete universidades estaduais do Paraná (Unicentro, UEL, UENP, UEPG, UNESPAR, UEM e Unioeste)⁴⁸ paralisaram suas atividades até o dia 25 de junho de 2015, computando em torno de 44 dias de greve (PRAZERES, 11.02.2015). Com base no levantamento realizado pelo Censo da Educação Superior no ano de 2010, isso significaria dizer que aproximadamente 69,8 mil alunos ficaram sem aula nas universidades (AYRES, 22.03.2012).

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) foi um ator responsável por acompanhar as deliberações das assembleias realizadas pelos docentes simultaneamente à votação do pacote de ajuste do governo na Assembleia Legislativa, informando que o governo já havia retirado do pacote itens criticados pelos servidores e docentes das instituições de Ensino Superior, como os que extinguiriam o quinquênio e o anuênio (PRAZERES, 11.02.2015).

O Sindicato dos Servidores da Socioeducação do Paraná (Sindsec) também aderiu à greve em repúdio ao pacote de medidas que tramita na Assembleia Legislativa (PRAZERES, 11.02.2015). O grupo reivindicou melhorias nas condições de trabalho, como a criação do plano de cargos e salários da categoria. O Paraná conta com 18 CENSES e sete casas de semiliberdade (G1PR, 11.02.2015).

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) conseguiu um mandado de reintegração de posse para que os manifestantes desocupassem a Assembleia Legislativa. A oposição ao governo de Beto Richa composta por Anita Netto (PMDB), Requião Filho (PDT), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT) e Tadeu Veneri (PT), entrou com um mandado de segurança, solicitando que o Tribunal de Justiça impedisse o “tratoraço” (votação pela comissão geral) (RAMOS, 12.02.2015).

⁴⁸ Segundo notícias publicadas no mês de março de 2015, o Governo do Paraná devia, ao menos, R\$ 30 milhões em verbas de manutenção atrasadas para seis das sete universidades estaduais. O anúncio das medidas orçamentárias do “pacotaço” foram interpretadas como a intensificação da crise financeira. Além disso, as universidades também enfrentavam um déficit de profissionais em salas de aula, em decorrência de que o governo não estava fazendo mais nomeações (CAPUCHINHO, 2015).

Os professores ocuparam, também, pacificamente núcleos regionais da SEED nas cidades de Cornélio Procópio e Apucarana. Nessas ocupações, o movimento foi engrossado por servidores da saúde e por indígenas de duas aldeias da região. Os indígenas das aldeias Laranjinha, em Santa Amélia, e Porto Velho, em Abatiá, reclamavam das condições de suas escolas e da falta de professores. O objetivo foi impedir a distribuição das aulas, já que os professores aprovados no último concurso escolheram as aulas em dezembro, mas até fevereiro de 2015 não haviam sido chamados para assumir (CRUZ, 13.02.2015).

Houve manifestações também em rodovias e praças. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-277, em Guarapuava (centro), grevistas, apoiados por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam as praças de pedágio nos km 301 e 398. Também em Catanduvas, no km 530, e em Balsa Nova, no km 132. Em Peabiru, cerca de 500 manifestantes fecharam a BR-158 por mais de 40 minutos. Em Marechal Cândido Rondon, a BR-163 foi interditada por mais de duas horas por um grupo de 50 professores. Também na PR- 182, 300 grevistas exibiram cartazes contra as medidas propostas pelo Governo Estadual (CRUZ, 13.02.2015).

O Fórum das Entidades Sindicais (FES), que reúne 21 sindicatos do funcionalismo, também teve um papel importante no diálogo com o governo. Agendaram diversas mesas de negociação (principalmente para fixação da data-base referente ao reajuste salarial dos funcionários da educação), além de conseguirem a mobilização estimada de mais de 100 mil servidores apenas na área da educação (RAMOS, 13.02.2015). Repudiaram declarações do governador Beto Richa, que os teria classificado como “baderneiros”, como também a reação policial com gás de pimenta, balas de borracha e bombas às manifestações (COSTA, 14.02.2015, p. 06).

Os Servidores da Defensoria Pública do Paraná (Assedepar) e os funcionários do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) aprovaram greve por tempo indeterminado a partir do dia 16 de fevereiro de 2015. O problema do IAPAR era de que a defasagem de funcionários (em torno de 500 servidores no órgão), a falta de pagamento de viagens e de insumos estava prejudicando o trabalho (CRUZ, 13.02.2015).

Para a Defensoria, as reivindicações eram de que o governo respeitasse a autonomia e o orçamento da Defensoria Pública e que o Tribunal de Contas liberasse o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte. Reivindicavam, além da retirada do “pacotão”, revisões salariais e a redução na jornada de trabalho de 08h para 06h diárias (CRUZ, 13.02.2015).

Os servidores do Detran/PR também apoiariam a greve pois, segundo o presidente do Detran-PR, o órgão possui 900 funcionários e 40% deles são cargos comissionados, para

atender uma frota de 6,5 milhões de veículos e 5 milhões de pessoas. Destacou que desde 2012 vinham solicitando reajuste salarial, progressão do quadro próprio, mas até fevereiro de 2015 não receberam o terço de férias e não são contemplados com progressões ou promoções nos cargos desde 2013 (OGAWA, 19.02.2015).

A mídia também teve um papel enquanto arena de disputa simbólica sobre a legitimidade da greve e das reformas legislativas e atos, repassando as notícias, os dados, o conteúdo das propostas elaboradas pelo governo. Em certos momentos, chegou a pressionar o governo divulgando o aumento do salário do governador Beto Richa, que recebeu remuneração de R\$ 58.8 mil no mês de fevereiro⁴⁹ (WILTEMBURG, 25.02.2015).

A mídia, por meio dos veículos de comunicação, divulgou o nome dos deputados que votaram o projeto. Deu voz ao sindicato em alguns momentos. Trouxe dados sobre a defasagem no ensino do Estado, entre outros pontos.

O governador Beto Richa foi outro ator, que propôs projetos, lamentou as ações dos manifestantes, estigmatizou condutas de movimentos partidários (DE CUNTO, 29.04.2015). Prometeu efetuar pagamentos (BERTOLDI, 17.02.2015), congelou o próprio salário para demonstrar que o Executivo estava contribuindo com as medidas de austeridade (PRAZERES, 26.02.2015), fez alguns repasses para as universidades através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) (DE CUNTO, 27.02.2015), entre outras condutas.

O Executivo se comprometeu a aportar ativos para a capitalização na ordem de R\$ 1 bilhão, de forma a ampliar o período de solvência da ParanaPrevidência. Os aportes aconteceriam “na medida em que as notas atuariais indicarem a necessidade” (única coisa que mudou foi o governo se “comprometer” a colocar 1 bilhão a mais no fundo) (FELIZARDO, 02.04.2015).

O Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior (Andes-SN), após ter acesso à minuta do projeto de lei n 252/2015, rechaçou vários pontos que consideraram contrários às promessas feitas por lideranças do governo durante a greve. Segundo Mary Falcão, presidente da Andes-SN, a minuta não passou de uma reedição do

⁴⁹ O recebimento deste valor não configura, todavia, ilegalidade ou irregularidades da gestão. Ocorre que o governador Beto Richa decidiu reaver o aumento de 14,6% no próprio salário (aprovado pela Lei 15.433/2007, segundo esta lei os vencimentos do chefe do Executivo são os mesmos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)). Desde o dia 1º de janeiro de 2015 ele teria direito a receber R\$ 33,7 mil ao invés de R\$ 29,4 mil que ganhava até dezembro de 2014. O pagamento em duplicidade dos salários do mês de fevereiro de 2015 foi mantido, razão pela qual ele recebeu o referido valor. Em razão disso, a vice-governadora e os 20 secretários de Estado obtiveram aumento também, já que recebem, respectivamente 95% e 70% do que ganha o chefe do Executivo. No mês de fevereiro, a soma do pagamento dos salários do “primeiro escalão” chegou a R\$ 537 mil (RAMOS, 26.02.2015).

“pacotaço”, por isso, não descartariam a retomada da greve caso o texto fosse mantido (FELIZARDO, 02.04.2015).

Ator que teve um grande peso nos debates foi o Poder Judiciário, o qual, entre outras condutas, deferiu uma liminar impedindo a ocupação do prédio da Assembleia Legislativa, atribuindo multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento, e autorizando o uso de forças policiais caso fosse necessário, de forma a manter o andamento normal dos trabalhos no legislativo (GARCIA *et al*, 26.04.2015). A liminar foi concedida com base fática no evento ocorrido no dia 10 de fevereiro de 2015 e não considerou a mudança do cenário social e político até o mês de abril do mesmo ano.⁵⁰

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida por Nelson Justus (DEM), também foi responsável por avaliar o projeto, composta por 13 integrantes cuja incumbência foi opinar sobre a legalidade e a constitucionalidade do “pacotaço”, além de ter o poder de decidir se acataria ou não às emendas realizadas em prol do funcionalismo (RAMOS, 23.02.2015).

Alguns parlamentares também tiveram uma participação mais marcante durante a tramitação e votação do “pacotaço”, como Ademar Traiano (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa, por exemplo, que defendeu que o pacote de medidas seria altamente benéfico ao Estado e traria resultados futuros à população (WILTEMBURG, 02.04.2015); entre outras ações significativas, ele suspendeu a sessão parlamentar quando houve a ocupação da Assembleia Legislativa (RAMOS, 11.02.15); deu depoimento de que queria adotar novas medidas para reforçar a segurança dos parlamentares na Assembleia Legislativa (WILTEMBURG, 25.02.2015); alegou que a decisão judicial de impedir que os professores acompanhassem a sessão foi feita para proteger os parlamentares e a instituição em função dos incidentes ocorridos em fevereiro, afirmando inclusive que “nós não somos contra qualquer movimento reivindicatório, mas não podemos permitir que vândalos possam depredar o patrimônio público” (CHUEIRE, 28.04.2015, p. 05); permitiu que os trabalhos continuassem mesmo em meio ao cenário de tumulto no Centro Cívico no dia 29 de abril de 2015 (DE CUNTO, 30.04.2015); descartou reduzir salários dos deputados dizendo que faz de sua vida política “um verdadeiro sacerdócio”, motivo pelo qual mereceria o salário de R\$ 25,3 mil (RAMOS, 27.08.2015, p. 04).

Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), líder do governo, pressionou pela aprovação dos projetos (FELIZARDO, 10.02.2015); afirmou não haver outra alternativa a não ser o regime de

⁵⁰ Quanto ao papel do Poder Judiciário, ao final do trabalho no apêndice B é possível verificar em detalhes sua participação e os momentos em que foi acionado.

comissão geral para votação do “pacotão” (GARCIA et al, 05.02.2015); atribuiu a invasão da Assembleia Legislativa à falta de informação dos manifestantes (RAMOS, 11.02.2015); retirou o requerimento da comissão geral para votação de projetos em regime de urgência e se comprometeu a não mais usá-lo enquanto se mantivesse no cargo (RAMOS, 13.02.2015); assinou um termo de compromisso em nome do governo com representantes do funcionalismo se comprometendo a não promover nenhuma mudança na Parana Previdência antes de um amplo debate (SCORTECCI, 11.03.2015); reabriu e intermediou o diálogo entre o governo e os grevistas, se manifestando, inclusive favoravelmente à concessão do reajuste de 8,17% que o sindicato estava reivindicando ⁵¹ (SENKOVSKI, 22.05.2015).

Mauro Ricardo Costa, Secretário Estadual da Fazenda, por exemplo, incentivou a aprovação do “pacotão” sob o pretexto de que o Paraná estaria enfrentando a maior crise financeira de sua história, razão que levou Beto Richa ao contingenciamento de R\$ 11 bilhões no orçamento, indicando que a única solução era a aprovação do projeto (GALVEZ, 10.02.2015). Pressionou os manifestantes afirmando que era impossível garantir os R\$ 124 milhões para despesas das instituições universitárias aprovados na lei orçamentária anual, e que a única solução seria a aprovação dos projetos de ajuste fiscal previstos no “pacotão” (GARCIA, et al, 05. 02.2015); afirmou que não retiraria dinheiro da Previdência, e apenas compensaria com menos repasses no futuro, em contradição com o fato de que o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Paraná sacaram um total de R\$ 527 milhões do fundo previdenciário (AUDI, 25.05.2015). ⁵²

O deputado líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), contribuiu para o debate e polêmica no setor político de discussão do projeto de lei nº 252/2015, por exemplo, quando considerou a forma como o “pacotão” estava sendo conduzido como um deboche aos parlamentares e ao povo paranaense, já que este possuía muitos termos técnicos e era imprescindível ao menos quinze dias para debater alguns assuntos (GARCIA, 06.02.2015); cogitou a possibilidade de ingressar, com os deputados da oposição, com mandado de segurança para impedir que o regime da comissão geral fosse usada para votação do projeto (MARÉS *et*

⁵¹ Segundo o líder do governo, era perfeitamente possível que fosse concedido um reajuste de 3,24% (referente ao acumulado na inflação entre maio 2014 até dezembro de 2014) e os outros 4,93% serem concedidos em janeiro de 2016, com uma antecipação da data-base da categoria de maior para janeiro. Mas sua proposta não foi acolhida (SENKOVSKI, 22.05.2015).

⁵² Em 25 de maio de 2015, R\$ 527 milhões saíram do Fundo Previdenciário. A maior parte do saque de R\$ 483 milhões foi destinada ao governo estadual. Os valores são um “ressarcimento” pelo que os órgãos “pagaram a mais” com aposentados com mais de 73 anos entre janeiro e abril deste ano. Os saques foram na contramão do que havia sido anunciado pelo governo anteriormente. O Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou que não iria retirar dinheiro da previdência, mas sim compensar com menos repasses no futuro. Ele voltou atrás depois que a movimentação foi divulgada, dizendo que os saques servem apenas para “contabilização correta” das contas do primeiro quadrimestre (AUDI, 25.05.2015).

al, 11.02.2015). Julgou irresponsável e imatura a atitude do governador Beto Richa de cercar o prédio da Assembleia Legislativa com um efetivo policial como se estivesse lidando com uma rebelião de penitenciária (BARAN et al, 29.04.2015). Afirmou que “Não dá para dizer que representamos o povo num momento como este. Não sei se algum deputado vai para casa com a alma tranquila. Eu não vou. É o pior conflito da história do Paraná” (GARCIA, 30.04.2015).

Em uma visão mais geral, os deputados vinculados a partidos como o DEM, PP e PSDB tiveram votação uniforme e favorável ao projeto, enquanto nos demais partidos as posições foram divergentes - PSC, com 12 parlamentares, teve apenas 04 deles votando com a oposição (CHUEIRE, 30.04.2015), conforme se demonstra no gráfico anexo da votação (ANEXO M - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – PROTEGIDOS PELA PM).

Deste panorama geral, PSC, PMDB, PDT, PSD, PSB e PPS, contendo 31 parlamentares, obtiveram 18 votos favoráveis e 13 votos contrários ao projeto. Cinco partidos mantiveram o apoio ao governador Beto Richa: PSDB, DEM, PP, Solidariedade e PTB, e cinco partidos reprovaram a proposta (PT, PV, PRB, PPL e PSL) (CHUEIRE, 05.05.2015).

Quanto aos atores que participaram do movimento grevista após o 29 de abril de 2015, lista-se o Ministério Público, que se comprometeu a investigar os excessos praticados pela Polícia Militar. A Câmara dos vereadores de Curitiba/PR também ameaçou revogar o título de cidadão honorário concedido a Beto Richa (CHUEIRE, 01.05.2015).

O repúdio à ação violenta da Polícia Militar com os manifestantes desencadeou manifestações nas semanas seguintes: um grupo de mais de mil estudantes universitários protestaram no dia 31 de abril de 2015 (DE CUNTO, 01.05.2015); o feriado do Dia do Trabalho, em 01 de maio de 2015, contou com manifestação da população nas ruas, somando 5 mil pessoas segundo os organizadores e 3 mil pessoas segundo a Polícia Militar (BERTOLDI, 02.05.2015); manifestações de políticos da oposição à Assembleia Legislativa do Paraná, de grupos de estudantes do ensino médio, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e da Marcha Mundial das Mulheres (BERTOLDI, 02.05.2015). Entretanto, mesmo com a nova onda de protestos, a maioria parlamentar na Assembleia Legislativa se manteve fiel ao governador Beto Richa (CHUEIRE, 05.05.2015).

Um órgão que só apareceu após a aprovação do projeto de lei nº 252/2015, foi o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC) do Paraná, o qual considerou inconstitucional o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, pontuando que segundo o princípio da contributividade, postulado na Constituição Federal/88, pessoas que nunca contribuíram para um fundo não poderiam se beneficiar dele. O MPjTC afirmou que realizaria

medidas para expedir liminarmente que os valores fossem usados para pagar quem realmente contribuiu com o fundo previdenciário (FERREIRA, 06.05.2015).

Em nível federal, o Ministério da Previdência (MPS) considerou a lei do Parana Previdência ilegal (RAMOS, 12.05.2015). O Ministério Público Federal (MPF) informou que apuraria violação de direitos em “batalha”, sendo que a procuradoria regional dos direitos do Cidadão iria conduzir investigações sobre a ação da Polícia Militar contra os manifestantes (RAMOS, 14.05.2015).

A Secretaria de Educação passou a ter um papel realmente ativo, informando em data de 19.05.2015 que iria lançar faltas dos professores grevistas a partir desta data (RAMOS, 19.05.2015). Servidores da Justiça e da Saúde aderiram totalmente ao movimento grevista, interrompendo os serviços públicos (FANTIN, 27.05.2015).

Com a identificação dos atores que contribuíram em maior ou menor medida para a ocorrência do 29 de abril de 2015, é possível perceber quais foram aqueles que mantiveram uma posição estável durante todo percurso, com maior força política de negociação.

É o caso, de um lado, da APP-Sindicato, do Fórum das Entidades Sindicais, das Universidades, dos colégios estaduais, dos manifestantes que realizaram protestos em frente à Assembleia Legislativa e, de outro, do governador Beto Richa, que permaneceu impassível mesmo diante da oposição popular, de Ademar Traiano, que poderia ter suspenso a sessão e, talvez, evitado a repressão policial no dia 29 de abril de 2015, e da base aliada ao governo, que contava com 34 deputados. A Comissão de Constituição e Justiça também poderia ter acatado em maior grau as emendas propostas pelo funcionalismo ao projeto de lei, o que teria contribuído para, ao menos, uma sensação de “consideração efetiva” dos interesses daqueles que seriam afetados diretamente pela aprovação daqueles termos.

4.2 Agenciamentos estratégicos de poder e subjetividades

A partir da concatenação das informações jornalísticas a respeito dos participantes do movimento grevista de 2015, identifica-se que embora existam informações no material jornalístico sobre a participação de atores de diversos setores, essas informações são relegadas a notícias secundárias. O discurso predominante qualificou o movimento como “uma greve de professores e servidores”, com enfoque na “classe” de professores. A participação de agentes penitenciários, servidores da saúde, de servidores do judiciário, e da polícia civil, por exemplo,

ocuparam um espaço menor nas edições, havendo apenas uma pequena menção em determinada página.⁵³ O que permite questionar por qual razão alguns atores teriam maior ou menor enfoque.

A mídia exerce poder na esfera social influenciando a formação das agendas políticas e governamentais, realizando intermediações das relações sociais entre grupos diversos, influenciando-se a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos, participando de contendas políticas e atuando como um aparelho ideológico capaz de organizar interesses (FONSECA, 2011). Da mesma forma, não se pode ignorar que “a boa propaganda de um produto e o carisma de uma determinada pessoa são decisivos para sua sobrevivência no mercado específico que ocupam” (DESGUALDO, 2014, p. 200). A imagem passada por um meio de comunicação de um acontecimento, como uma manifestação, uma greve, e seus opositores, tem influência direta sobre a força que este fato possa ter e seus eventuais desdobramentos.

Pode-se dizer que o agenciamento de poder traduzido no material jornalístico espelha a configuração de subjetividades múltiplas em “atores sociais de classe”, com uma caracterização pré-determinada, representando “papéis” de “grevistas”, “manifestantes”, cuja reivindicação seria de âmbito econômico. Esse agenciamento de poder realizado através dos veículos de comunicação de massa possibilita a manipulação do grande público, por meio de seu poder de persuasão em diversos campos, como social, econômico, político e psicológico (DESGUALDO, 2014). Há uma narrativa advinda do agenciamento de poder que é adaptada conforme o grau de intervenção de outros como instituições civis, pressão popular e suas repercussões.

Na análise de conjuntura tradicional, há a recondução dos atores a papéis que já estão pré-estabelecidos, como, por exemplo, as formas modernas pelas quais a luta de classes possa se expressar, seguindo linhas de “proletariado” vs “burguesia”, ou “detentores dos meios de produção” vs “trabalhadores”, afinal “o Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (...) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia” (ALTHUSSER, 1974, p. 31). O movimento grevista é

⁵³ No decorrer da pesquisa, foi elaborado um artigo para a disciplina de Representações Sociais, publicado como capítulo de livro, sob o título “REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ATORES QUE PARTICIPARAM DO 29 DE ABRIL, A PARTIR DOS JORNAIS DA FOLHA DE LONDRINA, ENTRE OS MESES DE FEVEREIRO A SETEMBRO DE 2015”. O referido artigo teve como objetivo identificar qual teria sido a representação social dos atores que participaram no evento ocorrido no dia 29 de abril de 2015 a partir do jornal Folha de Londrina. Foram analisadas todas as reportagens divulgadas pelo jornal Folha de Londrina, entre os meses de fevereiro a setembro de 2015, utilizando-se da metodologia de pesquisa da análise de conteúdo, com a ajuda do software *Sphinx*. Este software permitiu mapear os termos que teriam aparecido com maior ou menor frequência e as diferenças de terminologias que ocorreram no decorrer do movimento grevista. (In: Ciências Sociais aplicadas: cotidiano e representações. Alfredo Cesar Antunes, Constantino Ribeiro de Oliveira Junior, Eliane de Fátima Rauski (Org.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2018).

dividido, assim, em dois polos contrapostos simplificadores e inadequados ao real dos eventos: um composto pelo Estado repressivo que segue interesses privados; e o outro composto por manifestantes trabalhadores que reivindicam melhores condições.

Todavia, “sólo la estrechez de miras burguesa toma las formas capitalistas de la producción como sus formas absolutas; y por lo tanto como las formas naturales, eternas de la producción. Hoy no deberíamos hacer gala de esta misma estrechez de miras denunciada por Marx em Teorias de plusvalia” (BLONDEAU, 2004, p. 31). Não há como desconsiderar que o capitalismo, a partir de sua configuração pós-fordista⁵⁴, se traduz na relação entre tecnologia, saber e o próprio capital, podendo-se afirmar que “este fator productivo principal, que reconhecemos como *general intellect*, hace ahora las veces de los viejos médios de producción” (LAZZARATO, 2004, p. 18), caracterizando um capitalismo de tipo cognitivo.

A complexidade que advém das relações sociais, econômicas e políticas torna necessário considerar as mudanças das tecnologias e dos saberes que as envolvem. O trabalho é uma prática que produz valor, logo, ele funciona como elemento central para a análise da sociedade, “o que é aceito como trabalho, ou como atividade criadora de valor, depende sempre dos valores existentes em um dado contexto social e histórico; em outras palavras, o trabalho não pode ser definido simplesmente como atividade, [...] mas, sim, como atividade específica, socialmente reconhecida enquanto produtora de valor” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 21).

O cenário atual caracteriza-se por redes de cooperação de trabalho cada vez mais complexas, com integração do trabalho afetivo nos processos produtivos e uma crescente informatização, “o trabalho do *general intellect*, mesmo tendendo à imaterialidade, não é menos corpóreo do que intelectual” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 23).

Só possui valor aquilo que é determinado histórica e socialmente e, atualmente, o trabalho nas nossas sociedades tende a configurar-se cada vez mais como trabalho imaterial, intelectual, afetivo, técnico-científico (HARDT; NEGRI, 2004). Assim, a noção de capitalismo cognitivo permite contemplar as relações cognitivas, de opinião, de trabalho da mente, sobre formas de comunicação, ou seja, os trabalhadores intelectuais historicamente impossíveis para a teoria marxista tradicional (LAZZARATO in CARVALHO, 2006). Isso ocorre porque a produção econômica se encontra em um período de transição, em que seus resultados são cada

⁵⁴Na década de 1970, com a crise econômica, social e de valores, houve a passagem do regime fordista ou taylorista para o regime pós-fordista. O pós-fordismo se evidencia na medida em que “a fábrica não pode mais ser concebida como o lugar paradigmático da concentração do trabalho e da produção; processos de trabalho se moveram para fora das paredes da fábrica para investirem toda a sociedade.” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 9). O mundo não é mais pensado somente sob o viés da exteriorização de um sujeito sobre um objeto, além da nova política global, o sujeito não é mais o mesmo. O sujeito vai muito além da classe operária marxista, fordista (LAZZARATO, 2006).

vez mais relações sociais e formas de vida, ou seja, a produção capitalista torna-se cada vez mais biopolítica (HARDT; NEGRI, 2016).

O trabalho industrial perdeu sua hegemonia, surgindo em seu lugar o “trabalho imaterial”, ou seja, trabalho que cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma reação emocional [...] Este tipo de trabalho imaterial produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens e outros produtos do gênero. Chamamos a outra forma fundamental de trabalho imaterial de “trabalho afetivo” [...] O trabalho afetivo, assim, é o trabalho que produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão (HARDT; NEGRI, p. 149, 2014).

Uma das tendências da economia política contemporânea converge para a hegemonia ou prevalência da produção imaterial nos processos de valorização capitalista, “imagens, informação, conhecimento, afetos, códigos e relações sociais, por exemplo, estão adquirindo maior peso que as mercadorias materiais ou os aspectos materiais das mercadorias no processo capitalista de valorização” (HARDT; NEGRI, p. 154, 2016). O trabalho imaterial, configurado como atividade da mente e do coração, possui como centro os seres humanos, e suas faculdades, competências e conhecimento como produtores de valor (HARDT; NEGRI, 2016). Embora a natureza das condições e o que se reconhece como trabalho tenham mudado, apenas convergem para a percepção de que cada vez mais o trabalho, como produtor de valor, ocupa uma posição de centralidade acentuada (HARDT; NEGRI, 2004).

Com isso, contextualiza-se o “cenário capitalista” atual como muito diverso daquele do século XIX, analisado por Marx. A teoria marxista “está inscrita na fase atual existente, e é limitada a ela: a fase de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1978, p. 65), por isso é considerada como “finita”. Isto é, a teoria marxista se encontra “limitada à análise do modo de produção capitalista, e de sua tendência contraditória, que abre a possibilidade de passagem para a abolição do capitalismo e sua substituição por “outra coisa”, que se delinea “como um vazio” e positivamente, na sociedade capitalista” (ALTHUSSER, 1978, p. 65).

A teoria marxista possui limitações críticas temporais, afinal “para seguir o método de Marx, assim, devemos nos afastar das teorias de Marx, na medida em que o objeto de sua crítica, a produção capitalista e a sociedade capitalista como um todo mudou” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 189). Embora se possam reconhecer contradições atuais, semelhantes às identificadas por Marx, não é possível dizer que estas sejam as únicas contradições produzidas atualmente, afinal suas condicionantes globais mudaram. Logo, ao se olhar para um movimento grevista, não é mais possível afirmar que a luta e as reivindicações tenham cunho meramente econômico ou financeiro.

Na época e contexto analisados por Marx, a exploração capitalista era diversa da que temos hoje, como, por exemplo, pode se observar da necessidade de consideração do trabalho imaterial, igualmente valorado. Assim a teoria marxista é capaz apenas de designar “as tendências contraditórias que estão em ato no processo atual” (ALTHUSSER, 1978, p. 64), que poderia ser dito em outras palavras que a teoria marxista é uma análise de tendências contraditórias realizadas em um contexto específico de exploração capitalista do século XIX.

Mesmo quando essas teorias levam em consideração as variações cíclicas, contudo, o caráter sistêmico do desenvolvimento e da expansão capitalista é mantido. O que o esquema não pode levar adequadamente em conta, mesmo quando se refere a movimentos “antissistêmicos”, são as forças da antimodernidade: ele não é capaz de reconhecer a luta de classes como fundamental na determinação do desenvolvimento histórico, social e econômico; não pode entender o capital como uma relação que promove a cooperação (e portanto a separação) entre os poderes do trabalho e o domínio capital; e, finalmente, não leva adequadamente em consideração as resistências dos sujeitos que não estejam diretamente envolvidos na produção capitalista (HARDT; NEGRI, 2016, p. 103).

Existem elementos imateriais e afetivos que compõem as relações sociais, econômicas e políticas, e muitas vezes são agenciados em moldes estratégicos por algum dos componentes de determinado contexto reivindicatório. O acontecimento, assim, romperia a continuidade da história e da ordem preexistente, estaria “deslocado ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis” (DELEUZE, 2015, p. 119); isso significa romper com qualquer noção da história como processo linear definido por causas determinadas.

Por esta razão, quando se pensa no movimento grevista de 2015, no estado do Paraná, tem-se, por exemplo, professores e servidores da educação compõem uma classe de trabalhadores imateriais, pois o “trabalho do professor não se esgota na preparação e repetição das aulas, mas é preciso que crie e proponha problemas que desenvolvam a capacidades específicas esperadas pela trama social a que os alunos serão devolvidos, medeie conflitos, provoque afetos conducentes ao aprendizado, à conversão do não saber em saber” (CORRÊA, 2015, p. 330).

O contexto histórico do capitalismo no século XX envolve considerar a importância de um trabalho realizado imaterialmente, que se encontra diretamente vinculado a afetos e desejos, sejam eles pessoais ou profissionais. Dizer que o movimento grevista de 2015 foi composto em sua maioria por trabalhadores imateriais ressalta, sobretudo, as peculiaridades diferenciais do exercício profissional de cada um de seus componentes os quais não são mais redutíveis a uma classe, ou melhor, a uma reivindicação classista.

Esta noção, de atrelar individualidades a uma classe, está intrinsicamente ligada a uma estratégia discursiva política e social, apoiada “nas formas do discurso público, do marketing e da propaganda para decidir a questão sobre quais Estados e quais movimentos populares vão ou não ser chamados de democráticos” (BUTLER, 2018, p. 09). Isto é, existem interesses determinantes de agenciamentos de poder que estabelecem quem são os componentes de determinadas demandas sociais e, atrelado a esta definição, advém o discurso sobre a legitimidade ou não das reivindicações.

Nesse viés, quando o governo do Estado tentou qualificar o movimento grevista como uma mobilização classista, privatista, com interesses meramente financeiros, ele tentava transferir a “obrigação” e a relação de “dívida” ao corpo social (CORREIA, 2015, p. 330); ou seja, com esta caracterização bastaria expor valores comparativos referentes ao piso médio salarial nacional da categoria com o estadual. A questão é que “nem mesmo é possível para os sindicatos tradicionais representar de maneira adequada a multiplicidade de sujeitos e experiências de classe” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 130), afinal as lutas sociais são compostas por uma multiplicidade de singularidades sociais, buscando coordenar suas ações comuns e manter sua igualdade em estruturas organizacionais horizontais (HARDT; NEGRI, 2016).⁵⁵ Assim, o movimento que ficou conhecido como uma “greve de professores”, devido à atuação específica desses trabalhadores imateriais, e, também, pelo protagonismo da APP-Sindicato, encerrava o potencial para constituir uma greve geral do funcionalismo do Estado do Paraná (CÔRREA, 2015).

Os agenciamentos de poder que atuam sobre o discurso de quem compõe determinado movimento social, podem ser classificados da seguinte forma: “temos (a) aqueles que buscam definir o povo (um grupo muito menor do que o povo que buscam definir); (b) o povo definido (e demarcado) no curso dessa aposta discursiva; (c) o povo que não é “o povo”; e (d) aqueles que estão tentando estabelecer esse último grupo como parte do “povo”

⁵⁵ São necessárias algumas pontuações sobre o conceito de “multidão” e o conceito de “classe”, segundo a teorização feita por Hardt e Negri. A globalização, segundo os autores, além de criar novas configurações sociais, econômicas e políticas em níveis internacionais, também proporcionou a descoberta de pontos comuns que permitam, entre outras coisas, uma ação conjunta, sem que isso prejudicasse as singularidades de seus componentes. Assim, a proposta quando se pensa em termos de “multidão” é se opor a ideia de povo, como concepção unitária, afinal a multidão “é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única” (HARDT e NEGRI, 2014, p. 12). O conceito de multidão não se opõe ao conceito de classe, advindo da teoria marxista. Segundo Hardt e Negri (2014), classe seria um conceito empregado para distinguir os trabalhadores assalariados dos proprietários, porém, isso significaria opor trabalhadores assalariados àqueles que prestassem serviços domésticos sem remuneração, ou àqueles que não fossem assalariados, por exemplo. O conceito de multidão se propõe a expressar uma concepção moderna de “classe”, pensando em uma multiplicidade social capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo que mantém suas diferenças, ultrapassando os reducionismos atrelados aos aspectos econômicos da concepção marxista de ‘classe’ (HARDT; NEGRI, 2014).

(BUTLER, 2018, p. 10). A partir do movimento grevista que ocorreu nos meses de fevereiro a setembro de 2015, é possível apontar elementos que poderiam compor cada um destes itens. Por exemplo, quanto ao item a), teríamos o interesse governamental e o interesse midiático na definição de quem seriam as pessoas que engrossavam as reivindicações; quanto ao item b), advindo destes discursos, teríamos um grupo de professores, que contavam com a simpatia de servidores públicos de forma genérica; quanto ao item c), há a tentativa de colocar entre o movimento grevista adeptos da tática black bloc e pessoas com interesse partidários que visavam apenas a atacar a gestão governamental do PSDB; e, por fim, quanto ao item d), teríamos depoimentos, testemunhos e paralisações de manifestantes, servidores da saúde, agentes penitenciários, componentes dos sindicatos, de movimentos sociais, tentando reafirmar e trazer maior atenção as suas respectivas participações.

Com a participação de pessoas dos mais diversos setores, classes ou segmentos, resultaram diferentes composições sociais atuantes no decorrer do movimento grevista, isto é, podemos observar formações sociais e políticas compostas, por exemplo, por “professores, alunos, pais e servidores públicos”; “servidores da saúde, servidores judiciários e funcionários do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)”, “pais de alunos, agentes penitenciários e membros do Movimento Sem Terra”, “sindicatos, cidadãos e membros da assembleia legislativa”. O objetivo dessas alianças entre diferentes componentes pode ser traduzido como a ideia de “se opor às forças e aos regimes militares disciplinadores e reguladores que nos exporiam à condição precária” (BUTLER, 2018, p. 76), ou seja, implica a consciência coletiva da “necessidade de uma luta mais generalizada contra a precariedade, uma luta que surja de uma sensação experimentada de precariedade, vivida como uma morte lenta, uma noção danificada de tempo ou uma exposição não administrável à perda, ao prejuízo e à indigência arbitrários” (BUTLER, 2018, p. 78).

É nesse sentido que “as grandes rupturas, as grandes oposições são sempre negociáveis, mas não a pequena fissura, as rupturas imperceptíveis” (DELEUZE, 1998, p. 107). O “não poder mais suportar alguma coisa”, quando pensado nos termos do indivíduo pode ser um progresso, um medo, uma estimacão política ou afetiva. Porém, quando se manifesta coletivamente, por meio da identificação de microfissuras coletivas, se percebe o momento acontecimental em que “você se tornou como todo mundo, mas justamente você fez de ‘todo-o-mundo’ um devir” (DELEUZE, 1998, p. 103).

As pessoas que compuseram o movimento grevista de 2015 no Paraná se caracterizaram por reunir uma multiplicidade de singularidades sociais definida por seu engajamento numa luta comum, composta por práticas de resistência e colaboração. Isso a

assemelha ao conceito de “multidão”, como conjunto voltado não para o reconhecimento, preservação ou afirmação de identidade, mas para o poder de autodeterminação e autogoverno do movimento social (HARDT; NEGRI, 2016). Houve a reunião de dirigentes de diversas categorias, cuja preocupação era a eventual aprovação do “pacotão” e, principalmente, a inexistência de diálogo do governo com os setores da sociedade civil envolvidos, “assembleias das diversas categorias passavam a convocar os indicativos de greve não mais como ‘greves de categoria’, mas como assembleias para decidir sobre a ‘adesão à greve do funcionalismo’.”(CORRÊA, 2015, p. 320).

Quando vários indivíduos se reúnem em coletividade ocupando o espaço público, o fazem para reivindicar melhores condições, direitos ou garantias fundamentais que não lhes poderiam ser negados, ou expor situações insustentáveis de descaso orçamentário e financeiro com determinados setores sociais. Porém, isso só é possível quando a partir de agenciamentos de percepção, há um agenciamento de reconversão, ou seja, mudança na percepção dos afetos coletivos em prol de determinada reivindicação, ou, ao menos, em desfavor de determinada conduta governamental, direcionamento ou situações políticas, sociais e econômicas. Isto gera a mobilização dos corpos e expande, por sua vez, as capacidades sensíveis dos agenciamentos de percepção, enriquecendo-os.

O acontecimento social, explicado por Deleuze (1998), consistiria em um corte em determinado segmento (por exemplo, segmentos riqueza-pobreza, jovem-velho, sucesso-perda de sucesso, saúde-doença, classe-trabalho). A mobilização dos corpos, por vezes, como é o caso do movimento grevista de 2015, se constitui para além de agenciamentos de poder, para além dos grandes cortes segmentários que repartem as identidades sociais segundo enquadres fixos. Um acontecimento, seria o resultado da mobilização coletiva desses corpos e afetos através de linhas de fissura, no sentido de que “é antes quando tudo vai bem, ou tudo vai melhor sobre a outra linha, que a fissura acontece sobre essa nova linha, secreta, imperceptível, marcando um limiar de diminuição de resistência ou aumento de um limiar de exigência” (DELEUZE, 1998, p. 103).

Pensar sobre a mobilização coletiva dos afetos é relevante, ainda, por permitir maior sensibilidade quanto ao aparecimento coletivo e grupal em um espaço público, o que implica sua relação direta e necessária com a noção própria de “acontecimento (s)”, que pode (m) ser interpretado (s) como:

[...] momentos anarquistas, ou passagens anarquistas, quando a legitimidade de um regime ou das suas leis é colocada em questão, mas enquanto ainda não há nenhum outro regime para ocupar o seu lugar. Esse momento de intervalo é um momento em

que os corpos reunidos em assembleia articulam um novo tempo e um novo espaço para a vontade popular, não uma única vontade idêntica, nem uma vontade unitária, mas uma que se caracteriza como uma aliança de corpos distintos e adjacentes, cuja ação e cuja inação reivindicam um futuro diferente” (BUTLER, 2018, p. 84).

Embora a greve e o acontecimento do dia 29 de abril de 2015 tenham sido motivados pela propositura dos projetos de lei pelo governador Beto Richa, cada agente participante do movimento grevista tinha para além disso suas reivindicações próprias, plurais. O 29 de abril de 2015, bem como junho de 2013, reflete momentos em que a luta por apoio social e emancipação política moldaram suas próprias reivindicações conduzindo a “uma sociabilidade que nunca pode ser reduzida à perspectiva de alguém nem à dependência em relação às estruturas sem quais não existe vida durável ou possível de ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 94). Isso porque a mudança não é assinalável; trata-se de “mudanças moleculares, redistribuições de desejo que fazem com que quando algo acontece, o eu que o esperava já esteja morto, ou antes aquele que o esperaria ainda não chegou” (DELEUZE, 1996a, p. 08).

A realidade social se transforma na contingência dos encontros, e da mesma forma as composições dos movimentos sociais estão se tornando mais complexas e fractais. De modo que é possível observar movimentos sociais compostos por singularidades diversas, as quais efetivamente se comunicam, “e podem fazê-lo por causa do que compartilham. Nós compartilhamos [...] a vida neste planeta; compartilhamos regimes capitalistas de produção e exploração; compartilhamos sonhos de um futuro melhor” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 174). O acontecimento que perpassa o 29 de abril de 2015 se configura uma demonstração fática e política de reconversões não usuais. Não há como reduzir as subjetividades que o integraram a elementos de classe identitários, que se constituem apenas em um de seus elementos, não porque o segmento dominante (como por exemplo, determinada classe, sexo etc.) tinha mudado, mas sim porque “as linhas moleculares fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização que já não pertencem nem a um nem a outro, mas constituem o devir assimétrico de ambos” (DELEUZE, 1998, p. 106).

O possível que advém dos devires assimétricos, dos devires-revolucionários, produz novas subjetividades, novas relações com o corpo, com o tempo, com o trabalho, com a cultura, com o meio, “quando uma mutação social surge, não basta extrair dela todas as consequências ou efeitos, segundo linhas de causalidade econômicas e políticas” (DELEUZE, 2015, p. 119). É preciso verificar se a sociedade é capaz de formar agenciamentos coletivos que correspondam a essa nova subjetividade (DELEUZE, 2015).

Na sequência, apresentamos um ensaio sobre aos agenciamentos coletivos de desejo, no qual, justamente em decorrência desses agenciamentos de reconversão compostos

por diversas singularidades, se demonstrará, entre outras coisas, que as pautas do movimento grevista não se esgotaram como também se alteraram no curso do desenvolvimento dos fatos. Isso reforça o argumento de que não é a questão econômica ou financeira que colocará fim à greve de professores e servidores de 2015, e sim o elemento do desejo, como produtivo de uma nova subjetividade, de novos afetos, de um novo devir (DELEUZE, 1994), a seu temporário esgotamento.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. O marxismo como teoria “finita”. In ALTHUSSER, Louis et al., **Discutere lo Stato. Posizioni a confronto su una tesi di Louis Althusser**. Bari: De Donato, 1978. Tradução Márcio Bilharinho Naves. Publicado originalmente no jornal II Manifesto, em 04 de abril de 1978.
- BLONDEAU, Oliver. Génesis y subversión del capitalismo informacional. In: LAZZARATO, Maurício et al. **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Traducción de Emmanuel Rodríguez Lópex, Beñat Baltza e Antonio García Péres-Cejuela. 1 ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. Revisão Técnica Carla Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, Eduardo. **Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial**. Publicado em 05 de dezembro de 2006. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Capitalismo-cognitivo-e-trabalho-imaterial/12/12131>>, em data de 14 de novembro de 2018.
- CÔRREA, Murilo Duarte Costa. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência. **Emancipação**. v. 15i2.0009, Ponta Grossa, 2015, p. 317-335.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DELEUZE, Gilles. **Desejo e prazer** (Désir et plaisir). n. 325. Paris: Magazine Littéraire, 1994, pp. 57-65. Disponível em: <<http://files.grupo-limiar.webnode.com/200000033-8705f87ff2/DELEUZE,%20Gilles.%20Desejo%20e%20Prazer.pdf>>, acesso em 01 de dezembro de 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **1874 – Três novelas ou “O que se passou?”**. In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Maio de 68 não ocorreu**. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência. 1º quadrimestre de 2015. Vol. 8. Nº1. Pp. 119-121. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>>, acesso em 08 de outubro de 2018.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DESGUALDO, Juliana L. M. Nakamura Guillen. **Dimensionamento do poder da mídia na sociedade da informação**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu, nº 2, segundo semestre de 2014.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia**: teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília: julho-dezembro, 2011. pp.41-69

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução de Clóvis Marques. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **O trabalho de Dionísio**: para a crítica do Estado pós-moderno. Juiz de Fora: UFJF-Pazulin, 2004.

LAZZARATO, Maurício et al. **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Traducción de Emmanuel Rodríguez Lópex, Beñat Baltza e Antonio García Pérez-Cejuela. 1 ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

5 AGENCIAMENTO COLETIVO DE DESEJO

O agenciamento coletivo de desejo consiste no processo de atualização coletivo pelo qual um novo conjunto de possíveis deixa de ser virtual e passa ao registro da atualidade ou da efetividade, algumas vezes de maneira imperceptível (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 31). Ao falarmos de agenciamento coletivo de desejo, trata-se de indicar elementos que compõem o fundo a um só tempo coletivo, libidinal, social e político em torno do contexto do movimento grevista de 2015.

O desejo produz agenciamentos, relações entre elementos heterogêneos de realidade (DELEUZE *In: Abecedário de Deleuze*, 1988-1989); possui, assim, um caráter produtivo e político, na medida em que não se deseja um objeto específico, mas um conjunto contextual (SIBERTIN-BLANC, 2010, p. 27). Não se trata de um desejo voltado a um objeto determinado – o que faria supor um funcionamento libidinal baseado na carência ou na falta –, mas de um desejo que, sendo imanente a seu próprio processo, agencia, põe em relação, produz sínteses divergentes entre elementos heterogêneos.

Por meio da demonstração dos elementos que compõem os agenciamentos coletivos de desejo, é possível mapear os mecanismos maquínicos constitutivos do desejo. Em outros termos, trata-se de tentar demonstrar como o desejo maquina, reconfigura, compõe e decompõe signos, discursos e corpos a partir de novos agenciamentos que ele mesmo produz. Pensado como categoria analítica, o agenciamento coletivo de desejo tem por finalidade demonstrar como teria ocorrido a transformação na produção e circulação de discursos e signos, em nível virtual, daquele coletivo social (DELEUZE; GUATTARI 2015, p. 120).

A proposta do agenciamento coletivo de desejo consiste, grosso modo, em observar como se dão as relações entre os elementos de um dado contexto, enquanto expressões do desejo e de seus mecanismos maquínicos. Na análise de conjuntura de tipo pós-estrutural, o agenciamento coletivo de desejo procura descobrir, especificamente, “como” e “de que maneira”, o desejo se encontra em funcionamento sob, e nos, âmbitos do social, do político e do econômico; ou, em termos mais gerais, como dada consistência atual sustentam posições explicáveis unicamente pelo libidinal, como o processo de atualização reflete as múltiplas relações entre virtualidades que secundam determinado evento. Na análise de conjuntura tradicional, por sua vez, as ferramentas que descrevem as relações entre os elementos atuais componentes de determinada realidade social, política e econômica, refletindo os agenciamentos de poder, são a “correlação de forças” e os “fatores exógenos”. Dessa forma,

em um primeiro momento, apresentamos uma análise de conjuntura tradicional a partir dessas duas ferramentas.

Contextualizam-se, na sequência, o que são e como é possível verificar a existência de agenciamentos de poder, segundo Deleuze (1996); “agenciamento” por se configurar em uma linha de força que produz o real, e “de poder”, por sobrecodificar, reterritorializar e deter um campo de possíveis (virtualidades) em segmentos molares (atuais), geralmente pela forma de binarismos ou contradições (DELEUZE, 1996a). O principal limite exposto na análise de conjuntura tradicional, neste momento, é que ela permite constatar apenas os reflexos provenientes dos agenciamentos de poder.

Isso significa que quando pensamos uma análise de conjuntura pós-estrutural seguimos a visão proposta por Deleuze (1994), segundo a qual o desejo precede o poder; pois o desejo não é sinônimo de falta; antes, ele designaria um afeto, uma hecceidade, um acontecimento (DELEUZE, 1994, p. 07). Os agenciamentos de poder são, assim, reflexos do desejo como processo que pode levar, inclusive, a desejar o poder e a própria sujeição.

Por permanecer confinada aos agenciamentos de poder, à relação de forças atual já constituída, a análise de conjuntura tradicional não contém ferramentas para analisar como o desejo, o acontecimento, se constituem como uma força ativa e imanente no campo social, político e econômico. A análise de conjuntura tradicional, por sua natureza estruturada, analisa apenas os agenciamentos de poder, os reflexos atuais que compõem determinado campo social, econômico e político.

Apresentada a análise de conjuntura tradicional, com a identificação dos agenciamentos de poder que as ferramentas propostas permitem alcançar, buscaremos demonstrar sua limitação analítica e propor a utilização da categoria de “agenciamento coletivo de desejo” para suprir a lacuna, seguindo na proposta de apresentar uma análise de conjuntura pós-estrutural. O referencial teórico utilizado toma como base Michel Foucault e Gilles Deleuze, e sua relação com as teorizações de Karl Marx e Louis Althusser.

5.1 Correlação de forças e fatores exógenos na análise de conjuntura tradicional

5.1.1 A correlação de forças

Na análise de conjuntura tradicional, a correlação de forças retrata basicamente de que forma se dá a relação entre os atores envolvidos em determinado acontecimento (SOUZA, 1985, p. 12). Para tanto, analisaram-se cronologicamente todos os eventos que compuseram o movimento grevista de 2015, entre os meses de fevereiro a setembro, entre eles a ocorrência do dia 29 de abril de 2015. Elencaram-se os principais episódios ocorridos nesse período segundo critérios atrelados à participação de diversos atores e maior repercussão política e social.

O primeiro episódio destacado é o do dia 10 de fevereiro de 2015, em que os manifestantes ocuparam a Assembleia Legislativa para evitar a votação do “pacotão” sob regime de urgência, evento já caracterizado anteriormente no trabalho. O diferencial da ocupação foi a relação entre os manifestantes e a Polícia Militar. Durante a ocupação da Assembleia Legislativa, não houve confronto e havia o claro entendimento de que a manifestação possuía um cunho político, democrático.

A ocupação da Assembleia Legislativa pelos manifestantes, além de contar com o elemento da imprevisibilidade e espontaneidade da ação, detinha também a simpatia dos policiais. Afinal, conforme já mencionado anteriormente, a classe dos policiais civis integra o regime do funcionalismo público do estado do Paraná, e seria afetada pela aprovação do projeto de lei n 252/2015, “pacotão”. Havia uma atmosfera de afeto comum para que o projeto fosse retirado da pauta, o que contribuiu para que a repressão policial neste dia fosse vencida, cedendo à ocupação.

O segundo episódio relevante é o do dia 12 de fevereiro de 2015, em que ocorreu um embate de forças entre manifestantes, a Polícia Militar, o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Na ocasião, os deputados tentavam votar o projeto do “pacotão” pela via do regime da comissão geral em uma sessão improvisada, no 5º andar do prédio administrativo da Assembleia Legislativa, conforme já mencionado nos ensaios anteriores.

Uma das relações de força que a ocorrência permitiu visualizar referiu-se à organização interna do poder na Assembleia Legislativa e sua submissão ao Poder Executivo. Afinal, havia o comando de votação do projeto de lei por parte do Executivo a qualquer custo. O Poder Legislativo, mesmo possuindo a competência para suspender a votação diante da pressão popular acirrada, decidiu que votaria o projeto em sessão improvisada, resguardado por um efetivo policial.

Isto é, houve a ordem hierárquica vinda do Poder Executivo para votação do projeto de lei, independentemente de quais fossem as condições decorrentes das manifestações populares; e a ordem foi acatada pelos deputados e representantes da Assembleia Legislativa.

Por meio da análise de conjuntura tradicional, caracteriza-se nesse contexto um jogo interno de forças no qual prevalece o interesse daquele que ocupa o posto de maior hierarquia política.

Essa submissão política poderia exprimir o que preceitua a teoria marxista no sentido de que a reprodução da força de trabalho exige, ao mesmo tempo, “uma reprodução da submissão desta (força de trabalho) às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta (força de trabalho) à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 1974, p. 21). Isso significa que mesmo quando pensamos em representantes do Poder Legislativo, não há como ignorar sua submissão ao Poder Executivo; e este fato exprime, na superestrutura, as relações de dominação subministradas pela via da submissão ao trabalho assalariado em todas as dimensões da vida social.

Essa dominação exprime seu caráter político, contraditoriamente a princípios constitucionais, como o da harmonia e independência dos poderes.⁵⁶ A análise dessa relação de forças exprime, ainda, a relação de sobredeterminação da estrutura de produção, isto é, os interesses de capital, sobre os coletivos, os trabalhadores do estado do Paraná.

No entanto, quando a iminente repressão policial começou, os deputados suspenderam a sessão. A peculiaridade é que este incidente fez com que o governador Beto Richa, representante do Poder Executivo, perdesse o apoio de catorze deputados – sua base aliada que era composta por 48, ficava com apenas 34 deputados. Inclusive, houve menção nas notícias de reclamações dos deputados acerca de pressão e retaliação advinda do Palácio do Iguaçu pela suspensão da votação: circularam boatos de que comissionados indicados a pedido de deputados para cargos no Executivo estariam sendo exonerados como “punição” para quem se posicionou contra o governo (ANTONELLI e GALINDO, 13.02.2015).

Os rumores levaram o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, a fazer um pronunciamento negando práticas de retaliação ou pressão, afirmando que “temos uma maioria confortável” (ANTONELLI e GALINDO, 13.02.2015, p. 07), no sentido de informar que não seriam precisas tais práticas para a aprovação do projeto. Aqui, temos um elemento hábil que demonstra o argumento deleuziano, de que “uma percepção atual rodeia-se de uma nebulosidade de imagens virtuais que se distribuem sobre circuitos moventes cada vez mais distantes, cada vez mais amplos, que se fazem e se desfazem” (DELEUZE, 1996, p. 50). Ou

56. Essa hierarquia não existe em termos constitucionais, na medida em que a Constituição Federal de 1988 previu a existência de três poderes do estado independentes e harmônicos entre si, com base na teoria da “separação dos poderes”, que distingue as três funções estatais de legislação, administração e jurisdição à órgãos autônomos entre si, que as exercerão com exclusividade. Defende-se, constitucionalmente, que a harmonia entre os poderes visa um “equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados” (SILVA, 2005, p. 110).

seja, embora estejamos falando de rumores, discursos, caracterizados essencialmente como abstrações, eles não deixam de ser “menos reais” apenas por não serem elementos materiais da realidade, pois influenciam e conduzem a outros discursos, outras ações (DELEUZE, 1996). Têm a capacidade de produzir, instaurar ou instituir realidades.

Os fluxos e segmentos (DELEUZE, 1996a) envolvendo a Assembleia Legislativa e o Poder Executivo foram tão significativos que geraram notícias de que a base aliada ao governo ficou em “um clima de revolta” com o governador Beto Richa. A “revolta” decorreria de o governador ter rejeitado as propostas de instalar as comissões da Assembleia Legislativa e desistir do regime comissão geral para votação do “pacotão” (GARCIA, 13.02.2015).

Por meio da análise de conjuntura tradicional, esses episódios permitiram sopesar, ainda, a efetividade da participação popular. A pressão popular mobilizada no dia 12 de fevereiro de 2015 resultou na suspensão da sessão e na revogação do regime da comissão geral pela própria base aliada do governo (GARCIA, 13.02.2015).⁵⁷ A partir dos dados levantados, é seguro dizer que as manifestações, mobilizações e ocupações realizadas pelos manifestantes de forma pacífica, geraram um impacto de aproximadamente 29,16% nos votos dos deputados na Assembleia Legislativa do Paraná, que corresponde à queda da base aliada do governador.

A relação entre a população e os Poderes Legislativo e Executivo, no estado do Paraná, também pode ser analisada conjunturalmente pelo viés tradicional: ressalta-se o distanciamento entre o que é prometido pelos representantes, a expectativa popular e o que “realmente poder ser feito”. Esse distanciamento está demonstrado pela pesquisa encomendada pela Gazeta do Povo ao Instituto Paraná Pesquisa: a pesquisa revelou que durante o período no movimento grevista houve uma queda na popularidade de Beto Richa, afirmando que 76% dos paranaenses desaprovavam o governo (BARAN, 03.03.2015).

Noticiou-se, ainda, segundo dados do Instituto Paraná Pesquisas, que a greve dos professores teria o apoio de 90% dos paranaenses e haveria o apoio expressivo de 80% das pessoas sobre a ocupação da Assembleia Legislativa ocorrida no dia 10 de fevereiro (SENKOVSKI, 04.03.2015). Divulgaram-se dados, de mesma fonte, que estimavam que, numa escala de 1 a 10, os paranaenses davam nota 3,2 aos deputados estaduais, atribuindo esse valor

57. Sentindo a tensão decorrente da pressão popular de servidores que cercavam todo o quartirão, Romanelli retirou o pedido de comissão geral para que os projetos tivessem tramitação normal, simultaneamente ao fato de que Traiano optou por suspender os trabalhos e encerrar a sessão naquele dia (GARCIA, 13.02.2015). Com a mudança da postura adotada pelo Poder Legislativo nesse momento, houve a melhora no diálogo com os manifestantes, que se sentiram ouvidos, representados. No dia 10 de março de 2015, os deputados “sepultaram” o tratoração na AL, aprovando por unanimidade o fim do regime de comissão geral para votação de projetos (GARCIA, 10.03.2015).

à tendência mundial de desconfiança sobre parlamentos, que são costumeiramente marcados pelo excesso de corporativismo e autoconcessão de benefícios (GARCIA, 07.03.2015).

A análise de conjuntura tradicional, tomando como pano de fundo o movimento grevista de 2015, permite verificar não apenas o impacto da participação popular sobre a tomada de decisões políticas e a forma como o governo reagiu a essa participação, como inferir considerações sobre a crise do sistema representativo brasileiro.

O sistema político democrático brasileiro como um todo surge com apreço pela racionalidade, pressupondo que esta racionalidade se orienta na direção da superação dos dilemas e da correta fundamentação das normas que regem nossa vida em comum (MIGUEL, 2014, p. 30). O sistema democrático deliberativo brasileiro está pautado em premissas racionais que buscam o consenso e veem na multiplicidade, no pluralismo de interesses, um problema para o exercício político. O exercício político deve ter um objetivo, uma finalidade clara, a ser perseguido em detrimento das divergências de opinião que possam surgir.

Para essas concepções, o exercício da política se traduz em ouvir as diferenças e se entrar num consenso sobre qual é a melhor solução, ou seja, encontrar a “resposta certa” para aquela questão social levantada. De modo que “o conflito de interesses é um mal a ser extirpado – uma sociedade bem ordenada deve ser capaz de produzir suas normas com o mínimo de atrito, seja pela vigência da imparcialidade, seja pela abertura ao argumento alheio, seja pelo altruísmo generalizado” (MIGUEL, 2014, p. 25).

Os problemas que advêm dessa concepção podem ser resumidos em: desconsiderar grupos que não possuem um consenso, deixando-os a margem da discussão política; espelhar um apego à comunicação face a face, de difícil realização atualmente, e muitas vezes superada por mecanismos virtuais; e, principalmente, negligenciar o caráter conflitivo da política (MIGUEL, 2014).

A democracia pressupõe um espaço para manifestação de interesses controversos. O conflito é o indício de que existe liberdade, de que os interesses de uma parte não subjugaram os de outra (MAQUIAVEL *apud* MIGUEL, 2014, p. 33). O antagonismo, o conflito, é uma manifestação de resistência a mecanismos de dominação. A política, o campo político, é um espaço para oposições de interesses divergentes e consideração de suas perspectivas.

Segundo Miguel (2014, p. 34), o Estado, os mecanismos da democracia representativa e o mercado de trabalho dependem do investimento capitalista para se financiar. Isto é, operam, por vezes, de forma desfavorável a grupos dominados, como por exemplo ao funcionalismo público paranaense no movimento grevista de 2015. Isso compactua com a teoria marxista de que “todos os agentes da produção, da exploração e da repressão [...] devem estar

de uma maneira ou de outra penetrados desta ideologia (capitalista), para desempenharem conscienciosamente a sua tarefa” (ALTHUSSER, 1974, p. 22).

Isso permite a caracterização, por meio da análise de conjuntura tradicional, dos episódios ocorridos no movimento grevista de 2015, como momentos em que certos grupos dominados, enfrentando condições desfavoráveis, buscam reconhecimento no âmbito político por meio de manifestações, mobilizações, ocupações, que se mostram necessários para que as instituições levem em conta reivindicações que tendem a ignorar (MIGUEL, 2014, p. 34).

O contexto delimitador dessas manifestações, mobilizações e ocupações, segundo a análise de conjuntura tradicional, seria o representado pela metáfora do edifício: a sociedade é composta por uma infraestrutura (representada pela base econômica), que determina a superestrutura (representada à nível jurídico e à nível ideológico). Nesse sentido, o nível jurídico comporta o Estado e o direito, e o nível ideológico, as diferentes ideologias religiosas, morais, políticas etc. (ALTHUSSER, 1974, p. 25-26). Segundo a teoria marxista, “é a base que determina em última instância todo o edifício” (ALTHUSSER, 1974, p. 28), e, assim, “é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e natureza da superestrutura” (ALTHUSSER, 1974, p. 29). Desse modo, a ocupação da Assembleia Legislativa, as decisões políticas tomadas pelos representantes estatais dos Poderes Executivo e Legislativo e a repressão policial ordenada pelo governo, seriam determinados por aspirações da base econômica capitalista, caracterizadas pela reprodução da dominante.

O saldo decorrente do segundo episódio, do dia 12 de fevereiro de 2015, foi de 11 (onze) feridos (seis manifestantes e cinco policiais); a Polícia Militar afirmou que a ação da tropa não foi agressiva e que o número de pessoas feridas é ínfimo diante do tamanho do protesto, alegando que só dispararam balas de borracha e usaram sprays de pimenta porque a população avançou contra o cordão de isolamento (RIBEIRO et al, 13.02.2015).

A análise de conjuntura tradicional caracteriza a repressão como uma forma de reproduzir e a manter a ordem, perpetuando os padrões de exclusão e distribuição desigual de benefícios, por meio de um trabalho de violência permanente e de negação de direitos individuais (MIGUEL, 2014). O Estado, representado pelo governo do estado do Paraná, é concebido, desta maneira, como aparelho repressivo, que “permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia” (ALTHUSSER, 1974, p. 31). As ações governamentais são encaradas como o estado exercendo sua “força de execução e de intervenção repressiva, ao serviço das classes

dominantes, na luta de classes travada pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado” (ALTHUSSER, 1974, p. 32).

A greve continuou, a APP-Sindicato insistiu no pagamento único do terço de férias, e obteve como contraproposta do governo que o débito fosse quitado em duas parcelas (março e abril). A categoria dos professores que compunham a manifestação também exigia a imediata abertura do programas e projetos nas escolas, a nomeação de mais 463 professores aprovados em concurso e a posse dos mil pedagogos, conforme prometido pela SEED (COVVACI, 23.02.2015). Haviam, ainda, outras reivindicações concernentes à revogação da normativa que suspendeu as licenças para 2015, a garantia de realização do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) para agosto, a liberação de licenças que estavam suspensas temporariamente, a nova distribuição de aulas e o restabelecimento das 2,2 mil turmas fechadas (COVVACI, 23.02.2015).

Nesse clima de desconfianças e promessas, o governo entrou com uma ação judicial requerendo o final da greve por considerá-la ilegal (ANÍBAL et al, 28.02.2015). A ação foi mal recebida pelos manifestantes e contribuiu de maneira negativa para a credibilidade do governo.⁵⁸ Pois, até então, se pressupunha um acordo entre os manifestantes e o governo, de modo que havia, inclusive, uma assembleia agendada para votação da continuidade ou não da paralisação (ANÍBAL et al, 28.02.2015).

Com relação ao “amplo” debate da proposta, prometido pelo governo nas entidades sindicais, o projeto foi apresentado no dia 18 de março aos deputados, e no dia 19 de março foi levado aos servidores e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná.⁵⁹ No dia 07 de abril de 2015, o governo envia o novo projeto de reforma da previdência à Assembleia Legislativa, afirmando que desta vez a proposta havia sido “discutida exaustivamente” (GALINDO, 07.04.2015).⁶⁰ Após a audiência pública do dia 08 de abril, o projeto continuou

58. A palavra do governador Beto Richa estava em baixa entre os trabalhadores da rede estadual de ensino. De acordo com Hermes Leão Silva, presidente APP-Sindicato, educadores e funcionários sentiam um descrédito muito grande em relação ao que é proposto e dito pela administração estadual. “Porque o governo não cumpre o que é assumido durante as tratativas”. Lembra acordos firmados em 2012 e registrados em atas que não se concretizaram (POMPEO, 28.02.2015).

59. O projeto preservou temas como a redução do teto das requisições de pequeno valor para precatórios, que diminuía a obrigação do governo em pagar a vista valores até 40 salários mínimos, para o máximo de R\$ 12 mil (GARCIA, 25.03.2015). Também liberava o governo do estado para descumprir com a meta fiscal proposta em 2014. A LDO previa um superávit de 2,4 bilhões, e o pacote liberaria a redução do resultado primário até um total de R\$ 3,5 bilhões (GARCIA, 27.03.2015).

60. O projeto previa que o pagamento de 33 mil servidores com idade acima de 73 anos passaria a ser realizado pelo Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência. A reforma irá economizar mensalmente R\$ 125 milhões ao caixa do governo. A nova proposta foi debatida com os servidores, com o Ministério Público e com a Assembleia Legislativa, e ainda seria realizada uma audiência pública. A audiência pública contou com a participação de Mauro Ricardo Costa. Para garantir que o pagamento dos inativos ocorra regularmente o governo do estado também se

polêmico entre o funcionalismo, sendo que os servidores exigiam que a economia dos R\$ 125 milhões fosse revertida para garantir a data-base da categoria em 1º de maio, ao invés de pagar dívidas contraídas pelo Executivo.⁶¹

As liminares requeridas pelo Poder Executivo e deferidas pelo Poder Judiciário, que atribuíram multas, responsabilizações e autorizaram o uso de forças policiais para manter o andamento normal dos trabalhos no Poder Legislativo, foram uma “tática” efetiva no momento da correlação de forças, pendendo em favor do Estado.

Difícil precisar se essas decisões sopesaram o poder e a responsabilidade de sua natureza. Em uma visão geral, independente do que se decidisse com relação a legitimidade ou não do “direito de greve”, acabaram fazendo com que preponderasse o “direito ao trabalho” em detrimento do “direito de manifestação” de forma liminar, isto é, sem que houvesse tido um contraditório e debate judicial amplo sobre a questão. Não havia, no entanto, um embate entre esses direitos: o direito ao exercício dos trabalhos na Assembleia Legislativa não está vinculado ao fato ou não de ter uma manifestação em suas portas. Isso levanta a questão da legitimidade do Poder Judiciário para decidir a demanda. O cenário era de manifestação popular pacífica, utilizando de recursos pacíficos, a fim de pressionar os governantes a tomar uma decisão condizente com os interesses daqueles que seriam diretamente afetados, o caso era político.

A democracia pressupõe o exercício da cidadania, e no âmbito político, este exercício se configura justamente na contraposição de interesses. O envolvimento de forças policiais e de meios repressivos deslegitimaram o discurso político democrático mobilizado para a votação do “pacotão”. A autorização da força policial e o tratamento de uma questão política como se fosse uma questão de segurança pública, foi a responsável pela maioria dos desdobramentos que seguiram dali. A violência, o efetivo policial mobilizados contra o movimento grevista, configuraram-se, conforme uma análise de conjuntura tradicional, como ferramenta em favor de um interesse político dos grupos dominantes sobre os dominados.

comprometeu a investir mais R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário – o dinheiro provavelmente virá dos royalties pagos por Itaipu (GALINDO, 07.04.2015).

61. Outro efeito é que a solvência do fundo cairá de 57 anos para 29 anos. Para contornar essa queda o governo pretende aportar até R\$ 1 bilhão dos royalties recebidos de Itaipu ao longo dos próximos anos. Alterações sugeridas pelos servidores ao projeto da Parana Previdência: 1. O presidente dos conselhos fiscal e administrativo será escolhido pelos seus pares e não pelo governador; 2. Se não se concretizar o aporte previsto de R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário com *royalties* de Itaipu, o caixa do tesouro do estado cobrirá a diferença; 3. Para atingir 22% de contribuição patronal, o estado fará aportes de 1% sobre o valor mensal da folha e de mais 1% a partir de 2031; 4. Serão realizados dois congressos anuais para discutir a previdência estadual; 5. Não será criado qualquer grupo de trabalho para debater um regime de previdência complementar; 6. As mudanças da proposta valerão a partir da publicação da lei, e não retroativamente a 1º de janeiro deste ano; 7. Continuarão vinculadas à Parana Previdência rendas oriundas de convênios com outros órgãos e qualquer outra fonte prevista em lei; 8. Os R\$ 125 milhões que o estado vai economizar mensalmente com a proposta deverão ser investidos em serviços públicos, incluindo a data-base do funcionalismo, e não no pagamento de dívidas (GARCIA, 09.04.2015).

Nesse contexto, ocorreu o terceiro episódio marcante do movimento grevista, que foi o dia 29 de abril de 2015, já mencionado em detalhes anteriormente, com um cenário de guerra, a aprovação do projeto de lei nº 252/2015 e 213 pessoas feridas em decorrência da repressão policial ordenada pelo governo.

Após o 29 de abril de 2015, a greve, as suspensões e paralisações continuaram para tentar reivindicar o reajuste salarial, mesmo ante a tentativa de deslegitimação do governo que alegava “não haver uma pauta de reivindicações” (SCORTECCI, 05.05.2015).⁶² A categoria queria o reajuste salarial de 13,01% de aumento, valor aplicado ao piso nacional salarial dos professores em janeiro pelo governo federal (SCORCECCI, 05.05.2015).⁶³ Até o dia 13 de maio de 2015, o governo passou a marcar reuniões com as entidades sindicais sem propor nenhum índice de reajuste salarial (SCORTECCI, 13.05.2015). O governador Beto Richa ofereceu 5% a título de reajuste salarial, anunciando por meio de nota o fim do diálogo e a confirmação do desconto dos dias parados dos docentes da rede estadual a partir do mês de junho, bem como comunicou a abertura de um edital para contratação de temporários para substituírem aqueles que estivessem em greve (SCORTECCI e SENKOVSKI, 15.05.2015).

Esse foi o momento em que o movimento grevista, de forma geral, ganhou mais força, com a adesão de várias categorias que cruzaram os braços, suspenderam suas atividades e realizaram paralisações. A pauta principal era o reajuste de, no mínimo, 8,17%. Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o reajuste previsto pelo Estado para 2015 era de 5,5 %. A APP-Sindicato, no entanto, antecipou que a categoria não deveria aceitar menos do que 8,5 %, que corresponderia à inflação dos últimos 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (SENKOVSKI e SCORTECCI 08.05.2015).

Além de que das 27 unidades federativas do Brasil, em 11 os docentes da rede estadual entraram em greve no ano de 2015. Segundos dados do G1, os professores da rede estadual com licenciatura ganhavam em média R\$ 16,95 por hora no país, os docentes no Paraná

62. O Executivo questionou a legitimidade da greve porque defendia que já havia ocorrido a discussão sobre a lei da previdência e que agora não haveria nenhuma reivindicação concreta a ser atendida. De outro lado, a APP-Sindicato alegou que havia uma crise geral no diálogo com o Executivo, cujo estopim foi a reação violenta da Polícia Militar no 29 de abril de 2015 (SCORTECCI, 07.05.2015).

63. Motivo pelo qual o governo começou a fazer publicidade de que teria concedido 60% de reajuste aos professores em quatro anos. Do total, 23% corresponderiam à equiparação salarial dos docentes com os demais técnicos de nível superior do Executivo. Afirmando que o salário da categoria era de R\$ 2,4 mil por 40 horas semanais, mais R\$ 721,48 de auxílio-transporte. Que a remuneração média no Estado seria de R\$ 4 mil mais o auxílio-transporte (SCORTECCI, 05.05.2015). Em meio à crise, o governo também procurou destacar o salário de professores no site do Portal da Transparência, com dados que segundo Marlei Fernandes, conteriam “todas as distorções possíveis e imagináveis”, como, por exemplo, lançar no site, como remuneração mensal, o valor de um mês em que professores receberam benefícios atrasados ou o salário dobrado, em virtude da regularização do período letivo de 2015 (GARCIA, 29.05.2015).

receberiam em média R\$ 15,46. Não obstante, o Paraná, quando comparado com os demais estados do Sul e Sudeste ocupa a terceira posição com o valor do salário-base em R\$ 1.236,62 (FELIX, 05.07.2015).⁶⁴ Esses dados demonstram a precariedade do ensino no Estado do Paraná, que possuía à época o 16º menor salário do país, e nas regiões Sul e Sudeste, onde há certo descaso com investimentos da área da educação.

Consequentemente, houve a reabertura do diálogo, intermediada por Luiz Claudio Romanelli, que apresentou a possibilidade de ser concedido um reajuste salarial de 3,24%, referente à inflação acumulada entre maio e dezembro de 2014, e os outros 4,93% serem concedidos em janeiro de 2016 (SENKOVSKI, 22.05.2015). Entretanto, a proposta final do governo foi de pagar 3,45% em três parcelas iguais (de 1,15%) nos meses de setembro, outubro e novembro. O restante seria reposto somente em janeiro de 2016, numa somatória total estimada em 8,5% correspondente à projeção da inflação para 2015 (GARCIA, 28.05.2015). Condicionando a volta às aulas ao abono das faltas, professores acabaram por aceitar o acordo deixando claro que “seria por respeito aos pais e alunos” (SENKOVSKI, 09.06.2015).

Assim, o final da greve ocorreu no dia 10 de junho de 2015, com a aprovação do acordo pela Assembleia Legislativa por 30 votos contra 16, e o consenso entre o funcionalismo e a oposição de que “os alunos não podiam mais ser prejudicados pela intransigência do governador Beto Richa” (GARCIA, 11.06.2015). A partir do dia 10 de junho até o final de setembro, as notícias trouxeram apenas as consequências e a cobrança das investigações civis e criminais da repressão ocorrido na “Batalha do Centro Cívico”.

Somada a isso, tivemos também uma troca de secretários (GALINDO, 06.05.2015): Ana Seres Trento substituiu Fernando Xavier Ferreira (que ficou apenas quatro meses na pasta), como Secretária de Estado da Educação (POMPEO, 05.05.2015); o comandante da PM, César Kogut se demitiu em 08 de maio de 2015 (RIBEIRO e GALINDO, 08.05.2015); e Fernando Francischini deixa o governo no dia 09 de maio de 2015 (GARCIA, 09.05.2015).

Uma análise de conjuntura tradicional propõe um enfoque sobre a reivindicação de reajuste salarial, a qual, conforme noticiado, teria sido a principal razão para que a greve continuasse, uma vez que o “pacotão” já havia sido aprovado. Segundo Althusser, o salário se configura no meio material de reprodução da força de trabalho e o problema é que seu valor “é determinado não pelas necessidades de um S.M.I.G [salário mínimo] ‘biológico’ [para sobreviver], mas pelas necessidades de um mínimo histórico (Marx sublinhava: é preciso cerveja para os operários ingleses e vinho para os proletários franceses)” (ALTHUSSER, 1974,

64. A reportagem que contém os referidos dados está anexa ao trabalho (ANEXO C 1 - JORNAL GAZETA DO POVO).

p. 19), e por isso, a luta de classes teria uma dupla finalidade: diminuição da jornada de trabalho e aumento do salário (ALTHUSSER, 1974).

Uma análise de conjuntura pós-estrutural, por sua vez, questiona de que forma as mudanças afetivas no nível social e político subjazem e pressionam as correlações de forças, no sentido de se buscar entender como se deu a passagem de um episódio a outro. Mesmo com a pauta reivindicatória principal do movimento exaurida, que era a não aprovação do projeto de lei, o movimento grevista continuou. Por meio unicamente da análise de conjuntura tradicional não é possível explicar esse fenômeno. Exploraremos mais sobre esse ponto na sequência, no item 5.3 deste ensaio.

5.1.2 Fatores exógenos

Como fatores exógenos devem-se entender aqueles elementos externos que contribuíram de forma indireta, secundária para a ocorrência do acontecimento do dia 29 de abril de 2015. O termo “exógeno” possui origem grega, sendo que ‘exo’ significa fora, e ‘geno’, origem. logo, segundo o dicionário da Academia de Ciências (2001), o adjetivo exógeno é aplicado a qualquer fator que tem origem no exterior. A expressão apresentada significa, portanto, influências externas ou influências exteriores.

Seu conceito aplicado na análise de conjuntura tradicional é importado da área da economia política; entretanto, não é pontuado expressamente pelos teóricos da análise de conjuntura. Porém, sua identificação e catalogação em análises conjunturais não foge à lógica das demais ferramentas tradicionais.

Segundo Althusser, a lógica tradicional marxista consiste em entender que uma formação social só conseguirá produzir as forças sociais de trabalho se reproduzir as condições de produção existentes, as quais se caracterizam pela reprodução das forças produtivas (força de trabalho segundo divisão social-técnica imposta pela ideologia dominante) e pela reprodução das relações de produção (sociedade composta por uma infraestrutura (modo de produção capitalista) que determina toda a superestrutura (direito, estado e a ideologia) (ALTHUSSER, 1974).

De forma a possibilitar essa reprodução, existiriam dois tipos de aparelhos nas sociedades. Primeiramente, os aparelhos repressivos, propostos por Marx, como o Estado, a força policial, os tribunais etc., de modo que em “todas as formas directas ou indirectas de exploração e de extermínio das massas populares” (ALTHUSSER, 1974, p. 35) consistem em dominações cotidianas, na “ditadura da burguesia” (MARX *apud* ALTHUSSER, 1974, p. 35).

Existiriam, ainda, os aparelhos ideológicos de Estado, propostos por Althusser, os quais designam “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1974, p. 43). Althusser (1974) apresenta uma lista exemplificativa desses aparelhos ideológicos plurais que existem em uma sociedade, como, por exemplo, os aparelhos ideológicos da igreja, da escola, familiar, jurídico, político, sindical, da informação, cultural etc.

Os fatores exógenos são elementos que contribuem de forma externa ou indireta para determinado acontecimento. Os aparelhos ideológicos do Estado propostos por Althusser (1974) consistem em elementos que nem sempre aparecem de forma clara e direta, influenciando de forma implícita, subliminar, os atores e a ordem das ocorrências. Por esta razão, é possível afirmar que os fatores exógenos estão compreendidos no conceito de aparelhos ideológicos do Estado propostos por Althusser. Entretanto, isso não significa dizer que fatores exógenos são a mesma coisa que aparelhos ideológicos do Estado, porque é possível que existam aparelhos ideológicos do Estado que influenciam diretamente em determinado evento.

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de fatores exógenos que foram determinantes no desenvolvimento do movimento grevista e no cenário político-social de 2015, e consequentemente na ocorrência do acontecimento do 29 de abril de 2015, elencam-se, no material jornalístico, principalmente: a) a crise econômica nacional ; b) a onda de greves na educação em vários estados no Brasil; c) o “estelionato” eleitoral⁶⁵ de Beto Richa; d) a política neoliberal adotada pelo PSDB; e) a influência dos meios midiáticos na circulação de notícias; f) e a questão do auxílio-moradia concedido aos magistrados.

Desde o início do ano de 2015, tanto a presidente Dilma Rousseff (PT)⁶⁶ quanto o governador Beto Richa (PSDB)⁶⁷, anunciaram medidas de austeridade que oneravam o contribuinte e afetavam direitos sociais. O problema é que essas medidas contrastavam com aumentos de salários para agentes políticos e juízes, além de outros benefícios para o Judiciário, o que gerou uma crise nacional (WILTEMBURG, 09.02.2015).

65. A expressão “estelionato eleitoral” traduz o ato de prometer em campanha aquilo que não se pretende cumprir. É adequada porque Beto Richa, no momento de sua campanha, induziu seus eleitores em erro, mediante artifícios discursivos, assegurando que as finanças do governo estavam ‘em ordem’, com a finalidade de eleger-se governador sobre um falso pretexto.

66. No âmbito federal, os reajustes fiscais e a alta dos combustíveis e da energia elétrica se somam ao arrocho de direitos previdenciários (WILTEMBURG, 09.02.2015).

67. No Paraná, o aumento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) se une a medidas de austeridade, fomento à arrecadação e cortes nos direitos trabalhistas de servidores e professores em dois projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Por outro lado, o governador suspendeu o pagamento do aumento de 26,5% em seu salário, da vice e de secretários—apenas para o mês de janeiro (WILTEMBURG, 09.02.2015).

Somado a isso, o país passava por uma crise econômica, caracterizada pelo processo de desaceleração econômica e aumento da inflação, com o consequente aumento do custo de vida para população em geral (MARÉS, 08.03.2015). A crise política e a Lava-Jato fizeram com que os investimentos no país diminuíssem, e de acordo com dados do IBGE, a taxa de desemprego foi para 8,9 % no país, o maior crescimento do número de desempregados em um ano, o maior índice alcançado desde o ano de 2012⁶⁸ (FOLHA DE SÃO PAULO, 31.12.2015).

Até novembro de 2015, a inflação acumulou a taxa de 10,48%, refletindo uma forte alta nos preços. O dólar, que no começo do ano foi cotado abaixo de R\$ 3,00, chegou a ultrapassar R\$ 4,00. Para tentar controlar a inflação, o Banco Central elevou a taxa básica de juros, observando a média de 13 a 14% ao ano em 2015. Reflexos do desemprego, da alta inflação e créditos a juros altos, o PIB brasileiro acumulou queda de 3,2% até o terceiro trimestre de 2015 (a maior queda da série histórica desde 1996) (FOLHA DE SÃO PAULO, 31.12.2015).

Houve, também, uma onda de greves em 11 das 27 unidades federativas do Brasil, expondo a insatisfação dos docentes com relação a questões salariais ou perda de direitos e o descaso com a educação por parte do governo. Destes, nove Estados pagam remuneração abaixo da média nacional, equivalente a R\$ 16,95 por hora, segundo levantamento de dados feito pelo portal G1 (FELIX, 05.07.2015).

Desta forma, a população avaliava que a crise econômica e a crise de caixa tanto do governo estadual quanto do governo federal eram frutos de irresponsabilidade administrativa, de incompetência dos governos reeleitos. Um exemplo foi de que a arrecadação no Estado do Paraná cresceu 56% em quatro anos, e mesmo assim o governo não conseguiu arcar com suas obrigações (MARÉS, 08.03.2015).

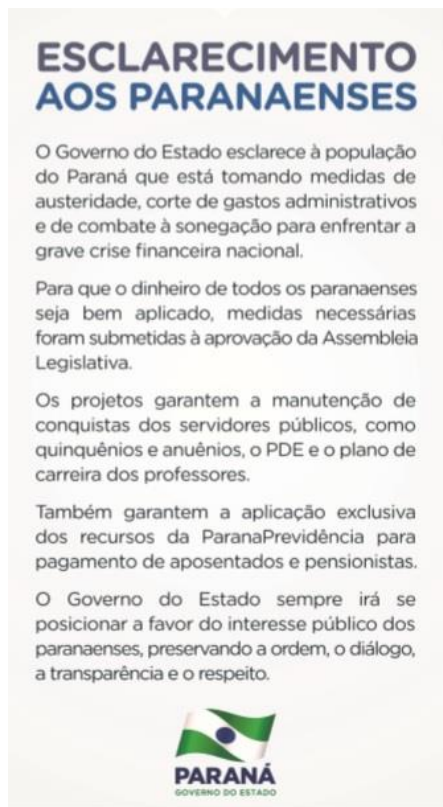
Outro fator que contribuiu para o descrédito foi que Beto Richa, em época eleitoral, falou que as finanças estavam em dia e que o “melhor ainda estava por vir”⁶⁹ (MARÉS, 08.03.2015, p. 13), e em fevereiro anunciou o “pacote de maldades”, pois o governo estava enfrentava uma crise financeira e as medidas, embora “duras”, eram necessárias (MARÉS, 06.02.2015, p. 13).⁷⁰

68. Até novembro de 2015, foram fechadas 954,4 mil vagas de emprego formal no país. O reflexo foi de que até o final de setembro de 2015, haveriam 760 mil pessoas a mais trabalhando por conta própria no país em comparação com igual período de 2014 (FOLHA DE SÃO PAULO, 31.12.2015).

69. RPC. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=48PfTL3u_KM>, acesso em 04 de junho de 2018.

70. Entre os jornais analisados, apenas o Jornal da Gazeta do Povo, por meio do jornalista Chico Marés apresentou uma análise ‘conjuntural’ dos fatores que contribuíram para os acontecimentos que desembocaram na ocupação da Assembleia Legislativa e da dificuldade de manobra de capital pelo governo do Estado do Paraná.

A instabilidade que decorreu desses anúncios fez com que o Governo chegasse a emitir uma nota de “Esclarecimento aos paranaenses”, na Capa do Jornal Folha de Londrina, posicionando-se, indiretamente, após a ocupação da Assembleia Legislativa:



Nota de Esclarecimento aos paranaenses. Fonte: FOLHA DE LONDRINA, 12.02.2015, capa

O cenário era de crise institucional, em que o grau de confiança da população nas instituições diminuía a cada dia, sendo esta queda puxada por partidos, assembleias e governos que, contavam com uma evidente falta de tato político para resolver as questões (MARÉS, 08.03.2015).⁷¹

A política partidária neoliberal foi caracterizada na perspectiva da análise de conjuntura tradicional no ensaio sobre os agenciamentos de percepção. Em resumo, teria começado a ser implementada no Brasil a partir de 1990, e implicaria, segundo a análise de conjuntura tradicional, um desmonte do Estado por meio “da redução de sua atividade regulatória e produtiva - privatizações, abertura comercial e financeira -, ampliação do espaço

71. A exemplo o Tribunal de Contas no auge das manifestações dos professores, ter decidido conceder a eles próprios o benefício do auxílio-moradia (MARÉS, 08.03.2015). Na porta do Tribunal de Contas. A manifestação dos professores foi um protesto contra a aprovação do pagamento do auxílio moradia no valor de R\$ 4.377,74 mensais aos conselheiros do órgão (ANÍBAL, 21.02.2015).

privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 244).⁷²

A mídia teve sua parcela de influência. Os jornais são considerados como vitrines dos debates sociais e políticos, e as notícias escritas não apenas apresentam a realidade, como também a significam e a constroem (PONTES e SILVA, 2012). Nas palavras de Luca (2007, p. 139), “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Dessa forma, as notícias jornalísticas se constituem instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social (CAPELATO, 1981).

Nos meses de fevereiro e março houve mais notícias denunciando a condição de precariedade das escolas. Noticiou-se a falta de professores temporários, que prejudicava o início do ano letivo (ANÍBAL, 02.02.2015); a mobilização de professores e funcionários da rede de educação em todo o Paraná (26 atos em vários municípios) (LOCAL, 04.02.2015); a falta de merenda escolar e o atraso no fundo rotativo (ANÍBAL E KONIG, 06.02.2015), reforçando o enfoque nas paralisações e no sentimento de ‘humilhação’ ante a propositura do “pacotaço” (ANÍBAL e MARÉS, 06.02.2015); reportagens como “em meio a corte e calotes do governo, educação estadual tem seu Dia “D” (ANÍBAL, 07.02.2015); o fechamento de turnos e turmas escolares, inclusive com parecer do Ministério Público alegando a inconstitucionalidade da medida (ANTONELLI e TRISOTTO, 08.02.2015); o Secretário da Fazenda (Mauro Ricardo Costa) ganharia mais poder e teria acesso a contas bancárias estatais (GALVEZ, 10.02.2015); a indignação dos educadores teria impulsionado a invasão na Assembleia Legislativa (ANÍBAL e SENKOVSKI, 11.02.2015) entre outras.

No começo de abril e meado de junho, caracterizando os períodos após as ocupações e confrontos, o governo divulgou no Jornal Folha de Londrina a matéria “A verdade sobre a educação no Paraná” (REDAÇÃO F. DE LONDRINA, 12.02.2015, p. 06 e 07). A matéria trazia os seguintes dados: investimentos governamentais de 37% da receita própria em Educação em 2014, o que equivaleria a R\$ 1,8 bilhão a mais do que o mínimo exigido pela Constituição; uma análise comparativa, entre o ano de 2010 e 2014, em que teria ocorrido um aumento salarial de 60% (o maior da história); a ampliação da hora-atividade em 75% (já que

72. Em relação aos investimentos na área da educação, verificou-se uma queda principalmente nos dois primeiros anos do governo Beto Richa, em comparação aos dois últimos anos do governo anterior. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), em 2009 o governo do estado destinou 4,65% do orçamento total da educação para investimentos de capital; em 2010 esse percentual foi de 5,35%. E, nos dois primeiros anos do governo Beto Richa, 2011 e 2012, os percentuais caíram para 1,35% e 2,86%, respectivamente. (VIOLIN, 2012).

em 2010 tinha-se 4h/a semana, e em 2014 passaram a 7h/a); durante a gestão de Beto Richa, 37% dos professores e funcionários da rede estadual de educação foram contratados (ou seja, isso corresponderia a 23 mil professores e pedagogos contratados via concurso público). Inclusive, sobre a regularização a situação de cerca de 30 mil professores que concluíram o curso de licenciatura em pedagogia na Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI), os quais por 10 anos não tiveram diploma reconhecido, fato que ameaçava sua vida profissional (REDAÇÃO F. DE LONDRINA, 12.02.2015).

No que diz respeito à merenda escolar, entre 2011 e 2014, teriam sido depositados R\$ 403 milhões para esta finalidade, e que a compra de produtos oriundos da agricultura familiar para as escolas contabilizaria R\$ 53 milhões. Os Fundo Rotativo para as Escolas tiveram um aumento de 61% (REDAÇÃO, 12.02.2015, p. 06 e 07). Informava, também, que o investimento no transporte escolar teria sido de R\$ 118,5 milhões entre os anos de 2007 a 2010, e R\$ 318,5 milhões, entre os anos de em 2011 de 2014 (gestão do governador Beto Richa). Afirmava que além dos 180 ônibus foram adaptados para o transporte escolar de alunos de escolas especiais, como as APAE's, houve investimentos também na área da Educação Especial, entre 2013 e 2014 teriam sido investidos R\$ 736 milhões (REDAÇÃO F. DE LONDRINA, 12.02.2015). Segundo a publicidade do governo, 100% das escolas foram equipadas com novos extintores, iluminação e sinalização de emergência, com Brigada Escolar formada e treinada (REDAÇÃO F. DE LONDRINA, 12.02.2015).

Divulgou-se, ainda, uma matéria sobre os prejuízos no importe de R\$ 51,4 mil com a ocupação da Assembleia Legislativa pelos manifestantes no dia 10 de fevereiro (GARCIA, 24.02.2015); relatos de pais de alunos sobre “Chega uma hora em que, mesmo apoiando os professores, que são como pais para nossos filhos, ficamos muito preocupados com a situação e com medo de eles perderem o ano” (FELIZARDO, 13.03.2015, p. 06); a divisão de opiniões entre pais e alunos sobre a nova paralisação de professores (MARTHIORI, 28.04.2015); professores burlam dedicação exclusiva (ANÍBAL, 04.05.2015); manchetes como: “Pais temem que filhos percam ano letivo” (BATISTA, 07.05.2015, p. 07), entre outras.

Há momentos em que praticamente não houve notícias, principalmente nos meses de julho, agosto e setembro. No Jornal Folha de Londrina, em relação ao mês de julho, a primeira reportagem a fazer menção direta ao ocorrido foi apenas no dia 12 de julho de 2015, intitulada “Assembleia Legislativa: um semestre para não esquecer” (CHUEIRE, 12.06.2015) e outra no dia 29 de julho de 2015, “No aniversário de Beto, bolo pelo 29 de abril” (RAMOS, 29.06.2015). Já na Gazeta do Povo, é possível visualizar mais notícias, como aquela em que o Governo teria parabenizado policiais militares da ‘Batalha do Centro Cívico’ (GARCIA,

04.07.2015); o adiamento do fim inquérito pela Polícia Militar sobre a repressão (MARÉS, 07.07.2015); o posicionamento de Beto Richa afirmando que mostrar os salários dos professores no Portal da Transparência foi um dos motivos para o final da greve (MARÉS, 08.07.2015). No mês de agosto as menções são ainda mais raras na Gazeta do Povo, houve uma breve menção sobre uma caminhada de 300 pessoas lembrando da batalha do Centro Cívico (BARAN, 30.08.2015).

A rarefação de notícias sobre o 29 de abril de 2015 decorreu da suposta resolução dos embates com o decurso do tempo e do esgotamento do assunto. Todavia, em consulta ao Portal da Transparência, no mês de junho de 2015, houve um investimento de R\$ 1.548.900,46 da Casa Civil em Serviços de Publicidade de Propaganda. Os investimentos seguiram até o mês de dezembro de 2015, somando a importância total de R\$ 13.904.999,29 empenhados pela Casa Civil em Serviços de Publicidade e Propaganda, conforme pode-se ver a partir da imagem abaixo e anexos (cf. Apêndice F).

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

DESPEAS / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

Ano: 2015
 Início: JANEIRO
 Término: DEZEMBRO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

1 item encontrado

Agrupamento	Orçamento (R\$)		Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidação (R\$)		Pago (R\$)	
	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.141.680,47	13.904.999,29	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.141.680,47	13.904.999,29	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor (R\$) Até Mês: 13.904.999,29

Os valores chamam a atenção, não só pelo montante, mas também devido ao fato de que, em consulta ao Portal da Transparência, verifica-se que não existem dados de outros valores empenhados pela Casa Civil em Serviços de Publicidade e Propaganda desde o ano de 2002. Ou seja, entre os anos de 2002 a 2014, não há registro no site do Portal da Transparência de nenhum valor empenhado para o setor, conforme se demonstra nos dados anexos (cf. Apêndice G).

A partir de dados do Portal da Transparência também é possível verificar que o governo do Estado gastou mais de 20 milhões de recursos públicos em veiculação de propaganda nos mais diversos meios de comunicação entre os meses de janeiro a junho de 2015. Contemplando as despesas com empresas especializadas em comunicação realizadas pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM), pela Companhia de Tecnologia da Informação e

Comunicação do Paraná (CELEPAR) e pelo Fundo Estadual de Saúde do Paraná (FUNSAUDE) (WOITOWICZ e SANTOS, 2015).

A partir destes dados, um dos efeitos do 29 de abril de 2015, é que o governo se dá conta da influência dos meios de comunicação e representatividade na formação da opinião pública (WOITOWICZ e SANTOS, 2015), por meio do desgaste da imagem do governador e dos deputados. Assim:

No caso em questão, do cenário midiático no período da greve dos servidores públicos do Estado, o que se verificou foi o uso da mídia na propagação de pontos de vista previamente angulados, em uma relação de aliança com o sistema político que em nada contribui para o aprofundamento do debate na esfera pública e o fortalecimento da democracia [...] o que chama a atenção é o caráter de oficialidade de parte representativa dos veículos de comunicação, que divulgaram versões que contrastavam com os debates da agenda pública. Não por coincidência, após receber quantias significativas de recursos públicos do Estado em forma de propaganda, os pronunciamentos oficiais do governador Carlos Alberto Richa a respeito da greve dos professores foram referendados nos editoriais dos principais impressos e ganharam destaque na mídia televisiva. (WOITOWICZ e SANTOS, 2015, p. 176)

Conforme já mencionado no capítulo metodológico, e tendo por referente a delimitação dos periódicos consultados para elaboração da linha histórica do movimento grevista que desembocou no 29 de abril de 2015, verifica-se que a mídia e a veiculação de determinadas notícias em dados momentos contribuíram diretamente para o desenvolvimento do movimento grevista.

Como se depreende de índices fornecidos pelas pesquisas do Instituto Paraná Pesquisa, encomendados pelo jornal da Gazeta do Povo, nos momentos em que houve as ocupações, a opinião pública estava quase que inteiramente a favor do funcionalismo. Com a veiculação de notícias que enfatizam pessoas prejudicadas e prejuízos materiais na Assembleia Legislativa e do patrimônio público, por exemplo, a opinião pública foi se dividindo.

Com o ‘esquecimento’ do 29 de abril de 2015, não é de se admirar a retomada da popularidade do candidato ao senado, Beto Richa, do PSDB nas eleições de 2018, o qual em março de 2018 se encontra à frente do Executivo Estadual com aprovação de 41,9% da população (ANÍBAL e COELHO, 2018). No entanto, a prisão do candidato pelo GAECO, semanas antes do pleito, por suspeita de corrupção foi um fator determinante para que ele não se elegeisse (G1, 14.09.2018). O que levou o governador eleito (Ratinho Júnior), originalmente ligado a quadros eleitorais próximos de Beto Richa, a declarar apoio ao professor Oriovisto (do PODEMOS) (WILTEMBURG, 17.10.2018), um dos principais acionistas do Grupo Positivo de Educação (BOLOGNESE, 28.04.2018), a fim de desincompatibilizar-se da figura de Beto

Richa, que em 11 de fevereiro de 2019 terminou denunciado no contexto da Operação Lava Jato (VIANNA; FONSECA, 2019).

A concessão do auxílio-moradia a magistrados pelo governo, para que recebessem retroativamente o valor de R\$ 4,4 mil por 4 meses, foi um fator importante que definiu a adesão dos servidores do Poder Judiciário à greve (GALINDO, 13.02.2015). Esse fator deixou claro que a questão não era a inexistência de recursos para quitar os débitos com o funcionalismo. Era a conveniência em se utilizar desses recursos para outras finalidades, diversas das reivindicações grevistas do funcionalismo.

O limite analítico da análise de conjuntura tradicional é perceptível enquanto está atrelada aos elementos de forças atuais de determinada ocorrência. Isto é, a análise de conjuntura tradicional suprime a lógica da temporalidade e da virtualidade que é inerente ao acontecimento. Suprime a lógica da temporalidade na medida em que recorta um retrato espaço-temporal, como se tirasse uma fotografia da realidade, pinçando aquele momento estático, como ele se apresenta. Com isso, suprime-se, também a lógica da virtualidade, no sentido de que não se investigam os elementos virtuais, transcendentais que se expressam neste retrato espaço-temporal.

Em outras palavras, ao identificar quais são as correlações de forças e os fatores exógenos em determinado contexto social, político e econômico, a análise de conjuntura tradicional não questiona quais são as condições transcendentais que possibilitam essa correlação de forças, que permitem a gênese de um certo estado de coisas, de forças, de atores etc.

Esta ausência de questionamento e de investigação sobre as causas transcendentais que constituem os elementos da atualidade ocorre porque esses elementos são remetidos a suas causas estruturais, sob o prisma do modo de produção capitalista. Como as causas estruturais equiparam-se aos agenciamentos de poder, por se configurarem em linhas de força que produzem o real, sobrecodificando-o (DELEUZE, 1996), a análise de conjuntura estrutural está limitada a uma análise dos agenciamentos de poder.

Uma análise dos agenciamentos de poder, apenas, não permitiria continuar o questionamento político da estrutura para explicar o que sustenta essas causas estruturais e como seria possível provocar uma alteração súbita nesta mesma estrutura. E é neste limite analítico que uma análise de conjuntura pós-estrutural seria complementar à estrutural, pois se passaria da análise dos agenciamentos de poder a uma análise dos agenciamentos coletivos de desejo. Segundo Deleuze (1994), o desejo precede o poder; é um elemento “não-estruturado”, um elemento diferencial, ou estruturante; nesses termos, o desejo é encarado como um processo

libidinal e político, complexo e constitutivo, não apenas de poder, como de toda formação social estruturada.

O ganho proposto pela análise de conjuntura pós-estrutural consiste em que se identifica o momento de passagem de um fato a outro, de uma ação a outra, em analisar um acontecimento sem anular a sua dinamicidade, a sua temporalidade, suas virtualidades e as multiplicidades que o constroem, transformam e reconfiguram. A análise de conjuntura pós-estrutural permite conduzir a pesquisa no sentido de se questionar e identificar quais foram as condições, os regimes, os signos que levaram a essa participação popular maciça e quais teriam sido os elementos que contribuíram para sua resistência diante das medidas políticas adotadas pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo paranaenses.

5.2 Agenciamentos de poder, agenciamentos de desejo

As sociedades e as formações sociais são teorizadas na medida em que podem oferecer quadros de inteligibilidade para determinados problemas no campo social. Para compreender como os agenciamentos de poder se confundem com o limite próprio de uma análise de conjuntura tradicional é necessário realizar uma retrospectiva conceitual através do marxismo, seguindo a visão de Althusser, passando por Foucault e chegando às concepções de Deleuze.

Segundo a perspectiva da análise de conjuntura tradicional, demonstrada ao longo dos ensaios, apresenta-se a concepção de sociedade a partir da orientação marxista. Segundo Althusser, Marx compreende que as formações sociais se constituem em uma “totalidade orgânica” composta por um nível econômico, um nível político e um nível ideológico ou das formas de consciência social (ALTHUSSER, 1967).

Os homens participam da produção econômica, cujos mecanismos e efeitos são determinados pela estrutura das relações de produção; os homens participam da atividade política, cujos mecanismos e efeitos são regulados pela estrutura das relações de classe (a luta de classes, o direito e o Estado). Os mesmos homens participam de outras atividades religiosas, moral, filosófica [...] estas últimas atividades constituem a atividade ideológica e são sustentadas por uma adesão voluntária ou involuntária, consciente ou inconsciente, a um conjunto de representações e crenças religiosas, morais, jurídicas, políticas, estéticas, filosóficas, etc. que formam o que se chama o nível da ideologia (ALTHUSSER, 1967, p. 34).

O nível ideológico se caracterizaria por apresentar uma realidade objetiva, “independente da subjetividade dos indivíduos que estão a ela submetidos, embora se refira a

estes indivíduos” (ALTHUSSER, 1967, p. 33), ou seja, a ideologia não é algo intrínseco aos indivíduos, mas algo imposto externamente por condições históricas e causais. O nível ideológico funcionaria como mecanismo organizador dos níveis econômico e político.

O problema decorrente dessas premissas é que a ideologia não traz consigo “conhecimentos verdadeiros” e, sim, apenas as representações oriundas de um sistema orientado e falseado. Por esta razão, em uma sociedade de classes, a ideologia serve não apenas para que os indivíduos compreendam suas próprias condições de existência, executando as tarefas que lhe são designadas, como também “para suportarem seu estado, seja a miséria da exploração de que são as vítimas, seja o prestígio exorbitante do poder e da riqueza de que são os beneficiários” (ALTHUSSER, 1967, p. 35).

Segundo Althusser, a solução, apresentada pelo marxismo para libertação dessa sujeição à ideologia da classe dominante, seria a extinção ulterior do Estado, realizada por meio de uma luta política, que para escapar das relações de mercado, conduziria ao comunismo (ALTHUSSER, 1978). Como o Estado é o objetivo último da luta de classes, na perspectiva marxista as coisas se passam como se a política fosse reduzida à “esfera” compreendida por esse objetivo.⁷³

Segundo Foucault (2016), o conceito de poder tal como ele é comumente apresentado entre liberais e marxistas teria um ponto em comum que, sob diferentes ângulos, poderia ser reduzido a certo “economicismo” do poder. Para a concepção jurídico-liberal, o poder é considerado como “um direito” de que se seria possuidor, um quase-bem que poderia ser transferido, alienado, cedido, “o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política” (FOUCAULT, 2016, p. 273). Os liberais encaram o poder como algo cedível por contrato. a concepção marxista apresenta o poder em subordinação à sua funcionalidade econômica: “o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível.” (FOUCAULT, 2016, p. 273). Os marxistas afirmariam uma sobredeterminação do econômico em relação ao poder. Isso significa que o poder seria um

73- Essa é inclusive uma das críticas que Althusser irá elaborar à teoria de Marx, afirmando que a política não é reduzida “às formas oficialmente consagradas como políticas pela ideologia burguesa: o Estado, a representação popular, os partidos políticos, a luta política pelo poder do Estado existente” (ALTHUSSER, 1978, p. 68). Neste ponto entende que “não existe uma ‘esfera do político’, portanto que, se a distinção entre sociedade política (Estado) e sociedade civil define bem a forma imposta pela ideologia e pela prática burguesa da polícia, o movimento operário deve acabar com essa ilusão e com esse ocultamento, e elaborar uma outra ideia da política e do Estado” (ALTHUSSER, 1978, p. 68).

efeito acessório às relações de produção, às relações econômicas, políticas, sociais etc., não dispondo de qualquer autonomia.

Segundo Foucault, a chave de interpretação marxista coloca o poder sempre em uma posição secundária em relação à economia, finalizado e funcionalizado por ela. Isto é, quando se afirma nos moldes marxistas que uma classe detém o poder, infere-se que ela detém, de alguma maneira, os modos de produção capitalista; no entanto, “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho do Estado” (FOUCAULT, 2016, p. 335).

O poder para Foucault não pode ser entendido como um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre as outras” (FOUCAULT, 2016, p. 284), pois o poder não é algo que se dá, se troca, se retoma, e deve ser entendido como algo que se exerce, que existe em ação.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede [...] Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.” (FOUCAULT, 2016, p. 284).

A mudança na concepção do que se entende como poder a partir de Foucault consiste na compreensão de que o poder não serve *principalmente* à manutenção ou reprodução das relações econômicas; o poder é autônomo em relação à economia. Segundo Foucault, “O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, nos instintos, uma classe” (FOUCAULT, 2016, p. 274) e o “indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos” (FOUCAULT, 2016, p. 285), ou seja, o poder é constitutivo e adentra o indivíduo. O indivíduo é um efeito de uma sujeição mais complexa do que ele.

O objetivo central que move o Foucault que pesquisa a genealogia do poder é “mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” (FOUCAULT, 1999, p. 51), ou seja, em um primeiro momento demonstrar as relações de força pelas quais o poder se exerce em determinado contexto sobre os indivíduos, e, indagar-se, na sequência, “como” o sujeito poderia se desvincular dessa sujeição, ou revertê-la estrategicamente.

Segundo Foucault, a sujeição-subjetivação é o saldo de uma série de processos que se passam entre os aparelhos, as instituições e os próprios corpos, com sua materialidade e forças (FOUCAULT, 2014). O indivíduo é, então, “uma realidade fabricada” por tecnologias de poder,

disciplinas, no sentido de que o indivíduo é um reflexo das relações de poder que o constituem (FOUCAULT, 2014, p. 240-241).

Segundo Foucault, não seria possível neutralizar uma relação de poder por meio da resistência, porque a resistência não é exterior ao poder. A solução seria, então, alterar taticamente as relações de forças e os elementos morais e racionais que circunscrevem determinado contexto, pois o poder é como uma energia que, exercendo-se em rede, coloca em relação enunciados, discursos, saberes, corpos, dispositivos, etc., que naturalmente ou espontaneamente não se encontrariam em relação (FOUCAULT, 2008).

O acontecimento, para Foucault (2016), é entendido como a inversão de uma relação de forças que reintroduz o *descontínuo*. A contribuição do pós-estruturalismo se encontra em perceber que as relações de forças que compõem a realidade não obedecem necessariamente a uma destinação ou a uma mecânica, isto é, não giram necessariamente em torno da questão econômica ou do prisma da luta de classes: um acontecimento obedeceria ao acaso de cada luta (FOUCAULT, 2016).

Há toda uma tradição da história (teleológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural. A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele poder ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado” (FOUCAULT, 2016, p.73).

A noção de “acontecimento” como uma ‘relação que se inverte’ pressupõe a perspectiva do poder exercido em rede, sobre os indivíduos, de modo que seu problema é “se somos sujeitos pelo poder, como podemos resistir a ele?”. A solução apresentada por Foucault consiste em uma resistência ao poder por meio da política (DELEUZE, 2003).

A partir desses conceitos, é possível dizer que Foucault percebe o social e o político a partir de relações de força, relações de poder e contrapoder. Como o poder é uma prática social, se exerce em diferentes níveis e em pontos diferentes do social, pois a diferença entre os níveis é de natureza (DELEUZE, 1994). Foucault estabelece, teoricamente, dois níveis analíticos de sua aplicação: o da microfísica do poder, analisando o poder em suas formas locais, no controle sobre o corpo, envolvendo gestos, atitudes, discursos; e o nível da macropolítica, referente aos

poderes integrados ao Estado enquanto instrumento específico de “um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa” (FOUCAULT, 2016, p. 15).

A percepção do social de Deleuze é diversa, no sentido de que preceitua que o social só pode ser compreendido pelo desejo, isto é, considerando o nível transcendental que envolve as virtualidades, que constituem agenciamentos; bem como pela existência de linhas de fuga, pontas de desterritorialização que caracterizam sua noção de “acontecimento” e a natureza última do próprio social (CORREA, 2018).

Um agenciamento é como uma linha de força invisível mesclada com as outras linhas, que não cessa de produzir o real (plano de imanência) (DELEUZE, 1996). O agenciamento é o cofuncionamento, é a simbiose, é a “simpatia”, no sentido de que a “simpatia não é um sentimento vago de estima ou de participação espiritual, ao contrário, é o esforço ou a penetração dos corpos, ódio ou amor, pois também o ódio é uma mistura, ele é um corpo, ele só é bom quando se mistura com o que odeia.” (DELEUZE, 1998, p. 43).

Os agenciamentos de poder são os centros de poder que o ressoam para dispersões virtuais. Um agenciamento de poder possui potência para traduzir, sobrecodificar, reterritorializar e deter fluxos, formando um campo de possíveis (virtualidades) em segmentos molares (atuais), geralmente pela forma de binarismos ou contradições (DELEUZE, 1996a). Um agenciamento de poder visa a sobrecodificar, ordenar, organizar, segmentar, binarizar, os fluxos e segmentos que perpassam pelo indivíduo e pela sociedade.

Logo, quando se pensa a versão social a partir do viés do poder, como elemento determinante dos indivíduos e da sociedade, tenha ele ou não como objetivo central um determinado modo de produção, o maior impasse é de que essa análise não permite ver além desses agenciamentos de poder. Em outras palavras, por não se considerarem as condições transcendentais que envolvem os elementos atuais de determinado contexto, sua “natureza” é pressuposta e remetida à elementos estruturais. A maior limitação da análise de conjuntura tradicional é que ela não permite enxergar o que está codificado pelos os agenciamentos de poder, ou seja, quais são as virtualidades que influenciam no processo constitutivo de poder e de toda a formação social estruturada.

A análise de conjuntura pós-estrutural parte da noção foucaultiana de poder como estratégia de agenciamento (FOUCAULT, 1977), no sentido de que reconhece a existência de agenciamentos de poder exercidos em determinada realidade. Porém, não os toma como centros determinante da realidade social, sendo essa posição ocupada pelo desejo nos moldes deleuzianos, e, com isso, chegamos aos agenciamentos coletivos de desejo.

O desejo em Deleuze não é interpretado pela falta, mas por sua característica positiva, afirmativa, real e produtiva. O desejo produz agenciamentos na medida em que não se deseja algo ou alguém, e sim um conjunto; o desejo é um processo de síntese maquínica, absolutamente imanente, de elementos heterogêneos. Não mais um desejo voltado a um objeto determinado, que se baseia na ideia de falta, e sim um desejo enquanto processo que agencia e produz sínteses entre elementos singulares. Questiona-se qual é a natureza das relações entre determinados elementos que produz o desejo (DELEUZE *In: Abecedário de Deleuze*, 1988-1989). Quando se trata de agenciamentos coletivos de desejo, busca-se identificar quais são os mecanismos maquínicos por trás do desejo, respondendo “qual é a natureza das relações entre elementos para que haja desejo, para que eles se tornem desejáveis? [...] Nunca desejo algo sozinho, desejo bem mais, também não desejo um conjunto, desejo em um conjunto.” (DELEUZE *In: Abecedário de Deleuze*, 1988-1989).

O desejo implica a constituição de um plano de imanência, composto por elementos virtuais e atuais, que é coletivo e político, porque nele se expressam os agenciamentos, as pontas de desterritorialização ou linhas de fuga (DELEUZE, 1994). Assim, o coletivo é a expressão social do plano de imanência (do real), podendo ser traduzido como a temporalidade em que as relações estruturais virtuais se atualizam (DELEUZE, 1996).

O plano de imanência, segundo Deleuze, seria como um “corpo sem órgãos” (DELEUZE, 1994, p. 07), na medida em que se opõe a todas as formas de organização, sejam elas de corpo, que se encontra “em relações de conexão, de disjunção e de conjunção com outros objetos parciais no seio da multiplicidade correspondente” (DELEUZE, 2010, p. 86); sejam elas do coletivo, enquanto um conjunto composto de singularidades agenciadas por virtualidades e atualizadas como expressão desses agenciamentos (DELEUZE, 1994).

A proposta de estudo sobre os agenciamentos coletivos de desejo consiste na análise dos agenciamentos que se expressam no coletivo, enquanto âmbito composto por máquinas desejantes, que constituem indivíduos enquanto conjunto de singularidades agenciadas e atualizadas. Investigando-se, com isso, quais são as causas transcendentais que estão expressas nos agenciamentos coletivos de desejo.

5.3 Da análise de conjuntura tradicional à pós-estrutural

Por meio da análise de conjuntura tradicional, verificam-se que as reivindicações grevistas dos manifestantes, em fevereiro de 2015, eram que o “pacotaço” não fosse reenviado

à Assembleia Legislativa; o pagamento imediato dos atrasados (rescisão dos professores temporários, terço de férias e auxílio-alimentação da categoria); a reabertura de 2,5 mil turmas encerradas e de projetos de contraturno (línguas, esportes e artes); e a retomada da contratação de funcionários, diretores, pedagogos e professores (ANÍBAL, 19.02.2015, p. 04).

O pagamento das verbas trabalhistas em atraso foi feito, em geral e mesmo que de forma parcelada, ao longo do movimento grevista; de modo que o principal elemento mobilizador do movimento grevista consistia em reivindicar que o “pacotaço” fosse retirado de pauta ou, ao menos, amplamente discutido com as instituições das categorias. Mesmo após a aprovação do projeto de lei nº 252/2015 (“pacotaço”) no dia 29 de abril de 2015, o movimento grevista persistiu por aproximadamente mais cinco meses, modificando sua pauta reivindicatória para exigir o reajuste salarial de 8,13% a que as categorias que compunham o movimento grevista tinham direito.

Entretanto, a análise de conjuntura tradicional deixa em aberto questões sobre, por exemplo, o que explicaria esse deslocamento de uma pauta previdenciária a uma pauta relativa à data-base? O que explicaria a insistência no movimento grevista mesmo após a derrota no âmbito legislativo e político, com a aprovação do “pacotaço”, com a repressão física e violenta do movimento grevista? A insistência se explica, a partir da análise de conjuntura pós-estrutural, como um deslocamento de um agenciamento coletivo de desejo de uma estratégia de resistência a outra. As manifestações que se seguiram ao 29 de abril de 2015 podem ser caracterizadas como “um produzir que está inserido no produto” (DELEUZE, 2010, p. 17), com um caráter acontecimental em função de um processo de produção advindo do desejo.

Com a aprovação do projeto, a pauta reivindicatória realmente havia se exaurido, as reivindicações foram vencidas pelos fatos. Porém, algo mudou: entre agenciamentos de percepção, em que já não se percebe o hoje como se percebia ontem (DELEUZE, 1996a); e agenciamentos de reconversão, que conduzem a novas formações entre subjetividades, entre corpos (DELEUZE, 1998); existem agora agenciamentos coletivos de desejo, pois já não se sente hoje como se sentia ontem.

O movimento grevista de 2015 não servia mais, então, para o que buscava até o dia anterior; e, ainda assim, prosseguia. Não poderia mais ser retratado como fruto de reivindicações classistas, ao mesmo tempo em que não se poderia mais defini-lo como um “movimento grevista”, isso em razão de que, em tese, não haveria mais contra o que (“pacotaço”) fazer greve. Porém, o movimento persistiu, principalmente porque uma das características das máquinas desejanças é que “só funcionam desarranjadas, desarranjando-se constantemente” (DELEUZE, 2010, p. 20).

Lembrando que o reajuste de pauta não foi o único momento em que houve um agenciamento coletivo de desejo. Embora seja possível demonstrar vários agenciamentos coletivos de desejo com caráter revolucionário como, por exemplo, em cada um dos episódios relatados no tópico sobre a correlação de forças com a ocupação da Assembleia Legislativa no dia 10 de fevereiro de 2015; com a resistência popular à votação improvisada no prédio administrativo, momento em que houve a primeira repressão policial; no dia 29 de abril de 2015 quando os manifestantes prosseguiram apesar do efetivo policial que cercava a Assembleia Legislativa; isso não significa dizer que o caráter revolucionário seja intrínseco à sua ocorrência.

A continuação do movimento grevista mesmo após a aprovação do projeto, os protestos em frente às casas dos representantes do Legislativo e do Executivo, as diversas manifestações nos acampamentos grevistas em frente à Assembleia Legislativa com elaboração de músicas, panfletos, batatas assando, demonstram agenciamentos de desejo que expressam um desejo social. Os agenciamentos de desejo se traduzem nos movimentos que se expressam a partir da atualização do desejo.

O desejo, como um elemento constitutivo do campo social, produz um campo de possíveis. O que o agenciamento coletivo de desejo permite observar no caso da continuação do movimento grevista, mesmo após a aprovação do projeto de lei nº 252/2015, é uma ponta de desterritorialização, uma linha de fuga, um acontecimento. Isto é, as agregações e a afecção social produzidas pelo desejo naquele momento, tentavam escapar do agenciamento de poder estatal que já havia dado a pauta reivindicatória como exaurida.

O desejo não era por algo que faltava, mas sim, por se encontrar diante de algo que se produziu excedendo os agenciamentos de poder estabelecidos; “as máquinas desejantes fazem de nós um organismo; mas, no seio dessa produção, em sua própria produção, o corpo sofre por estar assim organizado, por não ter outra organização ou organização nenhuma” (DELEUZE, 2010, p. 20). Os agenciamentos coletivos de desejo que se expressaram após o dia 29 de abril de 2015 produziram uma linha de fuga que não se agenciaria nos moldes que estavam sendo impostos pelos Poderes Legislativo e Executivo do estado do Paraná.

Produziu-se coletivamente uma nova subjetividade premida pela necessidade de mudar a pauta do movimento grevista, por exemplo, reivindicando o reajuste salarial, para a máquina desejante daquele corpo social. Em outras palavras, havia um agenciamento coletivo de desejo para que se mantivesse o movimento grevista, é nesse sentido que “os corpos são eles mesmos vetores de poder por meio dos quais o direcionamento da força pode ser revertido” (BUTLER, 2018, p. 93).

Segundo Judith Butler (2018), nesses casos o que está em jogo, para além da discussão se os “desamparados” estão vivendo fora da política ou do poder, é se os desamparados estão vivendo uma forma específica de desamparo político junto com formas específicas de ação e de resistência política. Afinal, uma ação política, como a do movimento grevista de 2015, enseja que se deve aparecer diante dos outros, pois os corpos ali aparentes se encontram impedidos de viver algo que certamente vive dentro deles, trata-se da “persistência do corpo contra as forças que buscam a sua debilitação ou erradicação. Essa persistência exige que se invada o regime de espaço estabelecido com um conjunto de suportes materiais que sejam tanto mobilizados quanto mobilizadores” (BUTLER, 2018, p. 93).

Sem ter a pretensão de substituir as ferramentas do método da análise de conjuntura tradicional, o que se propõe é uma colaboração metodológica com ferramentas propostas por uma análise de conjuntura pós-estrutural. A partir da realização de uma análise de conjuntura tradicional, com o mapeamento de elementos, condições e relações sociais, políticas e econômicas que envolvem determinado acontecimento, é possível identificar qual é a limitação do método: não analisar além dos agenciamentos de poder.

A análise de conjuntura tradicional traz uma análise meramente da atualidade, como se tirássemos uma fotografia de determinado momento, ou uma sequência de fotografias de uma determinada ocorrência. Mesmo com as fotografias sobrepostas, não há como explicar a passagem de uma foto a outra, o que aconteceu e como se deu essa passagem. A realidade do movimento real é elidida, ilusória, abstraída como uma “sequência” temporal inespecífica.

Apenas uma análise de conjuntura pós-estrutural pode considerar os elementos virtuais que circulam no plano de imanência, descrevendo as condições transcendentais e os devires que se expressam nos elementos atuais, como os que produzem as configurações específicas de uma greve. O social é uma expressão da realidade do desejo, de modo que o acontecimento é o aspecto propulsor das alterações que se refletem no social. O que move o acontecimento é algum tipo de afecção social no nível do desejo coletivo, em que o libidinal, o político e o social encontram-se unidos.

A análise de conjuntura pós-estrutural, por meio de suas ferramentas, permite que toquemos o que fica intocado pela análise de conjuntura tradicional: o papel do virtual, do desejo sob o poder, do processo maquínico sob os estados de coisas, da abertura democrática de um campo de possíveis sob as formas decantadas da representação. Busca-se pensar o acontecimento aliado a um processo de atualização diferencial, não-estrutural. No próximo ensaio, trataremos dos processos de subjetivação coletiva, a fim de verificar se, e em que

medida, as mudanças nas afecções sociais, o desejo, é capaz de produzir uma subjetividade à altura do acontecimento.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Verbo, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, Louis. **Marxismo segundo Althusser**. Coleção: Sinal; 2. Editora: Sinal Comunicações, 1967.

ALTHUSSER, Louis. O marxismo como teoria “finita”. In ALTHUSSER, Louis et all., **Discutere lo Stato. Posizioni a confronto su una tesi di Louis Althusser**. Bari: De Donato, 1978. Tradução Márcio Bilharinho Naves. Publicado originalmente no jornal II Manifesto, em 04 de abril de 1978.

BOLOGNESE, Ruth. **Positivo esclarece: Oriovisto Guimarães se afastou do grupo**. Contraponto. Publicado em 28.04.2018. Política. Disponível em: <<https://contraponto.jor.br/positivo-esclarece-oriovisto-guimaraes-se-afastou-do-grupo/>>, acesso em 16 de janeiro de 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. Revisão Técnica Carla Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
Contemporânea. 2001. Lisboa: Verbo

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. O real do direito: sobre a filosofia do direito de Gilles Deleuze. **Direito, Estado, Sociedade (PUC-Rio)**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 182-205. Disponível em: <<https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/892>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

DELEUZE, Gilles. **D de desejo**. In: PARNET, Claire, Abecedário de Deleuze, 1988-1989. Disponível em: <<http://notaterapia.com.br/2016/06/14/d-de-desejo-o-que-e-desejo-para-deleuze-abecedariodeleuze/>>, acesso em 28 de novembro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **Desejo e prazer** (Désir et plaisir). n. 325. Paris: Magazine Littéraire, 1994, pp. 57-65. Disponível em: <<http://files.grupo-limiar.webnode.com/200000033-8705f87ff2/DELEUZE,%20Gilles.%20Desejo%20e%20Prazer.pdf>>, acesso em 01 de dezembro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **O atual e o virtual**. Texto originalmente publicado em anexo à nova edição de *Dialogues*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet. Paris: Flammarion, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1874 – Três Novelas ou “O que se passou?”. In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Maio de 68 não ocorreu**. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência. 1º quadrimestre de 2015. Vol. 8. Nº1. Pp. 119-121. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>>, acesso em 08 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DOSSE, François. **Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Artmed, 2010.

FOLHA DE LONDRINHA. WILTEMBURG, Luís Fernando. ‘Colado’ em Ratinho, Oriovisto é o mais votado para o Senado; Arns também se elege. Publicado em 07.10.2018. Reportagem Local. Folha Política. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/colado-em-ratinho-oriovisto-e-o-mais-votado-para-o-senado-arns-tambem-se-elege-1017313.html>>, acesso em 16 de janeiro de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II**. 1976-1988. Paris: Quarto/Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Dois regimes de loucos** (1975-1995). Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (1926-1984). Org. Introd. e rev. técnica de Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: Cruso dado no Collège de France (1977-1978). Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

G1PR. RPC Curitiba. JUSTI, Adriana; MENEZES, Amanda. Preso por suspeita de corrupção Beto Richa fica calado em depoimento ao Gaeco. Publicado em 14.09.2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/09/14/preso-por-suspeita-de-corrupcao-beto-richa-fica-calado-em-depoimento-ao-gaeco.ghtml>>, acesso em 16 de janeiro de 2019.

G1PR. RPC Curitiba. VIANNA, José; FONSECA Alanda. Ex-governador Beto Richa, esposa e filho viram réus na Lava Jato por lavagem de dinheiro. Publicado em data de 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/02/14/justica-aceita-denuncia-e-torna-familia-richa-re-por-lavagem-de-dinheiro.ghtml>>, em data de 15 de fevereiro de 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. **Consenso e conflito na teoria democrática para além do “agonismo”**. In: Representação política, perspectivas sociais e representação simbólica. São Paulo: Lua Nova, 2014, pp. 13-45.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **Deleuze et l’Anti-Edipe. La production du désir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª edição, rev. e atual. n. 48. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2005.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1985.

6 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO COLETIVA

O processo de subjetivação coletiva se refere a como as subjetividades variam e se constituem a partir das lutas políticas, como a prática política pode produzir processos de dessubjetivação, com o esfacelamento de identidades homogêneas, e processos de subjetivação, na medida em que se constituem novas subjetividades a partir de um acontecimento. Com a demonstração de como o movimento grevista de 2015 expressa agenciamentos de percepção, de reconversão e agenciamentos coletivos de desejo, seria possível avaliar em que medida houve a formação de novas subjetividades no interior desses processos, e de que forma essas novas subjetividades expressam uma abertura democrática, portadora de novas constelações de possíveis que se processam socialmente (DELEUZE, 2015).

O sujeito, segundo Deleuze (2010), é visto tanto como um conjunto de máquinas desejanças quanto como um efeito maquínico, “que não para de ligar uma máquina-órgão a uma máquina-energia” (DELEUZE, 2010, p.15). O desejo social é sempre primeiro e preside os processos de subjetivação, pois funciona como processo que não para de “efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados” (DELEUZE, 2010, p. 16). O desejo deve ser visto como o elemento transcendental que expressa todos os elementos atuais, entre eles o âmbito social.

O acontecimento pensado como categoria do social, reflexo das novas afecções sociais, do desejo, implica ou envolve novas subjetividades, ou seja, processos de fluxos e segmentos (DELEUZE, 2015). A análise de conjuntura tradicional acaba obscurecendo os processos diferenciais de constituição de subjetividades, pensando-os exclusivamente em termos de contradição. Com isso, reafirmam-se, sem se superar, os binarismos segmentares articulados pelos termos dos agenciamentos de poder vigentes.

Mesmo que, por vezes, as subjetividades não rompam com os processos hegemônicos que as constituem, elas ultrapassam e excedem os agenciamentos de poder que as expressam como veículos do agenciamento coletivo de desejo que as catalisa. A proposta de uma análise de conjuntura pós-estrutural consiste justamente em abrir um espaço para se pensar a constituição dessas subjetividades enquanto expressões da virtualidade, a partir não mais da contradição, mas sim da diferença.

Neste ensaio, por meio da ferramenta da “articulação entre estrutura e conjuntura”, da análise de conjuntura tradicional, é possível ver a relação entre a estrutura, pensada nos moldes marxianos, e a conjuntura como eventos resultantes desta. Na sequência, com os processos de subjetivação buscaremos fazer uma análise micropolítica e segmentar dos

processos de subjetivação que envolveram o movimento grevista de 2015. Com isso, será possível verificar qual é o ganho que a categoria analítica do processo de subjetivação promove em relação ao conceito de “classe”, por exemplo.

Para Deleuze, a categoria dos processos de subjetivação consiste em tentar encontrar no real o “povo que falta”, ou seja, uma subjetividade à altura do acontecimento: “não é um povo chamado a dominar o mundo. É um povo menor, tomado num devir-revolucionário. Talvez ele só exista nos átomos do escritor, povo bastardo, inferior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado” (DELEUZE, 1997, p. 14).

Neste capítulo tentaremos demonstrar, a partir do aporte do pós-estruturalismo, os limites analíticos da análise de conjuntura tradicional em relação aos processos de subjetivação que as lutas políticas envolvem, geralmente limitadas à categoria marxiana de classe. Com isso, será possível apresentar uma alternativa de pensamento crítico com a categoria de processos de subjetivação embasada no referencial teórico deleuziano.

6.1 A articulação entre conjuntura e estrutura na análise de conjuntura tradicional

Com relação à articulação entre a conjuntura e a estrutura, a análise de conjuntura tradicional percebe os acontecimentos e a ação desenvolvidos pelos atores sociais como geradores de uma situação que não se dá no vazio. O acontecimento teria uma relação com a história, com o passado, com as relações econômicas e políticas estabelecidas (SOUZA, 1985).

Partindo dos conceitos já desenvolvidos no segundo ensaio, por estrutura se entendem as determinações econômicas, políticas e culturais que supõem o modo de produção capitalista (SILVA, 2014, p. 306). Na estrutura se encontram os elementos com menor flexibilidade ou possibilidade de mudança, se encontra a base relativamente estática sobre a qual se constrói a organização social, econômica e política de uma sociedade (ROSSETTI, 1976). Isso significa que a estrutura contém todas as causas da determinação histórica, e só poderia ser transformada através de uma luta política, caracterizada como a inserção de novas forças contra determinantes histórico-sociais, antagônicas ao modo de produção capitalista.

Neste sentido, o movimento grevista de 2015 caracteriza-se por uma estrutura de economia capitalista, que no âmbito paranaense se identifica com políticas públicas de caráter neoliberal, e envolve uma estratégia de desmonte na área da educação. Os sucessivos governos que passaram pelo Estado do Paraná estabelecem uma linha de continuidade histórica que antagoniza com as demandas dos profissionais da Educação Pública estadual. Seria possível

rememorar, como exemplo, o acontecimento que marcou o dia 30 de agosto de 1988, no governo de Álvaro Dias, em que um protesto por reajuste salarial em frente ao palácio do governo terminou em repressão da Polícia Militar, com gás lacrimogêneo, violência estatal e um saldo de mais de 20 feridos (data é lembrada até hoje pelos professores com a realização de manifestações) (CESAROTTI, 2018). Também podemos citar o período entre 2001/02, com o governo Jaime Lerner, caracterizado por uma greve que durou aproximadamente 170 dias, composta por professores e técnicos administrativos paranaenses que reivindicavam reposição salarial de 50,03%, regularização dos cargos dos novos funcionários, autonomia universitária com democracia e verbas para as universidades (CRUZ, 2002). A história está marcada, também, pelo desvio de verbas das obras de infraestrutura de colégios e universidades estaduais, e por ser o primeiro setor no qual há um “corte de despesas” (G1PR, 22.01.2016).

Na análise de conjuntura tradicional realizada através do material jornalístico, entre os meses de fevereiro a setembro de 2015, poder-se-ia argumentar, em princípio, que há uma sobreposição dos âmbitos econômico e financeiro em detrimento dos outros. Afinal, um dos principais argumentos utilizados para embasar a votação e aprovação do projeto de lei nº 252/2015 foi a crise financeira estatal. Como se pode observar no ensaio sobre os agenciamentos de percepção, há uma tendência em se afirmar que as políticas neoliberais implicaram um desmonte do Estado (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Em relação ao que se espera de uma estrutura capitalista, o âmbito que realmente prevaleceu sobre os demais foi o político, e não o econômico. As próprias instituições têm o discurso capitalista absorvidos de modo que, estrategicamente, propagam a ideia de que o financeiro que é o fator que determina as escolhas políticas. Segundo Lazzarato (2011), é uma maneira de jogar a responsabilidade decisória do político para o econômico, pois se faz necessário reconhecer que para o Estado neoliberal continuar forte, ele enfraquece seus serviços prestados a título de infraestrutura pública e social.

A afirmação é respaldada pelos dados coletados durante a pesquisa, em que a discricionariedade política é um fator determinante para ocorrência da greve de professores e servidores. Mesmo com a verba em caixa de R\$ 125 milhões provenientes do Fundo Previdenciário para desafogar as despesas governamentais, o reajuste salarial do funcionalismo estatal e os investimentos no setor da educação não eram uma prioridade e não foram concedidos em sua totalidade. A educação é o primeiro setor que sofre os ajustes fiscais paranaenses. Em paralelo, o governo abriu linhas de crédito para investimento e capital de

giro.⁷⁴ Ademais, os reajustes salariais do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, ou do Chefe do Executivo, dos deputados, entre outros setores foram pontuais e integrais.

A trajetória em nível federal possui tendência semelhante à estadual, que além de outras mobilizações, contou com o marco do dia 30 de agosto de 1988, em que professores da rede estadual reivindicavam melhores salários e condições de trabalho no governo de Álvaro Dias. Nesta data, os manifestantes foram recebidos pela cavalaria da Polícia Militar, cães e bombas de efeito moral. Em 17 de setembro de 2001, as universidades federais do Paraná (UFTPR e UFPR), com o apoio das universidades estaduais, entraram em greve. A razão foi que o governo federal deu sinais de que pretendia cortar os recursos destinados às universidades públicas (TORTATO, 05.03.2002). Reivindicou-se, também, no mesmo ano, em nível estadual a reposição salarial de 50,03%, para regularização dos cargos dos novos funcionários (segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Unioeste, o último reajuste salarial dado à categoria teria sido de 10%, em agosto de 1995), além da Autonomia Universitária (CRUZ, 08.02.2002). A greve de 2001 foi nacional e completou 169 dias de paralisação, se tornando a mais longa da história do país (DRECHSEL et al, 30.08.2012).⁷⁵

Com relação ao desvio de verbas, segundo dados do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) – responsável pela Operação Quadro Negro –, os valores desviados entre 2013 e 2015 que deveriam financiar a construção de escolas estaduais chegaram a R\$ 18 milhões (G1PR, 22.01.2016).

A questão é que no acontecimento do dia 29 de abril de 2015, o movimento grevista foi ampliado para outras categorias do funcionalismo público executivo do Estado do Paraná, gerando uma repercussão maior. Além das medidas que afetavam diretamente os professores da rede estadual de ensino, buscou-se o acesso às verbas do fundo previdenciário, destinado a bancar a aposentadoria do funcionalismo, com a finalidade (supostamente) específica de quitar dívida estadual do governo com os aposentados do fundo financeiro.

⁷⁴ Após a aprovação do reajuste salarial dos professores e servidores, o governador Beto Richa com o “alívio do caixa” pela mudança na previdência estadual e o crescimento da arrecadação gerado pelo aumento do IPVA e do ICMS, abriu três linhas de crédito para investimento e capital de giro, por meio da Fomento Paraná e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Ou seja, até o ano de 2018, micro, pequenas e médias empresas poderiam acessar R\$ 800 milhões; o agronegócio e o setor de energia, R\$ 3,5 bilhões, e os municípios, R\$ 1,2 bilhão (GARCIA, GALINDO, 04.09.2015, p. 04).

⁷⁵ A greve das Universidades Estaduais do Paraná por aumento salarial e adequação orçamentária terminou após 42 dias paralisados, com a promessa do governador de que o reajuste seria efetivado no início de 2001. Encerrada a greve, a promessa foi esquecida (CRUZ, 08.02.2002). Na greve em 2001, o movimento grevista se encerrou com o fim do pedido de urgência na Assembleia Legislativa para votação do projeto de autonomia universitária por parte do governo. Os servidores e professores também aceitaram a proposta de remanejar R\$ 35 milhões de recursos das próprias universidades estaduais para garantir a correção das tabelas do Plano de Cargos Carreiras e Salários (REDAÇÃO Odiário, 05.03.2002).

No âmbito político, a Assembleia Legislativa do Paraná possuía uma base considerável de apoio ao governo de Beto Richa (PSDB), composta por 34 deputados,⁷⁶ e sua base de oposição, no início do ano, era composta apenas por 18 deputados.⁷⁷

Os sindicatos, na posição de responsáveis pela organização do movimento grevista, integram, juntamente com a mídia, o âmbito social da estrutura. A existência de instituições para defender e resguardar o direito de segmentos de base social também é um elemento fixo e com poder de debate e reivindicação na ordem estrutural. Tão fixo que não é incomum visualizar propostas políticas com finalidade de diminuir o poder dessas instituições.⁷⁸

O papel da mídia, por outro lado, não converge necessariamente apenas em prol de um interesse. Há variações dos termos jornalísticos empregados, das formas de repassar uma informação, das manchetes, conforme demonstramos no tópico dos fatores exógenos, na análise de conjuntura tradicional. A veiculação de uma informação, o local onde esta informação se encontra, são fatores que influenciam a percepção de quem está lendo e não possui contato necessário com determinado movimento social.

A mídia segue seus próprios interesses, que em dado momento afinam-se com os interesses dominantes, em dado momento afinam-se com os interesses dominados. O que, também, não a desqualifica como parte integrante da estrutura, nem neutraliza seus interesses corporativos. Há o reconhecimento de seu poder, principalmente o de mobilização social, provável razão pela qual, por exemplo, houve a injeção de verbas pelo governo para os referidos meio de comunicação no mês de junho de 2015.

Como se pode ver, as análises estruturais acabam elencando todas essas circunstâncias tendo como centro de gravidade o modo de produção capitalista. No caso da análise de conjuntura tradicional, parte-se do pressuposto do Estado de classe, em que “todos os factos

76. Ademar Traiano (PSDB); Ademir Bier (PMDB); Alexandre Curi (PMDB); Artagão Jr. (PMDB); Bernardo Ribas Carli (PSDB); Caíto Quintana (PMDB); Cantora Mara Lima (PSDB); Cleiton Kielse (PMDB); Douglas Fabrício (PPS); Dr. Batista (PMN); Duílio Genari (PP); Elio Rusch (DEM); Evandro Jr. (PSDB); Felipe Lucas (PPS); Fernando Scanavaca (PDT); Francisco Bühner (PSDB); Gilberto Ribeiro (PSB); Jonas Guimarães (PMDB); Luiz Accorsi (PSDB); Luiz Claudio Romanelli (PMDB); Luiz Eduardo Cheida (PMDB); Marla Tureck (PSD); Mauro Moraes (PSDB); Nelson Garcia (PSDB); Nelson Justus (DEM); Ney Leprevost (PSD); Osmar Bertoldi (DEM); Pedro Lupion (DEM); Plauto Miró (DEM); Rasca Rodrigues (PV); Rose Litro (PSDB); Stephanes Jr. (PMDB); Waldyr Pugliesi (PMDB); e Wilson Quintero (PSB).

77. Adelino Ribeiro (PSL); André Bueno (PDT); Anibelli Neto (PMDB); Elton Welter (PT); Enio Verri (PT); Gilson de Souza (PSC); Luciana Rafagnin (PT); Nelson Luersen (PDT); Nereu Moura (PMDB); Paranhos (PSC); Pastor Edson Praczyk (PRB); Péricles de Mello (PT); Professor Lemos (PT); Roberto Aciolli (PV); Tadeu Veneri (PT); Tercílio Turini (PPS); Teruo Kato (PMDB); e Toninho Wandscheer (PT).

78. Um bom exemplo é a Lei 13.467/2017, sobre a reforma trabalhista, que abalou a estrutura sindical, alterando sua principal fonte de receita, a contribuição sindical. Ao alterar os artigos 545[1], 578[2], 579[3] e 582[4] da CLT, inverteu a lógica corporativa introduzida por Vargas. No lugar da contribuição compulsória, agora o desconto e respectivo recolhimento da contribuição sindical, a cargo do empregador, está condicionado à autorização prévia e expressa do empregado (MANNRICH e VASCONCELOS, 2018).

observáveis nas diversas ordens de repressão sejam os seus domínios quais forem” (ALTHUSSER, 1974, p. 34), qualificam a “ditadura da burguesia”. Essas divisões os âmbitos da estrutura, advêm da lógica capitalista que pensa o conceito de classe social.

A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (*Umgestaltung*) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX, ENGELS, 1990, p. 66).

As classes sociais são grupos que se diferenciam pela posição que ocupam em um determinado modo de produção e pelo seu papel na produção e na apropriação da riqueza (GADORRI, 1991); isto é, cada indivíduo pertence a uma classe social de acordo com a posição que ocupa em determinado regime econômico, e o conflito de interesses entre as classes conduz “inevitavelmente à luta entre exploradores e explorados” (GADOTTI, 1991, p. 76). Com isso, é correto dizer que se produz social e politicamente uma identidade, a partir de uma segmentação, ou de um binarismo, de classe, originado da divisão social do trabalho própria ao modo de produção capitalista.

Concomitantemente, a conjuntura se traduziria no encontro dessas circunstâncias que advêm da correlação de forças de determinados segmentos, isto é, o reflexo expresso do conflito de interesses entre as classes (NUNES, 2015). A conjuntura é a delimitação de um espaço temporal e territorial para identificação dessa correlação de forças e a compreensão dos fatores que foram determinantes para a ocorrência de dado acontecimento. No caso desta dissertação, a conjuntura se caracteriza no movimento grevista delimitado entre os meses de fevereiro a setembro de 2015, no qual se identificaram padrões, tendências, tensionamentos, alianças, divergências políticas, execução de estratégias para consecução de finalidades específicas, entre outros.

Oportuna a metáfora que visualiza a estrutura como um vulcão, dentro do qual a conjuntura seria a cratera vulcânica e o acontecimento seria a erupção, a explosão de lava que fugiria à “normalidade” daquela circunstância (CEDIB, 2006). Os elementos conjunturais foram esboçados ao longo do trabalho, com a identificação dos episódios destacados entre os meses de fevereiro e abril; do cenário de tensões no qual o acontecimento ocorreu; dos atores que contribuíram em menor ou maior grau para sua ocorrência; da demonstração da correlação de forças entre os principais agentes no acontecimento a partir da caracterização dos fatos

trazidos pelos jornais; e, ainda, elencando-se fatores exógenos que contribuíram indiretamente para sua ocorrência.

Um acontecimento se caracteriza pela dimensão de sua abrangência na vida das pessoas, grupos ou segmentos. Conforme vimos na primeira parte deste capítulo, para Harnecker (2012), sua identificação coincide com a revelação do elemento que motiva a ação das massas e, ainda, na definição da melhor estratégia política a ser adotada naquele contexto. Segundo a análise de conjuntura tradicional, para além do dia 29 de abril de 2015 ter marcado milhares de pessoas em diversos segmentos no Estado do Paraná, sua principal característica é a proveniência de um contexto de diálogo desgastado entre o governo e o funcionalismo paranaenses. O argumento de que a adoção de políticas neoliberais contribui para uma cisão social, levando ao enfraquecimento da legitimidade e da solidez das instituições democráticas (BORON, 2010), poderia ser visualizado na carência de um diálogo entre o governo e os manifestantes no acontecimento do dia 29 de abril de 2015.

O cenário que secunda o movimento grevista, e por consequência o acontecimento do dia 29 de abril de 2015, traz a evidente estratégia política do Poder Legislativo e do Poder Executivo de deslegitimação e desconsideração das reivindicações populares. Novamente vem à tona a discussão da crise enfrentada pelo sistema representativo. O cenário do movimento grevista de 2015 é de crise econômica, financeira, política e institucional. Coloca em alta a discussão sobre qual seria o peso da participação e manifestação populares nas decisões políticas, e, sobre o que seria necessário para que essa manifestação popular fosse, efetivamente, considerada.

Com relação aos atores, embora o movimento grevista tenha ficado conhecido como a “greve de professores de 2015” (GARCIA, 30.04.2015), o acontecimento possuiu uma capacidade de agenciamento social e político que os transcende, sendo composto por uma heterogeneidade de sujeitos em prol de um objetivo comum (CORRÊA, 2015), cujas caracterizações já foram realizadas, e poderiam ser classificados, segundo a análise de conjuntura tradicional, em três segmentos.

O primeiro seria aquele ao lado dos interesses estatais, do governo, defendendo o apoio e a necessidade ao reajuste fiscal proposto no “pacotão”. O segundo segmento estaria composto pelos sindicatos, manifestantes e universidades, que queriam a retirada do projeto de votação e o cumprimento das promessas feitas pelo primeiro grupo com relação aos direitos do funcionalismo, de forma geral. O terceiro segmento seriam aqueles que não possuem uma opinião definida de apoio a um grupo ou a outro, mas que, com suas ações, acabaram por impactar e influenciar na condução dos eventos. Integram este terceiro segmento a mídia, o

Poder Judiciário, as Comissões Parlamentares da Assembleia Legislativa, o posicionamento de entidades federais, como o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ou entidades internacionais, como a Anistia Internacional (ONG).

A correlação de forças se dá, basicamente, na disputa de poder entre esses três segmentos, podendo contar, em alguns momentos, com influências externas como as elencadas no tópico dos fatores exógenos, por exemplo. Comparativamente à obra do “18 Brumário”, de Marx, é possível olhar para o acontecimento do dia 29 de abril de 2015 a partir da óptica da luta de classes, em que há interesses de segmentos sociais dominantes e dominados. Na leitura de Marx, “povo” é realmente a memória da Revolução Francesa que persiste, o conjunto de classes e frações de classes que se sentem dominadas e exploradas e que são dominadas e exploradas definitivamente (RIBEIRO, 2014).

A obra do “18 Brumário” chama a atenção ainda para a transposição das forças sociais em forças políticas, passando pelo movimento de níveis analíticos e as tendências da economia e da política, da mesma forma que a análise conjuntural do acontecimento do dia 29 de abril de 2015 objetivou alcançar. Afinal, uma análise conjuntural, segundo os teóricos adotados (Herbert de Souza, Louis Althusser e Karl Marx), deve-se dar ênfase à dinâmica das forças produtivas e das relações sociais entre classes, identificando as forças e fragilidades da intervenção estatal, posicionamento de organismos internacionais, posicionamento a nível federal (QUEIROZ, 2015).

6.2 O conceito de classe: do marxismo à multidão

A partir do panorama geral que a articulação entre conjuntura e estrutura permite traçar, cabe demonstrar de que maneira a categoria analítica dos processos de subjetivação permitiriam um avanço analítico. Isto é, demonstrar como a categoria “processos de subjetivação” permite expandir analiticamente o conceito de classe social.

Para Marx, a propriedade é a relação social determinante que opõe, no modo de produção capitalista, os proprietários dos meios de produção e os proletários detentores unicamente da sua força de trabalho (MARX, 1990). Logo, a classe social pode ser definida como o conjunto dos agentes sociais colocados nas mesmas condições no processo de produção (MARX, 1990).

Segundo Hardt e Negri (2014), o conceito marxista de classe social reflete a classe operária, que é uma noção restrita e baseada em exclusões. Afinal, acaba fazendo referência apenas ao trabalho industrial e assalariado, desconsiderando as diferenças de espécie entre trabalho masculino, feminino, imaterial, não assalariado, que também poderiam integrar a luta contra o capital, na medida em que não estão menos sujeitos à sua exploração.

No entanto, mesmo com o conceito de classe social, Marx irá dizer que nenhuma classe conseguiria desempenhar o papel revolucionário a menos que despertasse em si e nas massas uma consciência coletiva, um entusiasmo, no qual “só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. Os seus objetivos e interesses devem verdadeiramente ser os objetivos e os interesses da própria sociedade, da qual se torna de fato o cérebro e o coração social.” (MARX, 2006, p. 56).

Em outras palavras, segundo Marx (2006), para que ocorra a revolução de um povo e a emancipação de uma classe, é necessário que essa classe represente o todo da sociedade, que seus interesses ultrapassem os interesses categoriais. A sociedade capitalista se manifesta através de uma simplificação das categorias, e tem como pressuposto que todas as formas de trabalho tendem a se fundir num sujeito único, no proletariado (HARDT; NEGRI, 2014), de modo que se acredita, por exemplo:

[...] na constituição [...] de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua um caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o *mal em geral*, que já não possa exigir o título *histórico*, mas apenas o título *humano*; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se contraponha totalmente aos pressupostos do sistema político [...] (MARX, 2006, p. 58).

Nesse sentido, Marx (2008) argumenta que a estrutura social e o Estado nascem e se organizam como determinações do modo de produção capitalista. Os indivíduos, assim, atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade, sempre condicionados em relações de subordinação, em um cenário de luta de classes (MARX, 2008).

Ao mesmo tempo, “para que uma classe seja libertadora *par excellence*, é necessário que outra classe se revele abertamente como opressora. O significado negativo e universal da nobreza e do clero francês produziu o significado positivo e geral da *burguesia*, a classe que junto deles se encontrava e que a eles se contrapôs” (MARX, 2006, p. 56). Isso significa que é necessário traçar dois polos que irão se opor naquele determinado acontecimento, uma classe reivindicante e uma classe detentora do poder sobre o objeto reivindicado. Contudo, a binarização de classes se traduz em um reducionismo do pluralismo

do campo social, pois as classes sociais expressam agenciamentos de poder atualizados pela máquina estatal. O movimento operário e a tradição marxista atuam reduzindo e unificando o regime de possíveis, “subordinando-o à política como realização de um projeto, aclarado pela teoria revolucionária, cujo principal operador é a tomada de consciência” (LAZZARATO, 2006, p. 19).

Essa binarização de perspectivas traduz uma análise dos elementos atuais pressupondo seu campo transcendental, de modo que não se consideram as diferenças, as singularidades que compõem as subjetividades envolvidas em um movimento social. Se não consideram as virtualidades de afeto e do processo de desejo que envolvem os elementos reais, há uma redução das multiplicidades, sempre, ao mesmo objetivo infinito: a revolução, com a “consequente” inversão de papéis. Segundo Althusser, no marxismo há uma redução dos aspectos políticos ao seu objetivo último, que é o comunismo, “assim, sendo o Estado o objetivo último da luta de classes (o que é justo), tudo se passa como se a política fosse reduzida à ‘esfera’ compreendida por este objetivo” (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

O que a análise de conjuntura pós-estrutural permite demonstrar para além do conceito de classe social, é a existência de estratégias políticas de subjetivação, as tentativas de estereotipar os movimentos sociais seguindo contornos identitários. Quando houve a ocupação da Assembleia Legislativa, no dia 10 de fevereiro de 2015, por exemplo, o governador Beto Richa declarou a quatro emissoras de televisão que não poderia admitir “que baderneiros, arruaceiros e anarquistas se infiltrem em um movimento legítimo de professores” e alegou que as dificuldades de caixa se deviam à “grave crise financeira que o Brasil vive, a qual exigiu medidas de ajuste fiscal” (MARÉS, 13.02.2015, p. 05). Ainda, após a ocorrência do dia 29 de abril de 2015, Beto Richa, ainda na qualidade de governador do estado do Paraná, deu entrevista ao jornal da Gazeta do Povo, afirmando que os policiais teriam agido para se defender e reforçando o discurso sobre os componentes da manifestação como “baderneiros”, “arruaceiros” e “black blocs”:

Gazeta do Povo (Galindo): Como o senhor viu os fatos de hoje?

Beto Richa: É lamentável. Não dá para negar que temos algumas cenas chocantes, indesejáveis. Mas lamentavelmente a presença de baderneiros, arruaceiros, black blocs que radicalizaram, partiram para cima dos policiais. E é uma defesa natural: eles reagiram para preservar sua integridade física e suas vidas. Temos hoje mais de 20 policiais feridos. E a determinação foi do Judiciário, para preservar a Assembleia Legislativa e a função dos deputados eleitos legitimamente para representar cada um dos paranaenses (GALINDO, 30.04.2015, p. 04).

O movimento grevista era composto em sua maioria por professores (afinal, a greve ficou conhecido como “greve de professores e servidores” nas manchetes jornalísticas) e, por esta razão, contou com o apoio da APP-Sindicato. Quando, pela via discursiva, o governador Beto Richa dá a entender que existiriam “maus elementos baderneiros” presentes nas manifestações, trata-se de um apelo ao senso comum que é feito sobre certos estereótipos, por exemplo, em razão de que a alcunha de “baderneiros”, especificamente, foi uma expressão de alta propagação e influência social, com caráter moralista “e de todo imprópria, criada em junho de 2013 e repetida infatigavelmente pelas mídias de massa para designar os adeptos das ações diretas nas manifestações” (CÔRREA, 2015, p. 320). Utiliza-se, ainda, de estereótipos sobre as pessoas que compõem o movimento e sua ligação com os sindicatos, e a relação do sindicato com membros integrantes do PT (Partido dos Trabalhadores), quando, por exemplo, Traiano atribuiu as cenas da ocupação da Assembleia Legislativa do dia 10 de fevereiro a “pessoas de partidos políticos infiltradas entre os servidores” (GARCIA, 13.02.2015, p. 04).

A proposta teórica de “classe social” que advém da teoria marxista permite, portanto, uma reflexão crítica com relação às armadilhas estratégicas internas à sua práxis. Dessa forma, no movimento grevista de 2015, o conceito de classe foi comumente tensionado com uma conotação negativa, advinda do pensamento neoliberal. Não há uma expressão direta denegrindo o conceito de classe, porém, do material jornalístico é possível inferir a associação do conceito de classe com membros da oposição político-partidária ao governador de Beto Richa (PSDB), como quando se divulgou que as manifestações ocorridas no feriado do “Dia do Trabalho”, após o dia 29 de abril de 2015, sob o slogan “menos bala e mais giz”, contou com a adesão de “políticos de oposição”, “MST”, “Luciana Genro do PSOL”, candidata à presidência na época (BERTOLDI, 02.05.2015, p. 05), entre outros.

Por meio desses discursos, evidencia-se uma estratégia de deslegitimação do movimento grevista de 2015 e de seus integrantes, reduzindo-os a integrantes “de sindicatos”, de “partidos políticos”, ou então sobre a alcunha de “servidores”, “professores”, o que acarreta, direta ou indiretamente, um desvirtuamento do conceito de classe social, proposto por Marx, que passa a ser retratada segundo moldes liberais. O movimento grevista de 2015 é retratado como uma greve composta por um amontoado de indivíduos que possuem interesses econômicos particulares; e, ainda, os querem satisfeitos em detrimento do interesse público que, a seguir o discurso oficial, estaria sendo resguardado pelo gestor do Estado, o governador Beto Richa. Há um tensionamento estratégico do conceito de classe como uma identidade coletiva que, paradoxalmente, contraria os interesses sociais.

As classes, segundo Marx e Engels (2008), são definidas por uma unificação subjetiva gerada pela sua contraposição aos modos de produção capitalista. A tensão entre as medidas de austeridade propostas pelo governo de Beto Richa e a luta coletiva dos professores podem ser caracterizadas como abstrações que convergem em ações políticas diretas. Isso quer dizer que os processos de subjetivação não são, necessariamente, algo novo, afinal eles existem a todo tempo. Segundo a análise de conjuntura tradicional, por exemplo, os processos de subjetivação permitem identificar que é feito esse tensionamento da ideia dos manifestantes como análogos ao conceito de classe social.

Em adição a isso, o conceito de classe social aparece estruturado seguindo os recortes da divisão social do trabalho. Desde a década de 70 do século XX, as configurações do “trabalho” mudaram. Quando pensamos na utilização do conceito de “classe social”, devemos considerar que Marx a imaginou para um regime de produção capitalista e industrial, caracterizado pela produção fabril e material do valor. Um tempo histórico que desconhecia as redes telemáticas de cooperação, a extração do valor de elementos imateriais e a financeirização e a abstração como padrão do regime econômico de acumulação. Na década de 1970, com a crise econômica, social e de valores, situada especialmente nos países desenvolvidos, houve a passagem do regime fordista para o regime pós-fordista, caracterizado na medida em que “a fábrica não pode mais ser concebida como o lugar paradigmático da concentração do trabalho e da produção; processos de trabalho se moveram para fora das paredes da fábrica para investirem toda a sociedade.” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 09).

Essas transformações conduziram a uma crise do valor que impulsionou a exploração capitalista a extrair valor não mais apenas, e predominantemente, da mais-valia radicada na disparidade entre salário e produção material de bens. O paradigma produtivo e de exploração do trabalho pelo capital se alterou. Bem assim, o sujeito da análise marxista mudou, e hoje vai muito além da classe operária marxista, seja de tipo industrial ou de tipo fordista (LAZZARATO, 2006). Isso significa que hoje, o trabalho industrial, com a globalização, e a complexificação das relações sociais e produtivas, abriu espaço para o campo do trabalho imaterial.

O trabalho imaterial se refere a bens imateriais, como conhecimento, informação, comunicação, inteligência emocional, e é responsável por produzir ideias, símbolos, sensações, imagens etc. (HARDT; NEGRI, 2014), e abrindo caminho a um outro modelo, mundial, abstrato e financeirizado, de exploração do labor comum, da produção social de valor, e de acumulação capitalista virtualmente infinita (MARAZZI, 2011). Um elemento que faz parte desta categoria é o trabalho afetivo, responsável por produzir e operar afetos, como por

exemplo, a sensação de bem-estar, de tranquilidade, de excitação, de adrenalina, de satisfação, de segurança etc. (HARDT; NEGRI, 2014).

O conceito de classe social que advém da teoria marxista ultrapassa teoricamente a ideia de “classe” proposta modernamente a partir dos moldes neoliberais, e esta proposta ainda se configura inadequada em razão do caráter fractal das relações sociais, que abrange as relações de trabalho. Ademais, por meio da análise de conjuntura pós-estrutural, a demonstração quanto à existência e aplicação do trabalho imaterial permite observar a concatenação de “estratégias discursivas imateriais” (agenciamentos de poder), que visam colocar em contradição a ideia de classe: a analogia dos manifestantes classistas existe, mas não se refere à classe social marxista, e, sim, à classe vista sob a perspectiva neoliberal, que retratará os manifestantes como vinculados a um sindicato, a uma reivindicação de categoria, que possuem interesses particulares a serem impostos em detrimento do interesse comum. Cria-se uma imagem de “quem são os grevistas”, “quem são os componentes da classe”, não apenas de forma a limitar o caráter das reivindicações e o campo de possível que surge a partir das novas subjetividades, como também há a tentativa de criar um sentimento de desconfiança, de insegurança, da população em relação aos manifestantes.

A alternativa teórica pensada pela análise de conjuntura pós-estrutural para observar os processos de subjetivação em sua multiplicidade, em sua singularidade, em sua diferença e desvincular-se das binarizações, da contradição, consiste em pensar a greve não mais como uma construção isolada de uma categoria de trabalhadores. E sim, deve-se “reler sua gênese de uma forma ao mesmo tempo empírica, segundo seus lineamentos concretos, múltiplos e singulares compostos de acordo com um projeto político comum” (HARDT e NEGRI, 2014, p. 147).

A “multidão”, proposta por Hardt e Negri (2014), permanece um conceito de classe moderno, que se opõe à indiferença unitária do conceito de povo e à fragmentação incoerente das massas. As multidões são compostas por “processos de subjetivação e singularização múltiplos – mas nem por isso incoerentes ou incapazes de ação” (CORRÊA, 2015, p. 328). Observar os movimentos sociais a partir da óptica do conceito de “multidão”, consiste em não anular o caráter singulares dos componentes que ali estão participando, consiste em não se limitar as reivindicações políticas, sociais e econômicas ao modo de produção capitalista.

A obrigação de escolher entre unidade e multiplicidade trata a classe como se fosse apenas um conceito empírico, deixando de levar em consideração em que medida a própria classe é definida politicamente [...] A classe é um conceito político, em suma, na medida em que uma classe é e só pode ser uma coletividade que luta em comum.[...] O conceito de multidão, portanto, destina-se a demonstrar que uma teoria da classe

econômica não precisa optar entre a unidade e a pluralidade (HARDT e NEGRI, 2014, p. 144-145)

O conceito processual e interno à categoria de multidão que permite antagonizar a ideia de “classe marxista”, adaptando-o as mudanças provenientes da evolução da produção e da sociedade capitalista como um todo (HARDT; NEGRI, 2014), evitando a utilização da estratégia discursiva de deslegitimação neoliberal do conceito, é o dos processos de subjetivação que a compõem.

Quando nos propomos a considerar a classe como “multidão”, composta por singularidades, por indivíduos que são expressões de efeito maquínicos em sua multiplicidade de agenciamentos, significa não pressupor a virtualidade dos indivíduos e de suas reivindicações que compõe certo movimento social, não pressupor seus elementos transcendentais. Significa verificar que não apenas as relações de trabalho, como todas as relações políticas e sociais, estão envoltas em uma nuvem de virtuais, organizada e expressa segundo o desejo.

Quer-se dizer, basicamente, que embora as subjetividades possam se agenciar em moldes estratégicos e reivindicatórios, elas podem, também, agenciar-se em outras perspectivas. O processo de subjetivação é a porta do campo de possível, em que há uma ruptura da continuidade histórica como processo linear definido por causas determinadas, o processo de subjetivação acontece sempre que há uma mudança de sensibilidade, uma mudança nos elementos virtuais (DELEUZE, 2015).

6.3 Processos de subjetivação e sua relação com o acontecimento

O pós-estruturalismo propõe uma mudança de perspectiva na forma de ver o indivíduo e sua relação com o social; Deleuze irá afirmar que “há tão somente máquinas em toda parte, [...] com seus acoplamentos, suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.11). Com isso, Deleuze e Guattari (2010) dizem que nós somos *bricoleurs*, cada um com suas pequenas máquinas que se engrenam de forma múltipla. A máquina desejante funciona como um sistema de “cortes-fluxos” que remetem ao infinito, isto é, não possuem mais um objeto ou finalidade específicos (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Esses cortes-fluxos (agenciamentos) se inscrevem, registram e distribuem segundo o princípio da síntese disjuntiva, que opera por distribuição.

Observar a realidade e a relação do indivíduo com o social como processos, envolve perceber que como há máquinas em toda parte, tudo é produção, produção de produções;

produções de registros; produções de consumos, “tudo é de tal modo produção que os registros são imediatamente consumidos, consumados, e os consumos são diretamente reproduzidos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 14). O indivíduo, é um efeito das máquinas, dos agenciamentos, sua individualidade é uma codificação de um processo de subjetivação maquínico.

O indivíduo, é assim, uma expressão do desejo que constitui o tecido do próprio real, do social e do político. O desejo, como processo, é visto por sua perspectiva positiva, por seu caráter produtivo: “o desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, flui e corta.” (DELEUZE; GUATTARI 2010, p. 16). O desejo é um processo produtivo que a partir da “mudança de sensibilidade” (LAZZARATO, 2006, p. 22) que se expressa no indivíduo, através dos agenciamentos, novos processos de subjetivação, os quais, por sua vez, produzem a abertura de um campo de possíveis. Quando tratamos do desejo para Deleuze, não equivale a dizer que se deseja um “algo”, enquanto objeto ou finalidade específicos, trata-se do desejo enquanto uma mudança no aspecto transcendental, nas virtualidades, que abrem novas possibilidades de atualização.

O desejo é agenciado, no sentido de que não se desejam objetos, mas conjuntos. Não se deseja o produto, mas o modo de vida que ele pressupõe, os elementos que circundam seu uso. O agenciamento do desejo em nossa sociedade pode ser visualizado quando pensamos na ideia de um “capitalismo de sobre-produção” ou capitalismo cognitivo, no qual não se compra mais matéria-prima e não se vendem produtos acabados; vendem-se serviços, e compram-se ações; ou seja, agora há uma diferença salarial de acordo com o “mérito”, as aptidões afetivas passam a ser valoradas, capitalizadas, os “indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’.” (DELEUZE, 1992, p. 03). O trabalho imaterial que caracteriza as relações no modelo do capitalismo cognitivo é uma expressão do agenciamento coletivo de desejo. Com isso, é possível perceber que formações sócio-históricas diferentes remetem a agenciamentos diferentes; ou seja, o agenciamento de desejo que corresponde ao trabalho primordialmente industrial não é o mesmo daquele cujas relações de trabalho demandam relações em nível global, por exemplo.

Vive-se, no que Deleuze chamou de “sociedades de controle”, um tempo em que “nunca se termina nada”, em que o indivíduo se vê sempre buscando novas especialidades, novos aprimoramentos, “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 1992, p. 03), e há a “necessidade paranoica de que nunca se chega a lugar algum, de que há sempre mais para saber, para aprender, para explorar” (ARAÚJO, 2018, p. 02).

Segundo Hardt (2000), nas sociedades de controle, na era do capitalismo cognitivo, há uma intensificação, uma generalização da lógica disciplinar, “a crise contemporânea das instituições significa que os espaços fechados que definiam os espaços limitados das instituições deixaram de existir [...] de maneira que a lógica [...] se estende, hoje, a todo o campo social” (HARDT, 2000, p. 369).

As configurações da subjetividade na lógica da análise de conjuntura tradicional estão submetidas à lógica funcional das instituições, com moldes rígidos, fixos, comportamentos estritamente delimitados (ARAÚJO, 2018). Implica uma análise de conjuntura situada pelas configurações sociais e históricas das sociedades disciplinares. Nas sociedades de controle, reconhece-se a existência de dispositivos de subjetivação que não estão mais limitados a um lugar, uma instituição ou a um modo de produção específicos, mas que agem através da disseminação da máquina capitalista (HARDT, 2000, p. 369).

Em outras palavras, cada indivíduo é influenciado por máquinas ou programas de mediação, de modo que a dimensão material de um acontecimento, sua efetuação, se faz pela maneira de viver, alimentar-se, vestir, habitar; vive-se materialmente entre mercadorias e serviços que compramos, como “possíveis” no fluxo de informações e de comunicação no qual estamos imersos (HARDT, 2000, p. 368). Ou, ainda, nos termos do próprio Deleuze, “somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções [...] habitar, circular, trabalhar, brincar: o vívido é segmentarizado espacial e socialmente” (DELEUZE; GUATTARI 1996b, p. 01).

Deleuze apresenta como exemplo de segmentarizações a medicina “sem médico nem doente” (DELEUZE, 1992, p. 04), que resgata doentes potenciais; isto é, não se trata mais a doença, mas há um controle preventivo que cada indivíduo irá exercer sobre si mesmo de modo que não venha a contrair nenhuma doença. Ou no regime das prisões, onde se buscam penas substitutivas para os crimes de menor gravidade e a utilização de coleiras eletrônicas, o condenado deverá exercer um controle sobre si mesmo de modo a cumprir moralmente os deveres impostos pelos meios legais. Há ainda o exemplo das escolas, com sistemas de avaliações contínuas, ensino a distância, o aluno deve exercer um controle sobre si mesmo a fim de obter a qualificação que lhe seja necessária (DELEUZE, 1992), sem que jamais se possa dizer que o ciclo de aprendizado chegou a termo: a educação se torna um processo contínuo, aberto, multifacetado, sem início nem fim, e cuja responsabilidade já não reside tanto nas instituições de ensino ou nos professores, mas é entregue à responsabilidade pessoal de cada competidor nos mercados de trabalho, inovação, soluções, serviços e empreendimentos.

A partir desta contextualização, do indivíduo perpassado por segmentos que ora remetem a diferentes indivíduos ou grupos, e ora remetem a elementos pré-individuais (que Deleuze chamará “dividuais”, como cifras, senhas, signos, protocolos etc.), ora o remetem a diferentes tipos de controles e sua relação com os agenciamentos de desejo (DELEUZE; GUATTARI 1996b), é que argumentamos que a categoria “processos de subjetivação” permite avançar de uma visão categorial, estática e identitária, para incluir uma leitura processual de um fenômeno de subjetivação, que é dinâmico e vai se constituindo tanto enquanto produto, como enquanto elemento do processo de transformação política.

Os processos de subjetivação permitem que quando pensamos em um movimento grevista, a exemplo do de 2015, não remetamos os manifestantes diretamente à APP-Sindicato enquanto instituição civil, mas observemos as singularidades próprias que se agenciam com ela, e que ela faz agenciar a partir de uma multiplicidade de estratégias locais. Ao invés de fazer uma análise que explica o atual pela estrutura, busca-se uma análise que explique a relação divergente entre o elemento acontecimental e a virtualidade que se atualiza (ou seja, o processo de atualização). Quando não há uma identidade fixa à qual remeter os componentes de determinada manifestação, torna-se mais difícil deslegitimá-la. Torna-se um exercício mais complexo construir uma imagem negativa sobre a identidade de determinado aglomerado de afecções sociais pela simples razão de que não há identidade: existem apenas multiplicidades, unidas por agenciamentos de desejo, e variáveis segundo as modulações desses agenciamentos. A identidade não é um pressuposto para a reivindicação política, nem sua forma terminal.

A estratégia de redução identitária dos componentes do movimento grevista é evidente a partir do material jornalístico, como, por exemplo, a reportagem da Gazeta do Povo, no dia 13 de fevereiro de 2015, com a expressão “Professores 1 x “Pacotaço” 0” (Anexo E - Gazeta do Povo); que “professores” ocuparam núcleos regionais da SEED, em 13 de fevereiro de 2015 (Anexo D - Folha de Londrina); gráficos com as expressões “O que o professor quer” e o “O que o governo responde”, no dia 19 de fevereiro de 2015 (Anexo H - Gazeta do Povo), ou então como o infográfico tratando especificamente sobre o reajuste salarial dos professores, no dia 08 de maio de 2015 (Anexo U - Gazeta do Povo); o aumento de 60% aos “professores”, no dia 28 de maio de 2015 (Anexo Y - Gazeta do Povo); ou notícias que divulgam o confronto “entre PM e professores”, no dia 29 de junho de 2015 (Anexo A1 - Gazeta do Povo); que a onda de greves expunha a “insatisfação dos docentes”, no dia 05 de julho de 2015 (Anexo C1 - Gazeta do Povo).

Em todas essas notícias, no decorrer dos textos, existem informações sobre participantes de categorias diversas do magistério, inclusive com participação mais ativa, como

pais e mães de alunos, alunos, indígenas, integrantes de outros movimentos sociais etc. Entre os dois jornais analisados, a Folha de Londrina aparentemente evitou usar o termo “professores” nas manchetes, substituindo-o pela expressão mais ampla “servidores” (Anexo H - Folha de Londrina 08) quando tratou das reivindicações feitas pelos manifestantes no dia 30 de março de 2015; ou “manifestantes” (Anexo L - Folha de Londrina), sobre a repressão truculenta, no dia 30 de abril de 2015. No entanto, o enfoque e a narrativa seguem na categoria dos professores.

Nesse sentido, a análise de conjuntura pós-estrutural se opõe à marxista quanto à ideia que de uma sociedade que se define pelas contradições de suas oposições segmentares, ou de classe, pois no nível micropolítico, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são virtuais, múltiplas, criadoras e positivas (DELEUZE; GUATTARI 1996b). Isso não significa que contradições não existam, ou que antagonismos não sejam possíveis, mas que sua fonte ontológica não pode ser adequadamente expressa em termos de negatividade dialética, mas de positividade diferencial. E, na medida em que “sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação” (DELEUZE; GUATTARI, 1996b), há uma tendência estrutural em conter, sujeitar, organizar, enquadrar essas linhas de fuga. Isto é, as linhas de fuga deflagram também processos de subjetivação políticos. Aquilo que se opõe à análise de conjuntura tradicional como “conjuntura-estrutura”, é o par “acontecimento-linhas de fuga”, sem que as linhas de fuga possam ser consideradas “estruturais” ou imediatamente “estruturantes”. Elas são, antes de mais, divergências virtuais não-estruturadas e não-estruturáveis. Elas designam novos e insondáveis campos de possíveis políticos e sociais.

A luta, as reivindicações por direitos sociais, como, por exemplo, o mínimo de infraestrutura com relação ao setor educacional paranaense, constitui-se a partir de uma linha de fuga. Uma linha de fuga é uma linha de intensidade, é aquilo que escapa à sobrecodificação, é a resistência às maquinações abstratas, é o que se esquia da totalização e faz contato com outras possibilidades, produzindo aberturas para outros agenciamentos. São vetores de desorganização ou de desterritorialização, no qual a “fuga” implica uma redistribuição dos possíveis que culminam em uma transformação da afecção coletiva enquanto expressão social do real (DELEUZE; PARNET, 1998).

Essa transformação da afecção coletiva se dá por meio dos agenciamentos de percepção, encarados como uma mudança de percepção coletiva (DELEUZE, 1996a), dos agenciamentos de reconversão, que são a maneira pela qual os agenciamentos de percepção afetam os corpos, seus regimes discursivos e sua distribuição; dos agenciamentos coletivos de

desejo, que são os processos de atualização coletivo das virtualidades, indicando os elementos que refletem o fundo coletivo, libidinal, social e político a um só tempo (DELEUZE; PARNET, 1998); e pelo processo de subjetivação, intimamente relacionado a como as subjetividades variam e se constituem a partir das lutas políticas. Logo, linhas de fuga geram o acontecimento, e o acontecimento, por sua vez, pode desencadear novas linhas de fuga, operando novas aberturas de possíveis (DELEUZE e PARNET, 1998).

O conceito de linha de fuga como elemento definidor do campo social (primeiro em relação aos agenciamentos de poder), explica com proveito a adesão de vários seguimentos sociais no decorrer do movimento grevista (cf. Apêndice C), isto é, o que começou com professores e servidores da rede estadual, após a resposta política que levou à ocupação da Assembleia Legislativa, contou com o apoio das universidades, seus docentes e servidores. Aos poucos os servidores da saúde e dos hospitais foram aderindo ao movimento grevista, bem como policiais e bombeiros, do Movimento do Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), de servidores da Defensoria Pública do Paraná (Assedepar), educadores sociais que atuam nos CENSES, servidores do Detran, servidores do Judiciário etc.

Os processos de subjetivação, tomados como ferramenta analítica, permitem considerar as multiplicidades, as manifestações sociais como campos políticos em que estão em jogo os possíveis em comum. Como fica demonstrado, o movimento grevista foi composto por singularidades e categorias muito diversas, e essas identidades fixas foram criando agenciamentos subjetivos novos, impensados, no decorrer do acontecimento, imantadas a ele; isso faz delas não apenas fruto de reivindicações econômicas, mas de agenciamentos coletivos de desejo que confluíram em novos processos de subjetivação; diversos, inclusive, daqueles que estavam sendo maquinados pelo governo e que se refletem nas percepções expressas no material jornalístico.

Trata-se de enxergar o acontecimento, um movimento social, pelo seu potencial, por aquilo que ele imprevisivelmente possa vir a ser, diante de uma mudança nos agenciamentos de percepção, que levam a novos agenciamentos de reconversão, que supõem novos agenciamentos de desejo e podem ser identificados segundo um pós-estrutural dos processos de subjetivação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ARAUJO, Marcos Guilherme Belchior de. **Sociedade de controle e capitalismo rizomático**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/capitalismo_mguilherme.pdf>, Acesso em 12 de dezembro de 2018.

CESAROTTI, Fernando. **Álvaro Dias: meio século de política e a luta contra a corrupção como mote**. Vice. ‘Quem quer ser presidente. Publicado em 27 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/d3eqpk/biografia-dos-candidatos-a-presidencia-da-republica-alvaro-dias>, acesso em 28 de janeiro de 2019.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência. **Emancipação**. v. 15i2.0009, Ponta Grossa, 2015, p. 317-335.

COSTA, Camilla. ‘Nunca haverá um novo PT’, diz especialista norte americana. **News Brasil**. Publicado em 16 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40602836>>, acesso em 11 de dezembro de 2018.

CRUZ, Diego. **A mais longa greve da história**. PSTU. Publicado em 08 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/a-mais-longa-greve-da-historia/>>, acesso em 28 de janeiro de 2019.

DELEUZE, Gilles. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. In: DELEUZE, Gilles. Conversações (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, pp. 219-226.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **1933 - Micropolítica e segmentaridade** In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996b.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformar o mundo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1991.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle**. In: ALLIEZ, E. (Org.) Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **O trabalho de Dionísio: para a crítica do Estado pós-moderno**. Juiz de Fora: UFJF-Pazulin, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARAZZI, Christian. **The violence of financial capitalism**. Translated by Kristina Lebedeva and Jason Francis Mc Gimsey. Los Angeles: Semiotexte, 2011.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. p.45-59.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 3. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990.

O GLOBO. VILELA, Gustavo. O Brasil foi às ruas em junho de 2013. Fatos Históricos. Publicado em 19 de junho de 2018. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>>, acesso em 22 de janeiro de 2018.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. CEBRAP. N. 97. São Paulo: novembro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003>, aceso em 13 de dezembro de 2018.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação consistiu em problematizar a noção de “acontecimento”, a partir de uma discussão teórico-metodológica sobre o método da análise de conjuntura. A proposta consistiu em demonstrar a complexidade de um acontecimento enquanto categoria do social, em um estudo teórico-empírico, com base no material jornalístico sobre o movimento grevista que culminou na ocorrência do dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico de Curitiba, Paraná.

Para desenhar a narrativa do movimento grevista de 2015, foram coletados materiais jornalísticos, entre o período de fevereiro a setembro de 2015, dos jornais Gazeta de Povo e Folha de Londrina, segundo critérios pré-determinados e justificados no primeiro ensaio desta dissertação. De modo a identificar as relações entre as condições sociais, políticas e econômicas que contribuíram para a ocorrência do movimento grevista e do dia 29 de abril de 2015, utilizou-se do método de pesquisa da análise de conjuntura.

O método da análise de conjuntura tradicional, segundo Herbert de Souza e os demais teóricos utilizados, de modo geral, consiste em observar e pensar determinada realidade de forma crítica, buscando identificar as imbricações que ocorrem entre as forças que fundamentam a estrutura de uma dada conjuntura. A estrutura pode ser entendida como o modo de produção que dá coesão a certa realidade, como as determinações econômicas, políticas e sociais que regem a vida em sociedade. A conjuntura, por sua vez, indica o embate entre essas forças, e supõe o momento revolucionário caracterizado como a irrupção de uma força sobre a outra.

Partindo desse aparato teórico-metodológico, demonstrou-se que o método lastreia-se em uma perspectiva estrutural das ciências sociais, no sentido de que seus conceitos pressupõem que o social é regido por forças dissimuladas, relativamente estáveis, e identificáveis através de análises teórico-sociais. Segundo Deleuze (2006), o estruturalismo substituiu a noção de essência, de idealizações hegelianas, pela noção de sentido, de modo que toda estrutura é determinada *por* e *para* alguma coisa. Essas determinações, segundo a concepção marxista, equivalem a um nível simbólico da realidade, no qual a vida em sociedade é determinada pelo modo de produção capitalista (DELEUZE, 1972).

Essa sobredeterminação de sentido com relação aos componentes da realidade é o que Deleuze (1972) chamará de “princípio transcendental”. Isso significa que esses componentes possuem um sentido topológico, ou seja, o lugar que o elemento ocupa na estrutura é que determina sua natureza, há a prevalência dos lugares sobre sua singularidade.

Por esta razão, determinações como “trabalho”, por exemplo, funcionam como qualificações de locais ou de posições, que convertem seus “ocupantes” em “trabalhadores”.

Herbert de Souza (1985) propôs ferramentas para possibilitar a realização deste estudo crítico, sendo elas: acontecimento; cenários; atores; e relação de forças; articulação (relação entre “estrutura” e “conjuntura”). No entanto, ao analisarmos a noção de “acontecimento”, essa sobredeterminação de sentido se mostrou limitadora de seu caráter acontecimental. Para a análise de conjuntura tradicional, o “acontecimento” é determinado por elementos ou forças histórico-causais, de modo que a primeira lacuna metodológica seria a impossibilidade de determinar uma ordem de causalidade linear entre a estrutura e seus acidentes, suas fraturas, seus *acontecimentos* (DELEUZE, 2006).

O “acontecimento” não é meramente uma decorrência histórico-causal da estrutura; é um momento de ruptura, de relações desalinhadas, de explosão de linhas de fuga. Representa um momento em determinado contexto no qual as diversas singularidades que compõem os indivíduos exprimem a necessidade de exercer uma ação. O acontecimento para além de uma consequência histórico-causal é um excesso de sentido, que não se alinha aos sentidos pré-determinados estruturalmente; por essa razão é que Lapoujade (2015) irá afirmar que o acontecimento é o ponto que a axiomática não pode suportar. O acontecimento possui um caráter imprevisível, indeterminado, múltiplo, que não se encaixa nos moldes estruturais decorrentes do modo de produção capitalista. Seus eventos não são consequências e efeitos de determinado modo de produção, pensando-o como consequência de uma causa estrutural pré-formada (luta de classes, capitalismo etc.).

Dessa forma, o acontecimento pensado como categoria do social, na análise de conjuntura pós-estruturalista, equivale a compreender que por trás das reivindicações, das pretensões sociais existe um *fundamento dinâmico*, e não apenas uma causalidade histórica, estática ou dialética, o que, para Deleuze, é um sinônimo de falso movimento. De modo que não há como se pretender analisar um acontecimento pensando-se apenas na oposição entre gênese e estrutura, devendo-se levar em consideração a noção de “empirismo transcendental”, traduzida como uma perspectiva sensível, capaz de ultrapassar a exterioridade entre condições e condicionado (DELEUZE, 2006).

Tendo isso em mente, elaboramos uma hipótese de pesquisa: identificar e demonstrar se existiriam lacunas decorrentes da aplicação teórica da análise de conjuntura tradicional, de orientação marxiana, em razão de seu caráter teórico estruturalista; ao mesmo tempo, tensionando os conceitos ferramentais do método com uma proposta de estudo pós-estrutural, tendo como epicentro a noção de “acontecimento”.

O trabalho foi desenvolvido na forma de ensaios, de modo que cada ensaio possui: uma análise de conjuntura em moldes tradicionais a partir das ferramentas propostas por Herbert de Souza e sua vinculação com a tradição marxiana, enriquecida pela perspectiva de Louis Althusser; a problematização de sua aplicação com a demonstração das lacunas; e uma sugestão complementar a partir do referencial teórico de Gilles Deleuze e Félix Guattari, sem prejuízo da utilização de outros autores compatíveis com a vertente pós-estruturalista.

A fim de se possibilitar a demonstração das eventuais lacunas metodológicas e sugerir uma complementação teórica, nos inspiramos nas categorias analíticas propostas no texto “Maio de 68 não ocorreu” (DELEUZE, GUATTARI, 2015), publicado originalmente em *Les Nouvelles Littéraires*, em 1984. Com essas categorias se pode desenvolver uma análise de conjuntura de inspiração pós-estrutural, considerando os elementos virtuais que compõem a estrutura. Articulamos, então, as seguintes ferramentas que devem ser interpretadas de maneira rizomática, isto é, sob uma lógica das multiplicidades: a) agenciamentos de percepção; b) agenciamentos de reconversão; c) agenciamentos coletivos de desejo; e d) processos de subjetivação coletiva.

A partir das teorizações desenvolvidas com base no material empírico relativo ao movimento grevista de 2015, apresentamos nesta última etapa da dissertação uma síntese, ainda sob a forma ensaística, dos resultados obtidos com a realização de uma análise de conjuntura tradicional, para, em seguida, expor as eventuais lacunas e apresentar de que maneira a complementação teórica sugerida gera um ganho analítico para o método de pesquisa da análise de conjuntura nas ciências sociais aplicadas.

7.1 Síntese dos resultados obtidos com a análise de conjuntura tradicional: para problematizar as categorias

O acontecimento, para a análise de conjuntura tradicional, se traduz no ocorrido do dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico da cidade de Curitiba, no Paraná. Nessa data, houve a repressão violenta dos manifestantes quando tentaram entrar na Assembleia Legislativa para evitar a votação do “pacotão”. A repressão ocorreu a mando dos representantes do governo de Beto Richa e foi executada por um efetivo de aproximadamente mil policiais, ocasionando o saldo de 213 pessoas feridas.

Em linhas gerais, o ocorrido se enquadra na noção de “acontecimento” proposta pela análise de conjuntura tradicional, principalmente por envolver um grande número de

pessoas de diversos segmentos; por remeter à lembrança histórica da repressão que teria ocorrido em 1988, no governo Álvaro Dias; pela desproporção da resposta do governo aos manifestantes e ao movimento grevista; pelo número de agentes que compuseram o efetivo policial; e pela repercussão do incidente, que tem sido lembrado ano após ano.

A análise do “cenário”, entendido como um recorte espaço-temporal determinado por um modo de produção capitalista, permitiu observar a estratégia política estatal com os setores de base, como, por exemplo, a educação, bem como as prioridades na agenda de investimentos do governo paranaense à época. O “pacotão” pode ser interpretado como reflexo de políticas neoliberais - principalmente em meio a notícias de deputados aumentando gastos no final de ano para não “perder verba de gabinete”, e de que em doze anos o orçamento da Assembleia Legislativa aumentou em 307% (de R\$ 156,2 milhões em 2013 para R\$ 636,5 milhões em 2015) (GALVEZ, 08.02.2015).

Isso significa que o dia 29 de abril de 2015 pode ser interpretado na análise de conjuntura tradicional como um reflexo indireto da adoção de políticas neoliberais, que aprofundam a desigualdade na distribuição da renda e estabelecem uma agenda política conservadora que alija as classes trabalhadoras do poder de intervir nos projetos de desenvolvimento econômico e social (COSTA, 2006). O argumento é de que o interesse que prevaleceu na votação do projeto da Parana Previdência foi o político-econômico em detrimento do social, contando com a mobilização de um efetivo policial para evitar que as categorias interessadas acompanhassem a votação na Assembleia Legislativa – o que demonstra uma deslegitimação de expressões advindas de movimentos populares de resistência política aos desígnios dos mercados e da economia desregulada (em particular, os sindicatos) (MALAGUTI et al, 2000).

No entanto, a lacuna referente ao cenário consiste em não se explicar *de que maneira* os ânimos dos manifestantes se impactaram, se modificaram para compor um movimento grevista, isto é, como o aumento da receita em 307% na Assembleia Legislativa do ano de 2013 para 2015 está intimamente ligado à ocorrência do dia 29 de abril de 2015, por exemplo. Não é possível explicar apenas com base nesse critério do “cenário” *como* ocorreu a mudança que em 2014 levou os mesmos professores a aceitarem um acordo com o governo, e em 2015 levou-os a compor um movimento grevista organizado, com táticas de panfletagens, ocupações e resistência.

A ausência de uma análise das virtualidades que compuseram o contexto do movimento grevista em 2015 é razão de que não é possível responder a esse questionamento. A resposta é pressuposta, sobredeterminada: atribui-se a origem do movimento grevista a

políticas neoliberais. Mas políticas neoliberais são recorrentes no Brasil desde o início da década de 1990, então qual teria sido o aspecto decisivo de mudança? Por que agora e não antes? O que mudou?

A análise de conjuntura tradicional nos traz ainda a ferramenta de análise e identificação de quais foram os “atores” participantes de determinado acontecimento. Os atores são os indivíduos que irão encarnar um papel na trama de relações, que representarão um grupo, uma classe, um país, uma ideia, uma reivindicação (SOUZA, 1985). Com a identificação dos atores que participaram direta ou indiretamente para a ocorrência do 29 de abril de 2015 e do movimento grevista, organizamos participações que se mantiveram estáveis exercendo maior força política de negociação.

Como resultado podemos indicar entre os atores que exerceram mais impacto no movimento grevista de 2015 a APP-Sindicato; o Fórum das Entidades Sindicais; as universidades; os colégios estaduais; e os manifestantes; que realizaram continuamente protestos em frente à Assembleia Legislativa e também utilizaram de diversas táticas de panfletagens, bloqueio de ruas, manifestações etc.

Indicamos, de outro lado, o governador Beto Richa, impassível diante da oposição popular; Ademar Traiano, o qual poderia ter suspenso a sessão e, talvez, evitado a repressão policial no dia 29 de abril de 2015; e a base aliada ao governo, de 34 deputados. Um ator que poderia ter contribuído de forma diferencial no movimento grevista foi a Comissão de Constituição e Justiça, que poderia ter acatado em maior grau as emendas propostas pelo funcionalismo ao projeto de lei.

Observa-se na identificação dos atores, segundo a análise de conjuntura tradicional, que os manifestantes são remetidos ao seu lugar topográfico na estrutura, limitados a serem o que sua função no modo de produção capitalista lhes impõe: uma categoria. Há uma homogeneização dos participantes do movimento grevista, limitando-os as reivindicações a aspectos de classe, sindicais e econômicos. Essa homogeneização é paradoxal porque embora as reivindicações dos diversos segmentos fossem similares (reajuste salarial, melhoras na infraestrutura das instituições, pagamento de verbas atrasadas, fundo previdenciário etc.), o movimento grevista continha participação de singularidades diversas entre si. As reivindicações eram peculiares por cada uma se referir a setores diversos e possuírem um impacto diferente na sociedade: o trabalho do professor incide principalmente na gestão da educação; o trabalho dos servidores da saúde, na gestão da saúde pública; os policiais, na segurança pública; o DETRAN, na gestão de transportes e assim por diante.

A lacuna que a categoria de “atores” na análise de conjuntura é que quando se analisa topograficamente os indivíduos, atribuindo suas reivindicações a aspectos econômicos, parte-se do pressuposto de sentido estrutural que as relações econômicas são estáticas e pouco mutáveis. Não é possível explicar como ou por que indivíduos que compõem segmentos tão diversos, com finalidades e objetivos próprios, poderiam compor conjuntamente um único movimento grevista. Pressupõem-se que a resposta seria o aspecto econômico, a reivindicação salarial. Essa resposta é insuficiente porque perde de vista que os componentes do movimento grevista de 2015 possuíam em comum, além do anseio por melhores condições de trabalho, o fato de que todos eram trabalhadores imateriais.

Na análise de conjuntura tradicional se apresentam, ainda, duas ferramentas que observam as relações entre os elementos atuais que compõem a realidade social, política e econômica em torno de certo acontecimento, sendo elas a noção de “correlação de forças” e de “fatores exógenos”.

A correlação de forças retrata de que forma se dá a relação entre os atores envolvidos em determinado acontecimento (SOUZA, 1985). Para sua visualização, listamos alguns episódios do movimento grevista de 2015 com maior repercussão política e social. No dia 10 de fevereiro de 2015, houve a ocupação da Assembleia Legislativa pelos manifestantes com a finalidade de evitar a votação do projeto de lei nº 252/2015 sobre regime de urgência. Uma das relações de força se deu entre os manifestantes e os deputados, sendo que aqueles saíram vitoriosos diante da suspensão da votação. Constatou-se também uma relação de colaboração entre a Polícia Militar e os manifestantes, diante da ausência de confronto e o aparente consenso sobre o cunho político e democrático da ocupação. Entre os fatores que contribuíram para que a relação de forças tendesse a favor dos manifestantes, nesse primeiro momento, foi a espontaneidade, o elemento surpresa e a simpatia política dos policiais, que também seriam afetados pela aprovação projeto.

No dia 12 de fevereiro de 2015, tivemos a tentativa dos deputados em votar o “pacotão” em uma sessão improvisada e no regime da comissão geral, no prédio administrativo da Assembleia Legislativa. Aqui, uma das relações de força observadas, foi novamente entre os manifestantes e a Polícia Militar, com o diferencial do caráter repressivo em desfavor dos primeiros, gerando um saldo de seis manifestantes e cinco policiais feridos. Em paralelo, outra relação de força indiretamente consequencial da primeira foi o somatório decorrente da pressão popular dos manifestantes com as eventuais consequências drásticas de uma ação repressiva mais extensa, que contribuiu para que os deputados suspendessem a votação.

Ainda, ocorreu uma tensão entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo quando o governador Beto Richa insistiu e pressionou para que houvesse a votação do projeto independente da pressão popular exercida pelos manifestantes. Como consequência, houve a perda de vários deputados na base aliada de Beto Richa e a exposição dessa hierarquia entre os poderes, gerando, inclusive, a veiculação de notícias para negar essas relações políticas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. A pesquisa levantou dados referentes a efetividade da pressão popular que neste cenário equivaleria a aproximadamente 29,16% nos votos dos deputados na Assembleia Legislativa do Paraná e o índice de que 76% dos paranaenses desaprovavam o governo refletiu o distanciamento entre os representados e representantes naquele contexto.

A repressão policial dos manifestantes pode ser interpretada como uma forma de reproduzir e manter a ordem, perpetuando os padrões de exclusão e distribuição desigual de benefícios, por meio de um trabalho de violência permanente e de negação de direitos individuais (MIGUEL, 2014). O Estado, representado pelo governo do estado do Paraná, é concebido, desta maneira, como aparelho repressivo a serviço das classes dominantes (ALTHUSSER, 1974).

Após essa ocorrência, o governo entrou com uma ação judicial requerendo o final da greve sob o pretexto de considerá-la ilegal. Nessa ação foi concedida uma decisão liminar para votação do “pacotaço”, que, entre outras medidas, autorizava o uso de força policial para resguardar o andamento normal dos trabalhos no Poder Legislativo. Essa foi a tática decisiva que permitiu que o “pacotaço” fosse votado e aprovado no dia 29 de abril de 2015.

No dia 29 de abril de 2015, diante de um cenário violento, a Assembleia Legislativa aprovou o “pacotaço” aos sons de tiros de bala de borracha, das bombas de gás lacrimogêneo, gritos e choro. No entanto, mesmo com a pauta exaurida, o movimento grevista ganhou mais força com a adesão de novos segmentos, insistindo na reivindicação relativa ao reajuste salarial mínimo da categoria, equivalente a 8,17%, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A mudança da pauta do movimento grevista para requerer o reajuste salarial é explicada, pela análise de conjuntura tradicional, a partir do viés da importância da verba salarial, como um dos meios de reprodução da força de trabalho e uma das principais reivindicações da classe trabalhadora, que caminharia junto com a redução da jornada de trabalho (ALTHUSER, 1974).

A lacuna que a ferramenta da “correlação de forças” não permite responder está em se identificar como a mudança dos afetos sociais mobiliza os corpos. Seguindo a lógica estrutural, todas as forças confluem por e para o modo de produção capitalista, mas isso não explica como se dá a passagem de um momento ao outro, quais são as origens dessas relações

de força, o que está expresso para além dos agenciamentos de poder. Observa as relações de forças apenas no seu limite temporal e atual de determinado contexto.

Os fatores exógenos, por sua vez, devem ser entendidos como os elementos que contribuíram de forma indireta ou secundária para a ocorrência do dia 29 de abril de 2015, sendo eles no presente caso empírico: a crise econômica nacional, caracterizado pelo processo de desaceleração econômica e aumento da inflação, com o consequente aumento do custo de vida para a população; a crise política com a publicização por meio da operação Lava Jato dos casos de corrupção; a onda de greves em âmbito nacional que expõem a insatisfação geral dos docentes e alunos com relação aos investimentos no setor da educação; o “estelionato” eleitoral de Beto Richa, que em época de campanha afirmou que o governo não passava por dificuldades financeiras, fato que contribuiu para seu descrédito; a política neoliberal adotada pelo governo do Paraná; a influência dos meios midiáticos na circulação de notícias, que em dado momento apoiou o movimento grevista ou os representantes do governo, ou permaneceu inerte; e a questão do auxílio-moradia concedido aos magistrados para que recebessem retroativamente o valor de R\$ 4,4 mil por quatro meses, que deixou claro que a questão não era a inexistência de recursos em caixa, a questão era sobre a prioridade da distribuição das verbas.

O limite analítico tanto da correlação de forças como dos fatores exógenos está em suprimir a lógica da temporalidade e da virtualidade que é inerente ao acontecimento. Suprime a lógica da temporalidade na medida em que recorta um espaço-tempo, como se tirássemos uma fotografia da realidade, pinçando aquele momento como ele se apresenta. Com isso, suprime-se, também a lógica da virtualidade, no sentido de que não se investigam os elementos virtuais e transcendentais que se expressam neste retrato espaço-temporal. E a ausência de questionamento e de investigação sobre as causas transcendentais que constituem os elementos da atualidade ocorre porque estes elementos são remetidos a suas causas estruturais, mais especificamente ao prisma do capitalismo como estrutura correspondente a um modo de produção.

A última ferramenta analítica da análise de conjuntura tradicional consiste na “articulação entre conjuntura e estrutura”, que traduz a percepção de que um acontecimento teria uma relação com a história, com o passado, com as relações econômicas e políticas estabelecidas (SOUZA, 1985). A partir daí, pode se interpretar o movimento grevista de 2015 como inscrito em uma estrutura de economia capitalista, que absorveu e propaga o discurso que coloca o aspecto financeiro como determinante das escolhas políticas. Demonstramos que, na verdade, esse discurso se constitui numa maneira de tirar a responsabilidade decisória política

(LAZZARATO, 2011), pois no movimento grevista de 2015 houve a prevalência do âmbito político em detrimento do econômico e do social.

Argumentamos que para o Estado neoliberal continuar forte ele enfraquece seus serviços prestados a título de infraestrutura pública e social, cujo respaldo empírico consistiu na análise crítica de que mesmo com a verba em caixa de R\$ 125 milhões provenientes do Fundo Previdenciário para desafogar as despesas governamentais, o reajuste salarial do funcionalismo estatal e os investimentos no setor da educação não eram uma prioridade e não foram concedidos em sua totalidade. Porém, o governo abriu linhas de crédito para investimento e capital de giro e houve reajustes salariais do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, entre outros setores de forma pontual e integral.

A articulação entre estrutura e conjuntura, segundo a análise de conjuntura tradicional, percebe o acontecimento em relação com a história e com as relações econômicas e políticas. Como a conjuntura já foi caracterizada ao longo do trabalho - episódios destacados entre os meses de fevereiro e abril; do cenário de tensões no qual o acontecimento ocorreu; dos atores que contribuíram em menor ou maior grau para sua ocorrência; da demonstração da correlação de forças entre os principais agentes no acontecimento a partir da caracterização dos fatos trazidos pelos jornais; e, ainda, elencando-se fatores exógenos que contribuíram indiretamente para sua ocorrência -, pontuamos que se entende por “estrutura” as determinações econômicas, políticas e culturais que supõem o modo de produção capitalista, cujos elementos possuiriam menor possibilidade de mudança por conterem sobre si a base da organização social, econômica e política de uma sociedade.

Para a análise de conjuntura tradicional, a estrutura contém todas as causas da determinação histórica, e só poderia ser transformada através de uma luta política, caracterizada como a inserção de novas forças contra determinantes histórico-sociais, antagônicas ao modo de produção capitalista. De maneira geral, poderíamos organizar os participantes do movimento grevista de 2015 em três segmentos que disputam poder: aqueles em prol dos interesses governamentais; aqueles em prol dos interesses dos manifestantes; e aqueles que não manifestaram apoio expressamente a nenhum dos lados, mas influenciaram nos eventos.

Ao se organizar os participantes em segmentos, utilizando-se de uma lógica disjuntiva, binarizada, a análise de conjuntura tradicional ignora as diferenças, as singularidades que compõem as subjetividades envolvidas em um movimento social. Nós reduzimos as reivindicações grevistas e o movimento, como um todo, à sua finalidade última: a revolução proletária com a inversão de papéis. A lacuna da articulação entre conjuntura e estrutura,

consiste no fato de se estar constantemente tentando adequar o acontecimento e seus aspectos políticos e sociais à luta de classes, a uma lógica histórico-causal.

7.2 Lacunas e avanços: síntese dos resultados obtidos com a análise de conjuntura pós-estrutural

Argumentamos como alternativa de complementação das lacunas suscitadas a aplicação das ferramentas deleuzianas - agenciamentos de percepção; agenciamentos de reconversão; agenciamentos coletivos de desejo; e processos de subjetivação coletiva - em uma análise de conjuntura pós-estrutural. A primeira noção a ser pensada de forma crítica foi o “acontecimento” como linha de fuga, como ponto de desterritorialização. Deixa-se de pensar o acontecimento como um fato que possui relevância apenas em sua abrangência social, política ou econômica. Significa que a análise vai além de limitar o acontecimento ao ocorrido no dia 29 de abril de 2015, para compreender o acontecimento como algo que abrange variações de percepção, de reconversão, agenciamentos e subjetivações. O acontecimento enquanto linha de fuga é melhor compreendido na demonstração das ferramentas deleuzianas.

O “acontecimento” é definido por Deleuze como uma temporalidade, um momento em que algo é criado, uma linha de fuga, que traz à tona o que há de “intolerável”, uma fissura. Compreendido em sua composição com elementos de desejo, elementos de afeto, novas possibilidades de vida, de configurações sociais, novas subjetividades, virtualidades, o acontecimento é, para a análise de conjuntura pós-estrutural, uma ação decorrente de virtualidades, entre elas afetos, desejos, crenças, vontades, inteligências etc. (LAZZARATO, 2006). Deixa-se de observar os eventos que compõem um acontecimento como retratos fixos e estáticos, como causalidades históricas, para se descobrir *como* os elementos se agenciaram de forma a modificar uma situação que já existia; ainda, descobrir *como* esses agenciamentos, complexos em suas singularidades, compuseram, mesmo que temporariamente, a abertura de um campo de possíveis.

Por exemplo, quando pensamos a categoria do cenário, pode-se verificar sua vagueza e funcionalidade redutível a um espaço-temporal de um modo de produção. A lacuna se traduz na limitação analítica de interpretar o cenário como uma adaptação, em maior ou menor grau, da luta de classes, da “fase atual” de exploração capitalista (MARX; ENGELS, 1998) que busca sua superação por vias revolucionárias (ALTHUSSER, 1978). Essa sobredeterminação de sentido remete as ações dos manifestantes a aspectos históricos-causais,

às políticas neoliberais, de modo que perde a sensibilidade para se identificar como os ânimos mudam em um movimento social, por exemplo.

A noção de “agenciamento de percepção”, ou “fenômeno de vidência”, consiste em interpretar o acontecimento considerando-o como momento em que ocorre uma mudança de percepção, em que o que era “imperceptível” passa a ser “intolerável” (DELEUZE, 1996a). A ferramenta permite uma análise das virtualidades que compuseram o contexto do movimento grevista de 2015, expandindo a análise para considerar que quando nós tratamos de um governo neoliberal, por exemplo, não se trata apenas de um governo que disciplina a economia por meio de políticas de caráter neoliberal, ele possui por objetivo a sociedade no seu todo, exercendo seu poder sobre um território e sobre sujeitos de direito (LAZZARATO, 2011). O poder exercido pelo governo que exerce políticas neoliberais parte do princípio de organização da concorrência, isto é, caracteriza-se por ser uma construção social que necessita constantemente de intervenções, principalmente estatais, para garantir que os indivíduos permaneçam no estado de desigualdade (LAZZARATO, 2011).

Quando analisamos os agenciamentos de percepção, e tomamos consciência sobre o poder estatal exercido socialmente por meio da manutenção de um sistema social de concorrência, percebe-se que embora o movimento grevista estivesse formalmente composto por pautas com reivindicações de caráter econômico, o que realmente funcionou como motor para as mobilizações populares foi a mudança na distribuição dos afetos dos manifestantes.

Sobre o prisma da concorrência, temos um cenário de um movimento grevista que além de refletir consequências de políticas neoliberais, é caracterizado por um contexto de uma micropolítica de insegurança: não havia certeza, por exemplo, se haveria aulas; se haveria um quadro de professores para ministrá-las; se as escolas possuíam a infraestrutura necessária para receber os alunos; qual seria o impacto da falta de aulas no calendário escolar dos alunos e em sua capacidade de aprendizagem.

O contexto se caracteriza por um desgaste na relação entre o governo e o funcionalismo, pela falta de diálogo. Professores e servidores perceberam que não estavam sendo ouvidos e que não seriam ouvidos; perceberam que precisavam de atitudes mais simbólicas e representativas de irresignação. Após uma repressão violenta feita pela polícia, as entidades sociais e a população mudaram sua perspectiva diante do sentimento de indignação e *deja vu* que remetia ao governo de Álvaro Dias em 1988.

A inquietação social decorrente da informação de que a votação do projeto ocorreria em regime de urgência ajuda a desenhar as mudanças de agenciamento de percepção que perpassavam o corpo social paranaense: havia um entendimento comum de que o assunto, dada

sua complexidade e delicadeza, deveria ser tratado com trâmite regular, abrindo-se espaço para discussões e debates.

O que era tolerável, a aplicação das políticas neoliberais pelo governo do Paraná, passou a ser intolerável em razão da mudança na percepção social, principalmente na relação entre manifestantes e governo. O ganho analítico principal que a ferramenta do agenciamento de percepção possui para uma análise de conjuntura se encontra em aprofundar o estudo sobre a noção de cenário, por exemplo, para entender que as mobilizações nele ocorridas podem até ser, indiretamente, um reflexo de políticas neoliberais, mas estão diretamente ligadas aos afetos sociais ocasionados por uma micropolítica de insegurança, constituída de afetos de insatisfação e de desgaste.

Com o agenciamento de percepção, o acontecimento se constitui em uma abertura de possível, pois pode gerar agenciamentos de reconversão. Não basta que a percepção se modifique, o acontecimento provoca também agenciamentos de reconversão caracterizados como a forma pela qual o agenciamento de percepção afeta os corpos, seus regimes discursivos e sua distribuição espacial etc.

A ferramenta analítica dos agenciamentos de reconversão foi analisada em paralelo com a categoria tradicional dos atores que compuseram o movimento grevista de 2015. Os atores servem para identificar quais seriam os segmentos sociais capitalistas que estariam representados, quais seriam os interesses econômicos que mobilizariam aquela manifestação, o que se configura em uma limitação analítica. Os atores são sempre representantes de alguma reivindicação econômica e capitalista, sempre remetidos a um embate de forças supostamente opostas. Os atores são remetidos a cortes binários pelos quais os agenciamentos de poder codificam o campo social, e isso reduz a sua multiplicidade constitutiva.

O ganho analítico com a categoria do agenciamento de reconversão está em se soltar do determinismo que identifica os atores conforme a posição que ocupam na estrutura. Possibilita uma análise para além dos agenciamentos de poder, considerando que as subjetividades são compostas por diversos segmentos, no sentido de que as relações que envolvem os atores de um acontecimento se dão em um cenário constituído por redes de cooperação de trabalho cada vez mais complexas, com integração do trabalho afetivo nos processos produtivos e uma crescente informatização.

Analisar uma conjuntura sobre o prisma do agenciamento de reconversão consiste em considerar que o trabalho nas nossas sociedades tende a configurar-se cada vez mais como trabalho imaterial, intelectual, afetivo, técnico-científico (HARDT; NEGRI, 2004). Se a fonte predominante do capitalismo industrial consistia na produção de coisas, de bem materiais, o

trabalho imaterial passou a ser hegemônico a partir dos anos 1970 na medida em que essas fontes de rendimento não eram suficientes para manter um crescimento constante do capitalismo, ainda que permeado por crises e reestruturações cíclicas. Houve o deslocamento do cerne da produção de valor para elementos incorpóreos ou imateriais, como signos, símbolos, afetos, relações etc. Nesse sentido, o que chama atenção no movimento grevista de 2015, especificamente, é por estar composto, em sua maioria, por trabalhadores cognitivos por excelência, como professores (CORRÊA, 2015), como gestores do capital cognitivo acumulado, de sua transmissão intergeracional e peças-chave nas estratégias de inovação; por servidores estaduais do Executivo, responsáveis pela prestação de serviços elementares ao funcionamento da sociedade, como saúde (gestão biopolítica da população), educação (gestão cognitiva e preparo para a concorrência no mercado de trabalho atual ou futuro) e segurança pública (gestão da ordem, da normalidade social e produção da sensação coletiva de segurança) etc.

Todo o funcionalismo estatal promove serviços imateriais, em menor ou maior medida, e isso significa que eles participam diretamente da gestão dos bens imateriais, que tornam a sociedade produtiva como um todo, isto é, um esteio de produção de valor a ser extraído pelo capital. A produção econômica se encontra em um período de transição, e seus resultados são cada vez mais relações sociais e formas de vida, ou seja, a produção capitalista torna-se cada vez mais biopolítica (HARDT; NEGRI, 2016).

Outro fator a ser considerado é que o movimento ficou caracterizado como “uma greve de professores e servidores”, com enfoque na “classe” de professores, enquanto a participação de agentes penitenciários, servidores da saúde, de servidores do judiciário, e da polícia civil, por exemplo, ocupou um espaço menor nas edições do material jornalístico, consistindo em pequenas menções de canto de página. A análise de conjuntura pós-estrutural permite uma problematização dessa “estratégia” discursiva sobre o movimento grevista de 2015.

O discurso sobre quem eram os integrantes do movimento grevista se configura em um agenciamento de poder realizado através dos veículos de comunicação de massa, como uma estratégia persuasiva do público (DESGUALDO, 2014). Olhar para o movimento grevista de 2015 a partir de agenciamentos de percepção e reconversão, é tentar compreender como o acontecimento refletiu as mudanças na percepção social e de que maneira essa mudança teve impacto sobre as ações dos manifestantes, que moldaram suas reivindicações em torno de uma luta por apoio social e emancipação política.

Através de uma análise de conjuntura pós-estrutural é possível perceber que diferentes manifestações e movimentos sociais podem, eventualmente, partilhar de um potencial em comum, o potencial de abertura de possíveis. A realidade social se transforma na contingência dos encontros, e da mesma forma as composições dos movimentos sociais estão se tornando mais complexas e fractais. Isso é possível porque embora sejamos todos compostos e perpassados por diferentes singularidades e segmentaridades, compartilhamos a vida biológica da espécie humana, o planeta terra, regimes de produção capitalista, compartilhamos regimes de exploração e compartilhamos sonhos, desejos, devires.

Ora, se existem agenciamentos de percepção que impactam nos corpos e suas ações, gerando agenciamentos de reconversão, temos que considerar como essas mudanças afetivas no nível social e político subjazem e pressionam as correlações de forças entre os elementos que participam daquele acontecimento, buscando entender como se deu a passagem de um episódio a outro. A questão é descobrir como os elementos atuais refletem projeções do libidinal, como o processo de atualização reflete as múltiplas relações entre virtualidades que circundam determinado evento.

E essa questão é justamente a lacuna quando pensamos os fatores exógenos e a correlação de forças, que suprimem a lógica da temporalidade e da virtualidade inerente ao acontecimento. Pois recorta um espaço-tempo, como se tirássemos uma fotografia da realidade, pinçando aquele momento como ele se apresenta, e não se investiga os elementos virtuais e transcendentais que se expressam neste retrato espaço-temporal, remetendo sua explicação a causas estruturais.

As causas estruturais se equiparam aos agenciamentos de poder por se configurarem em linhas de força que produzem o real, sobrecodificando-o (DELEUZE, 1996), e, por essa razão, é que há argumentos que a análise de conjuntura tradicional está limitada a uma análise dos agenciamentos de poder, ou seja, dos elementos histórico-causais que seriam determinantes da realidade social.

Por “agenciamento”, tratamos de uma associação de linhas de força que produz o real (plano de imanência) (DELEUZE, 1996). E o poder pode ser “agenciado” quando o interpretamos não mais como algo de funcionalidade econômica, que segundo a concepção marxista visaria reproduzir o modo de produção capitalista e as relações de dominação inerentes a ele (FOUCAULT, 2016), e sim como algo que se exerce, que só existe em ação, circulando, funcionando em cadeia: como um poder que funciona e se exerce em rede, que não necessariamente se aplica aos indivíduos, mas que passa por eles (FOUCAULT, 2016). Dessa forma, agenciamentos de poder são os centros de poder que ressoam para dispersões virtuais,

com potência para traduzir, sobrecodificar, reterritorializar e deter fluxos, formando um campo de possíveis (virtualidades) em segmentos molares (atuais), geralmente pela forma de binarismos ou contradições (DELEUZE, 1996a). Um agenciamento de poder visa a sobrecodificar, ordenar, organizar, segmentar, binarizar, os fluxos e segmentos que perpassam pelo indivíduo e pela sociedade.

O ganho analítico dessa categoria é permitir enxergar o que não está codificado pelos os agenciamentos de poder, ou seja, quais são as virtualidades que influenciam no processo constitutivo de poder e de toda a formação social estruturada. Com o reconhecimento da existência de agenciamentos de poder, observando o poder como estratégia na constituição dos indivíduos (FOUCAULT, 1977), é possível visualizar que o centro determinante da realidade social não é o poder, e sim o *desejo* nos moldes deleuzianos.

Assim, adentramos na categoria de agenciamentos coletivos de desejo: o desejo, em Deleuze, não é interpretado pela falta que remeteria a um objeto desejado (e ausente), mas por sua característica positiva, afirmativa, real e produtiva. O desejo produz agenciamentos porque é um processo que agencia e produz sínteses libidinais sociais, políticas e econômicas entre elementos singulares. O que os agenciamentos coletivos de desejo tentam desvendar é quais são os mecanismos maquínicos por trás do desejo, respondendo “qual é a natureza das relações entre elementos para que haja desejo, para que eles se tornem desejáveis?” (DELEUZE *In*: Abecedário de Deleuze, 1988-1989).

O desejo se expressa por meio de agenciamentos no plano de imanência, composto por elementos virtuais e atuais, que é coletivo e político (DELEUZE, 1994). Assim, o coletivo é a expressão social do plano de imanência (do real), podendo ser traduzido como a temporalidade em que as relações estruturais virtuais se atualizam (DELEUZE, 1996). Pensando em nosso caso empírico, isso significa descobrir como as sínteses de desejo que envolvem os aspectos sociais, políticos e econômicos influenciaram no surgimento e desenvolvimento de um movimento grevista em 2015.

Por meio da análise do material empírico com a ajuda da categoria dos agenciamentos coletivos de desejo, foi possível aprofundar uma análise teórico-crítica sobre o reajuste da pauta reivindicatória e a continuação do movimento grevista por mais cinco meses, após o dia 29 de abril de 2015. Com a aprovação do projeto nesta data, a pauta reivindicatória realmente havia se exaurido, e as reivindicações haviam sido vencidas pelos fatos (ou o governo do Estado assim as acreditava). Porém, algo mudou: agenciamentos de percepção, em que já não se percebe o hoje como se percebia ontem (DELEUZE, 1996a); e agenciamentos de reconversão, que conduzem a novas formações entre subjetividades, entre corpos (DELEUZE,

1998), sustentam-se em agenciamentos coletivos de desejo, denotando que o curso coletivo do desejo se alterou.

O movimento grevista de 2015 não serve mais, hoje, para o que se buscava ontem; e, ainda assim, continuava lá. Não poderia mais ser retratado como fruto de reivindicações classistas, ao mesmo tempo em que não se poderia mais defini-lo apenas como um “movimento grevista”, isso porque, em tese, não haveria mais contra o que (“pacotaço”) fazer greve. O reajuste de pauta foi uma adaptação do movimento grevista de 2015 às virtualidades libidinais que se expressavam nele, atualizando o desejo, e, ainda assim, não foi o único indício de um agenciamento coletivo de desejo.

É possível demonstrar a expressão de vários agenciamentos coletivos de desejo como, por exemplo, em cada um dos episódios relatados no tópico sobre a correlação de forças com a ocupação da Assembleia Legislativa no dia 10 de fevereiro de 2015; com a resistência popular à votação improvisada no prédio administrativo, momento em que houve a primeira repressão policial; no dia 29 de abril de 2015 quando os manifestantes prosseguiram mesmo em detrimento do efetivo policial que cercava a Assembleia Legislativa; a continuação do movimento grevista mesmo após a aprovação do projeto; os protestos em frente à casa dos representantes do Legislativo e do Executivo; as diversas manifestações nos acampamentos grevistas em frente à Assembleia Legislativa com elaboração de músicas, panfletos, batatas assando, demonstram agenciamentos de desejo que expressam um desejo social.

O principal ganho com a categoria dos agenciamentos de desejo está em não reduzir as relações sociais, econômicas e políticas a uma funcionalidade do poder, observando e demonstrando sua complexidade enquanto composta por diferentes segmentos. E isso é fundamental, pois nos leva à categoria dos processos de subjetivação. A principal lacuna decorrente da articulação entre conjuntura e estrutura é de se estar constantemente tentando adequar o acontecimento e seus aspectos políticos e sociais à luta de classes, a uma lógica histórico-causal. Quando partimos da ideia de um agenciamento coletivo de desejo, para que se mantivesse o movimento grevista, ele nos leva a um processo de subjetivação, que significa afirmar que houve a produção de uma nova subjetividade para aquele novo momento do movimento grevista.

Os processos de subjetivação se referem a como as subjetividades variam e se constituem a partir das lutas políticas, a partir de um acontecimento. Eles refletem a desconstituição identitária homogênea, que dessubjetiva e ressubjetiva aquele corpo coletivo. Deixa-se de ser o que era e passa a ser algo novo, e essa alteração se dá em razão da mudança na afecção social que engloba o libidinal, o político e o social.

O acontecimento pensado como categoria do social, reflexo das novas afecções sociais do desejo, implica ou envolve novas subjetividades, ou seja, processos de fluxos e segmentos (DELEUZE; GUATTARI, 2015). O desejo social preside os processos de subjetivação, funcionando como o elemento transcendental que expressa todos os elementos atuais, entre eles o âmbito social (DELEUZE, 2010).

A análise de conjuntura tradicional acaba obscurecendo os processos diferenciais de constituição de subjetividades, pensando-os exclusivamente em termos de contradição, de classes. Independente das subjetividades romperem ou não com os processos hegemônicos que as constituem, elas vão além dos agenciamentos de poder que as expressam.

Os processos de subjetivação promovem um ganho analítico em complementaridade ao método da análise de conjuntura tradicional por considerar os indivíduos não a partir do prisma de um processo hegemônico que os constitui, como uma classe ou uma categoria, e sim, sob o prisma de sua multiplicidade.

O conceito de classe social, para Marx (1990), corresponde ao conjunto de agentes sociais colocados nas mesmas condições no processo de produção. Todavia, sua vinculação conceitual com o modo de produção capitalista e com um “papel revolucionário” leva à binarização da sociedade em classes: ou você é membro da classe detentora do poder, ou você participa da classe que deverá usurpar esse poder. O problema é que isso nos leva, inevitavelmente, a um reducionismo do pluralismo do campo social. As classes sociais expressam agenciamentos de poder atualizados pela máquina estatal, inibindo a visualização de suas contradições sociais e políticas.

Existe uma estratégia política de subjetivação identitária dos integrantes de movimentos sociais, por exemplo, demonstrar a tentativa de moldar e reforçar certos estereótipos: sobre as pessoas que compõem o movimento e sua ligação com os sindicatos; a relação do sindicato com membros integrantes do PT (Partido dos Trabalhadores); a existência de adeptos da tática “black bloc”. O movimento grevista de 2015 é retratado como uma greve composta por um amontoado de indivíduos que possuem interesses econômicos particulares; e, ainda, os querem satisfeitos em detrimento do interesse público que estava sendo resguardado pelo gestor do estado, o governador Beto Richa.

Há um tensionamento estratégico do conceito de classe, de conotação negativa advinda do pensamento neoliberal, como uma identidade que contraria os interesses sociais. É criada uma imagem de “quem são os grevistas”, “quem são os componentes da classe”, não apenas de forma a limitar o caráter das reivindicações e o campo de possível que surge a partir

das novas subjetividades, como também há a tentativa de difundir um sentimento de desconfiança, de insegurança, da população em relação aos manifestantes.

A noção dos processos de subjetivação apreende os integrantes de um movimento grevista não como um corpo estático e imutável, atrelado a uma reivindicação econômica ou a um objetivo final. Reconhece-se sua multiplicidade, sua capacidade de modificação e adaptação, razão pela qual apresentamos como sugestão de interpretação o conceito moderno de classe social proposto por Hardt e Negri (2014), na ideia de “multidão”. A “classe multidão” se opõe à indiferença unitária do conceito de povo e à fragmentação incoerente das massas em categorias homogêneas. A proposta consiste em deixar abertas as possibilidades, não remetendo as subjetividades, os indivíduos e suas reivindicações a um esquema de sentido pré-determinado. Simplesmente considerar suas particularidades e não perder de vista as ondulações que ocorrem dentre um mesmo movimento grevista e o impacta.

Uma análise de conjuntura pós-estrutural propõe, apenas, uma mudança complementar na perspectiva metodológica, observando o acontecimento não como um fato estático que ocorre devido a fatores histórico-causais atrelados ao modo de produção capitalista, mas sim como um evento de maior ramificação, que se compõe de agenciamentos de percepção, agenciamentos de reconversão, agenciamentos coletivos de desejo e processos de subjetivação; que constituem, em sua dinamicidade, a partir de linhas de fuga, momentos de ruptura, em que o intolerável cotidiano passa a ser agido e percebido como tal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. *In: Notas de literatura*. Tradução Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 15-45.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, Louis. **O marxismo como teoria “finita”**. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. *In: ALTHUSSER, Louis. Discutere lo Stato. Posizioni a confronto su una tesi di Louis Althusser*, Bari, De Donato, 1978.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. Revisão Técnica Carla Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência. **Emancipação**. v. 15i2.0009, Ponta Grossa, 2015, p. 317-335.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, Ponta Grossa: UEPG, 2006.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Teoria e método na análise de conjuntura**. Plataforma Scielo. *In: Educação & Sociedade* (online). Ano XXI. n. 72. Publicado em agosto de 2000, p. 145-152. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4197.pdf> >, acesso em 03 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. Textos e entrevistas (1953-1974). Tradução de Luiz B. L. Orlandi et al. São Paulo: Iluminaturas, 2006.

DELEUZE, Gilles. **D de desejo**. *In: PARNET, Claire, Abecedário de Deleuze*, 1988-1989. Disponível em: <<http://notaterapia.com.br/2016/06/14/d-de-desejo-o-que-e-desejo-para-deleuze-abecedariodeleuze/>>, acesso em 28 de novembro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **Desejo e prazer** (Désir et plaisir). n. 325. Paris: Magazine Littéraire, 1994, pp. 57-65. Disponível em: < <http://files.grupo-limiar.webnode.com/200000033-8705f87ff2/DELEUZE,%20Gilles.%20Desejo%20e%20Prazer.pdf> >, acesso em 01 de dezembro de 2018.

DELEUZE, Gilles. **Em que se pode reconhecer o estruturalismo?**. *In: François Châtelet. Ed. Histoire de la philosophie. T. VIII. Les Lumières. XX^a siècle. Paris: Hachette, “col. Pluriel”, 1972, pp. 299-335.*

DELEUZE, Gilles. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **O Atual e o virtual**. Texto originalmente publicado em anexo à nova edição de *Dialogues*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet. Paris: Flammarion, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **1874 – Três novelas ou “O que se passou?”**. In: - DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Maio de 68 não ocorreu**. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência. 1º quadrimestre de 2015. Vol. 8. Nº1. Pp. 119-121. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>>, acesso em 08 de outubro de 2018.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DESGUALDO, Juliana L. M. Nakamura Guillen. **Dimensionamento do poder da mídia na sociedade da informação**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu, nº 2, segundo semestre de 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (1926-1984). Org. Introd. e rev. técnica de Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **O trabalho de Dionísio**: para a crítica do Estado pós-moderno. Juiz de Fora: UFJF-Pazulin, 2004.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: N-1 edições, 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. Tradução de Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EDUFSCar, 2011. Disponível em: <<http://files.zillis.webnode.com/200000254-846d18566f/M.Lazzarato%20%20O%20governo%20das%20desigualdades%20-%20livro.pdf>>, acesso em 03 de dezembro de 2018.

MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Reinaldo A., CARCANHOLO, Marcelo D. (Orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questão da Nossa Época – nº 65).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547009/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20A%20ideologia%20alem%C3%A3.pdf>, acesso em 01 de dezembro de 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 3. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990.

MIGUEL, Luís Felipe. **Consenso e conflito na teoria democrática para além do “agonismo”**. *In*: Representação política, perspectivas sociais e representação simbólica. São Paulo: Lua Nova, 2014, pp. 13-45.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **Deleuze et l’anti-Edipe. La production du désir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1985.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Série Pensamento Moderno. Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

8 FONTES JORNALÍSTICAS FOLHA DE LONDRINA

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.099. O Jornal do Paraná. 2 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Traiano assume AL e promete reforma no regimento. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.099. O Jornal do Paraná. Folha Política. 2 de fevereiro de 2015, p. 03.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. TJ determina volta às aulas em 48h. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.099. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 2 de fevereiro de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.101. O Jornal do Paraná. 4 de fevereiro de 2015. Capa.

REDAÇÃO. Reportagem Local. Professores da rede estadual protestam em todo o Paraná. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.101. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 4 de fevereiro de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.102. O Jornal do Paraná. 5 de fevereiro de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Pacote de Beto mexe em benefícios e antecipa tributos. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.102. O Jornal do Paraná. Folha Política. 5 de fevereiro de 2015, p. 03.

COSTA, Viviani. Professores da UEL fazem paralisação na segunda-feira. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.103. Folha Geral. 6 de fevereiro de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 104. O Jornal do Paraná. 7 de fevereiro de 2015. Capa.

OGAWA, Vitor. Reportagem Local. Professores devem decidir pela greve hoje. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 104. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 7 de fevereiro de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.105. O Jornal do Paraná. 8 de fevereiro de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Professores estaduais aprovam greve geral. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.105. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 8 de fevereiro de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.106. O Jornal do Paraná. Folha Política. 9 de fevereiro de 2015.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. 10 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo deve rever parte de pacote fiscal. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. Folha Política. 10 de fevereiro de 2015, p. 05.

OGAWA, Vitor. Reportagem Local. Alunos encontram escolas fechadas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de fevereiro de 2015, p. 06

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Servidores da UEL param hoje, professores na quinta. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de fevereiro de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.108. O Jornal do Paraná. 11 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Manifestantes ocupam plenário da AL e impedem votação de pacote. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. Folha Política. 11 de fevereiro de 2015, p. 05.

OGAWA, Vitor. Reportagem Local. Funcionários de hospitais fazem paralisação parcial em Londrina. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 11 de fevereiro de 2015, p. 06.

PRAZERES, Diego. Greve mobiliza 9 mil docentes universitários. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.107. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 11 de fevereiro de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.109. O Jornal do Paraná. 12 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. AL faz sessão ‘fechada’ e deve votar projetos hoje. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.109. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de fevereiro de 2015. p. 05.

GOVERNO ESTADUAL DO PARANÁ. A verdade sobre a educação no Paraná. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.109. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de fevereiro de 2015. p.06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.110. O Jornal do Paraná. 12 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Servidores tomam pátio da AL e governo recua de ‘pacotaço’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.110. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de fevereiro de 2015, p. 06.

CRUZ, Lúcio Flávio. Reportagem Local. Professores ocupam núcleos regionais da Seed. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.110. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de fevereiro de 2015, p. 07.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Paraná não cumpre metas ao fim do Ensino Fundamental. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.110. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de fevereiro de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.111. O Jornal do Paraná. 14 de fevereiro de 2015. Capa.

COMELI, Loriane. Reportagem Local. Funcionalismo obtém reajuste de R\$ 7,1%. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.111. O Jornal do Paraná. Folha Política. 14 de fevereiro de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo tenta trégua para pôr fim à greve dos professores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.111. O Jornal do Paraná. Folha Política. 14 de fevereiro de 2015, p. 05.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Servidores permanecem mobilizados em todo o PR. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.111. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 14 de fevereiro de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Londrinense providencia ‘QG’ para manifestantes. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.111. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 14 de fevereiro de 2015, p. 07.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Professores passam Carnaval acampados no Palácio Iguaçu. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.114. O Jornal do Paraná. Folha Política. 17 de fevereiro de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.115. O Jornal do Paraná. 18 de fevereiro de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Tratoração para quê?. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.115. O Jornal do Paraná. Folha Política. 18 de fevereiro de 2015, p. 03.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Batatas assadas em manifestação contra pacotaço. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.115. O Jornal do Paraná. Folha Política. 18 de fevereiro de 2015, p. 03.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Educadores protestam com bloco carnavalesco. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.115. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de fevereiro de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.116. O Jornal do Paraná. 19 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores planejam atos em 30 cidades. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.116. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de fevereiro de 2015, p. 06.

OGAWA, Vitor. Reportagem Local. Servidores do Detran-PR entram em greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.116. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de fevereiro de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo ameaça recorrer à Justiça. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.116. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de fevereiro de 2015, p. 06.

PRAZERES, Diego. Reportagem Local. Aulas na UEL ‘começam’ com mobilização. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.116. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de fevereiro de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.117. Crise no Funcionalismo. Governo recua e aceita ‘fatiar’ votação do pacotaço. O Jornal do Paraná. 20 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Conversas avançam, mas greve dos professores continua. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.117. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 20 de fevereiro de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.118. Reunião termina sem acordo e greve dos professores continua. O Jornal do Paraná. 21 de fevereiro de 2015. Capa.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Professores e Governo do Estado não chegam a acordo e greve continua. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.118. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 21 de fevereiro de 2015, p. 06.

PRAZERES, Diego. Reportagem Local. Professores em greve mantêm reivindicações. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.119. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de fevereiro de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. A ‘nuvem’ de Beto Richa. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.120. O Jornal do Paraná. Folha Política. 23 de fevereiro de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores em greve definem calendário de ações. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.120. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de fevereiro de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. De volta à AL, deputados prometem o fim do ‘tratoração’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.121. O Jornal do Paraná. Folha Política. 24 de fevereiro de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.122. Promessa – O governador Beto Richa se comprometeu a repassar recursos para as despesas básicas das universidades no primeiro trimestre. O Jornal do Paraná. 25 de fevereiro de 2015. Capa.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.122. Greve – Uma grande marcha de servidores estaduais da educação deve movimentar hoje o centro da capital. São esperadas 30 mil pessoas. O Jornal do Paraná. 25 de fevereiro de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Beto, Cida e secretários receberão salários em dobro. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.122. O Jornal do Paraná. Folha Política. 25 de fevereiro de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Primeira fatia do ‘pacotão’ fiscal chega à Assembleia. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.122. O Jornal do Paraná. Folha Política. 25 de fevereiro de 2015, p. 03.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Estado promete liberar verbas para universidades. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.122. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 25 de fevereiro de 2015, p. 06.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Terceira reunião entre professores e governo. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.122. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 25 de fevereiro de 2015, p. 06.

PRAZERES, Diego. Reportagem Local. Servidores da Justiça fazem paralisação de 24 horas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.122. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 25 de fevereiro de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.123. O Jornal do Paraná. 26 de fevereiro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Projeto da ParanaPrevidência volta à Al na próxima semana. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.123. O Jornal do Paraná. Folha Política. 26 de fevereiro de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores podem votar fim da greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.123. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de fevereiro de 2015, p. 10.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Professores e servidores das universidades mantêm greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.123. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de fevereiro de 2015, p.11.

PRAZERES, Diego. Reportagem Local. Reitores aguardam repasse de custeio. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.123. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de fevereiro de 2015, p.11.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.124. O Jornal do Paraná. 27 de fevereiro de 2015. Capa.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Folha de pagamento é prioridade, afirma Beto. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.124. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de fevereiro de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores da rede estadual mantêm greve e marcam assembleia para quarta-feira. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.124. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de fevereiro de 2015, p. 06

PRAZERES, Diego. Reportagem Local. Governo solicita liminar para encerrar greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.125. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de fevereiro de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.127. O Jornal do Paraná. 02 de março de 2015. Capa.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. TJ determina volta às aulas em 48h. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.127. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 02 de março de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.128. O Jornal do Paraná. 03 de março de 2015. Capa.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Professores devem entrar hoje com recurso contra decisão do TJ-PR. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.128. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 03 de março de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Novo protesto no Calçadão de Londrina. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.128. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 03 de março de 2015, p. 06.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Grevistas protocolam representação contra Richa. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.128. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 03 de março de 2015, p. 06.

BERTOLDI, Andréa; RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Estado fecha 2014 com déficit de R\$ 4,652 bilhões. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.129. O Jornal do Paraná. Folha Política. 04 de março de 2015, p. 04.

CASTRO, José Roberto; FERNANDES, Ana. Agência Estado. Governo pressiona, mas CUT insiste em protesto no dia 13. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.129. O Jornal do Paraná. Folha Política. 04 de março de 2015, p. 04.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. APP espera 20 mil pessoas em assembleia. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.129. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 04 de março de 2015, p. 07.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. MP recebe pedido para investigar Richa. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.129. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 04 de março de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Com Beto, rombo nas contas do governo estadual cresce 80%. Ano 66. Edição 20.129. O Jornal do Paraná. 04 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo ‘recalcula’ déficit e rombo cai para R\$ 934 mi. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. Folha Política. 05 de março de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Deputados aprovam fim do ‘tratoração’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. Folha Política. 05 de março de 2015, p. 03.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. TJ-PR determina retorno imediato das aulas na rede estadual de ensino. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 05 de março de 2015, p. 06.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Assembleia com clima de futebol. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 05 de março de 2015, p. 06.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. 29 escolas já haviam retomado atividades. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 05 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Professores mantêm greve, mas justiça exige retorno imediato das aulas. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. 05 de março de 2015. Capa.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.130. O Jornal do Paraná. 05 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Educadores ignoram liminar do TJ-PR e mantêm greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.131. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 06 de março de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Portões fechados para os poucos alunos que foram às escolas estaduais em Londrina. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.131. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 06 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.131. O Jornal do Paraná. 06 de março de 2015. Capa.

OGAWA, Vítor. Reportagem Local. TJ-PR determina início das aulas imediato nas universidades estaduais. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.132. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 07 de março de 2015, p. 07.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores marcam nova assembleia para segunda-feira. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.132. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 07 de março de 2015, p. 07.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Motoristas de Curitiba suspendem indicativo. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.132. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 07 de março de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.132. O Jornal do Paraná. 07 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Suspensão da greve repercute na AL. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.135. O Jornal do Paraná. Folha Política. 10 de março de 2015, p. 03.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Educadores aprovam fim da paralisação. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.135. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de março de 2015, p. 06.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Grevistas das universidades tentam nova negociação com o governo. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.135. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Professores suspendem paralização e aulas começam na quinta-feira. Ano 66. Edição 20.135. O Jornal do Paraná. 10 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Acordo pode encerrar greve nas universidades. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.136. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 11 de março de 2015, p. 06.

CRUZ, Lucio Flávio. Reportagem Local. Ano letivo nas escolas estaduais do Paraná vai até 23 de dezembro. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.136. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 11 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.136. O Jornal do Paraná. 11 de março de 2015. Capa.

CARVALHO, Daniel. Agência Estado. Câmara endurece penas contra ‘black blocs’. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.137. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de março de 2015, p. 05.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Sindicatos votam hoje fim da greve nas universidades. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.137. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de março de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Oito sindicatos decidem hoje futuro da greve nas universidades estaduais. Ano 66. Edição 20.137. O Jornal do Paraná. 12 de março de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Aulas começam nas escolas estaduais. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.138. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 13 de março de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. APP diz que ainda há pontos pendentes. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.138. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 13 de março de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso; COSTA, Viviani. Reportagem Local. Professores da UEL decidem manter greve. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.138. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 13 de março de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.138. O Jornal do Paraná. 13 de março de 2015. Capa.

OGAWA, Vítor. Reportagem Local. Três universidades iniciam aulas na segunda. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.139. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 14 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Três universidades iniciam aulas na segunda. Ano 66. Edição 20.139. O Jornal do Paraná. 14 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo marca reuniões para rediscutir ParanaPevidência. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.142. O Jornal do Paraná. Folha Política. 17 de março de 2015, p. 04.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Funcionários do Detran mantêm greve enquanto aguardam projeto. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.142. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 17 de março de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.142. O Jornal do Paraná. 17 de março de 2015. Capa.

BANNWART, Luiz Guilherme. Especial para a FOLHA. Médicos dão ultimato no Norte Pioneiro. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.143. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de março de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. No Detran, sai acordo após um mês. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.143. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de março de 2015, p. 07.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Professores da UEL discutem pela manhã rumo da mobilização. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.143. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de março de 2015, p. 07.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Entregas dos Correios serão interrompidas hoje no Estado. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.143. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de março de 2015, p. 07.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Terceirizados da limpeza cruzam os braços. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.143. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de março de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.143. O Jornal do Paraná. 18 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Proposta aumenta sobrevida do fundo previdenciário. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.144. O Jornal do Paraná. Folha Política. 19 de março de 2015, p. 04.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Crise mantém governo na Capital. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.144. O Jornal do Paraná. Folha Política. 19 de março de 2015, p. 04.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Greve da UEL termina, mas data de volta às aulas só sai amanhã. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.144. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.144. O Jornal do Paraná. 19 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Servidores querem debater mais a Paranapevidência. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.145. O Jornal do Paraná. Folha Política. 20 de março de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.145. O Jornal do Paraná. 20 de março de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Aulas na UEL terão reposição pontuais aos sábados e vão até 22 de dezembro. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.146. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 21 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Calendário 205 UEL inclui aulas aos sábados. Ano 66. Edição 20.146. O Jornal do Paraná. 21 de março de 2015. Capa.

CHIBA, Mie Francine. Reportagem Local. Centros de Educação Infantil podem votar greve em abril. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.147. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de março de 2015, p. 06.

FOLHAPRESS. Após oito dias, garis do Rio encerram greve. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.147. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.147. O Jornal do Paraná. 22 de março de 2015. Capa.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Protesto marcam volta às aulas na UEL após um mês de greve. Folha de Londrina. Ano 66. Edição 20.149. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 24 de março de 2015, p. 06.

BANNWART, Luiz Guilherme. Especial para a FOLHA. Funcionários do hospital de Santo Antônio anunciam nova greve. Folha de Londrina. Ano 66. Edição 20.149. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 24 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.149. O Jornal do Paraná. 24 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Nova fatia do ‘pacotão’ fiscal retorna à AL. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.150. O Jornal do Paraná. Folha Política. 25 de março de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.150. O Jornal do Paraná. 25 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Servidores cobram minuta de anteprojeto. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.151. O Jornal do Paraná. Folha Política. 26 de março de 2015, p. 04.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Médicos plantonistas cogitam greve em hospital de Rolândia. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.151. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de março de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.151. O Jornal do Paraná. 26 de março de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Decreto remaneja R\$ 1 bi do orçamento da Paraná. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.152. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de março de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. ‘A gente agora tem de descer do palanque’. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.152. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de março de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Governo estadual remaneja R\$ 1 bi para a educação. Ano 66. Edição 20.152. O Jornal do Paraná. 27 de março de 2015. Capa.

FOLHAPRESS. São Paulo. Professores da rede estadual decidem manter greve em SP. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.153. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de março de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.153. O Jornal do Paraná. 28 de março de 2015. Capa.

FERNANDES, Adriana; VERÍSSIMO, Renata. Agência Estado. Congresso tenta pautar agenda do crescimento. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.154. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de março de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.154. O Jornal do Paraná. 29 de março de 2015. Capa.

GALIOTTO, Fábio. Reportagem Local. Desoneração da folha deve deixar de valer a pena no PR. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.155. O Jornal do Paraná. Folha Economia. 30 de março de 2015, p. 04.

ESTADO, Agência. Brasília. Governo federal terá economia de R\$ 12 bi. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.155. O Jornal do Paraná. Folha Economia. 30 de março de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Desoneração não deve mais compensar no Estado. Ano 66. Edição 20.155. O Jornal do Paraná. 30 de março de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Professores universitários admitem retomar greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.158. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 02 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.158. O Jornal do Paraná. 02 de abril de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Agentes penitenciários retomam atividades. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.159. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 03 de abril de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.159. O Jornal do Paraná. 03 de abril de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Aumento de vereadores custaria R\$ 7,1 mi a Maringá. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.163. O Jornal do Paraná. Folha Política. 07 de abril de 2015, p. 04.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. ParanáPrevidência retorna à pauta da AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.163. O Jornal do Paraná. Folha Política. 07 de abril de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. ASSEMBLEIA - Anteprojeto que trata das alterações na ParanaPrevidência foi reenviado ontem. Texto será apresentado aos servidores em audiência pública. Ano 66. Edição 20.163. O Jornal do Paraná. 07 de abril de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Professores da UEL param na próxima terça. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.165. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 09 de abril de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.165. O Jornal do Paraná. 09 de abril de 2015. Capa.

LOPES, Victor. Reportagem Local. Beto surpreende e decide visitar a ExpoLondrina. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.168. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de abril de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.168. O Jornal do Paraná. 12 de abril de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. ParanaPrevidência tramitará em regime de urgência. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.171. O Jornal do Paraná. Folha Política. 15 de abril de 2015, p. 04.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. UEL ensaia nova paralisação com indicativo de greve. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.171. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 15 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.171. O Jornal do Paraná. 15 de abril de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Ajuste fiscal do Estado passa na AL. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.172. O Jornal do Paraná. Folha Política. 16 de abril de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.172. O Jornal do Paraná. 16 de abril de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Um terço das crianças do Paraná está fora da pré-escola. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.173. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 17 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Paraná terá que criar mais de 100 mil vagas na pré-escola até 2016. Ano 66. Edição 20.173. O Jornal do Paraná. 17 de abril de 2015. Capa.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Universidades retomam greve no PR. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.177. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 21 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.177. O Jornal do Paraná. 21 de abril de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Mudança na previdência dos servidores passa na CCJ. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.179. O Jornal do Paraná. Folha Política. 23 de abril de 2015, p. 04.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. UEM, Unioeste e UEPG retomam greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.179. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de abril de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.179. O Jornal do Paraná. 23 de abril de 2015. Capa.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. UEL para por uma semana. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.181. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 25 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.181. O Jornal do Paraná. 25 de abril de 2015. Capa.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Professores da rede estadual retomam greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.182. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de abril de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.182. O Jornal do Paraná. 26 de abril de 2015. Capa.

OGAWA, Vítor. Reportagem Local. Agentes penitenciários anunciam paralisação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.183. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de abril de 2015, p. 05.

FANTIN, Rafael. Equipe Bonde. Governo promete descontar dias parados. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.183. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de abril de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.183. O Jornal do Paraná. 27 de abril de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. ‘Blindada’ pela PM, AL aprova mudanças na ParanaPrevidência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.184. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de abril de 2015, p. 05.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Professores descartam retorno das aulas após liminar do TJ. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.184. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de abril de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Reunião vai definir paralisações de setores no HU. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.184. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de abril de 2015, p. 06.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Praça amanheceu ocupada pela PM. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.184. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de abril de 2015, p. 06.

LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Greve esvazia UEL e escolas estaduais. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.184. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de abril de 2015, p.7.

FOLHA DE LONDRINA.Com galeria vazia e cercada pela polícia, Assembleia aprova projeto. Ano 66. Edição 20.184. O Jornal do Paraná. 28 de abril de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Projeto polêmico ‘racha’ base de Beto na Assembleia. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de abril de 2015, p. 05.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. AL espera concluir hoje votação da ParanaPrevidência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de abril de 2015, p. 05.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Câmara aprova repúdio contra PM e pede retirada de projeto. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de abril de 2015, p. 05.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Aula de truculência no Centro Cívico. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de abril de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Servidor do Judiciário também para e denuncia ‘pressão’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de abril de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. HU paralisa atendimento a partir do dia 1º. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Polêmica sobre a previdência ‘racha’ base aliada de Beto. Ano 66. Edição 20.185. O Jornal do Paraná. 29 de abril de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Protegidos pela PM, deputados aprovam mudança na Previdência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de abril de 2015, p. 03.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Beto não vê abuso da polícia e culpa 'infiltrados' por conflito. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de abril de 2015, p. 03.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. AL vazia mostra desconexão com eleitores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de abril de 2015, p. 04.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Vereadores criticam governo por ação da PM. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de abril de 2015, p. 04.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Cenas de guerra: PM usa bomba e bala de borracha conta servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de abril de 2015, p. 06.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. A história se repete, 27 anos depois. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de abril de 2015, p. 06.

CRUZ, Lucio Flávio. Reportagem Local. Três alunos da UEL são presos. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de abril de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Repressão truculenta da PM fere 200 manifestantes na capital. Ano 66. Edição 20.186. O Jornal do Paraná. 30 de abril de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Beto sanciona mudança na Parana Previdência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Política. 01 de maio de 2015, p. 03.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Câmara pode revogar título dado ao governador. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Política. 01 de maio de 2015, p. 03.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. MP vai investigar excessos em manifestação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de maio de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Cientista social define ação da PM como desastrosa. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de maio de 2015, p. 06.

FERNANDES, Ana. Folhapress. Ex-ministro de FH critica postura de Richa. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de maio de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael; BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Funcionalismo mantém greve e paralisações. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de maio de 2015, p. 07.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Mil pessoas fazem ato de repúdio em Curitiba. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.187. O Jornal do Paraná. 01 de maio de 2015. Capa.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. ‘Menos bala e mais giz’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.188. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 02 de maio de 2015, p. 05.

CRUZ, Lucio Flávio. Reportagem Local. Festa e reivindicações marcam o 1º de Maio. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.188. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 02 de maio de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.188. O Jornal do Paraná. 02 de maio de 2015. Capa.

FERREIRA Edson. Reportagem Local. Pressa comprometeu debate sobre Parana Previdência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.189. O Jornal do Paraná. Folha Política. 03 de maio de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.189. O Jornal do Paraná. 03 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Oposição na AL não ganha ‘gordura’ após o 29 de abril. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.191. O Jornal do Paraná. Folha Política. 05 de maio de 2015, p. 03.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Recuo da base pode ocorrer apenas no período eleitoral, diz analista. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.191. O Jornal do Paraná. Folha Política. 05 de maio de 2015, p. 03.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Francischini nega responsabilidade na ação da PM. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.191. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 05 de maio de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. UEL aprova greve por três dias em protesto contra violência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.191. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 05 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.191. O Jornal do Paraná. 05 de maio de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Mudança na Parana Previdência é inconstitucional, aponta MP. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. Folha Política. 06 de maio de 2015, p. 03.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Câmara quer reduzir tempo de vereador. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. Folha Política. 06 de maio de 2015, p. 03.

COMELI, Loriane. Reportagem Local. Guarapuava pode revogar cidadania de Beto. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. Folha Política. 06 de maio de 2015, p. 03.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Professores e servidores mantêm a greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 06 de maio de 2015, p. 06.

COSTA, Viviani. Reportagem Local. Reitora repudia classificação de alunos da UEL como black blocs. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 06 de maio de 2015, p. 07.

REDAÇÃO. Reportagem Local. MP pede informações a Richa, secretário e PM. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 06 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.192. O Jornal do Paraná. 06 de maio de 2015. Capa.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Secretária assume prometendo conversar. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.193. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 07 de maio de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. APP cobra ‘retorno do diálogo’ após troca de secretários. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.193. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 07 de maio de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. UEL entra em greve por tempo indeterminado. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.193. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 07 de maio de 2015, p. 07.

.
FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.193. O Jornal do Paraná. 07 de maio de 2015. Capa.

BATISTA, Guilherme. Equipe Bonde. Alunos denunciam humilhações e agressões. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.194. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 08 de maio de 2015, p.6.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Secretária garante à APP que não descontará faltas de abril. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.194. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 08 de maio de 2015, p.6.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.194. O Jornal do Paraná. 08 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Francischini cede à pressão e entrega cargo. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de maio de 2015, p. 04.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Deputado volta para a ‘bancada da bala’ em Brasília. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Após ‘reflexão profunda’, Beto pede compreensão. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Demissões não mudam relação com AL dizem deputados. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de maio de 2015, p. 05.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Para APP, Francischini demorou para cair. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de maio de 2015, p. 05.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Gestão Beto vai para quinto secretário de Segurança. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de maio de 2015, p. 05.

FERNANDES, Ana. Agência Estado. SDH já recebeu 18 denúncias por repressão no Paraná. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 09 de maio de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso; DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. APP só votará fim da greve quando governo divulgar índice de reajuste. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 09 de maio de 2015, p. 06.

LUCIANO, Antoniele; MAIA, Ricardo. Reportagem Local. Dia foi de novos protestos em Londrina e Maringá. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 09 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.195. O Jornal do Paraná. 09 de maio de 2015. Capa.

CARAZZAI, Estelita Hass. Folhapress. MP pede suspensão de lei de Richa que gerou protestos. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.196. O Jornal do Paraná. Folha Política. 10 de maio de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. MP pede suspensão da lei que alterou a Parana Previdência. Ano 66. Edição 20.196. O Jornal do Paraná. 10 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Beto vai a Brasília e engrossa apoio a Facin. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.198. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de maio de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Ministério da Previdência considera lei do Paraná ilegal. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.198. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de maio de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Deputado acusa servidor da AL de arremessar vaso contra PMs. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.198. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de maio de 2015, p. 03.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Menos aulas, mais despesas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.198. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de maio de 2015, p. 08.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Seap e servidores tentam acordo quanto à data-base. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.198. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de maio de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.198. O Jornal do Paraná. 12 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Sem reajuste, servidores ameaçam greve geral. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.199. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 13 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. SERVIDORES - Governo adia apresentação do índice de reajuste; greve geral é cogitada. Ano 66. Edição 20.199. O Jornal do Paraná. 13 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Fórum das Entidades vai à Justiça contra mudanças na Parana Previdência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.200. O Jornal do Paraná. Folha Política. 14 de maio de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. MPF apura violação de direitos em ‘batalha’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.200. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 14 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.200. O Jornal do Paraná. 14 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo apresenta reajuste, servidores reprovam índice e greve continua. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.201. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 15 de maio de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. NREs dizem que mais de 60 escolas estão na ativa. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.201. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 15 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Servidores reprovam proposta de reajuste; governo encerra diálogo. Ano 66. Edição 20.201. O Jornal do Paraná. 15 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Beto decide congelar o próprio salário. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.202. O Jornal do Paraná. Folha Política. 16 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. TC arquiva cautelar sobre Parana Previdência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.202. O Jornal do Paraná. Folha Política. 16 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco; FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Sindiprol suspende o vestibular da UEL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.202. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 16 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Sindicatos confirmam greve geral e ato unificado. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.202. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 16 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Sindicato dos professores anuncia suspensão do vestibular. Ano 66. Edição 20.202. O Jornal do Paraná. 16 de maio de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. ‘Quem paga a conta com a mudança é a população’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.203. O Jornal do Paraná. Folha Entrevista. 17 de maio de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.203. O Jornal do Paraná. 17 de maio de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Reforma política gera incerteza entre paranaenses. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.204. O Jornal do Paraná. Folha Política. 18 de maio de 2015, p. 03.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Em vídeo, Beto rebate acusações de delator. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.204. O Jornal do Paraná. Folha Política. 18 de maio de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.204. O Jornal do Paraná. 18 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Governo adia envio de projeto que reajusta servidores em 5%. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.205. O Jornal do Paraná. Folha Política. 19 de maio de 2015, p. 05.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Sanepar oferece aumento que repõe a inflação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.205. O Jornal do Paraná. Folha Política. 19 de maio de 2015, p. 05.

REDAÇÃO. Folha Cidadania. Auditor diz que propina teria abastecido campanha de Beto. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.205. O Jornal do Paraná. Folha Política. 19 de maio de 2015, p. 05.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Fórum espera reunir mais de 50 mil no Centro Cívico. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.205. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Governo adia envio de projeto; servidores vão às ruas. Ano 66. Edição 20.205. O Jornal do Paraná. 19 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. `Revolta` de aliados sobre reajuste de servidores pressiona o governo. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.206. O Jornal do Paraná. Folha Política. 20 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo não recua dos 5%, e servidores mantêm greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.206. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 20 de maio de 2015, p. 07.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo do Estado gastou R\$ 3,7 milhões com armas não-letais. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.206. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 20 de maio de 2015, p. 07.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. PM, desta vez, só assistiu à manifestação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.206. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 20 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.206. O Jornal do Paraná. 20 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Oposição quer obstruir pauta de votações da AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.207. O Jornal do Paraná. Folha Política. 21 de maio de 2015, p. 04.

GUERREIRO, Gabriela. Folhapress. CCJ aprova aumento para servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.207. O Jornal do Paraná. Folha Política. 21 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Secretaria de Educação promete lançar faltas dos professores a partir de hoje. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.207. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 21 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Servidores acampam e fazem ‘buzinação’ em frente à Fazenda. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.207. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 21 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.207. O Jornal do Paraná. 21 de maio de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Beneficiado por lei, TC aprova mudança na Parana Previdência. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. Folha Política. 22 de maio de 2015, p. 04.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Reunião sobre reajuste de servidores termina sem avanços. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. Folha Política. 22 de maio de 2015, p. 04.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Beto reitera que reajuste não passará dos 5%. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. MP já ouviu 190 pessoas sobre o dia 29 de abril. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de maio de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Vereadores de Londrina defendem causa dos servidores estaduais. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. TJ determina que servidores deixem prédio. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 22 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.208. O Jornal do Paraná. 22 de maio de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Justiça condena Beto a devolver R\$ 2 mi ao Estado. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. Folha Política. 23 de maio de 2015, p. 04.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Obstrução de pauta da AL não deve avançar. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. Folha Política. 23 de maio de 2015, p. 04.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. À paisana, policiais acompanham assembleia. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. CGU ouve reitor sobre ‘fantasma’ do HC. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de maio de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Salário dos professores: avanços e problemas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de maio de 2015, p. 07.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Docentes planejam panfletagens e ‘visitas’ a deputados. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.209. O Jornal do Paraná. 23 de maio de 2015. Capa.

GALIOTTO, Fábio. Reportagem Local. Agentes penitenciários entram em greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.210. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 24 de maio de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.210. O Jornal do Paraná. 24 de maio de 2015. Capa.

ORIKASA, Micaela. Reportagem Local. Momento é de recolocação profissional. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.211. O Jornal do Paraná. Folha Empregos & Concursos. 25 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.211. O Jornal do Paraná. 25 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Base sinaliza com reajuste de 8,17% para servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.212. O Jornal do Paraná. Folha Política. 26 de maio de 2015, p. 04.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Ano letivo na rede estadual pode terminar em fevereiro de 2016. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.212. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Greve continua, garantem professores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.212. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de maio de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. UEL suspende período de inscrição do vestibular. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.212. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Negociações entre governo e agente penitenciários avançam. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.212. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.212. O Jornal do Paraná. 26 de maio de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Base aliada apresenta duas propostas de reajuste. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.213. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de maio de 2015, p. 04.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. René Dotti inicia defesa de Beto Richa em Londrina. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.213. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de maio de 2015, p. 04.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Servidores da Justiça e Saúde param. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.213. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores mantêm vigília nos 32 núcleos de educação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.213. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo solicita que PMs devolvam diárias de alimentação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.213. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de maio de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.213. O Jornal do Paraná. 27 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Reajuste de 3,45% desagrada servidores. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 03.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Proposta de governo deve enfrentar resistência na AL. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 03.

BERTOLDI, Andréa. Reportagem Local. Demora em aumento traz perda de massa salarial, aponta Dieese. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 03.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Beto culpa crise nacional pelas finanças do Paraná. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 04.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Praczyk nega denúncias sobre supostos fantasmas. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 04.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Reforma política divide bancada do Paraná na Câmara dos Deputados. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 05.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. TC condena Oscips a devolverem mais de R\$ 50 mi. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de maio de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.214. O Jornal do Paraná. 28 de maio de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Governo expõe salários na web e irrita professores. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.215. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de maio de 2015, p. 04.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. TC emite alerta de gastos com pessoal. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.215. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de maio de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Marcas de uma batalha sem vencedores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.215. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de maio de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores e governo divergem, e greve continua. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.215. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de maio de 2015, p. 06.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Servidores das federais entram em greve hoje. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.215. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de maio de 2015, p.7.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.215. O Jornal do Paraná. 29 de maio de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Governo volta a destacar altos salários de professores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.216. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de maio de 2015, p. 03.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Gestão Kireeff fecha primeiro quadrimestre com saldo positivo. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.216. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de maio de 2015, p. 03.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Governo e APP travam nova batalha judicial. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.216. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de maio de 2015, p. 05.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Protesto relembra o 29 de Abril em Curitiba. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.216. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de maio de 2015, p. 05.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Repressão da PM custou R\$ 1 milhão aos cofres públicos. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.216. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de maio de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.216. O Jornal do Paraná. 30 de maio de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Deputados enviam a Beto nova proposta de reajuste. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.219. O Jornal do Paraná. Folha Política. 02 de junho de 2015, p. 03.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Deputados esperam solução para impasse. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.219. O Jornal do Paraná. Folha Política. 02 de junho de 2015, p. 03.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Justiça condena Romanelli e Moura por contratação de ‘fantasma’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.219. O Jornal do Paraná. Folha Política. 02 de junho de 2015, p. 03.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Seed abre processo contra diretores ‘insubordinados’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.219. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 02 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.219. O Jornal do Paraná. 02 de junho de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Beto exonera quarto secretário em menos de dois meses. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.220. O Jornal do Paraná. Folha Política. 03 de junho de 2015, p. 03.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Governador rejeita nova proposta e aposta em desgaste dos servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.220. O Jornal do Paraná. Folha Política. 03 de junho de 2015, p. 04.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Beto insiste: ‘A proposta do governo é boa’. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.220. O Jornal do Paraná. Folha Política. 03 de junho de 2015, p.04.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. Governo tem 72 horas para explicar aumento. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.220. O Jornal do Paraná. Folha Política. 03 de junho de 2015, p.04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.220. O Jornal do Paraná. 03 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Nova proposta pode encerrar paralisação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.221. O Jornal do Paraná. Folha Política. 04 de junho de 2015, p. 04.

FOLHAPRESS. São Paulo. Professores mantêm greve mais longa da história de SP. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.221. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 04 de junho de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.221. O Jornal do Paraná. 04 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Nova proposta de reajuste chega à AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.226. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de junho de 2015, p. 05.

FOLHAPRESS. São Paulo. Executivos pede votação do projeto da desoneração. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.226. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de junho de 2015, p. 05.

REDAÇÃO. Folha Cidadania. Nova proposta de reajuste pode encerrar paralisação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.226. O Jornal do Paraná. Folha Política. 09 de junho de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.226. O Jornal do Paraná. 09 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Após aval de comissões, AL vota reajuste de servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.227. O Jornal do Paraná. Folha Política. 10 de junho de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Metade das escolas terá aula até 2016. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.227. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de junho de 2015, p. 06.

DE CUNTO, Adriana. Reportagem Local. 'Sairemos dessa greve de cabeça erguida', diz presidente da APP. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.227. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de junho de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. UEL e Unioeste discutem fim da paralização. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.227. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 10 de junho de 2015, p.6.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.227. O Jornal do Paraná. 10 de junho de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco; LUCIANO, Antoniele. Reportagem Local. Enfim, aulas. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.228. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 11 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.228. O Jornal do Paraná. 11 de junho de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Universidades estaduais mantêm a greve. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.229. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de junho de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.229. O Jornal do Paraná. 12 de junho de 2015. Capa.

SIMÕES, Eduardo. Especial para a FOLHA. Ministro chora com relatos da Batalha do Centro Cívico. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.230. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 13 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.230. O Jornal do Paraná. 13 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Emendas adiam votação de reajuste do funcionalismo. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.233. O Jornal do Paraná. Folha Política. 16 de junho de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.233. O Jornal do Paraná. 16 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Votação do reajuste dos servidores emperra na AL. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.234. O Jornal do Paraná. Folha Política. 17 de junho de 2015, p. 04.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Câmara aprova Plano de Educação. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.234. O Jornal do Paraná. Folha Política. 17 de junho de 2015, p. 04.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Indefinição de votação na AL adia decisão da UEL sobre volta às aulas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.234. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 17 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.234. O Jornal do Paraná. 17 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Paraná fecha primeiro quadrimestre no “azul”. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.235. O Jornal do Paraná. Folha Política. 18 de junho de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.235. O Jornal do Paraná. 18 de junho de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Servidores mantêm greve em UTIs do HC. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.236. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 19 de junho de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.236. O Jornal do Paraná. 19 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. AL aprova reajuste de servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.240. O Jornal do Paraná. Folha Política. 23 de junho de 2015, p. 05.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Universitários conseguem na Justiça retorno às aulas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.240. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de junho de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Aulas em Londrina terminam a partir de 20 de fevereiro. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.240. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 23 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.240. O Jornal do Paraná. 23 de junho de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. UEL suspende a greve e discute calendário. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.241. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 24 de junho de 2015, p. 05.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Conselho de Educação avalia 'sexta aula'. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.241. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 24 de junho de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.241. O Jornal do Paraná. 24 de junho de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. AL justifica promoção por tempo de serviço a servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.242. O Jornal do Paraná. Folha Política. 25 de junho de 2015, p. 04.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Ocupação na UEL pode atrasar retorno das aulas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.242. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 25 de junho de 2015, p. 07.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Conselho decide que escolas podem usar 'sexta aula'. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.242. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 25 de junho de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.242. O Jornal do Paraná. 25 de junho de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Reitora aguarda desocupação na UEL para convocar conselho. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.243. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de junho de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.243. O Jornal do Paraná. 26 de junho de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Aulas na UEL retornam na terça-feira. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.244. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 27 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.244. O Jornal do Paraná. 27 de junho de 2015. Capa.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Estudantes desocupam reitoria, mas mantêm greve. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.245. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.245. O Jornal do Paraná. 28 de junho de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. MP processa Beto, Francischini e oficiais. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.247. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de junho de 2015, p. 06.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Ação por improbidade repercute na AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.247. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de junho de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Sexta aula não garante fim do ano letivo em 2015, diz NRE. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.247. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de junho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.247. O Jornal do Paraná. 30 de junho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. AL barra tentativa de Beto de remanejar 20% das receitas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.248. O Jornal do Paraná. Folha Política. 01 de julho de 2015, p. 05.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. UEL retoma as aulas parcialmente. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.248. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de julho de 2015, p. 06.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. PR concluiu 96,2% de seus Planos Municipais de Educação. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.248. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 01 de julho de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.248. O Jornal do Paraná. 01 de julho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. ‘Por coerência’, AL dará só 3,45% de aumento a servidores. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.254. O Jornal do Paraná. Folha Política. 07 de julho de 2015, p.3.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.254. O Jornal do Paraná. 07 de julho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. ‘Pacotão’ de reajuste para servidores é aprovado em primeiro turno. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.255. O Jornal do Paraná. Folha Política. 08 de julho de 2015, p. 04.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Servidores do INSS entrem em greve no PR. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.255. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 08 de julho de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.255. O Jornal do Paraná. 08 de julho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Assembleia Legislativa: um semestre para não esquecer. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.259. O Jornal do Paraná. Folha Política. 12 de julho de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.259. O Jornal do Paraná. 12 de julho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Chegada do recesso com votação ‘tranquilas’ na AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.261. O Jornal do Paraná. Folha Política. 14 de julho de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.261. O Jornal do Paraná. 14 de julho de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. No aniversário de Beto, bolo pelo 29 de abril. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.276. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de julho de 2015, p. 07.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.276. O Jornal do Paraná. 29 de julho de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Assembleia Legislativa retoma trabalhos amanhã. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.280. O Jornal do Paraná. Folha Política. 02 de agosto de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.280. O Jornal do Paraná. 02 de agosto de 2015. Capa.

FERREIRA, Edson. Reportagem Local. Beto articula criação de agenda positiva no interior. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.291. O Jornal do Paraná. Folha Política. 13 de agosto de 2015, p. 03.

COMELI, Loriane. Reportagem Local. Presidente garante normas mais rígidas em promoções da Câmara. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.291. O Jornal do Paraná. Folha Política. 13 de agosto de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.291. O Jornal do Paraná. 13 de agosto de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Professores e servidores cobram cerca de 200 nomeações na UEL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.296. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de agosto de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.296. O Jornal do Paraná. 18 de agosto de 2015. Capa.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Reportagem Local. Justiça obriga Beto a pagar precatórios de menor valor. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.300. O Jornal do Paraná. Folha Política. 22 de agosto de 2015, p. 03.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.300. O Jornal do Paraná. 22 de agosto de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Proposta sobre eleições de diretores gera novo embate. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.304. O Jornal do Paraná. Folha Política. 26 de agosto de 2015, p. 04.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. TCE-PR cobra melhorias na estrutura de escolas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.304. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de agosto de 2015, p. 08.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.304. O Jornal do Paraná. 26 de agosto de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Presidente da AL descarta reduzir salários de deputados. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.305. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de agosto de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Adiada votação sobre eleições nas escolas. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.305. O Jornal do Paraná. Folha Política. 27 de agosto de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.305. O Jornal do Paraná. 27 de agosto de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Com atrasos, governo nomeia 264 docentes. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.306. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de agosto de 2015, p. 06.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Grevistas prometem ocupar gerência do INSS em Londrina. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.306. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 28 de agosto de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.306. O Jornal do Paraná. 28 de agosto de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. PROTESTO NO INSS. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.307. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 29 de agosto de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.307. O Jornal do Paraná. 29 de agosto de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Professores saem às ruas para lembrar ‘massacres’. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.308. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 30 de agosto de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.308. O Jornal do Paraná. 30 de agosto de 2015. Capa.

FALCÃO, Márcio. Folhapress. STF libera votação de contas de presidentes. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.313. O Jornal do Paraná. Folha Política. 04 de setembro de 2015, p. 05.

ÁLVARES, Débora. Folhapress. Câmara deve retomar financiamento privado. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.313. O Jornal do Paraná. Folha Política. 04 de setembro de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.313. O Jornal do Paraná. 04 de setembro de 2015. Capa.

FOLHAPRESS. Agência Estado. CNE defende revisão nos planos de educação. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.321. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de setembro de 2015, p. 05.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Após um mês, professores encerram greve na UFPR. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.321. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de setembro de 2015, p. 05.

REDAÇÃO. Reportagem Local. PL que proíbe taxa para prova substituta avança na Câmara. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.321. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 12 de setembro de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.321. O Jornal do Paraná. 12 de setembro de 2015. Capa.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Reitor da UFPR diz que ‘invasores’ serão responsabilizados. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.327. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 18 de setembro de 2015, p. 06.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.327. O Jornal do Paraná. 18 de setembro de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Pacotão anticrise vai a votação hoje na AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.331. O Jornal do Paraná. Folha Política. 22 de setembro de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.331. O Jornal do Paraná. 22 de setembro de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Pacotão recebe 44 emendas e votação é adiada na AL. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.333. O Jornal do Paraná. Folha Política. 24 de setembro de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.333. O Jornal do Paraná. 24 de setembro de 2015. Capa.

FANTIN, Rafael. Reportagem Local. Servidores do INSS suspendem greve no Paraná. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.335. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de setembro de 2015, p. 05.

FELIZARDO, Celso. Reportagem Local. Funcionários dos Correios param na segunda-feira. **Folha de Londrina**. Ano 66. Edição 20.335. O Jornal do Paraná. Folha Geral. 26 de setembro de 2015, p. 05.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.335. O Jornal do Paraná. 26 de setembro de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Pacote, eleições de diretores e prestação de contas na AL. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.337. O Jornal do Paraná. Folha Política. 28 de setembro de 2015, p.3.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.337. O Jornal do Paraná. 28 de setembro de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Assembleia deve aprovar terceiro pacote de Beto. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.338. O Jornal do Paraná. Folha Política. 29 de setembro de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.338. O Jornal do Paraná. 29 de setembro de 2015. Capa.

CHUEIRE, Rubens Jr. Reportagem Local. Pacote anticrise é aprovado pela AL com 18 emendas. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.339. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de setembro de 2015, p. 04.

RAMOS, Mariana Franco. Reportagem Local. Para aprovar contas no TC, Beto volta a ‘encolher’ deficit. **Folha de Londrina.** Ano 66. Edição 20.339. O Jornal do Paraná. Folha Política. 30 de setembro de 2015, p. 04.

FOLHA DE LONDRINA. Ano 66. Edição 20.339. O Jornal do Paraná. 30 de setembro de 2015. Capa.

9 FONTES JORNALÍSTICAS GAZETA DO POVO

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.116. 01 de fevereiro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Sem disputa, Assembleia vai eleger à presidência o “abençoado” de Richa. **Gazeta do povo.** Ano 97. Edição 31.116. Vida Pública. 01 de fevereiro de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.117. 02 de fevereiro de 2015. Capa

ANÍBAL, Felipe. Falta de professores temporários coloca em risco o início do ano letivo no Paraná. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.117. Vida e Cidadania. 02 de fevereiro, p. 04.

MARÉS, Chico; GARCIA, Euclides Lucas. Traiano não descarta aposentadoria a deputados. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.117. Vida e Cidadania. 02 de fevereiro, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.120. 05 de fevereiro de 2015. Capa.

GARCIA, E. L.; MARTINS, F.; GALINDO, R. W. Gestão Richa contingencia R\$ 11 bilhões e anuncia “medidas amargas”. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.120. Vida Pública. 05 de fevereiro de 2015. p. 13.

GARCIA, E. L.; MARTINS, F.; GALINDO, R. W. Servidores perdem adicionais e licenças para professores ficam mais difíceis. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.120. Vida Pública. 05 de fevereiro de 2015. p. 14.

GARCIA, E. L.; MARTINS, F.; GALINDO, R. W. Poderes dão “ajudinhas” para pagar funcionalismo. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.120. Vida Pública. 05 de fevereiro de 2015. p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.121. 06 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe; KÖNIG, Mauri. Com ou sem greve, escolas não vão abrir. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.121. Vida e Cidadania. 06 de fevereiro de 2015, p. 04.

MARÉS, Chico. Funcionalismo responde a “pacotaço” de Richa com ameaça de greve geral. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.121. Vida Pública. 06 de fevereiro de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.122. 07 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Em meio a cortes e calotes do governo, educação estadual tem hoje o seu ‘Dia D’. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 21.122. Vida e Cidadania. 07 de fevereiro de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.123. 08 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Professores aprovam greve na rede estadual. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 21.123. Vida e Cidadania. 08 de fevereiro de 2015, p. 04.

ANTONELLI, Diego; TRISOTTO, Fernanda. Mudança na gestão do ensino fecha turnos e turmas. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 21.123. Vida e Cidadania. 08 de fevereiro de 2015, p. 04.

GALVEZ, Paulo. Deputados aumentam gastos no fim de ano para não ‘perder’ verba de gabinete. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 21.123. Vida Pública. 08 de fevereiro de 2015, p. 13.

GARCIA, Euclides Lucas. Projeto “decreta a morte” da Parana Previdência, diz idealizador do órgão. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 21.123. Vida Pública. 08 de fevereiro de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.124. 09 de fevereiro de 2015. Capa.

TORRENTE, Andrea. Greve dos professores começa hoje. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.124. Vida e Cidadania. 09 de fevereiro de 2015, p. 5.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.125. 10 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, F.; ANTONELLI, D.; TRISOTTO, F. Trinta mil professores contra o “pacotaço”. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.125. Vida e Cidadania. 10 de fevereiro de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Sob pressão, governo cede em itens do seu ‘pacotaço’. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.125. Vida Pública. 10 de fevereiro de 2015, p. 11.

GARCIA, Euclides Lucas. Gestão Richa tem pressa na proposta que mexe na Parana Previdência. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.125. Vida Pública. 10 de fevereiro de 2015, p. 12.

SILVA, Paulo Galvez da. Secretário da Fazenda ganha mais poder e terá acesso a contas bancárias. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.125. Vida Pública. 10 de fevereiro de 2015, p. 13.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Sesp suspende contratação de novos policiais. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.125. Vida Pública. 10 de fevereiro de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 21.126. 11 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, F.; ANTONELLI, D.; SENKOVSKI, A. Professores prometem ficar na Alep. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.126. Vida e Cidadania. 11 de fevereiro de 2015, p. 04.

MARÉS, C.; GARCIA, E. L.; GALINDO, R. W. Oposição questiona a legalidade do “tratoração”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.126. Vida Pública. 11 de fevereiro de 2015, p. 14.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Ocupação se deu sem confronto com a PM. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.126. Vida Pública. 11 de fevereiro de 2015, p. 14.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Pés pelas mãos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.126. Vida Pública. 11 de fevereiro de 2015, p. 15.

GALINDO, Rogério Waldrigues. “Pacotaço” faz governo sofrer baixas na base. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.126. Vida Pública. 11 de fevereiro de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.127. 12 de fevereiro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Sob. Protestos e sem recuo do governo deputados votam hoje o “pacotaço”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 04.

GALANI, L.; SILVA, P. G. da; GALINDO, R. W. O dia em que o plenário teve fica para a marmitta. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 06.

MARÉS, Chico. Extinção de 12 classes na carreira é o novo conflito de professores com o governo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 07.

ANTONELLI, Diego. Após 15 anos, educadores repetem ato. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 07.

SENKOVSKI, Antonio. Greve dos professores ganha adesões. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 09.

ANÍBAL, Felipe. Seed: cortes pouco afetaram as escolas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 09.

RIBEIRO, Diego; TRISOTTO, Fernanda. Governo paga parte das diárias devidas a bombeiros e PMs. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 21.127. Vida Pública. 12 de fevereiro de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.128. 13 de fevereiro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Assembleia tomada e confronto levam à retirada de “pacotaço”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 04.

MARÉS, Chico. Governo já contava com dinheiro extra. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 05.

RUPP, I.; ROSSI, J.; SANTOS, J.; SILVA, P. G. da. Um dia histórico, instante a instante. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 06.

RIBEIRO, D.; BATISTA, R.; GARCIA, E. L. Reação policial foi de alto risco para ambos os lados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 06.

ANTONELLI, Diego; GALINDO, Rogério Waldrigues. Pressa do governo estadual virou um grande erro político. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 07.

ANÍBAL, Felipe. Professores liberam Assembleia, mas continuam parados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 07.

BATISTA, Rodrigo. Greve afeta serviços em hospitais do PR. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 07.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Juízes pedem valor retroativo de auxílio-moradia. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.128. Vida Pública. 13 de fevereiro de 2015, p. 08.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.129. 14 de fevereiro de 2015. Capa

MARÉS, Chico. No dia seguinte, clima no Centro Cívico era de tranquilidade. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.129. Vida Pública. 14 de fevereiro de 2015, p. 12.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.130. 15 de fevereiro de 2015. Capa.

CASTILHO, Cristiane. Roncos e improvisos na Casa do Povo. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.130. Vida Pública. 15 de fevereiro de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.131. 16 de fevereiro de 2015. Capa.

KOMARCHESQUI, Bruna. Falta de dinheiro para custeio ameaça início do ano letivo nas universidades. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.131. Vida e Cidadania. 16 de fevereiro de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.132. 17 de fevereiro de 2015. Capa.

BARAN, Katna. Professores da rede estadual seguem acampados até quinta. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.132. Vida e Cidadania. 17 de fevereiro de 2015. P. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.133. 18 de fevereiro de 2015. Capa.

MARCHIORI, Raphael. Sem dinheiro, obras de CMEIs atrasam. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.133. Vida e Cidadania. 18 de fevereiro de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, A.; BARAN, K.; CRUZ, L. C. da. Servidores assam batatas e cantam marchinhas contra o “pacotaço”. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.133. Vida Pública. 18 de fevereiro de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.134. 19 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Começa o diálogo após 10 dias de greve. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.134. Vida e Cidadania. 19 de fevereiro de 2015, p. 04.

ANÍBAL, Felipe; BATISTA, Rodrigo. Pauta única é elaborada e Defensoria e Detran também resolvem parar. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.134. Vida e Cidadania. 19 de fevereiro de 2015, p. 04.

BATISTA, Rodrigo. Mais de 140 mil alunos voltam às aulas hoje na rede municipal. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.134. Vida e Cidadania. 19 de fevereiro de 2015, p. 05.

SILVA, Pedro Galvez da. Governo do Paraná cobra economia, mas mantém pequenos desperdícios. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.134. Vida Pública. 19 de fevereiro de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.135. 20 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Sem acordo, professores mantêm greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.135. Vida e Cidadania. 20 de fevereiro de 2015, p. 04.

VANINI, Felipe. Greve dos servidores do Detran entra no terceiro dia. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.135. Vida e Cidadania. 20 de fevereiro de 2015, p. 05.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.136. 21 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Governo recua, mas sem acordo sobre pagamentos, greve segue longe do fim. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.136. Vida e Cidadania. 21 de fevereiro de 2015, p. 04.

CALSAVARA, F.; KUBASKI, D.; ALVARO, V. Governo libera R\$ 2,7 mi para hospitais universitários. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.136. Vida e Cidadania. 21 de fevereiro de 2015, p. 04.

BATISTA, Rodrigo. Paralisação no Detran entra no terceiro dia. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.136. Vida e Cidadania. 21 de fevereiro de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.137. 22 de fevereiro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. ‘Pacotaço’ mistura medidas ruins e boas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.137. Vida Pública. 22 de fevereiro de 2015, p. 14.

VICELLI, Carlos. Fracassado na vida real, “tratoraço” do governo vira sucesso na internet. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.137. Vida Pública. 22 de fevereiro de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.138. 23 de fevereiro de 2015. Capa.

COVACCI, Bruna. Greve continua, e com ator programados até quarta-feira. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.138. Vida e Cidadania. 23 de fevereiro de 2015, p. 05.

MARÉS, Chico. Servidores em ato contra Richa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.138. Vida Pública. 23 de fevereiro de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.139. 24 de fevereiro de 2015. Capa.

TRISOTTO, F.; POMPEO, C.; VANINI, F. Cresce a insatisfação entre os servidores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.139. Vida e Cidadania. 24 de fevereiro de 2015, p. 05.

VICELLI, Carlos Eduardo; GALINDO, Rogério Waldrigues. Governo promete pagar a folha do mês, mas ainda estuda de onde tirar a verba. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.139. Vida Pública. 24 de fevereiro de 2015, p. 13.

GARCIA, Euclides Lucas. Richa e secretários receberão salários atrasados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.139. Vida Pública. 24 de fevereiro de 2015, p. 13.

GARCIA, Euclides Lucas. Deputados concordam em acabar com o tratoração. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.139. Vida Pública. 24 de fevereiro de 2015, p. 15.

DA REDAÇÃO. Governo vai propor o fim do fator previdenciário. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.139. Vida Pública. 24 de fevereiro de 2015, p. 20.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.140. 25 de fevereiro de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego. Governo põe nova proposta na mesa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.140. Vida e Cidadania. 25 de fevereiro de 2014, p. 04.

ANÍBAL, Felipe. Marcha deve reunir 30 mil professores e interditar ruas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.140. Vida e Cidadania. 25 de fevereiro de 2014, p. 04.

RIBEIRO, Diego; VANINI, Felipe. Reitores enviarão hoje ao Palácio Iguaçu a “conta” das universidades. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.140. Vida e Cidadania. 25 de fevereiro de 2014, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Deputados querem obrigar Richa a pagar emendas parlamentares. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.140. Vida Pública. 25 de fevereiro de 2014, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.141. 26 de fevereiro de 2015. Capa.

ANTONELLI, Diego; MENEZES, Fabiane Ziolla. Governo cede, faz promessas, mas greve continua. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida e Cidadania. 26 de fevereiro de 2015, p. 04.

ANTONELLI, Diego; MENEZES, Fabiane Ziolla. Porte de turmas será reconsiderado. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida e Cidadania. 26 de fevereiro de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antônio. Universidades receberão R\$ 26,9 mi. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida e Cidadania. 26 de fevereiro de 2015, p. 04.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Governo admite usar verba de fundos específicos para pagar o funcionalismo. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida Pública. 26 de fevereiro de 2015, p. 13.

MARÉS, Chico; MARTINS, Fernanda. Secretário da Fazenda ganha R\$ 20,5 mil para participar de conselhos. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida Pública. 26 de fevereiro de 2015, p. 13.

KADANUS, Kelli. Associação denuncia retaliação a grevistas na Defensoria Pública. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida Pública. 26 de fevereiro de 2015, p. 13.

GARCIA, Euclides Lucas. Beto pede fim da greve e anuncia reenvio de projeto da previdência. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.141. Vida Pública. 26 de fevereiro de 2015, p. 15.

GARCIA, Euclides Lucas. Sem polêmicas, dois projetos do “pacotão” fatiado chegam à Alep. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.140. Vida Pública. 25 de fevereiro de 2014, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.142. 27 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Desconfiados, professores mantêm greve. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.142. Vida e Cidadania. 27 de fevereiro de 2015, p. 04.

VANINI, Felipe. Entre 2013 e 2014, UEM, UEL e Unicentro deixaram de receber R\$ 22,5 milhões. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.142. Vida e Cidadania. 27 de fevereiro de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Assembleias ocorrerão de hoje até o dia 4 nas universidades. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.142. Vida e Cidadania. 27 de fevereiro de 2015, p. 04.

ALVES, Débora Mariotto. Unespar cobra o fim de obras atrasadas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.142. Vida e Cidadania. 27 de fevereiro de 2015, p. 04.

TRISOTTO, Fernanda. Fechamento de ruas em Curitiba é polêmica na certa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.142. Vida e Cidadania. 27 de fevereiro de 2015, p. 11.

GARCIA, Euclides Lucas. Assemblei ignora crise e vai reajustar verba parlamentar. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.142. Vida Pública. 27 de fevereiro de 2015, p. 13.

GARCIA, Euclides Lucas. Governo diz que paga hoje a folha de fevereiro. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.142. Vida Pública. 27 de fevereiro de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.143. 28 de fevereiro de 2015. Capa.

ANÍBAL, F.; GALINDO, R. W.; RIBEIRO, D. Governo aciona Justiça pelo fim da greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.143. Vida e Cidadania. 28 de fevereiro de 2015, p. 04.

POMPEO, Carolina. Governo está em baixa com os professores, diz APP. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.143. Vida e Cidadania. 28 de fevereiro de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Quatro universidades decidem manter paralisação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.143. Vida e Cidadania. 28 de fevereiro de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Assembleia suspende reajuste em benefícios dos deputados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.143. Vida Pública. 28 de fevereiro de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.145. 02 de março de 2015. Capa.

ANTONELLI, Diego. Professores mantêm greve em todo o Paraná. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.145. Vida e Cidadania. 02 de março de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.146. 03 de março de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; POMPEO, Carolina. APP vai recorrer de decisão que determina retorno das aulas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.146. Vida e Cidadania. 03 de março de 2015, p. 04.

POMPEO, Carolina; BATISTA, Rodrigo. Servidores do Detran marcam assembleia para sexta-feira. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.146. Vida e Cidadania. 03 de março de 2015, p. 04.

BARAN, Katna. Popularidade de Richa despenca e 76% dos paranaenses desaprovam sua gestão. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.146. Vida Pública. 03 de março de 2015, p. 14.

GARCIA, Euclides Lucas. Deputados estaduais começam a votar o fim do “tratoração” na quarta-feira. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.146. Vida Pública. 03 de março de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.147. 04 de março de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. Greve dos professores tem o apoio de 90% dos paranaenses. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.147. Vida e Cidadania. 04 de março de 2015, p. 04.

BATISTA, Rodrigo. Detran volta a acusar grevistas de barrarem usuários. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.147. Vida e Cidadania. 04 de março de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. PR fecha 2014 em déficit e investindo 18,2% a menos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.147. Vida Pública. 04 de março de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.148. 05 de março de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego. TJ-PR tem déficit de analistas judiciários. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.148. Vida e Cidadania. 05 de março de 2015, p. 07.

GARCIA, Euclides Lucas. Para secretário, Richa errou ao mexer na previdência em 2012. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.148. Vida Pública. 05 de março de 2015, p. 16.

GARCIA, Euclides Lucas. Deputados aprovam o fim do tratoração na Alep. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.148. Vida Pública. 05 de março de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.149. 06 de março de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. Justiça decide pelo fim da greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.149. Vida e Cidadania. 06 de março de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.150. 07 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Segunda-feira é o dia decisivo da greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.150. Vida e Cidadania. 07 de março de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Funcionários do Detran-PR mantêm a paralisação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.150. Vida e Cidadania. 07 de março de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Paranaenses dão nota 3,2 aos deputados estaduais. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.150. Vida Pública. 07 de março de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.151. 08 de março de 2015. Capa.

MARÉS, Chico. O povo na rua: a culpa é de quem? **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.151. Vida Pública. 08 de março de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.152. 09 de março de 2015. Capa.

PIVA, Naiady. Rumo da greve será decidido hoje. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.152. Vida e Cidadania. 09 de março de 2015, p. 04.

POMPEO, Carolina. APP confirma diálogo difícil, mas respeitoso. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.152. Vida e Cidadania. 09 de março de 2015, p. 04.

ANÍBAL, Felipe. Os homens do governador. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.152. Vida e Cidadania. 09 de março de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.153. 10 de março de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina. Greve é suspensa e aula volta na quinta. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.153. Vida e Cidadania. 10 de março de 2015, p. 04.

SCORTECCI, Catarina. Sindicato quer que diretores façam diagnósticos das escolas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.153. Vida e Cidadania. 10 de março de 2015, p. 04.

FOLHAPRESS. Na tevê, Richa diz que paralisação teve articulação do PT. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.153. Vida e Cidadania. 10 de março de 2015, p. 04.

BATISTA, Rodrigo. Maioria das universidades estaduais mantém greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.153. Vida e Cidadania. 10 de março de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Deputados “sepultam” o tratoração na Alep. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.153. Vida Pública. 10 de março de 2015, p. 18.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.154. 11 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Às vésperas do retorno, número de turmas ainda gera incertezas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.154. Vida e Cidadania. 11 março de 2015, p. 04.

PIVA, Naiady. Escola pública perde alunos no Paraná. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.154. Vida e Cidadania. 11 de março de 2015, p. 08.

KADANUS, Kelli. Liminar dá prazo para que PR faça repasse à Defensoria. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.154. Vida Pública. 11 de março de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.155. 12 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Mais de um 1 milhão de alunos voltam hoje às aulas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.155. Vida e Cidadania. 12 de março de 2015, p. 06.

REDAÇÃO. Assembleias vão decidir futuro da paralisação nas universidades estaduais. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.155. Vida e Cidadania. 12 de março de 2015, p. 06.

BREMBATTI, Katia. Aliado de Justus fazia ‘saques a jato’ dos salários de servidores da Alep. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.155. Vida Pública. 12 de março de 2015, p. 16.

GARCIA, Euclides Lucas. Deputados estaduais ignoram denúncia contra colega. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.155. Vida Pública. 12 de março de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.156. 13 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Na volta às aulas, escolas sucateadas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.156. Vida e Cidadania. 13 de março de 2015, p. 04.

VANINI, Felipe. Alunos são recebidos em clima tranquilo nos colégios de Curitiba. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.156. Vida e Cidadania. 13 de março de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Maioria das universidades suspende greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.156. Vida e Cidadania. 13 de março de 2015, p. 04.

MARÉS, Chico; KADANUS, Kelli. Doações levantam suspeita de que verba da Lava Jato financiou deputados da Alep. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.156. Vida Pública. 13 de março de 2015, p. 13.

GONLÇAVES, André. “Relatório secreto” pediu cautela nos gastos do governo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.156. Vida Pública. 13 de março de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.157. 14 de março de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. Aulas começam na próxima semana. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.157. Vida e Cidadania. 14 de março de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.158. 15 de março de 2015. Capa.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.160. 17 de março de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Novo projeto da previdência fica pronto até quinta. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.160. Vida Pública. 17 de março de 2015, p. 18.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.161. 18 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Servidores do Detran-PR voltam hoje ao trabalho. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.161. Vida e Cidadania. 18 de março de 2015, p. 08.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.162. 19 de março de 2015. Capa.

VICELLI, Carlos Eduardo. Pacote anticorrupção da presidente Dilma “nasce” refém do Congresso. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.162. Vida Pública. 19 de março de 2015, p. 14.

GARCIA, Euclides Lucas. Governo apresenta novo plano para a previdência estadual. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.162. Vida Pública. 19 de março de 2015, p. 19.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.163. 20 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Alunos de escola de Curitiba estão com falta de professores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.163. Vida e Cidadania. 20 de março de 2015, p. 08.

KADANUS, Kelli. Proposta para a previdência não agrada ao funcionalismo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.163. Vida Pública. 20 de março de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.164. 21 de março de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. Professores aprovam indicativo de greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.164. Vida e Cidadania. 21 de março de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.165. 22 de março de 2015. Capa.

FRAZÃO, Marcelo; RAMARI, Thiago. Cada vez mais perto do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.165. Vida Pública. 22 março de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.166. 23 de março de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego. Conselhos de segurança do Paraná propõem união contra a violência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.166. Vida e Cidadania. 23 de março de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.168. 25 de março de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Nova edição do ‘pacotaço’ mantém itens polêmicos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.168. Vida Pública. 25 de março de 2015, p. 15.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Secretário defende regra atualizada para os precatórios. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.168. Vida Pública. 25 de março de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.169. 26 de março de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Beto Richa ‘ignora’ PSDB e repete manobra de Dilma. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.168. Vida Pública. 26 de março de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.170. 27 de março de 2015. Capa.

BATISTA, Rodrigo. Servidores da saúde fazem greve a partir de segunda. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.170. Vida e Cidadania. 27 de março de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.173. 30 de março de 2015. Capa.

BATISTA, Rodrigo. Professores municipais votam paralisação nesta quarta-feira. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.173. Vida e Cidadania. 30 de março de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.174. 31 de março de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Servidores da saúde seguem em greve; prefeitura vai descontar faltas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.174. Vida e Cidadania. 31 de março de 2015, p. 06.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Titular da Comunicação deixa o governo Richa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.174. Vida Pública. 31 de março de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.175. 01 de abril de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Servidores da saúde encerram greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.175. Vida e Cidadania. 01 de abril de 2015, p. 09.

GARCIA, Euclides Lucas. Após denúncia do MP, Alep sai da inércia no caso Justus. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.175. Vida Pública. 01 de abril de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.176. 02 de abril de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Professores reclamam de valor descontado no terço de férias. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.176. Vida e Cidadania. 02 de abril de 2015, p. 05.

BATISTA, Rodrigo; SENKOVSKI, Antonio. Trabalhadores da educação suspendem indicativo de greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.176. Vida e Cidadania. 02 de abril de 2015, p. 05.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.177. 03 de abril de 2015. Capa.

MARÉS, Chico. Em crise financeira, governo do PR corta 24% dos funcionários comissionados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.177. Vida Pública. 03 de abril de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.178. 04 de abril de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. UFPR corre risco de perder microscópio raro. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.178. Vida e Cidadania. 04 de abril de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.181. 07 de abril de 2015. Capa.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Governo envia novo projeto de reforma da previdência. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.181. Vida Pública. 07 de abril de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.182. 08 de abril de 2015. Capa.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Governo Richa pretende pagar 80% de seus 22 mil credores até maio. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.182. Vida Pública. 08 de abril de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.183. 09 de abril de 2015. Capa.

BATISTA, Rodrigo. Alep aprova quadro próprio do Detran. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.183. Vida e Cidadania. 09 de abril de 2015, p. 06.

GARCIA, Euclides Lucas. Alvo de protestos, novo projeto para a previdência não evita polêmicas. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.183. Vida Pública. 09 de abril de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.188. 14 de abril de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Aliados se rebelam na Alep e líder recua em pedido de urgência. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.188. Vida Pública. 14 de abril de 2015, p. 14.

VOITCH, Talita Boros. Paraná defende fundo de compensação. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.188. Economia. 14 de abril de 2015, p. 19.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.190. 16 de abril de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Gestão Richa prevê déficit de R\$ 4,9 bi até fim do mandato. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.188. Vida Pública. 16 de abril de 2015, p. 18.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.191. 17 de abril de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Professores da UEPG retomam greve a partir do dia 22. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.191. Vida e Cidadania. 17 de abril de 2015, p. 05.

GARCIA, Euclides Lucas. PR aposta em ‘pacotaço’ para trocar déficit por superávit. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.191. Vida Pública. 17 de abril de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.194. 20 de abril de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Insatisfeita, base aliada dá nota 6,2 ao tratamento que recebe de Richa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.194. Vida Pública. 20 de abril de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.197. 23 de abril de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina. Professores estaduais podem parar de novo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.197. Vida e Cidadania. 23 de abril de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.198. 24 de abril de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. MEC prorroga prazo para a renovação de contratos do Fies. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.198. Vida e Cidadania. 24 de abril de 2015, p. 04.

BATISTA, Rodrigo. Professores vão parar nos dias de votação da Alep sobre fundo previdenciário. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.198. Vida e Cidadania. 24 de abril de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.199. 25 de abril de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. Richa diz que vai pagar R\$ 48,5 mi em dívidas a servidores. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.199. Vida e Cidadania. 25 de abril de 2015, p. 05.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.200. 26 de abril de 2015. Capa.

GARCIA, E. L.; RIBEIRO, D.; GALINDO, R. W.; BATISTA, R. Governo convoca mais de mil PMs para cercar a Assembleia. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.200. Vida Pública. 26 de abril de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.201. 27 de abril de 2015. Capa.

DA REDAÇÃO. Professores e governo voltam ao embate. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.201. Vida Pública. 27 de abril de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.202. 28 de abril de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. Justiça considera greve irregular. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida e Cidadania. 28 de abril de 2015, p. 04.

MARCHIORI, Raphael. Nova paralisação de professores divide opinião de pais e alunos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida e Cidadania. 28 de abril de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio; ALVES, Débora Mariotto. Obras atrasam ano letivo em universidades. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida e Cidadania. 28 de abril de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Assembleia aprova em 1ª votação projeto que muda a Parana Previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida Pública. 28 de abril de 2015, p. 13.

GALINDO, Rogerio Waldrigues. Richa quer projeto para ter R\$ 1,5 bi e recuperar poder de investimento. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida Pública. 28 de abril de 2015, p. 14.

BARAN, Katna; VANINI, Felipe; KADANUS, Kelli; BUBNIAK, Taiana. Professores esperam reunir 20 mil até amanhã. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida Pública. 28 de abril de 2015, p. 15.

ANÍBAL, F.; RIBEIRO, D.; BARAN, K. Cerco da PM à Assembleia muda rotina do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.202. Vida Pública. 28 de abril de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.203. 29 de abril de 2015. Capa.

AUDI, A.; ANTONELLI, D.; VANINI, F. Professores vão recorrer de decisão do TJ. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Vida e Cidadania. 29 de abril de 2015, p. 05.

SENKOVSKI, Antonio. Professores universitários não foram notificados para voltar ao trabalho. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Vida e Cidadania. 29 de abril de 2015, p. 07.

DA REDAÇÃO. Richa diz que apenas cumpre ordem judicial. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Vida Pública. 29 de abril de 2015, p. 13.

BARAN, K.; MAROS, A.; KADANUS, K. Após confrontos entre PM e servidores, tensão toma conta do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Vida Pública. 29 de abril de 2015, p. 13.

GONÇALVES, André. PR perderá verba da União se nova lei da previdência foi ilegal, alerta ministro. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Vida Pública. 29 de abril de 2015, p. 14.

GARCIA, Euclides Lucas; GALINDO, Rogerio Waldrigues. Funcionalismo deve ter emendas rejeitadas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Vida Pública. 29 de abril de 2015, p. 15.

VOITCH, Talita Boros. Nota Fiscal Paranaense inicia em agosto. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.203. Economia. 29 de abril de 2015, p. 19.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.204. 30 de abril de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Base governista ignora batalha campal e aprova lei da previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 04.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Richa culpa black blocs e isenta política. Entrevista. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 04.

AUDI, Amanda. Richa comprometeu capital político de modo irreversível, dizem analistas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 05.

BARAN, Katna. Embate entre a Polícia Militar e os servidores termina com 213 feridos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, pp. 06 e 07.

BREMBATTI, Karina. Prefeitura virou hospital de guerra. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 07

ANÍBAL, Felipe. Comandante da PM defende estratégia. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 08.

GONÇALVES, André. Para especialistas, ação teve falhas graves. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 08.

AUDI, Amanda. Previdência é dor de cabeça antiga para o estado. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.204. Vida Pública. 30 de abril de 2015, p. 10.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.205. 01 de maio de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. Unioeste, Unicentro e UEPG decidem manter greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida e Cidadania. 01 de maio de 2015, p. 07.

GALINDO, R. W.; GARCIA, E. L.; SKODOWSKI, Thais. Em novo dia de protestos, Richa sanciona a lei da Parana Previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 11.

AUDI, Amanda. Após tumulto, governador desiste de festa do Dia do Trabalho. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 11.

BRASÍLIA. Das agências. Dilma alfineta Richa e critica violência contra trabalhadores em protestos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 13.

FOLHAPRESS SÃO PAULO. Pivô da batalha de 1988, Alvaro critica exageros da ação policial. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 13.

FOLHAPRESS BRASÍLIA. Confronto no PR gera embate entre petista e tucano no Senado. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 13.

BATISTA, Rodrigo. Especialista questionam uso desmedido de balas de borracha. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 13.

KADANUS, Kelli. Procurador do MP diz que há indícios de que “algum excesso houve”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 13.

SÃO PAULO. Das agências. Anistia Internacional condena violência no PR. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 14.

DA REDAÇÃO. Entidades da sociedade civil e do poder público repudiam a repressão. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.205. Vida Pública. 01 de maio de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.206. 02 de maio de 2015. Capa.

ABDALLA, Sharon. No 1º de Maio, milhares fazem protesto simbólico contra violência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.206. Vida Pública. 02 de maio de 2015, p. 11.

BUBNIAK, Taiana; GALINDO, Rogério. Defensoria e OAB negam prisão de black blocs em confronto. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.206. Vida Pública. 02 de maio de 2015, p. 11.

MAROS, Angieli; AUDI, Amanda. Clima de luto tomou conta de manifestação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.206. Vida Pública. 02 de maio de 2015, p. 11.

MARÉS, Chico. Entrevista. Secretário cita sustentabilidade eterna. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.206. Vida Pública. 02 de maio de 2015, p. 12.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.207. 03 de maio de 2015. Capa.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Crise faz base de Richa “encolher”. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.206. Vida Pública. 03 de maio de 2015, p. 14.

FOLHAPRESS SÃO PAULO. Deputados criticam governador “encastelado”. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.206. Vida Pública. 03 de maio de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.208. 04 de maio de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Professores burla dedicação exclusiva. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.208. Vida e Cidadania. 04 de maio de 2015, p. 04.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Após confrontos, base pressiona Richa a demitir secretários. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.208. Vida Pública. 04 de maio de 2015, p. 14.

AUDI, Amanda. PM diz que cachorros morderam vítimas porque foram ameaçados. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.208. Vida Pública. 04 de maio de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.209. 05 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Professores decidem hoje se mantêm greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.209. Vida e Cidadania. 05 de maio de 2015, p. 04.

MARÉS, Chico. Francischini nega ter sido responsável pela “batalha” do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.209. Vida Pública. 05 de maio de 2015, p. 11.

DA REDAÇÃO. Após confronto, Richa regulamenta uso de armas não letais. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.209. Vida Pública. 05 de maio de 2015, p. 11.

GARCIA, Euclides Lucas. Veneri acusa Sciarra de mandar PM “meter bomba”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.209. Vida Pública. 05 de maio de 2015, p. 13.

MARÉS, Chico. Richa e Francischini são convidados para audiência no Senado. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.209. Vida Pública. 05 de maio de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.210. 06 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Estado quer mais tempo para data-base. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.210. Vida e Cidadania. 06 de maio de 2015, p. 04.

POMPEO, Carolina. Embalada agora pela indefinição do reajuste, greve segue nas escolas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.210. Vida e Cidadania. 06 de maio de 2015, p. 04.

GALINDO, Rogério Waldrigues; AUDI, Amanda. Para aliviar desgaste com a ação da PM, Richa discute troca de secretários. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.210. Vida Pública. 06 de maio de 2015, p. 11.

GARCIA, Euclides Lucas. Desembargadores aposentados ficam livres de taxaço previdenciária. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.210. Vida Pública. 06 de maio de 2015, p. 13.

FOLHAPRESS. Para procurador, “nova” previdência do estado é inconstitucional. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.210. Vida Pública. 06 de maio de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.211. 07 de maio de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina. Novo comando da Seed propõe diálogo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.211. Vida e Cidadania. 07 de maio de 2015, p. 04.

SCORTECCI, Catarina. Embate sobre desconto salarial pode prejudicar reposição de aulas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.211. Vida e Cidadania. 07 de maio de 2015, p. 04.

FRAZÃO, Marcelo. Docentes da UEL mantêm greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.211. Vida e Cidadania. 07 de maio de 2015, p. 06.

BATISTA, Rodrigo. Pais temem que filho percam ano letivo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.211. Vida e Cidadania. 07 de maio de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.212. 08 de maio de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. Governo e professores retomam diálogo para acabar com a greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.212. 08 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Edição especial de Justiça & direito. Editor Executivo: Rhodrigo Deda. Editora Responsável: Joana Netsch. Ano 97. Edição 31.212. 08 de maio de 2015, pp. 06 e 07.

KADANUS, Kelli. Os direitos desrespeitados no Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Justiça & direito. 08 de maio de 2015, p. 06.

KADANUS, Kelli. Excesso de um lado não justifica ações do outro. **Gazeta do Povo**. Justiça & direito. 08 de maio de 2015, p. 07.

RIBEIRO, Diego. Francischini “participou de tudo”, diz ex-comandante da PM após se demitir. **Gazeta de Povo**. Ano 97. Edição 31.212. Vida Pública. 08 de maio de 2015, p. 11.

BARAN, Katna. Saída de Kogut não agrada à cúpula da PM. **Gazeta de Povo**. Ano 97. Edição 31.212. Vida Pública. 08 de maio de 2015, p. 11.

SALVATICO, Tatiane. Estudante da UEL relata ter sido despida e humilhada no Palácio Iguaçu. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.212. Vida Pública. 08 de maio de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.213. 09 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Carolina. Esfria negociação para dar fim à greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.213. Vida e Cidadania. 09 de maio de 2015, p. 05.

GALINDO, Rogério Waldrigues. Entrevista. “O mais machucado fui eu”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.213. Vida Pública. 09 de maio de 2015, p. 11.

DA REDAÇÃO DO JORNAL DE LONDRINA. PM vai processar estudante da UEL por calúnia. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.213. Vida Pública. 09 de maio de 2015, p. 12.

GARCIA, Euclides Lucas. Francischini não suporta a pressão e deixa o governo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.213. Vida Pública. 09 de maio de 2015, p. 13.

BARAN, Katna. Muda chefia, mas tropa segue insatisfeita. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.213. Vida Pública. 09 de maio de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.214. 10 de maio de 2015. Capa.

MARÉS, Chico. Novo plano de custeio cria prazo de validade para a Parana Previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.214. Vida Pública. 10 de maio de 2015, p. 13.

FOLHAPRESS CURITIBA. MP de Contas pede suspensão imediata da nova lei da Parana Previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.214. Vida Pública. 10 de maio de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.215. 11 de maio de 2015. Capa.

PIVA, Naiady. Sequelas da batalha do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.215. Vida e Cidadania. 11 de maio de 2015, p. 09.

GONÇALVES, André. Batalha no Centro Cívico embaralha disputa pela prefeitura de Curitiba. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.215. Vida Pública. 11 de maio de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.216. 12 de maio de 2015. Capa.

AUDI, A.; GONÇALVES, A.; GALINDO, R.; BARAN, K. Ministério considera irregulares as mudanças na Parana Previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.216. Vida Pública. 12 de maio de 2015, p. 11.

FOLHAPRESS CURITIBA. Richa usa a paciência para contornar crise. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.216. Vida Pública. 12 de maio de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.217. 13 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Estado enrola e sindicatos sobem o tom. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.217. Vida e Cidadania. 13 de maio de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Justiça ainda não decidiu sobre legalidade da greve dos professores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.217. Vida e Cidadania. 13 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.218. 14 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Desde 2011, governo aplica IPCA no reajuste de servidores. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.218. Vida e Cidadania. 14 de maio de 2015, p. 07.

SENKOVSKI, Antonio. Executivo tem condições de conceder reajuste, apontam cálculos da APP. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.218. Vida e Cidadania. 14 de maio de 2015, p. 07.

SCORTECCI, Catarina. Greve já afeta férias de julho e os sábados. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.218. Vida e Cidadania. 14 de maio de 2015, p. 08.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.219. 15 de maio de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. Richa oferece 5% e pode enfrentar uma greve geral. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.219. Vida e Cidadania. 15 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.220. 16 de maio de 2015. Capa.

SILVEIRA, Fábio. Campanha de Richa recebeu R\$ 2 mi de corrupção na Receita, afirma delator. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.220. Vida Pública. 16 de maio de 2015, p. 11.

MÁRES, Chico. Em 2008, caixa dois já havia assombrado Beto Richa. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.220. Vida Pública. 16 de maio de 2015, p. 12.

AUDI, Amanda. TC nega suspensão de mudança na Parana Previdência. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.220. Vida Pública. 16 de maio de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.222. 18 de maio de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego. 'A gente tinha a intenção de entrar, mas não sou de sindicato e não sou black bloc'. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.222. Vida e Cidadania. 18 de maio de 2015, p. 05.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.223. 19 de maio de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. 100 mil servidores para pressionar Richa. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.223. Vida e Cidadania. 19 de maio de 2015, p. 04.

MACIEL, C. M.; FARIAS, P. C.; ALVES, D. M.; CRUZ, L. C. da; NUNES, O.; KOBUS, B. Interior se mobiliza e maioria das escolas continua fechada. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.223. Vida e Cidadania. 19 de maio de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas; GALINDO, Rogério Waldrigues. Base do governo na Alep está dividida sobre a proposta dos 5% de reajuste. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.223. Vida e Cidadania. 19 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.224. 20 de maio de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Sem propostas, greve está longe do fim. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.224. Vida e Cidadania. 20 de maio de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas; GALINDO, Rogerio Waldrigues. Futuro político faz deputados se mexerem por servidores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.224. Vida e Cidadania. 20 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.225. 21 de maio de 2015. Capa.

ANÍBAL, Felipe. Deputados descartam cortar verba de outros poderes. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.225. Vida e Cidadania. 21 de maio de 2015, p. 04.

SCORTECCI, Catarina. No TJ, recurso da APP não tem data para análise. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.225. Vida e Cidadania. 21 de maio de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Servidores do meio ambiente param no dia 25. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.225. Vida e Cidadania. 21 de maio de 2015, p. 04.

DA REDAÇÃO. Servidores das universidades federais do Paraná cruzam os braços a partir de 29 de maio. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.225. Vida e Cidadania. 21 de maio de 2015, p. 06.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.226. 22 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Universidades estaduais mudarão vestibulares. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.226. Vida e Cidadania. 22 de maio de 2015, p. 04.

SENKOVSKI, Antonio. Reunião entre o líder do governo e grevistas reabre o diálogo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.226. Vida e Cidadania. 22 de maio de 2015, p. 04.

ANTONELLI, Diego. Na PM, Richa reafirma que havia grupos radicais entre os professores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.226. Vida e Cidadania. 22 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.227. 23 de maio de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. Mais servidores engrossam a greve no PR. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.227. Vida e Cidadania. 23 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.228. 24 de maio de 2015. Capa.

OLINDA, Caroline. Para quando as águas baixarem. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.228. Vida e Cidadania. 24 de maio de 2015, p. 04.

BARAN, Katna. Governo Richa chega a 100 dias de crise. Mas, e agora? **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.228. Vida Pública. 24 de maio de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.229. 25 de maio de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego. Greve de professores vira tema de aula para gringos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.229. Vida e Cidadania. 25 de maio de 2015, p. 07.

AUDI, Amanda. TJ saca R\$ 23 milhões do Fundo Previdenciário. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.229. Vida Pública. 25 de maio de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.230. 26 de maio de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Professores tentam barrar desconto. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.230. Vida e Cidadania. 26 de maio de 2015, p. 09.

SENKOVSKI, Antonio. UTFPR e UFPR não entrarão em greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.230. Vida e Cidadania. 26 de maio de 2015, p. 09.

GARCIA, Euclides Lucas. Base de Beto fecha adesão ao aumento de 8.17%. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.230. Vida Pública. 26 de maio de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.231. 27 de maio de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina. Com UEL e UEM, Unicentro suspende vestibular. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.231. Vida e Cidadania. 27 de maio de 2015, p. 07.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. Deputados sugerem parcelar o reajuste. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.231. Vida e Cidadania. 27 de maio de 2015, p. 08.

ANÍBAL, Felipe. Verba prevista pode dificultar alcance de metas na educação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.231. Vida e Cidadania. 27 de maio de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.232. 28 de maio de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina; SENKOVSKI, Antonio. Técnicos da UFPR, UTFPR e Unila param amanhã. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.232. Vida e Cidadania. 28 de maio de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Governo propõe zerar inflação só em 2016; funcionalismo rejeita proposta. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.232. Vida Pública. 28 de maio de 2015, p. 13.

SENKOVSKI, Antonio. Projeto é uma “afronta”, dizem sindicalistas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.232. Vida Pública. 28 de maio de 2015, p. 13.

VICELLI, Carlos Eduardo. Reajuste salarial acende alerta em meio à crise no PR. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.232. Vida Pública. 28 de maio de 2015, p. 15.

KADANUS, Kelli. Richa culpa governo federal pela crise no PR. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.232. Vida Pública. 28 de maio de 2015, p. 18.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.233. 29 de maio de 2015. Capa.

AUDI, Amanda; RIBEIRO, Diego. PM tinha arsenal de quase 4 mil itens no dia 29 de abril. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.233. Vida e Cidadania. 29 de maio de 2015, p. 05.

SCORTECCI, Catarina. Professores decidem não convocar assembleia para proposta do governo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.233. Vida e Cidadania. 29 de maio de 2015, p. 05.

RIBEIRO, Diego; BATISTA, Rodrigo. MP-PR já ouviu quase 300 pessoas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.233. Vida e Cidadania. 29 de maio de 2015, p. 05.

FOLHAPRESS e ESTADÃO CONTEÚDO. Técnicos cruzas os braços em 39 universidades federais. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.233. Vida e Cidadania. 29 de maio de 2015, p. 07.

MARÉS, Chico. Em greve, servidores do Judiciário protestam na frente do TJ. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.233. Vida Pública. 29 de maio de 2015, p. 13.

GARCIA, Euclides Lucas. Em meio à crise, PR destaca salário de professores em site. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.233. Vida Pública. 29 de maio de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.235. 31 de maio de 2015. Capa.

OLINDA, Caroline. As lições dos melhores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.235. Vida e Cidadania. 31 de maio de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.236. 01 de junho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Assembleia estuda volta do “tratoração”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.236. Vida Pública. 01 de junho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.237. 02 de junho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Alep se recusa a votar proposta de Beto e sugere reajuste alternativo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.237. Vida Pública. 02 de junho de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.238. 03 de junho de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina. Justiça mantém decisão de retomada imediata das aulas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.238. Vida Pública. 03 de junho de 2015, p. 13.

BARAN, Katna; GARCIA, Euclides Lucas. Richa descarta reajuste proposto pela Alep e frustra expectativa dos deputados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.238. Vida Pública. 03 de junho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.239. 04 de junho de 2015. Capa.

AUDI, A.; GARCIA, E. L.; KADANUS, K. Governo e deputados fecham proposta para pôr fim à greve. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.239. Vida Pública. 04 de junho de 2015, p. 13.

FOLHAPRESS SÃO PAULO. Richa volta a acusar o PT de armar “trama” para desgastar o PSDB. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.239. Vida Pública. 04 de junho de 2015, p. 13.

LOMBA, Luis. Nova alternativa é parcialmente positiva, diz secretário da Fazenda. **Gazeta do povo**. Ano 97. Edição 31.239. Vida Pública. 04 de junho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.240. 05 de junho de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio. APP condiciona volta às aulas ao abono das faltas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.240. Vida Pública. 05 de junho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.241. 06 de junho de 2015. Capa.

ANTONELLI, Diego. SAS vive com atraso de repasse e demora para consultas eletivas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.241. Vida e Cidadania. 06 de junho de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.242. 07 de junho de 2015. Capa.

KADANUS, Kelli. Deputado “acordam” com protestos em frente de suas casas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.242. Vida Pública. 07 de junho de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.244. 09 de junho de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; SCORTECCI, Catarina. Se greve terminar será por respeito aos pais e alunos, diz APP-Sindicato. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.244. Vida e Cidadania. 09 de junho de 2015, p. 05.

SCORTECCI, Catarina. Professores em greve protestam na frente do apartamento de Richa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.244. Vida Pública. 09 de junho de 2015, p. 11.

GARCIA, Euclides Lucas. Alep espera o fim da greve para começar a votar hoje o reajuste dos servidores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.244. Vida Pública. 09 de junho de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.245. 10 de junho de 2015. Capa.

SENKOVSKI, Antonio; BATISTA, Rodrigo. Estudante voltam às aulas no PR com o desafio de recuperar o tempo perdido. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.245. Vida e Cidadania. 10 de junho de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Reajuste ao funcionalismo vai a votação hoje. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.245. Vida Pública. 10 de junho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.246. 11 de junho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Reajuste do funcionalismo avança na Alep, mas não é consenso entre deputados. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.246. Vida Pública. 11 de junho de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.247. 12 de junho de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina; SENKOVSKI, Antonio. Seed autoriza aulas aos sábados e garante férias em janeiro de 2016. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.247. Vida e Cidadania. 12 de junho de 2015, p. 04.

DA REDAÇÃO. Greve paralisa 25 das 63 universidades federais, diz sindicato. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.247. Vida e Cidadania. 12 de junho de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.248. 13 de junho de 2015. Capa.

GALINDO, Rogerio Waldrigues. Romanelli diz que reajuste será votado até terça-feira. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.248. Vida Pública. 13 de junho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.250. 15 de junho de 2015. Capa.

LOMBA, Luís. Richa nega que haja crise no governo do Paraná. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.250. Vida Pública. 15 de junho de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.251. 16 de junho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Oposição propõe 8,17% e trava votação do reajuste do funcionalismo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.251. Vida Pública. 16 de junho de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.253. 18 de junho de 2015. Capa.

FELIZ, Rosana. PR ainda não votou plano de educação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.253. 18 de junho de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.254. 19 de junho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Servidores do PR devem cobrar na Justiça repasse a aposentador. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.254. Vida Pública. 19 de junho de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.256. 21 de junho de 2015. Capa.

DA REDAÇÃO. Governo tenta aprovar reajuste. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.256. Vida Pública. 21 de junho de 2015, p. 18.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.258. 23 de junho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Base derruba reajuste de 8.17% e aprova projeto do governo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.258. Vida Pública. 23 de junho de 2015, p. 13.

FELIX, R.; GARCIA, E.; SENKOVSKI, A. Em votação do PEE, deputados do PR restringem investimento em educação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.258. Vida e Cidadania. 23 de junho de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.259. 24 de junho de 2015. Capa.

SCORTECCI, Catarina. Conselho de Educação deve autorizar reposição com “sexta aula”. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.259. Vida e Cidadania. 24 de junho de 2015, p. 04.

FELIX, Rosana. Apenas 40% dos estados aprovaram seus planos de educação. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.259. Vida e Cidadania. 24 de junho de 2015, p. 04.

GARCIA, Euclides Lucas. Após negar reajuste integral, Alep anuncia novo gasto. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.259. Vida Pública. 24 de junho de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.260. 25 de junho de 2015. Capa.

FELIX, Rosana; SCORTECCI, Catarina. Conselho aprova uso da “sexta aula” para repor dias perdidos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.260. Vida e Cidadania. 25 de junho de 2015, p. 05.

FRANCO, G.; RUDEK, M.; ALVES D. M.; CRUZ, L. C. da. Mais quatro instituições estaduais encerram greve. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.260. Vida e Cidadania. 25 de junho de 2015, p. 08.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.261. 26 de junho de 2015. Capa.

POMPEO, Carolina. Parecer do CEE não garante ‘sexta aula’. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.261. Vida e Cidadania. 26 de junho de 2015, p. 04.

BARDO, Gisele. Acaba a greve nas universidades estaduais do Paraná. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.261. Vida e Cidadania. 26 de junho de 2015, p. 04.

SCORTECCI, Catarina. Auditoria apura corrupção de R\$ 30 milhões para obras de escolas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.261. Vida e Cidadania. 26 de junho de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.262. 27 de junho de 2015. Capa.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.264. 29 de junho de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego. Para 60%, Richa é culpado pelo confronto entre PM e professores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.264. Vida e Cidadania. 29 de junho de 2015, p. 04.

JASPER, Fernando. Ajuste do governo reduz investimentos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.264. Economia. 29 de junho de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.265. 30 de junho de 2015. Capa.

RIBEIRO, Diego; AUDI, Amanda. MP acusa Richa de improbidade pela “batalha” do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.265. Vida Pública. 30 de junho de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.266. 01 de julho de 2015. Capa.

GALINDO, Rogerio Waldrigues. Requião e Alvaro lideram disputa ao governo em 2018. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.266. Vida Pública. 01 de julho de 2015, p. 11.

LOMBA, Luís. Ação do MP será anexada a pedido de impeachment de Richa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.266. Vida Pública. 01 de julho de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.267. 02 de julho de 2015. Capa.

KADANUS, Kelli. Pesquisa ao Senado traz Requião em 1º e Richa em 5º lugar. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.267. Vida Pública. 02 de julho de 2015, p. 16.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.268. 03 de julho de 2015. Capa.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.269. 04 de julho de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Governo parabenizou PMs da ‘Batalha do Centro Cívico’. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.269. Vida Pública. 04 de julho de 2015, p. 11.

LOMBA, Luís. Eleitores do PR dão nota 4 a deputados estaduais. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.269. Vida Pública. 04 de julho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.270. 05 de julho de 2015. Capa.

FELIX, Rosana. Onda de greves expõe insatisfação de docentes. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.270. Vida e Cidadania. 05 de julho de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.271. 06 de julho de 2015. Capa.

FELIX, Rosana. Recesso de julho afeta 292 mil alunos em Curitiba. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.271. Vida e Cidadania. 06 de julho de 2015, p. 05.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.272. 07 de julho de 2015. Capa.

LOMBA, Luís. Margem de manobra de Richa no orçamento cai para 7%. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.272. Vida Pública. 07 de julho de 2015, p. 14.

SCORTECCI, Catarina. Governo do PR inflaciou salários na web. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.272. Vida Pública. 07 de julho de 2015, p. 14.

MARÉS, Chico. PM adia mais uma vez fim de inquérito sobre repressão. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.272. Vida Pública. 07 de julho de 2015, p. 14.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.273. 08 de julho de 2015. Capa.

MARÉS, Chico. Richa diz que greve acabou ao mostrar salários de professores. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.273. Vida Pública. 08 de julho de 2015, p. 13.

LOMBA, Luís. Reajuste na Alep vai ser de 3,4%. Outros poderes terão 8,1%. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.273. Vida Pública. 08 de julho de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.274. 09 de julho de 2015. Capa.

LOMBA, Luís; KRÜGER, Ana. Para secretário, Paraná tem ‘ilhas de prosperidade e um continente de dificuldade’. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.274. Vida Pública. 09 de julho de 2015, p. 15.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.277. 12 de julho de 2015. Capa.

BRASÍLIA. Eles só pensam naquilo. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.277. Vida Pública. 12 de julho de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.288. 23 de julho de 2015. Capa.

LOMBA, Luís. Sindicatos pedem no STF suspensão da lei que mexeu na previdência estadual. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.288. Vida Pública. 23 de julho de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.289. 24 de julho de 2015. Capa.

DA REDAÇÃO. Servidores federais fazem assembleia no dai 29. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.289. Vida e Cidadania. 24 de julho de 2015, p. 05.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.303. 07 de agosto de 2015. Capa.

LOMBA, Luís. TC rejeita suspender lei da previdência. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Vida Pública. Edição 31.303. 07 de agosto de 2015, p.18.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.308. 12 de agosto de 2015. Capa.

CAMPOS, Marcela. Começa a greve dos professores da UFPR. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Vida Pública. Edição 31.308. 12 de agosto de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.309. 13 de agosto de 2015. Capa.

MAROS, Angieli. Greve no IFPR afeta 16 campus. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.309. Vida e Cidadania. 13 de agosto de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.319. 23 de agosto de 2015. Capa.

BARAN, Katna. Pressão popular freia salários de políticos. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.319. Vida e Cidadania. 23 de agosto de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.325. 29 de agosto de 2015. Capa.

MARCHIORI, Raphael. Quatro meses depois, PM ainda não concluiu inquérito sobre o 29 de abril. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.325. Vida e Cidadania. 29 de agosto de 2015, p. 13.

BATISTA, Rodrigo. Relatório da investigação está em fase final, diz polícia. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.325. Vida e Cidadania. 29 de agosto de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.326. 30 de agosto de 2015. Capa.

BARAN, Katna. Caminhada lembra os 4 meses da Batalha do Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.326. Vida e Cidadania. 30 de agosto de 2015, p. 17.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.329. 02 de setembro de 2015. Capa.

ANTONELLI, Diego. Grupo que ocupa a Reitoria pede que calendário da UFPR seja suspenso. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.329. Vida e Cidadania. 02 de setembro de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.331. 04 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas; GALINDO, Rogério Waldrigues. Richa empacota medidas para obter receitas e enfrentar crise. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.331. Vida e Cidadania. 04 de setembro de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.339. 12 de setembro de 2015. Capa.

BATISTA, Rodrigo; MAROS, Angielo. Greve dos professores da UFPR é encerrada. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.339. Vida e Cidadania. 12 de setembro de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.341. 14 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Imposto vai subir para herança e doações acima de R\$ 375 mil. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.341. Vida e Cidadania. 12 de setembro de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.342. 15 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Governo ignora queixas da base aliada e enviará à Alep elevação do ITCMD. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.342. Vida e Cidadania. 15 de setembro de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.343. 16 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Pacote de Richa embute aumento no ICMS e tira recursos de prefeituras. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.343. Vida e Cidadania. 16 de setembro de 2015, p. 09.

CAMPOS, Marcela. Professores da UFPR retomam trabalho. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.343. Vida e Cidadania. 16 de setembro de 2015, p. 12.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.344. 17 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Pacote tira mais verba da previdência estadual para pôr no caixa do governo. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.344. Vida e Cidadania. 17 de setembro de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.346. 19 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. OAB questiona o pacote do Paraná. **Gazeta do Povo.** Ano 97. Edição 31.346. Vida e Cidadania. 19 de setembro de 2015, p. 13.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.347. 20 de setembro de 2015. Capa.

JASPER, Fernando. Tributo “provisório” não resolve rombo na Previdência Social. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.347. Economia. 20 de setembro de 2015, p. 01.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.348. 21 de setembro de 2015. Capa.

GONÇALVES, André. Os dilemas dos mentores dos pacotes de Dilma e Richa. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.348. Vida e Cidadania. 21 de setembro de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.349. 22 de setembro de 2015. Capa.

LOMBA, Luís. Governo do Paraná cede e mantém alíquota do imposto sobre herança. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.349. Vida e Cidadania. 22 de setembro de 2015, p. 07.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.351. 24 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Emendas ao pacote expõe polêmica. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.351. Vida e Cidadania. 24 de setembro de 2015, p. 11.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.352. 25 de setembro de 2015. Capa.

MAROS, Angieli. Assembleia pode pôr fim à paralisação do INSS no Paraná. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.352. Vida e Cidadania. 25 de setembro de 2015, p. 09.

GAZETA DO POVO. Ano 97. Edição 31.357. 30 de setembro de 2015. Capa.

GARCIA, Euclides Lucas. Assembleia aprova pacote de Richa, mas atenua medidas mais polêmicas. **Gazeta do Povo**. Ano 97. Edição 31.357. Vida e Cidadania. 30 de setembro de 2015, p. 04.

GAZETA DO POVO. Ano 100. Edição 31.934. 28 de abril de 2018. Capa.

COELHO, Carlos; ANÍBAL, Felipe. A última chama do 29 de abril. **Gazeta do Povo**. Ano 100. Edição 31.934. Política. Edição Semanal, de 28 de abril a 04 de maio de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ATORES DO CENÁRIO 2015

ATORES DO CENÁRIO 2015 – QUEM É QUEM.		
Nome	Função/Cargo	Observações.
BETO RICHA	Governador do Paraná	Reeleito em 2014 com 55,7% dos votos válidos apurados até então.
EDUARDO SCIARRA	Chefe da Casa Civil	
MAURO RICARDO COSTA	Secretário da Fazenda	
FERNANDO XAVIER FERREIRA	Secretário da Educação (SEED)	Ficou apenas quatro meses no cargo, tendo sido substituído por ANA SERES TRENTA (professora aposentada), em 07/05/2015.
FERNANDO FRANCISCHINI	Secretária de Estado e Segurança Pública (SESP)	Francischini negou ter sido responsável pela Batalha no Centro Cívico, atribuindo a responsabilidade inteiramente à PM. No dia 08/05/2015, o então comandante da PM, Coronel Kogut, e outros 15 coronéis da PM enviaram carta de repúdio ao governador ante estas declarações. No dia 09/05/2015, Francischini não suportou a pressão e pediu demissão do cargo, assumindo a função WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA (delegado aposentado).
CORONEL CESAR VINICIUS KOGUT	Comandante geral da PM.	Deixou da PM no dia 08/05/2015, afirmando que Francischini teria muitas dificuldades de relacionamento com a corporação em razão do que disse durante a entrevista coletiva. Sua saída não agradou a cúpula da PM. Quem assumiu o cargo foi o coronel CARLOS ALBERTO BÜHRER MOREIRA.
ADEMAR TRAIANO (PSDB)	Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.	Foi eleito sem disputa, considerado como o “abençoado” de Richa, pois foi o líder do governo durante toda a legislatura anterior.

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)	Líder do Governo na Assembleia Legislativa.	
TADEU VENERI (PT)	Líder da Oposição na Assembleia Legislativa.	
HERMES SILVA LEÃO	Presidente da APP- Sindicato em Curitiba	
MARLEI FERNANDES	Presidente do Fórum das Entidades Sindicais (FES).	
PRINCIPAIS JORNALISTAS QUE FIZERAM A COBERTURA:		
JORNAL FOLHA DE LONDRINA	BERTOLDI, Andréa; CHUEIRE, Rubens Jr.; CRUZ, Lucio Flávio; DE CUNTO, Adriana; FANTIN, Rafael; FELIZARDO, Celso; FERREIRA, Edson; LOPES, Victor; LUCIANO, Antoniele; OGAWA, Vítor; WILTEMBURG, Luís Fernando;	
JORNAL GAZETA DO POVO	ANÍBAL, Felipe; ANTONELLI, Diego; BARAN, Katna; GALINDO, Rogério Waldrigues; GALVEZ, Paulo; GARCIA, Euclides Lucas; KADANUS, Kelli; MARÉS, Chico; POMPEO, Carolina; SCORTECCI, Catarina; SENKOVSKI, Antonio; TRISOTTO, Fernanda;	

APÊNDICE B – PANORAMA GERAL E CRONOLOGICO DAS MEDIDAS JUDICIAIS

PANORAMA GERAL E CRONOLÓGICO DAS MEDIDAS JUDICIAIS RELACIONADAS COM O 29 DE ABRIL DE 2015.			
DATA	MOMENTO	MEDIDA JUDICIAL	OBSERVAÇÕES:
11/02/2015	Manifestantes tomam o plenário da Assembleia Legislativa para evitar a votação do ‘pacotaço’ em regime de comissão geral. Neste mesmo dia, segundo o líder da oposição, Veneri, os deputados do bloco estariam estudando a possibilidade de ingressar com um mandado de segurança para impedir que a comissão geral seja usada para votação do projeto. Segundo Nereu Moura (líder do PMDB) o regimento prevê que essa comissões serviriam apenas para debater as propostas e não para votá-las.	Liminar deferindo a Reintegração de Posse.	A AL só foi desocupada quando Romanelli retirou o pedido de comissão geral e Traiano suspendeu a sessão. Neste dia a sessão ocorria no 5º andar do prédio administrativo. Os trabalhos foram suspensos quando se ouviram as primeiras bombas disparadas pela PM, em razão dos manifestantes estarem avançando em direção aos policiais que garantiam o andamento dos trabalhos legislativos.
28/05/2015	Ante a notícia de que a paralisação do funcionalismo iria continuar até realização	Ação interposta pelo governo para que o Judiciário considere ilegal a paralisação.	A informação foi mal recebida pelos sindicalistas. A paralisação foi mantida diante do

	de Assembleia no dia 04.06, governo acionou a justiça.		grande descrédito em relação ao que é proposto e ao que é feito pela administração estadual.
02/03/2015	Sindicato vai recorrer de decisão judicial de Victor Martim Batschke, que determinou a volta das aulas para alunos do 3º ano do ensino médio em 48 horas. A decisão determinou também que 30% dos servidores da área administrativa retornassem ao trabalho no mesmo prazo.	Decisão Judicial do TJPR que determinou o retorno das aulas.	Houve uma polêmica porque o governo dizia em notas que estava cumprindo sua parte do acordo integralmente e os educadores afirmavam que era uma jogada do governo para jogar os pais de alunos contra a categoria. Sindicato alegou que demonstraria ao TJPR a impossibilidade de que a sentença fosse cumprida diante da falta de estrutura e recursos básicos.
03/03/2015	Grevistas protocola requerimento de abertura de investigação por improbidade administrativa contra o governo Richa.	Protocolo de Representação contra Richa.	
06/03/2015	O desembargador Luiz Mateus de Lima, TJPR, determinou o retorno imediato das aulas nas escolas estaduais, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil.	Decisão do TJPR determinando retorno imediato das aulas nas escolas estaduais.	Na decisão, Lima sustentou que não há ilegalidade na mobilização, mas reforçou que o sindicato que representa a categoria teria conseguido avançar nas negociações com o

			governo. O magistrado proibiu os grevistas de limitarem os acessos às dependências de órgãos públicos estaduais ou de impedirem outros servidores de trabalhar, autorizando, ainda, o uso da força policial caso fosse necessário.
06/03/2015	O defensor público Bruno Passadore ingressou na Vara da Infância e da Juventude de Curitiba contra o Governo do Paraná, pleiteando fornecimento de material e transporte escolar aos estudantes de todas as escolas públicas do Estado, no prazo de 48h ou a fornecer R\$ 400 por aluno da rede estadual para compra particular material e R\$ 5 por aluno, por dia letivo, para que possam custear o transporte coletivo.	Ação Civil Pública pleiteando fornecimento de material e transporte escolar.	
10/03/2015	Esse acordo foi essencial para o fim do primeiro momento da greve, pois o governo se comprometeu por meio dele ao	Firmou-se termo extrajudicial de compromisso entre os sindicatos representantes das	Mesmo com o retorno das aulas e nova adequação o calendário, é possível verificar notícias de que as escolas estariam

	pagamento do terço de férias em parcela única até o final de março. Acordou-se, também, que nenhuma mudança seria promovida em relação à Parana Previdência e ao projeto de autonomia universitária antes de ser amplamente debatida com os sindicatos, FES MP, TC e Legislativo.	categorias e o líder do governo.	sucateadas, necessitando de reformas, com falta de professores, entre outros.
28/04/2015	Justiça considerou a greve irregular. O desembargador também aumentou a multa diária em caso de descumprimento.	Desembargador determinou a volta imediata dos professores ao trabalho.	Outrossim, a orientação para os manifestantes foi pela continuidade do movimento. Pois segundo um pré-levantamento, a greve já constaria com adesão de 80% da categoria.
28/04/2015	A união Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) e um grupo de advogados protocolarem medida questionando o sítio ao Centro Cívico.	Impetraram Habeas Corpus no STF.	O resultado foi que o habeas corpus determinou que cerca de 400 pessoas pudessem ocupar as galerias da Al para acompanhar a sessão, porém, na falta de critério para determinar quem seriam as 400 pessoas, a APP-Sindicato decidiu que se todos não poderiam

			acompanhar a votação, ninguém acompanharia.
01/05/2015	Após o confronto a Batalha do Centro Cívico, MPPR abriu um procedimento investigatório para apurar eventuais excessos.	Abertura de Procedimento Investigatório pelo MPPR.	A investigação tinha previsão de durar 30 dias, prazo em que os promotores de Curitiba e do interior ouviriam os manifestantes e policiais que quisessem colaborar com as investigações.
06/05/2015	Desembargador Marcos Galliano Daros, do TJPR, concedeu liminar a dez magistrados aposentados proibindo o desconto de 11% em suas aposentadorias sobre o valor que excede o teto do INSS.	Deferimento de liminar que impede o desconto de 11% em aposentadoria de magistrados.	Se a decisão fosse estendida, as contas da paranaprevidência poderiam ficar prejudicadas. Alguns dos argumentos foram de que o projeto foi levado à votação em regime de urgência, de que os deputados não seguiram a tramitação legislativa de forma correta, de que o projeto não se enquadrava nos casos previstos no regimento da AL e de que a sociedade não poderia ficar a mercê dos interesses financeiros e gulosos do estado de forma tão arbitrária e desprotegida.
10/05/2015	O argumento é de que o projeto é “inconstitucional,	MP de Contas entra com ação requerendo a	Neste momento, nada mudaria no pagamento dos benefícios, mas o projeto

	ilegítimo e ilegal”, porque não preserva o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência.	suspensão imediata da nova lei da Parana-previdência.	diminuiu a expectativa de vida do fundo previdenciário de 57/59 anos para pouco mais de 30. Os procuradores também afirmaram que a alteração é uma afronta ao princípio da contributividade, isto é, servidores que nunca contribuíram para o fundo teriam suas aposentadorias pagas por ele.
12/05/2015	Ministério da Previdência considerou irregulares as mudanças na Parana-previdência aprovadas em meio à repressão policial que deixou 213 feridos.	-	Na prática, porém, nada deve mudar e a lei estadual será mantida. Isso porque o estado se ampara em uma liminar no STF de 2006, que impede a União de aplicar sanções ao Paraná em caso de descumprimento na legislação previdenciária nacional.
16/05/2015	Na avaliação de Ivan Bonilha, presidente do Tribunal de Contas, a nova lei só poderia ser alterada pelo STF.	Tribunal de Contas nega suspensão de mudança na Parana-previdência.	O Ministério Público de Contas afirmou que lamenta a decisão que estudará as medidas cabíveis a partir de agora.
29/05/2015	MPPR já teria ouvido mais de 300 pessoas neste momento, e requereu prazo de mais	Em andamento.	Segundo o MP além de vítimas e testemunhas, foram ouvidos o ex-comandante Kogut e o

	30 dias para concluir o trabalho.		coronel Nerino Mariano Brito.
03/06/2015	A paralisação dos servidores teve início do dia 28 de abril.	Justiça mantém decisão de retomada imediata das aulas. A 5ª Câmara Cível do TJPR rejeitou, por unanimidade, um recurso da APP-Sindicato.	De acordo com o governo, além de considerar a greve ilegal, o TJPR manteve a multa diária de R\$ 40 mil para a categoria.
19/05/2015	Notícia de que os servidores do PR devem cobrar na Justiça o repasse a aposentados. O FES deve entrar na Justiça nos próximos dias pedindo que o governo recolha a contrapartida previdenciária, correspondente ao desconto de 11% no benefício de aposentados e pensionistas sobre o valor que supera o teto do INSS.	-	Apesar da previsão legal, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, revelou que o governo não vem recolhendo sua cota-parte. Ele afirmou que a decisão se baseia na legislação federal, segundo a qual a contribuição do estado ao sistema previdenciário deveria ser feita apenas sobre os servidores ativos.
30/06/2015	MP acusou Richa de Improbidade pela “batalha” do Centro Cívico. Acusa as autoridades de violação dos direitos fundamentais de reunião e livre manifestação, além de	Ação de Improbidade Administrativa	Também foram denunciados o ex-secretário Francischini e os PMs responsáveis pela operação (César Kogut, Arildo Luís Dias, Nerino Mariano de Brito, e Hudson Teixeira). A Ação

	colocar em risco o patrimônio e deixar feridos durante a operação. MP sustenta ainda que Richa teria respaldado as ações da polícia que deixaram 213 feridos no dia 29.		do MP foi anexada ao pedido de impeachment de Richa, protocolado na AL em maio. A consequência desse processo seria a perda dos direitos políticos.
07/07/2015	PM adia mais uma vez fim de inquérito sobre repressão.	-	Segundo a assessoria da PM, o adiamento se deu pelo grande número de testemunhas que precisavam ser ouvidas e porque muito policial que participaram da ação estariam lotados no interior do estado.
23/07/2015	Sindicatos pedem no STF a suspensão da lei que mexeu na Paraná previdência. A ADIN foi protocolada pela Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação, em conjunto com a APP-Sindicato, Sindijus e outros seis sindicatos de funcionários estaduais.	ADIN contra a Lei Estadual 18.469/2015.	Pontue-se que existiriam duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade protocoladas no STF. Todavia, em relação à outra interposta pelo PT na qual fazemos referência no tópico abaixo, não há informações constantes a partir da análise dos jornais selecionados para a pesquisa.
07/08/2015	Saiu a decisão definitiva no processo interposto pelo MP de Contas.	Conselheiros negaram o pedido de medida cautelar	O MP de Contas integrou, então, a outra Ação Direta de Inconstitucionalidade

		que considerava a medida inconstitucional.	no STF, impetrada pelo PT, sob nº 5.330.
29/08/2015	Quatro meses depois, PM ainda não concluiu inquérito sobre o 29 de abril de 2015.		

APÊNDICE C – MOMENTOS EM QUE HOUE A ADESÃO DOS ATORES AO MOVIMENTO DE GREVE NO PERÍODO A SETEMBRO DE 2015

MOMENTOS EM QUE HOUE A ADESÃO DOS ATORES AO MOVIMENTO DE GREVE NO PERÍODO DE FEVEREIRO A SETEMBRO DE 2015.	
29/01/15	Governo adia o pagamento do abono de férias dos servidores e da rescisão de todos os professores que haviam sido contratados pelo PSS.
03/02/15	Professores e funcionários da Rede Estadual de Educação realizaram manifestações em todo o Paraná, foram 26 (vinte e seis) atos no Estado.
06/02/15	Professores da UEL aprovam paralisação de 24h na segunda-feira (09/02). Demais funcionários da UEL se reúnem no campus e no Hospital Universitário para discutir o indicativo de greve a partir de terça (10/02). Docentes da Unicentro estão com indicativo de greve aprovado desde dezembro/2014. Greve passa a ser cogitadas nas escolas estaduais. Servidores da Saúde marcam manifestação para dia 10/02 (participação de profissionais de 14 hospitais).
07/02/15	Docentes se reúnem em Assembleia Geral em Guarapuava e votam pela retomada da paralisação interrompida no ano de 2014. Servidores do Hospital Universitário UEL e funcionários da UEL decidem pela greve. UEPG já definiu início da paralisação no dia 10/02, mesma data em que UEL, UENP e Unespar realizará assembleia. Unicentro e Unioeste realizam paralisações.
08/02/15	Assembleia que reuniu 6 mil servidores da rede estadual em Guarapuava aprovou por unanimidade greve nas 2,1 mil escolas do Estado. Professores aprovam greve na rede estadual. Servidores da saúde dos Hospitais da Zona Norte (HZN) e da Zona Sul (HZS) de Londrina ameaçam entrar em greve a partir do dia 12/02.
09/02/15	Professores da rede estadual entram em greve. Professores da UEL aprovam greve a partir do dia 12/02. Começa greve na UEPG a partir do dia 10/02.

	Agentes universitários da UEL realizam protesto no campus. Sind-Saúde informa que seus funcionários estarão em greve por tempo indeterminado a partir de 12/02.
11/02/15	Mobilização de 9 mil docentes universitários. Professores das sete universidades estaduais paranaenses paralisam suas atividades. Sindicatos de Servidores da Socioeducação no Paraná (Sindsex) aprovaram indicativo de greve.
12/02/15	Servidores estaduais da saúde no litoral cruzam os braços. Policiais e Bombeiros que estão trabalhando na Operação Verão, no litoral do Paraná, ameaçam cruzar os braços em pleno carnaval.
13/02/15	Professores ocupam pacificamente núcleo regionais da Seed nas cidades de Cornélio Procopio e Apucarana. O movimento foi engrossado por servidores da saúde e por índios de suas aldeias da região. Greve afeta serviços em hospitais do Paraná. Ao menos 30% do atendimento foi mantido. Houve manifestações em rodovias e praças, com o apoio dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).
14/02/15	Servidores da Defensoria Pública do Paraná (Assedepar) e funcionários do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) aprovam greve por tempo indeterminado a partir da partir da semana seguinte (21/02). Funcionários da Saúde voltam ao trabalho, mas permanecem em alerta. HZN e HZS. Greve está mantida. A greve dos educadores sociais que atuam nos Centros de Socioeducação (CENSE) começaria hoje, mas foi suspensa até o posicionamento do Governo Estadual.
17/02/15	Professores passam carnaval acampados no Palácio Iguaçu.
18/02/15	Servidores do Detran entram em greve.
19/02/15	Defensoria e Detran também resolvem parar. Indicação de adesão de outras categorias, como investigadores da Polícia Civil, Agentes Penitenciários e Servidores da Saúde.
20/02/15	Sem acordo Professores mantêm greve.
21/02/15	Servidores do Judiciário param contra propostas e auxílio-moradia à juízes.

22/02/15	Professores mantém reivindicações. Docentes, servidores das universidades e funcionários do Detran/PR continuam a mobilização no Centro Cívico.
24/02/15	Cresce a insatisfação entre Servidores Estatutários do Tribunal de Justiça, que anunciam paralisação de um dia. Momento de greve geral de servidores.
26/02/15	O Fórum das Entidades Sindicais (FES) representando 23 associações e sindicatos do Paraná decidiu não suspender a greve, mantendo as mobilizações até oficialização das propostas do governo.
27/02/15	Professores da rede estadual mantêm greve e marcam assembleia. Unespar-Paranaguá cobra o fim de obras atrasadas, seus dois mil alunos não têm salas de aula em condições de recebe-los, além de contarem com apenas um banheiro para todos os acadêmicos e funcionários.
02/03/15	Professores mantêm greve em todo o Paraná e sindicato vai recorrer da decisão judicial de Victor Martim Batschke.
03/03/15	Sindicatos da Unicentro e da UEPG mantêm greves. Servidores do Detran marcam assembleia, sua paralisação já dura 13 dias.
04/03/15	Segundo reportagem na “Gazeta do Povo”, greve dos professores tem o apoio de 90% dos paranaenses segundo levantamento realizado pelo Paraná Pesquisas.
10/03/15	Suspensão da greve. Servidores aprovaram a manutenção do estado de greve, caso o governo descumpra algum dos acordos firmados.
11/03/15	Governo reforça garantias e greve na UEL e paralisação das outras 6 principais instituições de ensino superior do Estado podem acabar. Firmado um termo de compromisso para acabar com a greve.
12/03/15	Assuel e Sindiprol/Aduel começam a analisar as propostas do Governo de Estado. Sinteemar (técnicas da UEM) e Sintespo (trabalhadores da UEPG) já decidiram suspender o movimento, mantendo o estado de greve.
13/03/15	Professores da UEL decidem manter greve. Servidores técnicos administrativos da UEL decidiram suspender a greve.

	09 sindicatos suspendem a paralisação: além do Sindripol/Aduel e Assuel, UEPG, UEM, Unicentro, UNESPAR e Unioeste decidiram suspender a paralisação. Os servidores da UEM e da UEPG já haviam aprovado a suspensão em assembleias.
14/03/15	Unicentro, Unioeste e Unespar-Curitiba retomam as aulas, não havendo previsão para a UEL, UENP e Unespar-Apucarana, onde a greve continua.
17/03/15	Servidores do Detran mantêm greve enquanto aguardam projeto à AL para regulamentar o quadro de funcionários do órgão.
18/03/15	Médicos dão ultimato, para que o fechamento do Hospital Regional no Norte Pioneiro não ocorra a Secretaria Estadual da Saúde (SESA) deve cumprir com a regularização dos salários dos profissionais atrasados desde dezembro. Os funcionários do Hospital Regional no Norte Pioneiro podem entrar em greve na próxima semana. No Detran os funcionários decidiram encerrar a greve que já durava um Mês.
19/03/15	Professores da UEL suspendem a paralisação que se prolongava por 36 dias. Greve na UEL termina. Sindiprol aprova fim da paralisação.
21/03/15	Professores aprovam indicativo de greve.
27/03/15	Servidores da Saúde fazem greve a partir de 30/03.
30/03/15	Professores municipais votam paralisação 02/04. Servidores aprovam indicativo de greve devido a um problema com o simulador do plano de carreira e progressões.
31/03/15	Servidores da Saúde seguem greve, prefeitura vai descontar faltas.
01/04/15	Servidores da saúde encerram greve após liminar determinando retorno imediato.
02/04/15	Trabalhadores da educação suspendem indicativo de greve.
09/04/15	Professores da UEL, UENP e Unespar-Apucarana vão paralisar as atividades no dia 14/04.
17/04/15	Professores da UEPG retomam greve a partir do dia 22/04.
21/04/15	Unioeste e UEPG decidem pela paralisação por tempo indeterminado a partir de 22/04.

	Unicentro, UEM, UEL e Unespar também devem realizar assembleias para deliberar sobre o assunto.
23/04/15	UEM, Unioeste e UEPG retomam greve. Professores estaduais podem parar de novo – reunião da APP-Sindicato neste dia.
25/04/15	UEL para por uma semana. UENP e Unespar farão assembleias específicas para decidir se aderem ou não à paralisação.
26/04/15	Professores da rede estadual retomam greve.
27/04/15	Agentes penitenciários anunciam paralisação.
28/04/15	Servidores do Hospital Universitário aprovam paralisação por tempo indeterminado. Greve esvazia UEL e escolas estaduais. Acadêmicos da UEL apoiam a decisão dos docentes. Agentes penitenciários iniciam paralisação na segunda-feira.
29/04/15	Servidores do Judiciário (Sindijus) param mantendo apenas 30% das atividades essenciais para atendimento de réus presos e casos envolvendo crianças e adolescentes. Servidores da Saúde e agentes penitenciários cruzam os braços. Os servidores aprovam retomada da greve.
01/05/15	Unioeste, Unicentro e UEPG decidem manter greve após reação violenta da PM. A categoria dos agentes penitenciários decidiu voltar ao trabalho. Greve dos servidores da saúde continua, mas com baixa adesão. Mais de 200 pessoas (maioria estudantes universitários) protestaram em frente ao Palácio do Iguaçu. MPPR abre procedimento investigatório. Anistia Internacional condena violência e pede que o governador e o comando da polícia assumam responsabilidade. Entidades da sociedade civil emitem notas de repúdio à repressão: Arquidiocese de Curitiba; Sindijor/PR; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; Ministério Público do Trabalho no Paraná;

	Defensoria Pública do Paraná; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. CUT e a APP-Sindicato fazem protesto simbólico contra a violência, ocupando ruas com as pessoas vestidas de preto.
02/05/15	Adesão de políticos da oposição, grupos de estudantes, MST, da Marcha Mundial das Mulheres, da figura de Luciana Genro do PSOL.
06/05/15	Professores decidem manter greve após reunião tensa com o governo. MP de Contas prepara um parecer que considera inconstitucional o projeto que mudou as normas da Paraná Previdência.
07/05/15	Docentes da UEL mantêm greve.
11/05/15	Criado um Comitê de Direitos Humanos 29 de abril.
13/05/15	Estado enrola estipulação de data-base e sindicato sobre o tom. Sem índice de ajuste não participarão de mais nenhuma reunião.
14/05/15	FES espera reunir mais de 50 mil pessoas no Centro Cívico.
19/05/15	100 mil servidores mobilizam-se em todo o estado pela retomada nas negociações da data-base.
20/05/15	Mais de 30 mil pessoas foram às ruas. Agentes penitenciários decidem cruzar os braços, engrossando o coro de greve geral. Servidores da rede estadual completam 52 dias parados. As 7 universidades estão em greve. Servidores da Saúde mantêm o estado de greve.
21/05/15	Servidores do meio ambiente param no dia 25/05. Greve congela 172 contratos com fornecedores de merenda escolar temporariamente suspensos. São prejudicados 22 mil agricultores familiares ligados a 136 cooperativas e associações. SEED começa a lançar faltas dos professores. - Em meio a este contexto, pontuamos, também, que os servidores das universidades federais do Paraná cruzam os braços a partir de 29 de maio requerendo reajuste salarial linear.
22/05/15	Universidades Estaduais mudarão vestibulares. Os 11 sindicatos ligados às instituições aprovaram greve.

23/05/15	Agentes Penitenciários engrossam a greve dos servidores estaduais contra o reajuste de 5% proposto.
26/05/15	Calendários de todas as universidades estaduais estão suspensos. Agentes Penitenciários suspendem greve após reunião com a Sesp – decorrência de uma liminar responsabilizando o Sindarspen, dirigentes sindicais e agentes penitenciários por eventuais crises nos complexos penitenciários, além de multa R\$ 50 mil em caso de descumprimento.
27/05/15	Servidores da Saúde param. Servidores da justiça deflagram greve por tempo indeterminado. Categorias interrompem serviços públicos e aderem ao movimento grevista. Com UEL e UEM, Unicentro suspende vestibular.
05/06/15	APP condiciona volta às aulas ao abono das faltas.
09/06/15	Notícia de que se greve terminar será por respeito aos pais e alunos, diz APP-Sindicato. Professores em greve protestam em frente ao apartamento de Richa.
10/06/15	Aulas nas escolas estaduais serão retomadas a partir de 11/06. Fim da greve.
24/06/15	UEL e UEPG suspendem greve. Demais universidades devem seguir o mesmo rumo. Aprovação do reajuste salarial já foi votado.
25/06/15	UEM, Unioeste, Unespar e Unicentro encerram greve.
25/06/15	Acaba a greve nas universidades estaduais. Os servidores da UEPG foram os últimos entre as instituições de ensino superior a decidir pelo fim da greve.
12/08/15	Começa greve dos professores da UFPR (paralisação nacional). Envolve também técnicos da UFPR, da UTFPR, IFPR e da Unila. Também estão em greve cerca de 300 trabalhadores responsáveis pelos serviços de limpeza e cozinha do Hospital das Clínicas da UFPR.
12/09/15	Greve dos professores da UFPR é encerrada.

APÊNDICE D - RELAÇÃO DE JORNAIS UTILIZADOS – FOLHA DE LONDRINA
MÊS DE FEVEREIRO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
02/02	CAPA + P. 03 + P. 05
04/02	CAPA + P. 04
05/02	CAPA + P. 03
06/02	CAPA + P. 06
07/02	CAPA + P. 08
08/02	CAPA + P. 04 + P. 08
09/02	CAPA + P. 03
10/02	CAPA + P. 05 + P. 06 + P. 07
11/02	CAPA + P. 05 + P. 06 + P. 07
12/02	CAPA + P. 05 + P. 06
13/02	CAPA + P. 06 + P. 07 + P. 08
14/02	CAPA + P. 04 + P. 05+ P. 06 + P. 07
17/02	CAPA + P. 03
18/02	CAPA + P. 03 + P. 05
19/02	CAPA + P. 06 + P. 07
20/02	CAPA + P. 06
21/02	CAPA + P. 06
22/02	CAPA + P. 06
23/02	CAPA + P. 03 + P. 06
24/02	CAPA + P. 03
25/02	CAPA + P. 03 + P. 06
26/02	CAPA + P. 03 + P. 10 + P. 11

27/02	CAPA + P. 04 + P. 06
28/02	CAPA + P. 05

MÊS DE MARÇO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
02/03	CAPA + P. 05
03/03	CAPA + P. 06
04/03	CAPA + P. 04 + P. 07
05/03	CAPA + P. 03 + P. 06
06/03 – EDIÇÃO 20.103	CAPA + P. 06
07/03	CAPA + P. 07
10/03	CAPA + P. 03 + P. 06
11/03	CAPA + P. 06
12/03	CAPA + P. 05 + P. 07
13/03	CAPA + P. 06 + P. 07
14/03	CAPA + P. 06
17/03	CAPA + P. 04 + P. 07
18/03	CAPA + P. 06 + P. 07
19/03	CAPA + P. 04 + P. 06
20/03	CAPA + P. 04
21/03	CAPA + P. 06
22/03	CAPA + P. 06
24/03	CAPA + P. 06
25/03	CAPA + P. 04
26/03	CAPA + P. 04 + P. 08

27/03	CAPA + P. 04
28/03	CAPA + P. 06
29/03	CAPA + P. 04
30/03	CAPA + P. 04

MÊS DE ABRIL/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
02/04	CAPA + P. 06
03/04	CAPA + P. 07
07/04	CAPA + P. 04
09/04	CAPA + P. 07
12/04	CAPA + P. 05
15/04	CAPA + P. 04 + P. 06
16/04	CAPA + P. 04
17/04	CAPA + P. 06
21/04	CAPA + P. 06
23/04	CAPA + P. 04 + P. 08
25/04	CAPA + P. 06
26/04	CAPA + P. 08
27/04	CAPA + P. 05
28/04	CAPA + P. 05 + P. 06 + P. 07
29/04	CAPA + P. 05 + P. 06
30/04	CAPA + P. 03 + P. 04 + P. 06

MÊS DE MAIO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
01/05	CAPA + P. 03 + P. 06 + P. 07
02/05	CAPA + P. 05
03/05	CAPA + P. 04
05/05	CAPA + P. 03 + P. 06
06/05	CAPA + P. 03 + P. 06 + P. 07
07/05	CAPA + P. 06 + P. 07
08/05	CAPA + P. 06
09/05	CAPA + P. 04 + P. 05 + P. 06
10/05	CAPA + P. 04
12/05	CAPA + P. 03 + P. 08
13/05	CAPA + P. 06
14/05	CAPA + P. 03 + P. 07
15/05	CAPA + P. 06
16/05	CAPA + P. 04 + P. 06
17/05	CAPA + P. 03
18/05	CAPA + P. 03
19/05	CAPA + P.5 + P.6
20/05	CAPA + P.4 + P.7
21/05	CAPA + P. 04 + P. 06
22/05	CAPA + P. 04 + P. 06
23/05	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07
24/05	CAPA + P. 06

25/05	CAPA + P. 07
26/05	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07
27/05	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07
28/05	CAPA + P. 03 + P. 04 + P. 05
29/05	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07
30/05	CAPA + P. 03 + P. 05

MÊS DE JUNHO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
02/06	CAPA + P. 03 + P. 06
03/06	CAPA + P. 03 + P. 04
04/06	CAPA + P.4 + P. 07
09/06	CAPA + P. 05
10/06	CAPA + P. 04 + P. 06
11/06	CAPA + P. 06
12/06	CAPA + P. 08
13/06	CAPA + P. 06
16/06	CAPA + P. 05
17/06	CAPA + P. 04 + P. 06
18/06	CAPA + P. 04
19/06	CAPA + P. 07
23/06	CAPA + P. 05 + P. 06
24/06	CAPA + P. 05
25/06	CAPA + P. 04 + P. 07
26/06	CAPA + P. 07

27/06	CAPA + P. 06
28/06	CAPA + P. 06
30/06	CAPA + P. 06

MÊS DE JULHO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
01/07	CAPA + P. 05 + P. 06
07/07	CAPA + P. 03
08/07	CAPA + P. 04 + P. 07
12/07	CAPA + P. 04
14/07	CAPA + P. 03
29/07	CAPA + P. 07

MÊS DE AGOSTO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
02/08	CAPA + P. 04
13/08	CAPA + P. 03
18/08	CAPA + P. 06
22/08	CAPA + P. 03
26/08	CAPA + P. 04 + P. 08
27/08	CAPA + P. 04
28/08	CAPA + P. 06
29/08	CAPA + P. 06
30/08	CAPA + P. 06

MÊS DE SETEMBRO/2015 – FOLHA DE LONDRINA

DATA	PÁGINAS
04/09	CAPA + P. 05
12/09	CAPA + P. 05
18/09	CAPA + P. 06
22/09	CAPA + P. 04
24/09	CAPA + P. 04
26/09	CAPA + P. 05
28/09	CAPA + P. 03
29/09	CAPA + P. 04
30/09	CAPA + P. 04

APÊNDICE E - RELAÇÃO DE JORNAIS UTILIZADOS – GAZETA DO POVO
MÊS DE FEVEREIRO/2015 – GAZETA DO POVO.

DATA	PÁGINAS
01/02	CAPA + P. 09 + P. 15.
02/02	CAPA + P. 04 + P. 13.
05/02	CAPA + P. 13 + P. 14 + P. 15.
06/02	CAPA + P. 04 + P. 16
07/02	CAPA + P. 04
08/02	CAPA + P. 02 + P. 04 + P.13 + P. 15
09/02	CAPA + P. 05
10/02	CAPA + P. 04 + P. 11 + P. 12 + P. 13
11/02	CAPA + P. 04 + P. 14 + P. 15
12/02	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07 + P. 09
13/02	CAPA + P. 04 + P. 05 + P. 06 + P. 07 + P. 08
14/02	CAPA + P. 04 + P. 11 + P. 12
15/02	CAPA + P. 13
16/02	CAPA + P. 03 + P. 04 + P. 13
17/02	CAPA + P. 02 + P. 03 + P. 07
18/02	CAPA + P. 04 + P. 13
19/02	CAPA + P. 03 + P. 04 + P. 05 + P. 11
20/02	CAPA + P. 04 + P. 05
21/02	CAPA + P. 04 + P. 05 + P. 11 + P. 12
22/02	CAPA + P. 14 + P. 15
23/02	CAPA + P. 05 + P. 13

24/02	CAPA + P. 05 + P. 13 + P. 15 + P. 20
25/02	CAPA + P. 04 + P. 15
26/02	CAPA + P. 04 + P. 13 + P. 15
27/02	CAPA + P. 04 + P.11 + P. 13 + P. 14
28/02	CAPA + P. 04 + P. 11

MÊS DE MARÇO/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
02/03	CAPA + P. 09
03/03	CAPA + P. 04 + P. 14 + P. 15
04/03	CAPA + P. 04 + P.17
05/03	CAPA + P. 04 + P. 07 + P. 16 + P. 17
06/03	CAPA + P. 04 + P.13
07/03	CAPA + P. 04 + P. 16
08/03	CAPA + P. 13
09/03	CAPA + P. 04
10/03	CAPA + P. 04 + P. 18
11/03	CAPA + + P.04 + P. 08 + P. 16
12/03	CAPA + P. 06 + P. 16
13/03	CAPA + P. 04 + P. 13 + P. 17
14/03	CAPA + P. 07
15/03	CAPA + P. 01 (ECONOMIA)
17/03	CAPA + P.18
18/03	CAPA + P. 08 + P. 13
19/03	CAPA + P. 14 + P. 19

20/03	CAPA + P. 08 + P. 17
21/03	CAPA + P. 09
22/03	CAPA + P. 13
23/03	CAPA + P. 07
25/03	CAPA + P. 15
26/03	CAPA + P. 16
27/03	CAPA + P. 09
30/03	CAPA + P. 09
31/03	CAPA + P. 06 + P. 14

MÊS DE ABRIL/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
01/04	CAPA + P. 09 + P. 14
02/04	CAPA + P. 05
03/04	CAPA + P. 11
04/04	CAPA + P. 07
07/04	CAPA + P. 16
08/04	CAPA + P. 13
09/04	CAPA + P. 06 + P. 17
14/04	CAPA + P. 14 + P. 19
16/04	CAPA + P. 18
17/04	CAPA + P. 05 + P. 17
20/04	CAPA + P. 11
23/04	CAPA + P. 09
24/04	CAPA + P. 04

25/04	CAPA + P. 05
26/04	CAPA + P. 17
27/04	CAPA + P. 11
28/04	CAPA + P. 04 + P. 13 + P. 14 + P. 15
29/04	CAPA + P. 05 + P. 07 + P. 13 + P. 14 + P. 15 + P. 19
30/04	CAPA + P. 04 + P. 05 + P. 06 + P. 07 + P. 08 + P. 10

MÊS DE MAIO/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
01/05	CAPA + P. 07 + P. 11 + P. 13 + P. 14
02/05	CAPA + P. 11 + P. 12
03/05	CAPA + P. 14
04/05	CAPA + P. 04 + P. 14
05/05	CAPA + P. 04 + P. 11 + P. 13
06/05	CAPA + P. 04 + P. 11 + P. 12 + P. 13
07/05	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07
08/05	CAPA + P. 04 + P. 06 + P. 07 + P. 11
09/05	CAPA + P. 05 + P. 11 + P. 12 + P. 13
10/05	CAPA + P. 13 + P. 14
11/05	CAPA + P. 09 + P. 11
12/05	CAPA + P. 11
13/05	CAPA + P. 04
14/05	CAPA + P. 07 + P. 08

15/05	CAPA + P. 04
16/05	CAPA + P. 11 + P. 12 + P. 13
18/05	CAPA + P. 05
19/05	CAPA + P. 04
20/05	CAPA + P. 03 + P. 04
21/05	CAPA + P. 04 + P. 06
22/05	CAPA + P. 04
23/05	CAPA + P. 04
24/05	CAPA + P. 15
25/05	CAPA + P. 07 + P. 12 + P. 13
26/05	CAPA + P. 03 + P. 09 + P. 12 + P. 13
27/05	CAPA + P. 07 + P. 08 + P. 11
28/05	CAPA + P. 02 + P. 03 + P. 04 + P. 13 + P. 14 + P. 15
29/05	CAPA + P. 02 + P. 04 + P. 05 + P. 07 + P. 13 + P. 15 + P. 17
31/05	CAPA + P. 04

MÊS DE JUNHO/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
01/06	CAPA + P. 13
02/06	CAPA + P. 02 + P. 11
03/06	CAPA + P. 13
04/06	CAPA + P. 13
05/06	CAPA + P. 13

06/06	CAPA + P. 04
07/06	CAPA + P. 02 + P. 15
09/06	CAPA + P. 05 + P. 11
10/06	CAPA + P. 03 + P. 04 + P. 13
11/06	CAPA + P. 16
12/06	CAPA + P. 04
13/06	CAPA + P. 13
15/06	CAPA + P. 15
16/06	CAPA + P. 11
18/06	CAPA + P. 07
19/06	CAPA + P. 15
21/06	CAPA + P. 18
23/06	CAPA+ P. 04 + P. 13
24/06	CAPA + P. 04 + P. 16
25/06	CAPA + P. 05 + P. 08
26/06	CAPA + P. 04
27/06	CAPA + P. 02
29/06	CAPA + P. 04 + P. 16
30/06	CAPA + P. 11

MÊS DE JULHO/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
01/07	CAPA + P. 11
02/07	CAPA + P. 16
04/07	CAPA + P. 11 + P. 13

05/07	CAPA + P. 04
06/07	CAPA + P. 05
07/07	CAPA + P. 13 + P. 14
08/07	CAPA + P. 13 + P. 15
09/07	CAPA + P. 15
12/07	CAPA + P. 13
23/07	CAPA + P. 17
24/07	CAPA + P. 05 + P. 15 + P. 19
29/07	CAPA + P. 05

MÊS DE AGOSTO/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
05/08	CAPA + P.3
07/08	CAPA + P. 18
12/08	CAPA + P. 02 + P. 07
13/08	CAPA + P. 07
16/08	CAPA + P. 17
21/08	CAPA + P. 02
23/08	CAPA + P. 04
29/08	CAPA + P. 13
30/08	CAPA + P. 17

MÊS DE SETEMBRO/2015 – GAZETA DO POVO

DATA	PÁGINAS
02/09	CAPA + P. 13

04/09	CAPA + P. 04
07/09	CAPA + P. 04
12/09	CAPA + P. 11
14/09	CAPA + P. 04
15/09	CAPA + P. 04 + P. 07 + P. 09
16/09	CAPA + P. 09 + P. 12
17/09	CAPA + P. 09 + P. 12
19/09	CAPA + P. 04 + P. 13
20/09	CAPA + P. 01 (ECONOMIA)
21/09	CAPA + P. 09
22/09	CAPA + P. 07
24/09	CAPA + P. 11
25/09	CAPA + P. 09
30/09	CAPA + P. 04 + P. 16

APÊNDICE F – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESES / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: JUNHO
 Término: JUNHO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.900,46	1.548.900,46	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.900,46	1.548.900,46	0,00	0,00	0,00	0,00

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESES / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: JULHO
 Término: JULHO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.417,40	66.417,40	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.417,40	66.417,40	0,00	0,00	0,00	0,00

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESES / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: AGOSTO
 Término: AGOSTO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.494,50	51.494,50	1.487.271,00	1.487.271,00	1.487.271,00	1.487.271,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.494,50	51.494,50	1.487.271,00	1.487.271,00	1.487.271,00	1.487.271,00

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESES / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: SETEMBRO
 Término: SETEMBRO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.385.745,81	5.385.745,81	52.634,52	52.634,52	52.634,52	52.634,52
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.385.745,81	5.385.745,81	52.634,52	52.634,52	52.634,52	52.634,52

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESES / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: OUTUBRO
 Término: OUTUBRO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840.870,94	1.840.870,94	77.466,18	77.466,18	77.466,18	77.466,18
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840.870,94	1.840.870,94	77.466,18	77.466,18	77.466,18	77.466,18

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESAS / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: NOVEMBRO
 Término: NOVEMBRO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.889,71	869.889,71	4.004.691,92	4.004.691,92	4.004.691,92	4.004.691,92
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.889,71	869.889,71	4.004.691,92	4.004.691,92	4.004.691,92	4.004.691,92

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESAS / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: DEZEMBRO
 Término: DEZEMBRO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.141.680,47	4.141.680,47	3.010.396,78	3.010.396,78	3.010.396,78	3.010.396,78
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.141.680,47	4.141.680,47	3.010.396,78	3.010.396,78	3.010.396,78	3.010.396,78

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



DESPESAS / Gastos Públicos / Consulta Detalhada

1 item encontrado

Ano: 2015
 Início: JANEIRO
 Término: DEZEMBRO
 Poder: E - EXECUTIVO
 Órgão: 13 - CASA CIVIL
 Natureza de Despesa: 33903988 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Agrupamento	Orçamento Inicial (R\$) (LOA)	Total Orçamentário (R\$)		Disponibilidade Orçamentária (R\$)		Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.141.680,47	13.904.999,29	3.010.396,78	8.632.460,40	3.010.396,78	8.632.460,40
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.141.680,47	13.904.999,29	3.010.396,78	8.632.460,40	3.010.396,78	8.632.460,40

ANEXOS

ANEXO A – JORNAL FOLHA DE LONDRINA - PROPOSTAS DO GOVERNADOR

Imagem das propostas constantes no “pacotão”, publicado pelo jornal “Folha de Londrina”, no dia 05 de fevereiro de 2015, p. 03.

AS PROPOSTAS DO GOVERNADOR

As medidas planejadas por Beto Richa para fomentar a receita do Paraná

1- Contribuinte é o fiscal

Criação da Nota Fiscal Paranaense para estimular o contribuinte a pedir nota fiscal, mediante devolução de créditos e distribuição de prêmios

2- Incentivos

Institui programa de parcelamento de débitos de ICMS e outros tributos devidos até 31 de dezembro de 2014

3- Contra o calote

Criação do Cadastro Informativo Estadual (Cadin) para combater a inadimplência no recolhimento de impostos e taxas

4- Antecipando receita

Autoriza o Estado fazer o leilão de valores a receber, como a previsão de ICMS futuro, mediante títulos emitidos por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou fundo de investimentos

5- Ciência e tecnologia

Altera a destinação de recursos de ciência e tecnologia de 1% para 1,5% para o fomento de pesquisa científica e

tecnológica. Também prevê disponibilizar as folhas de pagamentos dos servidores e professores em portais de transparência e promete criar grupo de estudos de reitores para elaborar legislação que assegure a autonomia universitária

6- Regime de previdência

Limita o teto de aposentadoria dos servidores estaduais em R\$ 4.663,75 para novos servidores. Quem quiser receber mais, precisará contribuir com plano de previdência complementar (Prevcom). Também prevê a extinção do Fundo Previdenciário do Paraná e a transferência do saldo para o Fundo Financeiro que já responde por 86% dos benefícios do Paraná Previdência. O Estado ainda prevê dobrar a parcela de contribuição previdenciária até 2016

7- Tempo de serviço

Extingue o pagamento de gratificações quinquenais por tempo de serviço (5%). Os benefícios concedidos

serão mantidos

8- Vale transporte

Benefício deixará de ser pago para servidores da Educação afastados de suas funções

9- Títulos

Estabelece em R\$ 12 mil o valor limite para o pagamento de Obrigações de Pequeno Valor (OPV)

10- Nova guia

Cria guia única de recolhimento de impostos e taxas no Paraná e extingue os modelos existentes

11- Fundos

Viabiliza a utilização de recursos dos fundos estaduais para cobrir despesa de qualquer natureza, incluindo folha de pagamento e encargos sociais

12- Educação

Devolve às salas de aula 12 mil professores que estavam em funções administrativas, além de contratar 5.522 concursados e outros 10 mil por processo seletivo simplificado

ANEXO B - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – MEDIDAS AMARGAS

Reportagem fornecida pelo jornal 'Folha de Londrina', em 08 de fevereiro de 2015, p. 04.

Medidas amargas salvam caixa mal gerido pelo governo

Luis Fernando Willemburg
Reportagem Local

Especialistas avaliam
impacto do aumento de
impostos e corte de benefícios
adotados pela União e o Estado

As medidas amargas adotadas pelos governos federal e estadual para balancear as contas públicas são necessárias neste início de ano, mas poderiam ser evitadas caso os governantes adotassem práticas de gastos mais efetivas, segundo especialistas ouvidos pela FOLHA.

Desde o início do ano, tanto a presidente Dilma Rousseff (PT) quanto o governador Beto Richa (PSDB) vêm anunciando uma série de medidas de austeridade que oneram o bolso

do contribuinte e afetam direitos trabalhistas. Entretanto, as medidas contrastam com aumentos de salários para entes políticos e juízes, além de outros benefícios para o Judiciário.

Em âmbito federal, os reajustes fiscais e a alta dos combustíveis e da energia elétrica se somam ao arrocho de direitos previdenciários. Já no Paraná, o au-

mento do imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) se une a medidas de austeridade, fomento à arrecadação e cortes nos direitos trabalhistas de servidores e professores em dois projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Por outro lado, o governador suspendeu o pagamento do aumento de 26,5% em seu salário, da vice e de secretários – apenas para o mês de janeiro.

Para o professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Elze Cenci, há uma lógica na política que independe de partidos de fazer um primeiro ano de gestão devido à "herança maldita" do antecessor, seguido de dois anos para regularizar as contas e fazer obras e um quarto ano de "bondades". "Quando chega no último ano, não há medidas impopulares e tem uma 'gastança' desenfreada. Só que o ano seguinte é o ano do caos", aponta.

Porém, o cientista político vê no Paraná uma situação mais crítica. "Não há indícios de que o governo federal esteja insolvente a ponto de não pagar salários. Mas, no Paraná, o governo não tem dinheiro para começar as aulas. Cortam no papel higiênico e na merenda", afirma.

Para o cientista político da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Ricardo Costa de Oliveira, já era esperado que, após os gastos eleitorais e das promessas, haveria a necessidade de reequilibrar as contas públicas. "Essa é a hora dos cortes e teremos depois os

benefícios. Tanto que, nas eleições de 2018, já teremos esquecido (esses aumentos)", avalia.

Porém, ele vê diferenças nos públicos atingidos pelas medidas. "O Brasil não é um listado dos que mais tributam, mas quem paga mais, relativamente, são os assalariados, principalmente os de menor renda", recorda. Além disso, não há uma divisão de esforços para equilibrar as contas. "No Paraná, com as medidas do governo, os mais prejudicados são os servidores públicos, enquanto juízes e deputados têm melhorias nos ganhos", compara.

Para a diretora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, Ana Paula Cherobim, a situação poderia ser evitada caso o governo gastasse menos e melhor. "A Arena da Baixada (estádio curitibano) é um exemplo de um monte de dinheiro colocado num investimento privado para trazer meia dúzia de pessoas para a Copa do Mundo, com um dinheiro que poderia ser construído milhares de creches. O dinheiro que a Fomento Paraná emprestou para o empreendimento, poderia ser beneficiado milhares de pequenos empreendedores, gerando mais emprego e mais renda."

Para a especialista, a falta de retorno das impostas pagos ao contribuinte é o principal motivo de descontentamento. "Mas por que vou pagar imposto se não tenho benefício? Por que pagar imposto para melhorar os salários dos professores do Estado se tenho de pagar escola privada? Por que pagar imposto pela saúde se tenho de pagar plano de saúde? A lógica de pagar impostos não é entendida pelo povo brasileiro, porque não energe os benefícios", ressalta.

LUÍZ GERALDO MAZZA

O suspense da moda

Há gente que acredita ser um clone do Hitchcock com a manipulação do suspense. É o que se dá agora com as notórias dificuldades que o governo teve para pagar a folha de janeiro do seu quadro de ativos e aposentados. Tanto que se viu impelido a buscar socorro nos caixas disponíveis em outros poderes, como de resto faz na emergência com os milhões de verbas industriais no Detran, Junta Comercial. Esse acéfalo é especialmente de novembro porque são três folhas de R\$ 1 bi e 400 milhões para pagar entre o fim do mês e véspera do Natal. Não há organismo que resista e como no primeiro trimestre a arrecadação cai, os riscos aumentam como se dos meses dias. Agora a pergunta é: fevereiro como será?

Primeiro o tarifaço e depois o pacote, este até agora esperando uma clara decodificação, mas já arrematando sindicatos para greve, evidenciamos que a época é de vacas magras, de grama seca, esturricada, quase um cenário de Graciliano Ramos ilustrado por Portinari.

Resposta clássica

Em homeopatia há aquela máxima de Hahnemann segundo a qual o igual neutraliza a doença. Similia similibus curantur, no fato de que a exasperação dos sintomas, aparência de mais doença, marca o início da terapia. Como é que se combate a recessão e a crise se não com greves como o mundo está cansado de assistir e, às vezes, até com surpresas como a vitória dos radicais de esquerda na Grécia e que dificilmente alterará para melhor a situação do povo.

Brecar o início do ano letivo – essa é uma das possibilidades cogitadas pela APT Sindicato, PID em greve – pode ser uma das consequências políticas do pacote. O governo sempre se curvou aos professores, tanto que quando decidiu não pagar a antecipação das férias isolou os mestres da restrição; também acabou atendendo todas as demandas da hora-atividade, por

ANEXO C – JORNAL FOLHA DE LONDRINA – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA OCUPADA

Capa do jornal ‘Folha de Londrina’, em 12 de fevereiro de 2015.



COMPASSO DE ESPERA

Com AL ainda ocupada, deputados decidem recolocar hoje pacote em votação

Sob intensa pressão popular, o Legislativo estadual decidiu enfrentar a resistência dos servidores, que ocupam desde a noite de anteontem o plenário da Assembleia. Em reunião reservada, os deputados marcaram para hoje a votação do pacote fiscal do governador, principal motivo dos protestos do funcionalismo. A Procuradoria Geral do Estado obteve mandado de reintegração de posse do recinto mas ordem ainda não foi cumprida pelos manifestantes. **PÁG.5**

ANEXO D - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – PROFESSORES OCUPAM NÚCLEOS REGIONAIS DA SEED

Reportagem do jornal ‘Folha de Londrina’, em 13 de fevereiro de 2015, p. 07.

geral@folhadelondrina.com.br

Professores ocupam núcleos regionais da Seed

NREs de Cornélio Procópio e Apucarana tiveram atendimento suspenso após ação de grevistas

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – Professores em greve da rede estadual de ensino tomaram de forma pacífica na tarde de ontem as sedes dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) em Cornélio Procópio (Norte Pioneiro) e Apucarana (Centro-Norte). A ação faz parte das manifestações que estão ocorrendo em todo o Estado contra os projetos apresentados pelo governador Beto Richa (PSDB) que afetam a carreira dos educadores.

O NRE de Cornélio foi o primeiro a ser invadido, por cerca de 300 professores, por volta das 12 horas. Os funcionários do núcleo foram liberados para o almoço e informados de que não poderiam retomar ao trabalho. O movimento foi engrossado por servidores da saúde e por índios de duas aldeias da região. Os indígenas das aldeias Laranjinha, em Santa Amélia, e Porto Velho, em Abaeté, reclamam das condições de suas escolas e da falta de professores.

“Ficou acordado com a direção do núcleo que o único atendimento autorizado se-

ria dos professores que passaram no último concurso e foram chamados para se apresentar. Vamos permanecer aqui por tempo indeterminado”, garantiu a representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato), Regina Rodrigues. As ruas em torno do núcleo também foram bloqueadas pelos professores.

Em Apucarana, o NRE foi fechado após os servidores entrarem no prédio. Um

Em Apucarana, objetivo foi impedir que aulas fossem distribuídas

acordo com a direção do núcleo liberou os funcionários e suspendeu os atendimentos. A manifestação contou com 350 professores. “O objetivo foi impedir a distribuição de aulas, já que os professores aprovados no último concurso escolheram as aulas em dezembro, mas até agora não foram chamados para assumir”, explicou a secretária educacional do NRE, Clotilde

de Gomes. Professores que foram até o núcleo para a entrega de documentos foram impedidos de entrar no prédio pelos grevistas.

A Secretaria Estadual da Educação (Seed) divulgou nota informando que o número de matrículas na rede estadual caiu 4,7% na comparação entre 2014 e 2015. No ano passado, foram matriculados 1,019 milhão de estudantes contra 971 mil este ano.

Em virtude desta queda, houve um redimensionamento do número de turmas, de 38,2 mil para 35.918. Porém, a Seed garante que o número de alunos vai atender à Resolução n° 4.527/2011, que fixa o número de alunos por turma: de 25 a 30 estudantes para 5ª e 6ª séries, 30 a 35 para 7ª e 8ª e de 35 a 40 alunos para o Ensino Médio. A reorganização das turmas fez com que fosse necessário alterar o número de professores.

Ainda na nota, a secretaria afirmou que em fevereiro foram nomeados 4.503 professores aprovados em concurso público. A Seed não se pronunciou a respeito das invasões dos NREs.



O protesto em Cornélio foi apoiado por indígenas insatisfeitos com a condição das escolas de suas aldeias

Manifestação também em rodovias e praças de pedágio

Londrina – Os professores em greve da rede estadual fizeram protestos ontem em pelo menos nove pontos de rodovias federais e estaduais em diversas regiões do Estado. Em dois deles, houve ocupação de praças de pedágio e liberação das cancelas para a passagem dos veículos.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), na BR-277, em Guarapuava (Centro), grevistas, apoiados por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

tomaram as praças de pedágio nos quilômetros 301 e 398 por mais de duas horas e liberaram o pagamento do pedágio para os motoristas. A 277 apresentou protestos ainda no km 620, em Céu Azul, em Catanduvas, no km 530, ambas na Região Oeste, e em Balsa Nova, no km 132 (Região Metropolitana de Curitiba).

Em Peabiru (Noroeste), cerca de 500 manifestantes fecharam a BR-158 por mais de 40 minutos. Em Marechal Cândido Rondon (Oeste), a BR-163 foi inter-

ditada por mais de duas horas por um grupo de 50 professores.

No Norte do Estado, a concentração aconteceu na praça de pedágio da BR-369, em Anapongas. A movimentação reuniu 50 professores, foi pacífica e não houve intenção da pista.

Houve protesto também na PR-182, no Sudoeste, onde 300 grevistas exibiram cartazes e faixas contra as medidas propostas pelo Governo Estadual. O movimento teve apoio de caminhoneiros. A rodovia não foi bloqueada. (L.E.C.)

ANEXO E - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – TRATORAÇÃO PARA QUÊ?

Reportagem do jornal 'Folha de Londrina', publicada em 18 de fevereiro de 2015, p. 03.

politica@folhadelondrina.com.br

Tratoração para quê?

Para especialistas, mudanças na opinião dos políticos devem-se mais ao envolvimento dos professores do que à opinião da sociedade

Luis Fernando Willemburg
Reportagem Local

Londrina - O recuo da classe política do Paraná em relação às medidas amargas propostas pelo governador Beto Richa (PSDB) só ocorreu porque mexeu diretamente com os direitos de uma categoria de fácil mobilização como os professores estaduais, na visão de cientistas sociais ouvidos pela FOLHA.

Para eles, o comprometimento de deputados estaduais com o governo só foi superado pela má repercussão das ações diante das manifestações que culminaram com a ocupação da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná e não pelo indicativo de que a sociedade rejeitava as



Presença maciça de professores na AL foi o que mais causou impacto na luta contra o "pacotão" de Beto Richa

ANEXO F - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – ROMBO NAS CONTAS DO GOVERNO

Reportagem do jornal 'Folha de Londrina', publicada em 04 de março de 2015, capa.

DESEQUILÍBRIO FISCAL

Com Beto, rombo nas contas do governo estadual cresce 80%



Atual governador aumentou o montante pendente em mais de R\$ 2,5 bilhões. Desde 2011, as receitas estaduais cresceram 42,49%, de R\$ 25 bilhões para 35,7 bilhões, enquanto o total da despesa inchou 47,02%, para R\$ 37,2 bilhões. Os dados são do Portal Transparência, do próprio governo. Economista diz que problema foi causado por falta de planejamento, especialmente pelo aumento excessivo nos gastos com pessoal, que já excede o limite prudencial exigido por lei

PÁG.4

ANEXO G - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – PROFESSORES SUSPENDEM PARALISAÇÃO

Reportagem do Jornal ‘Folha de Londrina’, publicada em 10 de março de 2015, capa.



ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Professores suspendem paralisação e aulas começam na quinta-feira

Funcionalismo aprovou suspensão em assembleia ontem no estádio do Paraná Clube, em Curitiba.

No entanto, os servidores preferiram manter o estado permanente de greve – caso o governo estadual descumpra os acordos firmados na negociação, eles cruzarão os braços novamente.

Na rede de universidades estaduais, o clima é de impasse e divisão. UEL decide futuro do movimento grevista na próxima quinta-feira, UEM, por sua vez, também suspendeu paralisação

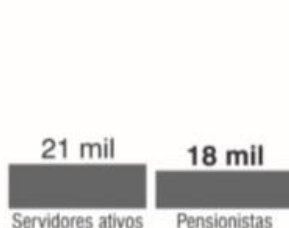
PÁG.6

ANEXO H - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – NÚMERO DA PREVIDÊNCIA.

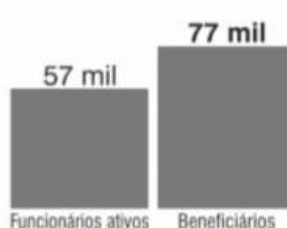
Reportagem do Jornal ‘Folha de Londrina’, publicada em 30 de março de 2015, p. 04.

Números da Parana Previdência

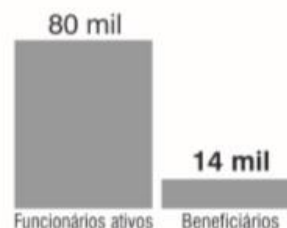
FUNDO MILITAR



FUNDO FINANCEIRO



FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O QUE O GOVERNO PRETENDE

- Transferir os 33,5 mil beneficiários com 73 anos ou mais do fundo financeiro para o previdenciário;
- Gerar uma economia de **R\$ 142,5 milhões** mensais ao Tesouro do Estado;
- O fundo previdenciário ficaria responsável pelo pagamento de 47 mil benefícios e permaneceria capitalizado com **R\$ 8,3 bilhões**;
- Garantir a sustentabilidade do fundo de previdência por mais 29 anos (ao invés dos três, da proposta anterior, que apenas unia os fundos previdenciário e financeiro).

O QUE OS SERVIDORES PEDEM

- Realização de uma auditoria do sistema previdenciário, para esclarecimento e conhecimento dos valores atuais e futuros;
- Mudança do regime jurídico da Parana Previdência. Conselho Administrativo e Financeiro seria gerido de forma paritária entre Estado e servidores;
- Detalhamento maior dos mecanismos de compensação e reciprocidade para servidores egressos dos demais sistemas previdenciários;
- Que o novo projeto de lei seja enviado à Assembleia apenas no fim de abril, e não no dia 31 de março.

Fontes: Parana Previdência, Secretaria de Estado da Administração, liderança do governo na AL e FES.

Folha Arte

ANEXO I - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – AL BLINDADA

Reportagem do Jornal 'Folha de Londrina', publicada em 28 de abril de 2015, p. 05.

'Blindada' pela PM, AL aprova mudanças na ParanaPrevidência

Operação de guerra impede acesso de professores ao Plenário do Legislativo e deputados endossam projeto do Executivo em primeira discussão

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Em meio a protestos de professores da rede estadual que foram impedidos de se aproximar do prédio da Assembleia Legislativa (AL), os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, o projeto nº 252/2015 que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da Previdência Social do Paraná, a ParanaPrevidência. Principal motivo para que professores da rede pública e das universidades estaduais deflagrassem nova paralisação, a proposta polêmica foi aprovada por 31 votos a 21.

Ainda ontem, em sessão extraordinária, a Casa iniciou a segunda discussão do projeto, mas a oposição apresentou 16 emendas. Estes pontos terão que ser analisados pela Comissão de Constituição e



ANEXO J - JORNAL FOLHA DE LONDRINA –LIMINAR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Reportagem do Jornal 'Folha de Londrina', publicada em 28 de abril de 2015, p. 06.



Impedidos de acompanhar a votação do projeto que altera a ParanaPrevidência, professores se aglomeraram nos arredores do Centro Cívico, ontem, em Curitiba

Professores descartam retorno das aulas após liminar do TJ

Tribunal de Justiça determina retorno imediato às atividades e amplia as multas, mas categoria decide manter a paralisação até que projeto da ParanaPrevidência seja votado na AL

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Tm um dia marcado por

ADESÃO
Um grupo de advogados chamado Direito para Todos protocolou habeas corpus no

da com a retirada de direitos em relação à previdência", disse Marlei Fernandes. Ela disse que a medida que o go-

to é de 60%, segundo a Secretaria de Educação. "O movimento é pacífico. Ao invés de dialogar, o gover-

fundo financeiro. Segundo ele, a ideia era manter uma vigília de manifestantes na Praça Nossa Se-

ANEXO K - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – AULA DE TRUCULÊNCIA

Reportagem do Jornal 'Folha de Londrina', publicada em 29 de abril de 2015, p. 06.

Aula de truculência no Centro Cívico

PM usa bala de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar professores da praça em frente à AL. Ao menos 13 ficam feridos

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – O clima entre policiais e professores e outros servidores na Praça Nossa Senhora de Saete, no bairro Centro Cívico, em frente à Assembleia Legislativa (AL), em Curitiba, segue tenso desde ontem, quando ocorreram três confrontos que deixaram ao menos 13 feridos. A expectativa de votação final do projeto que prevê mudanças na Parana Previdência ainda hoje gera mais preocupação de que novo tumulto possa vir a ocorrer.

A primeira confusão generalizada ocorreu no início da madrugada de ontem, depois que caminhões de som que eram utilizados pelos manifestantes foram rebocados da praça por volta da 1h30. Segundo relatos da APP-Sindicato, que representa os profissionais da rede estadual de ensino, muitas pessoas tiveram que deixar o espaço à ba-

las de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar a mobilização. Conforme o sindicato, nesses tumultos mais cinco pessoas se feriram.

DUAS VERSÕES

Em nota, a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) informou que a Polícia Militar (PM) apenas cumpriu uma determinação da Justiça e garantiu que não houve agressão aos professores. O mesmo argumento foi usado pelo governador Beto Richa em entrevista concedida ao Paraná TV, da RPC. De acordo com a PM, o trabalho da polícia foi feito para "garantir o direito de todos se manifestarem, mas com o devido rigor com qualquer pessoa que venha a danificar o patrimônio público e privado".

O posicionamento, entretanto, foi bem diferente do que alegaram os professores e servidores envolvidos na confusão. "Tive gente que aspirou



Professores e servidores dizem que vão manter mobilização enquanto projeto que altera Parana Previdência é votado na AL.

HU paralisa atendimento a partir do dia 1º

Rafael Fantin
Reportagem Local

A paralisação no Hospital Universitário (HU) e no Hospital das Clínicas (HC) vai ocorrer a partir desta sexta-feira, com a suspensão das cirurgias eletivas e manutenção do atendimento apenas nos casos de urgência e emergência e dos pacientes internados. A decisão foi tomada pelo Comando de Greve da Assul Sindicato, que em assembleia realizada ontem pela categoria aprovou paralisações pontuais até amanhã e início do movimento a partir do feriado do Dia do Trabalhador.

"As paralisações no hospital antes de sexta-feira serão pontuais com regime de escalas para que os servidores possam participar das manifestações do movimento contra o projeto de lei do Parana Previdência. A partir do feriado, vamos orientar a

Governo nega que PMs viajaram sem diária

Depois de uma denúncia feita pela Associação dos Praças do Paraná (Apra) de que os policiais militares do interior que foram convocados para

nhar R\$ 180 por dia em que atua longe da sede em que está lotado. O dinheiro é destinado a cobrir despesas com hospedagem e alimentação. A Sesp

ANEXO L - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – REPRESSÃO TRUCULENTE

Reportagem do Jornal 'Folha de Londrina', publicada em 30 de abril de 2015, capa.

Quinta-feira, 30 de abril de 2015 | Ano 66 - Edição 25.136 | O JORNAL DO PARANÁ | R\$ 1,25

APROVADA A REFORMA NA PREVIDÊNCIA

Repressão truculenta da PM fere 200 manifestantes na capital

Tensão que marca a crise entre o funcionalismo e o governo do Estado explodiu em violência na tarde de ontem no Centro Cívico. Para impedir que os manifestantes alcançassem o prédio do Legislativo, onde os deputados se preparavam para a segunda votação da reforma na Parana Previdência, o gigantesco aparato policial reagiu com bombas dispersivas, balas de borracha, jato de água e cães. A batalha campal não impediu a aprovação, confirmada por 31 votos a 20. Governador Beto Richa disse que vai apurar eventuais excessos da PM. Para ele, imagens mostravam black blocs atirando pedras contra os policiais

PÁG. 3, 4 e 6

ANEXO M - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – PROTEGIDOS PELA PM

Reportagem do Jornal 'Folha de Londrina', publicada em 30 de abril de 2015, p. 03.

Protegidos pela PM, deputados aprovam mudança na Previdência

Batalha campal entre policiais militares e servidores em frente à AL não impediu parlamentares de votar proposta que altera a ParanaPrevidência

INFORME FOLHA

Requião e Gleisi criticam proposta

Os senadores Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) se reuniram ontem, na Assembleia Legislativa (AL), com o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), e outros líderes da base, na tentativa de evitar a aprovação do projeto que prevê mudanças na ParanaPrevidência. Para os senadores, a aprovação do projeto tem o objetivo de resolver um problema de orçamento do Estado. "Retirando recursos da ParanaPrevidência, a médio prazo o Estado vai ficar inviabilizado. O governo entrou numa entalada por erros administrativos e quer resolver hoje, retirando recursos. Por que o governo não espera um parecer do Ministério da Previdência por ele mesmo requerido?", questionou Requião.

Estado pode perder certidão previdenciária

De acordo com Gleisi, caso o projeto seja analisado posteriormente pelo Ministério da Previdência e for constatada alguma ilegalidade, o Estado pode perder a certidão de regularidade previdenciária. "Isso significa que o Paraná vai ficar sem acesso a transferências voluntárias da União e sem operações de crédito", alertou. Conforme ela, um parecer da União daria mais segurança para a AL, governo do Estado e aos próprios servidores. Ela ainda criticou a forma como o esquema de segurança foi montado ao redor da Assembleia. "Claro que a Assembleia tem que resguardar sua integridade. O cerco de policiais no Centro Cívico, a repressão, o uso de armas, não justifica. A gente só via isso numa situação de regime de exceção", afirmou. Depois, Requião e Gleisi se reuniram com os professores e discursaram no caminho de som dos manifestantes em direção à Assembleia.

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Mesmo depois da batalha campal entre servidores e policiais que tomou conta do Centro Cívico no lado de fora da Assembleia Legislativa (AL), os deputados aprovaram ontem por 31 votos a 20 o projeto que altera a ParanaPrevidência, o regime próprio da Previdência Social do funcionalismo público. Aprovado também em redação final em sessão extraordinária, o texto segue agora para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

Com a aprovação do projeto, 33.556 beneficiários da ParanaPrevidência com 73 anos ou mais serão transferidos do Fundo Financeiro (bancado pelo Estado) para o Fundo Previdenciário (composto por contribuições dos servidores estaduais). Com essa mudança da origem do custeio, a administração que enfrenta problemas de caixa economizará mensalmente R\$ 125 milhões.

O governo afirma que serão preservadas todas as garantias dos funcionários públicos, e que os cálculos atuariais realizados pelos técnicos garantem a solvência do sistema por 29 anos. Mas os servidores

pensei em suspender a sessão. Lamento os fatos ocorridos, mas me parece que havia algo orquestrado para fazer com que o processo de votação não acontecesse. E tenho a responsabilidade, como presidente, de ter o poder de decisão e estava amparado por uma decisão da Justiça. Aqui dentro nada aconteceu, tínhamos clima para votação", argumentou Traiano.

Segundo Tadeu Veneri (PT), o que ocorreu ontem à tarde foi uma grande vergonha para os deputados. "Vergonha de estar aqui dentro em companhia de pessoas que comemoravam quando caíam bombas lá fora. Não se trata de ser deputado a favor ou contra o governo, é o nível que chega a estupidez do ser humano, de achar que tem que bater mesmo. Estas pessoas são deputados e deputadas e fazem declarações que não dá para entender. É tão cruel e insensata que talvez nós não mereçamos estar aqui dentro", ressaltou.

De acordo com o líder do governo Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), o projeto de lei foi construído depois de ter sido discutido por dois meses com os representantes dos sindicatos. "O projeto é bom, foi construído com parâmetros objetivos. Chegamos a Ministério da

31 x 20

Veja como votaram os deputados estaduais no projeto que altera a ParanaPrevidência

FAVORÁVEIS

- Alexandre Curi (PMDB)	- Jonas Guimarães (PMDB)
- Alexandre Guimarães (PSC)	- Luiz Carlos Martins (PSD)
- André Bueno (PDT)	- Luiz Claudio Romanelli (PMDB)
- Artágio Jr. (PMDB)	- Marcio Nunes (PSC)
- Bernardo Ribes Carli (PSDB)	- Maria Victoria (PP)
- Claudia Pereira (PSC)	- Mauro Moraes (PSDB)
- Cobra Repórter (PSC)	- Missionário Ricardo Arruda (PSC)
- Cristina Silvestri (PPS)	- Nelson Justus (DEM)
- Dr. Batista (PMW)	- Paulo Litro (PSDB)
- Elio Rusch (DEM)	- Pedro Lupion (DEM)
- Evandro Jr. (PSDB)	- Plauto Miró (DEM)
- Felipe Francischini (SD)	- Schiavinato (PP)
- Fernando Scanavacca (PDT)	- Tiago Amaral (PSB)
- Francisco Bühner (PSDB)	- Tião Medeiros (PTB)
- Guto Silva (PSC)	- Wilmar Reichembach (PSC)
- Hussein Bakri (PSC)	

CONTRÁRIOS

- Adelino Ribeiro (PSL)	- Ney Leprevost (PSD)
- Ademir Bier (PMDB)	- Claudio Palco (PSC)
- Aníbel Neto (PMDB)	- Pastor Edson Praczyk (PPB)
- Chico Brasileiro (PSD)	- Péricles de Mello (PT)
- Evandro Araújo (PSC)	- Professor Lemos (PT)
- Gilberto Ribeiro (PSB)	- Rasca Rodrigues (PV)
- Gilson de Souza (PSC)	

NÃO VOTARAM

- Cantora Maria Lima (PSDB)	- Leonardo Paranhos (PSC)
- Ademar Traiano (PSDB)*	

* presidente da AL só vota em caso de empate

Fonte: Assembleia Legislativa do Paraná

Folha A16

ANEXO N - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – MENOS BALA E MAIS GIZ

Reportagem do Jornal 'Folha de Londrina', publicada em 02 de maio de 2015, p. 05.

'Menos bala e mais giz'

De preto, milhares de professores e servidores fazem ato conjunto com centrais sindicais no Centro Cívico em repúdio à violência da PM no histórico 29 de abril

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba – O feriado do Dia do Trabalho foi marcado ontem por manifestações nas principais cidades do Estado em repúdio à violência empregada na última quarta-feira pela Polícia Militar contra os professores e servidores estaduais no Centro Cívico, em Curitiba. E o cenário da guerra que chocou o País foi o palco da principal manifestação realizada no 1º de maio, liderada pela APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As duas entidades fizeram um ato conjunto na manhã de ontem na Praça Nossa Senhora de Saete, no Centro Cívico, onde ficam as sedes do Palácio Iguaçu e da Assembleia Legislativa (AL).

Inicialmente, os manifestantes se concentraram na Praça 19 de Dezembro, a algumas quadras dali, e a maioria das pessoas vestia preto como forma de luto pelo histórico confronto de 29 de abril, ocorrido durante a aprovação das mudanças na ParanaPrevidência na AL. Segundo os organizadores do movimento, o protesto de ontem reuniu 5 mil pessoas. Já a Polícia Militar contabilizou 3 mil manifestantes.

Por volta das 11 horas, os sindicalistas iniciaram uma



Os manifestantes tomaram o Centro Cívico, onde gritaram palavras de ordem contra o governador Beto Richa e o secretário da Segurança, Fernando Francischini

caminhada até o Palácio Iguaçu. A principal bandeira do ato foi contra a violência que os professores sofreram durante esta última semana durante os protestos. Cruzes com fotos dos deputados de que votaram a favor das mudanças na previdência esta-

dual, do governador Beto Richa e do secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini, foram carregadas no protesto. Outra reivindicação de ontem também foi a oposição ao projeto de lei da terceirização. Antes de iniciar a caminhada, os

manifestantes gritaram o nome de todos os políticos que tinham as fotos nas cruzes.

Durante o ato, que teve a presença de poucos policiais, foi utilizado um carro de som da CUT. Ao longo da passeata as palavras de ordem mais ouvidas foram "Fora, Beto Ri-

cha!" e questionaram por que não havia necessidade de polícia ontem. Quando os manifestantes chegaram à sede do Palácio Iguaçu, desceram as bandeiras do Brasil e do Paraná a meio mastro. A água do chafariz em frente ao palácio foi tingida de corante verme-

lho em alusão à violência que foi empregada para conter os protestos. Os professores também usavam um adesivo preto colocado no corpo e nas cruzes que dizia "Menos bala, mais giz. Somos todos professores". Alguns docentes também carregavam flores como uma forma de fazer o velório da educação, já que um caixa de Beto Richa foi colocado em frente ao Palácio Iguaçu. Também foram posicionadas faixas em frente à Assembleia Legislativa. Uma delas dizia que "Covardia tem nome e sobrenome - Fernando Francischini".

ADESAO

Políticos de oposição ao governo, grupos de estudantes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da marcha mundial das mulheres também participaram do ato. A candidata à presidência da República pelo PSOL ano passado, Luciana Genro, foi outra que compareceu para prestar solidariedade aos sindicalistas. O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) disse que a oposição vai questionar judicialmente as mudanças na previdência estadual à luz da Constituição Federal. E o diretor de assuntos jurídicos da APP, Mario Sérgio de Souza, afirmou que a tendência é aprovar a continuidade da greve na assembleia do dia 5 de maio.

ANEXO O - JORNAL FOLHA DE LONDRINA – MUDANÇA NA PARANAPREVIDÊNCIA

Reportagem do Jornal ‘Folha de Londrina’, publicada em 06 de maio de 2015, p. 03.

Mudança na Parana Previdência é inconstitucional, aponta MP

Edson Ferreira
Reportagem Local

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPJTC) do Paraná considera inconstitucional o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa (AL), já sancionado pelo governador Beto Richa (PSDB), que mudou a previdência dos servidores públicos estaduais. O órgão vai tentar suspender cautelarmente a aplicação da lei. Os deputados estaduais votaram a matéria na quarta-feira da semana passada, enquanto a Polícia Militar impedia com violência a entrada de professores na AL. Mais de 200 pessoas ficaram feridas.

O procurador do MPJTC, Gabriel Guy Léger, informou que o órgão vai apresentar um pedido de liminar ao TC para preservar o dinheiro – R\$ 8,5 bilhões – depositado no Fundo Previdenciário, um dos três que compõem a Parana Previdência. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da AL, dominada pela base aliada de Beto, aprovou

Órgão vinculado ao Tribunal de Contas do Paraná vai tentar suspender cautelarmente aplicação da lei que alterou a previdência dos servidores

a tramitação da matéria.

Com o projeto, o governo aumentou de 14 mil para 47 mil o número de beneficiários do fundo que foi criado para ser uma espécie de “poupança” da previdência, que é e é capitalizado, ou seja, o dinheiro é investido em ações e títulos públicos. “A Constituição Federal fala sobre o princípio da contributividade. Essas pessoas nunca contribuíram para esse fundo, pois quando estavam ativas contribuíam para o Fundo Financeiro ou para o antigo IPÊ”, explicou Léger. “Pedirei (liminarmente) que os valores sejam usados para pagar quem realmente contribuiu com o previdenciário.”

O Executivo justificou que a mudança na Parana Previdência vai manter na caixa R\$ 1,7

bilhão por ano, dinheiro que poderá ser usado em investimentos. Nada muda no pagamento dos benefícios. Segundo o procurador, “pagar as aposentadorias é uma obrigação e isso não vai deixar de acontecer”. Por outro lado, ao aumentar o número de beneficiários, o governo reduziu a capacidade do Fundo Previdenciário. Para compensar, Beto alegou que serão feitos aportes com royalties de Itaipu a partir de 2021. “Ele está jogando um problema na conta de outros gestores. Se essa previsão dos royalties não der certo, o governo terá que fazer aporte de R\$ 1 bilhão. Mas esse dinheiro vai sair do orçamento, aí nós pagamos a conta”, disse Léger.

Léger também criticou o

“açodamento” do governo e dos deputados da base aliada, que atropelaram o debate sobre as mudanças na Parana Previdência. “Não houve um debate sério, técnico, sobre o assunto.” O MPJTC não foi chamado para opinar sobre o projeto. Também é esperado para os próximos dias o parecer do Ministério da Previdência, que chegou a ser consultado pelo governo do Paraná, mas pediu mais documentos sobre o fundo estadual. Se o parecer for negativo, o Estado perde certidões liberatórias.

GASTOS COM A POLÍCIA

O MPJTC também pediu ao governo informações sobre a operação policial que mobilizou 1.600 homens de todo o Estado para proteger a Assembleia Legislativa. “Queremos saber quanto custou, se algum batalhão no interior ficou desguarnecido, quanto armamento foi utilizado”, afirma o procurador-geral do Ministério Público, Michael Reiner. O governo tem dez dias para apresentar os dados. (Com Folhapress)

ANEXO A - JORNAL GAZETA DO POVO – MEDIDAS AMARGAS

Reportagem sobre: Gestão Richa contingencia R\$ 11 bilhões e anuncia “medidas amargas”, publicada pela ‘Gazeta do Povo’, em 05 de fevereiro de 2015, p. 13.



ANEXO B - JORNAL GAZETA DO POVO – RESPOSTA DO FUNCIONALISMO

Reportagem sobre resposta do funcionalismo ao ‘pacotão’, publicada pela ‘Gazeta do Povo’, em 06 de fevereiro de 2015, p. 16



ANEXO C - JORNAL GAZETA DO POVO – PLACAR

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 11 de fevereiro de 2015, p. 14



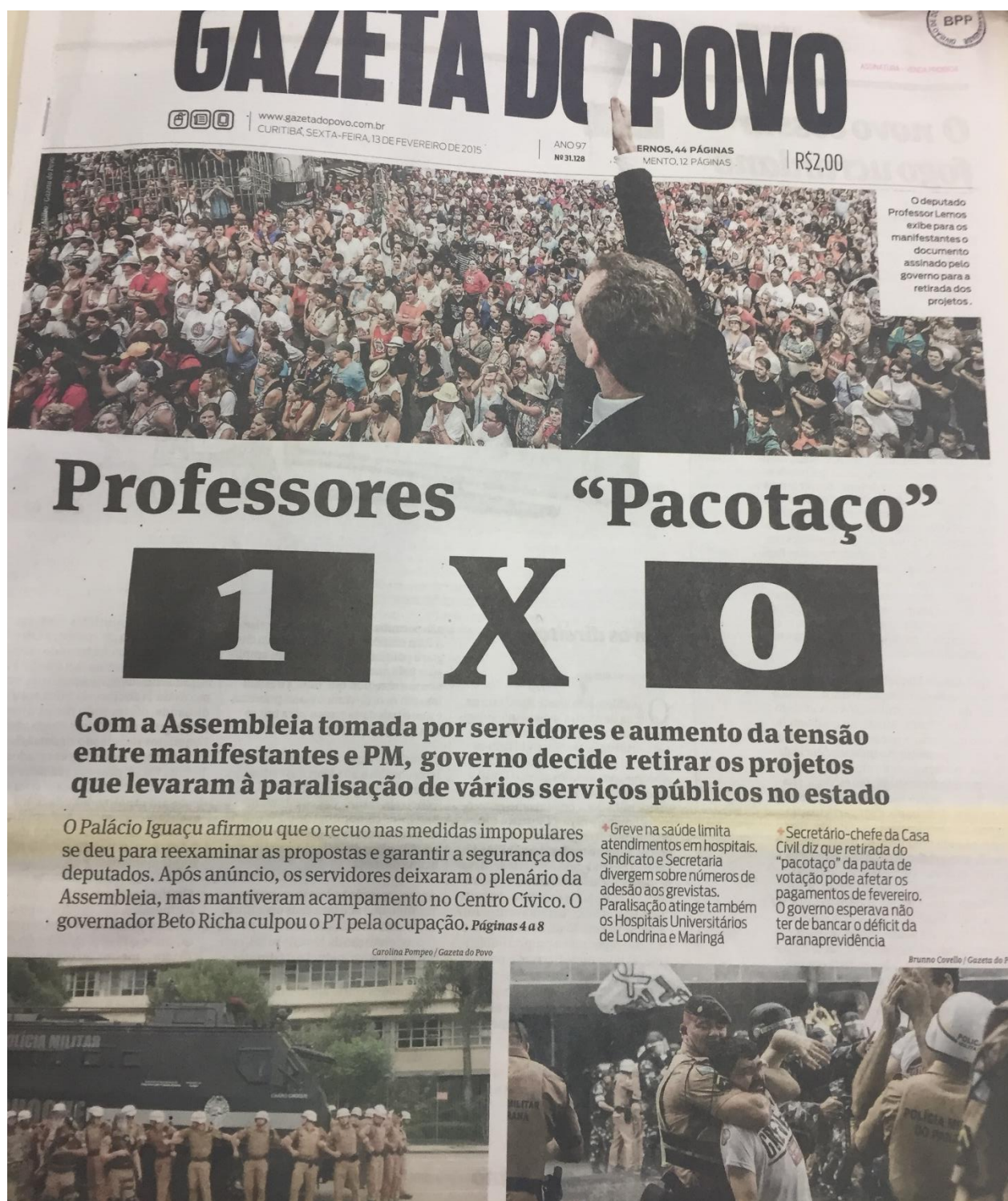
ANEXO D - JORNAL GAZETA DO POVO – QUADRO ESCOLAR

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 12 de fevereiro de 2015, p. 09.



ANEXO E - JORNAL GAZETA DO POVO – PROFESSORES 1 X 0 PACOTAÇÃO

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 13 de fevereiro de 2015, capa.



ANEXO F - JORNAL GAZETA DO POVO – CERCO À ASSEMBLEIA

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 13 de fevereiro de 2015, p. 06.



ANEXO G - JORNAL GAZETA DO POVO – PROPOSTAS QUESTIONADAS

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 14 de fevereiro de 2015, p. 11.

Propostas do "pacotaço" podem ser questionadas juridicamente, diz OAB

POLÊMICAS
Veja quais itens que estavam na versão final do "pacotaço" causaram polêmicas de ordem legal ou política:

PONTOS POLÊMICOS



Previdência
O Fundo Financeiro, hoje deficitário, e o Fundo Previdenciário da Parana Previdência poderão ser fundidos.
Problema: Há um temor de que o déficit do Fundo Financeiro consuma recursos do Fundo Previdenciário, prejudicando o pagamento de aposentadorias futuras. OAB considera inconstitucional.



Precatórios
Redução do teto para requisições de pequeno valor de R\$ 31,5 mil para R\$ 12 mil. Dívidas acima desse valor poderão ser pagas em precatórios.
Problema: OAB considera "duvidosa" a constitucionalidade da medida. Há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade referente a esse tema tramitando no STF.



Magistério
Extinguem-se as 12 classes mais baixas do magistério. Com isso, piso seria referente à categoria 5 do Nível Especial 1.
Problema: Professores consideram uma manobra para se adequar ao piso nacional do magistério sem reajustar salário de professores em níveis mais elevados da carreira.

OUTRAS MEDIDAS

- Receíveis:** Dívidas parceladas serão antecipadas pelo governo
- Devedores:** Será criado um cadastro de devedores contumazes
- Clínica e tecnologia:** Muda a regra da destinação de recursos
- Gêneros:** Haverá guia única de recolhimento de taxas e impostos
- Contingenciamento:** Serão "congelados" R\$ 11 bilhões do orçamento de 2015
- Fundos:** Todo o recurso dos fundos estaduais, exceto o FOL, poderá ser usado para pagamento de folha de pessoal
- Nota Fiscal:** Programa dará prêmios a quem pedir a nota no comércio
- Parcelamento:** Quem tem dívidas de IPTU e ICMS poderá parcelar em até 10 anos

Fonte: Redação
Infografia: Gazeta do Povo

ANEXO H - JORNAL GAZETA DO POVO – PEDIDOS E RESPOSTAS

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 19 de fevereiro de 2015, p. 04.

PEDIDOS E RESPOSTAS

Veja o que os educadores querem e o que o governo estadual diz:

O que o professor quer Não reenvio do "pacotaço" à Assembleia; Pagamento imediato dos atrasados (rescisão dos professores temporários, terço de férias e auxílio-alimentação da categoria); Reabertura de 2,5 mil turmas encerradas e de projetos de contraturno (línguas, esportes e artes); Retomada da contratação de funcionários, diretores, pedagogos e professores.	O que o governo responde Vai reenviar o "pacotaço", mas com nova formatação; Agendou parte dos pagamentos. A rescisão dos temporários deve ser paga ainda neste mês. E o terço de férias será quitado em duas parcelas, em março e abril; As 2,5 mil turmas foram fechadas por falta de demanda. Projetos de contraturno serão retomados no segundo semestre; Recontratou 9 mil servidores e 10 mil professores temporários.
---	---

ANEXO I - JORNAL GAZETA DO POVO – FATIANDO O PACOTE

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 21 de fevereiro de 2015, p. 11.

FATIANDO O PACOTE

O governo do estado desistiu de aprovar o pacote fiscal todo de uma vez. Agora, pretende fazer o processo em etapas. Entenda:

Algumas medidas deverão ser colocadas em votação já nos próximos dias 

- **Criação da Nota Fiscal Paranaense:** Programa aos moldes do sistema paulista, que premia o cidadão que pede a nota fiscal na compra. Ideia é reduzir a sonegação no comércio.
- **Cadin:** Governo pretende criar um cadastro de grandes devedores para forçar o pagamento de dívidas de ICMS e IPVA.
- **Refs:** Cria um programa de refinanciamento de dívidas de ICMS e IPVA, dando descontos em multas e juros para quem parcelar débitos em até 10 anos.
- **Debêntures:** Governo pretende criar uma Sociedade de Propósito Específico para vender recebíveis derivados das dívidas refinanciadas.

Outras medidas poderão ser reenviadas mais para frente, conforme haja acordo com os servidores 

- **Previdência:** Ideia é fundir dois fundos da Paraprevidência para que governo possa usar R\$ 8 bilhões do Fundo Previdenciário para pagar aposentados atuais. Isso reduziria em R\$ 250 milhões a pressão mensal sobre o caixa.
- **Fundo complementar:** Governo pretende limitar aposentadoria obrigatória no teto do INSS, de R\$ 4.4 mil. Quem quiser receber o salário integral depois de aposentado precisará contribuir para um fundo complementar.
- **Ciência e tecnologia:** Muda regras do uso dos 2% da receita que são destinados a ciência e tecnologia. Com isso, o governo poderá usar até 1,5% da receita para pagar folha de pessoal das universidades estaduais.
- **Fundos:** Permissão para que o governo use todos os fundos financeiros específicos (como os de segurança, ciência, meio ambiente etc.) para pagar folha de pessoal.

Algumas medidas não devem voltar à Assembleia 

- **Tempo de serviço:** Governo desistiu de cortar anuênios e quinquênios de servidores públicos.
- **PDE:** Antes, o Executivo cogitava extinguir o programa de capacitação dos professores da rede pública de ensino.
- **Progressões:** Pelo menos por enquanto, as regras para promoções e progressões na carreira dos educadores continuarão as mesmas.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ANEXO J - JORNAL GAZETA DO POVO – BRAÇOS CRUZADOS

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 24 de fevereiro de 2015, p. 05.

BRAÇOS CRUZADOS

Diversas categorias de servidores públicos estaduais já paralisaram as atividades ou estão em estado de greve. Veja quais são as principais categorias em greve.

Reivindicação comum a todos os servidores
Pagamento dos salários e terço de férias atrasados.

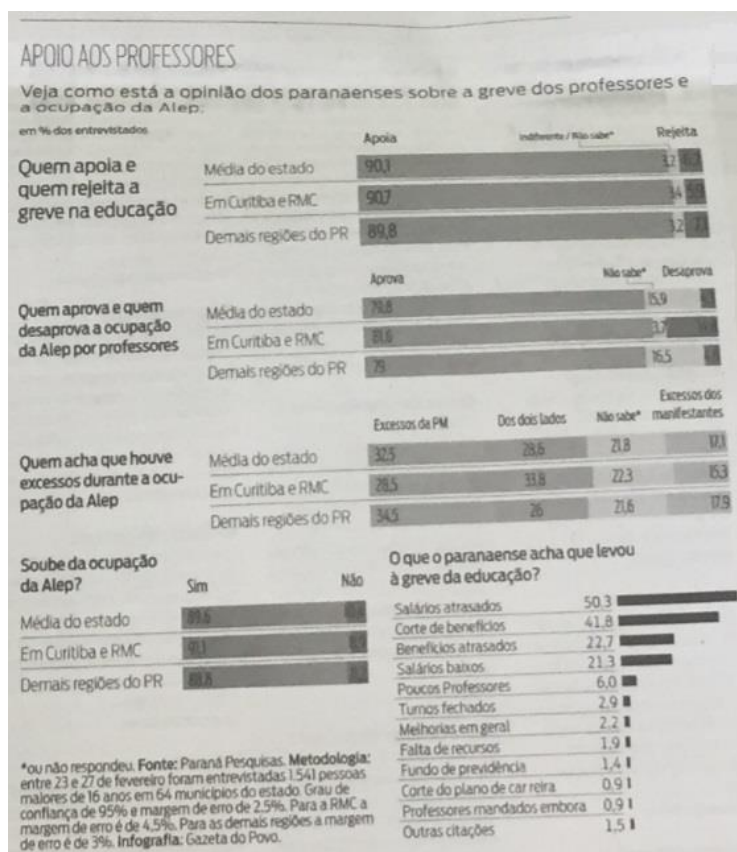
A pressão já conseguiu retirar da pauta da Assembleia o "Pacotão", que mudaria alguns benefícios do funcionalismo, e o projeto que autorizaria o governo a mexer nos fundos da Paraná Previdência. Como não se sabe quando e como esses projetos podem voltar, a mobilização continua.

	Professores e funcionários		Servidores	
	Rede estadual de ensino	Universidades estaduais	Detran	Defensoria pública
Início	9/fev	10: UEM e UEPG (prof.); 12: UEL, Unespar e Unep; 19: Unicentro; 14: Unioeste	18/fev	13/fev
 pessoas paradas	cerca de 100 mil servidores	sem estimativa	cerca de 200 (segundo o Detran) e cerca de 700 (segundo o sindicato)	sem estimativa
o que a paralisação afeta	aulas da rede estadual de ensino (ensinos fundamental e médio)	aulas nas instituições e atendimentos nos hospitais universitários	atendimento ao público*	atendimento ao público
 pessoas afetadas	971,3 mil alunos	sem estimativa	sem estimativa	sem estimativa
Outras reivindicações da categoria	• repasse do fundo rotativo • negociação sobre o porte das escolas	• repasse de verbas de custeio • contratação de pessoal (em algumas unidades)	• atualização das promoções e progressões de carreira • criação de um quadro próprio.	• respeito à autonomia do órgão, • regulamentação da jornada e atividades dos servidores

*Quatro serviços são mantidos, mesmo com a greve: liberação de veículos apreendidos pela Polícia Militar, documentação para veículos direcionados a serviços essenciais (como ambulâncias), exames práticos para a primeira habilitação para aqueles candidatos que estão com o vencimento dos exames para os próximos 30 dias e apreensão de habilitações que foram suspensas, e liberação da habilitação para motoristas que já fizeram cursos de reciclagem. Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ANEXO K - JORNAL GAZETA DO POVO – APOIO AOS PROFESSORES

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 04 de março de 2015, p. 04.



ANEXO L - JORNAL GAZETA DO POVO – CRONOLOGIA

Cronologia de eventos fornecida pela 'Gazeta do Povo', no dia 06 de março de 2015, p. 04.



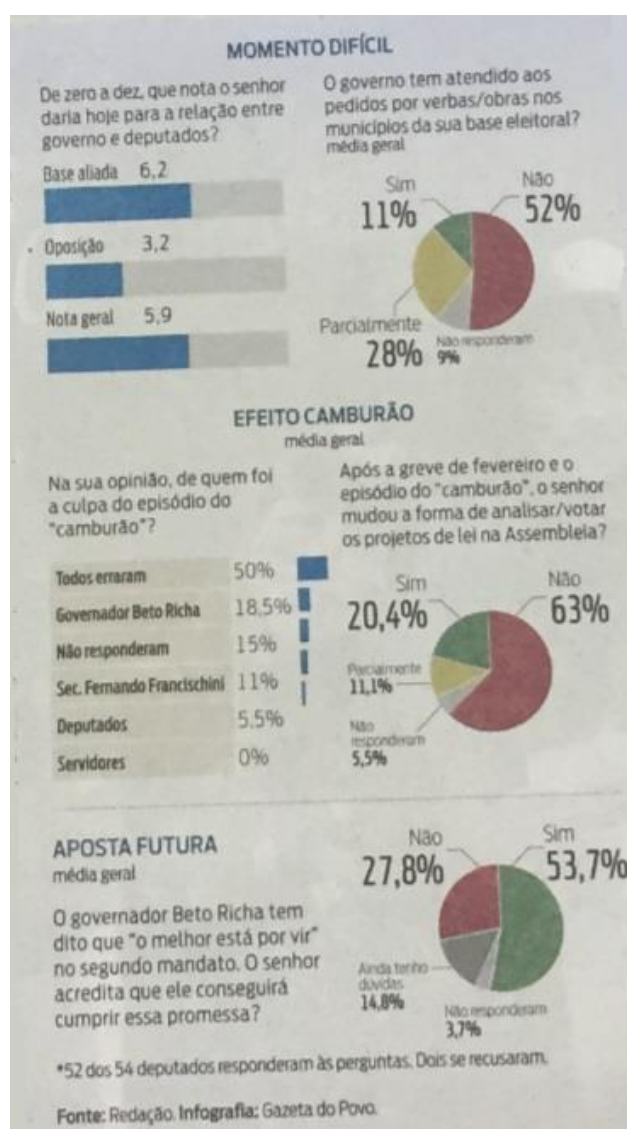
ANEXO M - JORNAL GAZETA DO POVO – VAGAS

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 11 de março de 2015, p. 08.



ANEXO N - JORNAL GAZETA DO POVO – MOMENTO DIFÍCIL

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 20 de março de 2015, p. 11.



ANEXO O - JORNAL GAZETA DO POVO – O QUE MUDOU

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 28 de abril de 2015, p. 14

O QUE MUDOU
Entenda as diferenças entre o projeto enviado pelo governo em janeiro e sua versão atual:

	PROJETO ORIGINAL	PROJETO ATUAL
O que previa	Fusão do fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro do Parana previdência	Mais de 33 mil funcionários saem da folha do tesouro e passam a ser pagos pelo Fundo Previdenciário
Vantagem para o governo	Teria acesso aos R\$ 8 bilhões do Fundo Previdenciário para pagar aposentadorias no mês a mês	Reduziria a quantidade de inativos que são pagos com dinheiro do tesouro mensalmente
Consequência negativa	Em três anos, o governo tornaria a "poupança" feita para aposentadoria de futuros servidores	O fundo tem solvência por 29 anos, segundo conta do governo
Tamanho da economia	O governo deixaria de gastar R\$ 250 milhões por mês do tesouro com inativos	O governo deixaria de gastar R\$ 125 milhões por mês do tesouro com inativos

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ANEXO P - JORNAL GAZETA DO POVO – CENÁRIO DE GUERRA

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 30 de abril de 2015, capa.

Em cenário de guerra, deputados aprovam mudança na previdência

Benny Millán / Gazeta do Povo

Ferido por policiais militares recebe socorro de colegas.

A votação do projeto de reforma da Parana-previdência transformou o Centro Cívico em campo de batalha. Policiais usaram balas de borracha, gás de pimenta e bombas de efeito moral para impedir a entrada de servidores na Assembleia Legislativa. Os confrontos deixaram mais de 200 feridos, na maior violência em manifestações já registrada no estado. No início da noite, os deputados governistas aprovaram em definitivo a proposta que será enviada para sanção do governador Beto Richa (PSDB). Foram 31 votos a favor e 20 contra. **Página 4**

Benny Millán / Gazeta do Povo

Atingido na boca e sangrando, vítima usa máscara cirúrgica.

Benny Millán / Gazeta do Povo

Professora passa mal durante o protesto no Centro Cívico.

Para analistas, governador comprometeu seu capital político irreversivelmente **Página 5**

Agentes penitenciários, servidores da saúde e professores mantêm greve **Página 13**

APP-SINDICATO
O governador Beto Richa jogou policiais da tropa de choque contra o funcionalismo público. **Página 6**

BETO RICHÁ
Incidentes tiveram origem na irresponsabilidade, na leviandade e no extremismo de grupos radicais. **Página 7**

Homem é carregado por grupo de servidores após ser ferido.

Três empresas de Curitiba

ANEXO Q - JORNAL GAZETA DO POVO – PLACAR

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 30 de abril de 2015, p. 04.

PLACAR

Veja como votaram os deputados estaduais, em segunda votação, no projeto de reforma da Paranaprevidência.

31 A FAVOR

Alexandre Curi PMDB	Alexandre Guimarães PSC	André Bueno PDT	Artagão Jr. PMDB	Bernardo Ribas Carli PSDB
Claudia Pereira PSC	Cobra Repórter PSC	Cristina Silvestri PPS	Dr. Batista PMN	Elio Rusch DEM
Evandro Jr. PSDB	Felipe Francischini SD	Fernando Scanavaca PDT	Francisco Böhrer PSDB	Guto Silva PSC
Hussein Bakri PSC	Jonas Guimarães PMDB	Luiz Carlos Martins PSD	Luiz Claudio Romanelli PMDB	Marcio Nunes PSC
Maria Victoria PP	Mauro Moraes PSDB	Mis. Ricardo Arruda PSC	Nelson Justus DEM	Paulo Litro PSDB
Pedro Lupion DEM	Plauto Miró DEM	Schiavinato PP	Tiago Amaral PSB	Tião Medeiros PTB
Wilmar Reichembach PSC				

20 CONTRA

Adelino Ribeiro PSL	Ademir Bier PMDB	Anibelli Neto PMDB	Chico Brasileiro PSD	Evandro Araújo PSC
Gilberto Ribeiro PSB	Gilson de Souza PSC	Marcio Pacheco PPL	Marcio Pauliki PDT	Nelson Lumen PDT
Nereu Moura PMDB	Ney Leprevost PSD	Palozi PSC	Pastor Edson Praczyk PRB	Péricles de Mello PT
Professor Lemos PT	Rasca Rodrigues PV	Requião Filho PMDB	Tadeu Veneri PT	Tercilio Turini PPS

2 NÃO COMPARECERAM

Mara Lima PSDB	Paranhos PSC
-------------------	-----------------

NÃO VOTOU

Ademar Tralano PSDB

*Como presidente, Ademar Tralano (PSDB) só vota em caso de empate.

ANEXO R - JORNAL GAZETA DO POVO – CENTRO CÍVICO

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo' em 30 de abril de 2015, pp. 06 e 07.



ANEXO S - JORNAL GAZETA DO POVO – LUTO

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo' em 01 de maio, capa.



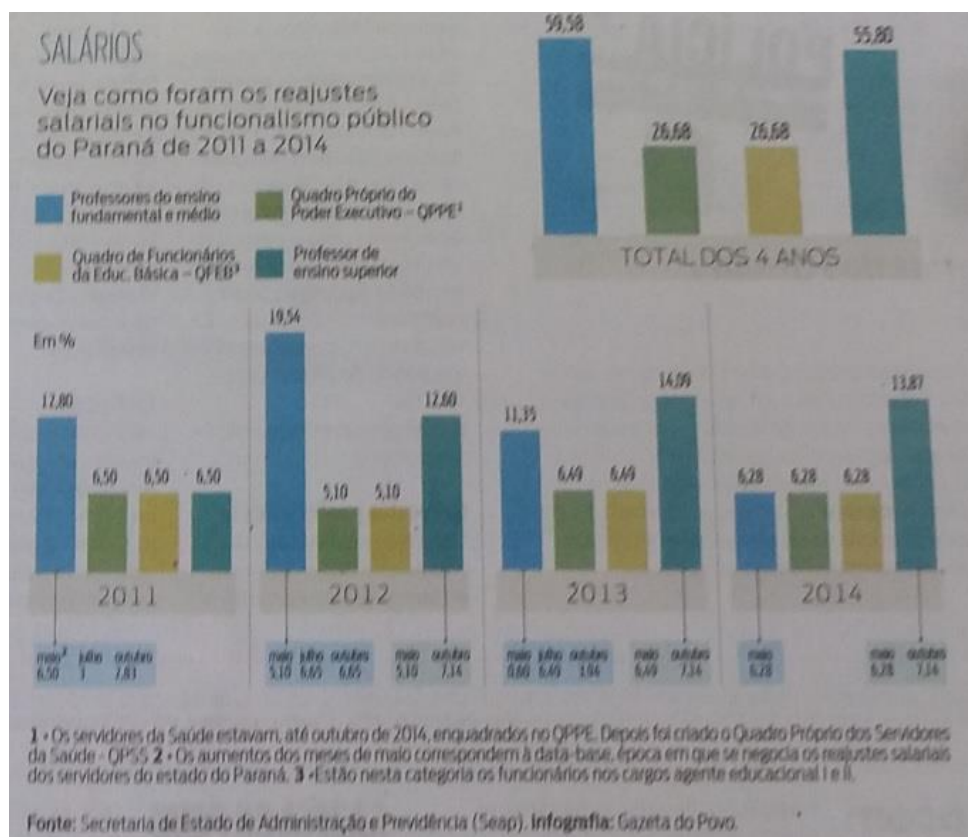
ANEXO T - JORNAL GAZETA DO POVO – CENAS DE BATALHA

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo' em 30 de abril de 2015, p. 08.



ANEXO U - JORNAL GAZETA DO POVO – SALÁRIOS

Reportagem publicada pela 'Gazeta do Povo', em 08 de maio de 2015, p. 04.



ANEXO V - JORNAL GAZETA DO POVO – HISTÓRIA

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 10 de maio de 2015, p. 13.

HISTÓRIA
Entenda como os governos de Lerner, Requião e Richa influenciaram na situação da ParanaPrevidência atualmente.

ERA LERNER
1995-2002
O governo do Paraná cria a ParanaPrevidência, em um modelo de segregação de massa – que se opõe ao modelo de repartição simples adotado pelo antigo Instituto de Previdência do Estado (IPE). No novo modelo, existem dois fundos, o financeiro e o previdenciário.

Modelo

	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário
Modelo	Repartição simples; gera custos ao governo do estado.	Regime de capitalização; pode reduzir custos ao governo no longo prazo.
A quem serve	Banca aposentadoria de pessoas já aposentadas à época (até 1998), homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos.	Banca a aposentadoria de novos servidores (a partir de 1998) e de homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45.
Futuro	Tendência de extinção no longo prazo (30 anos). Deficitário.	Tendência a absorver todos os servidores no longo prazo. Superavitário.

A vantagem do modelo de segregação é que, no longo prazo, alivia o caixa do governo do estado de pagar as aposentadorias. Entretanto, ele compromete mais o caixa do estado nos anos iniciais, pois exige um investimento do governo para que seja sustentável.

ERA REQUIÃO
2003-2010
Após eleito, Requião toma algumas decisões políticas quanto à ParanaPrevidência:

- Determina que a capitalização dos recursos seja feita por meio de investimentos em títulos públicos. Proíbe, portanto, o investimento no mercado de ações.
- Reduz a taxa de contribuição para 10% do salário – abaixo da contribuição mínima do INSS, de 11%.
- Extingue a contribuição de inativos.

Falta de repasses
Além dessas decisões, Requião deixou de fazer repasses obrigatórios à ParanaPrevidência.

R\$ 7 bilhões
é o quanto o Fundo Previdenciário teria a mais se os repasses fossem feitos. Inclui os primeiros dois anos de Beto Richa (2011-2012).

PRIMEIRA ERA RICHÁ
2011-2014
No primeiro ano, Richa mantém a determinação de não investir no mercado de ações, a taxa de contribuição em 10% e a isenção de inativos. Para recuperar o equilíbrio entre os dois fundos, em 2012, sanciona lei que repassa parte dos contribuintes do fundo financeiro para o fundo previdenciário.

Fundo Financeiro

- Paga a aposentadoria de servidores que entraram no serviço público antes de 2003.

Fundo Previdenciário

- Paga a aposentadoria de servidores que entraram no serviço público depois de 2003.

Com isso, a maioria dos aposentados do Paraná passaram a ser pagos pelo fundo financeiro, para que o fundo previdenciário pudesse ser capitalizado e reequilibrado.

Isso, porém, fez com que o governo do estado tivesse que arcar com as aposentadorias da maioria dos servidores – o que ajudou a deteriorar as contas do governo.

R\$ 250 milhões ao mês era o custo do fundo financeiro para o caixa do governo do estado.

No final do mandato, Richa elevou a taxa de contribuição novamente para 11% e retomou a contribuição de inativos.

SEGUNDA ERA RICHÁ (2015)
Em meio a uma forte crise de caixa, governo decide rever as mudanças feitas em 2012. A primeira proposta, que acabou retirada após forte pressão dos servidores, era extinguir o fundo previdenciário. Na prática, em três anos o caixa do estado passaria a arcar com todas as aposentadorias – e a ParanaPrevidência voltaria à estaca zero.

Uma segunda proposta, aprovada no dia 29 de abril, modifica novamente a estruturação dos dois fundos.

Fundo Financeiro

- Banca as aposentadorias de servidores que ingressaram antes de 2003 e dos aposentados com menos de 73 anos.

Fundo Previdenciário

- Banca as aposentadorias de servidores que entraram no serviço público depois de 2003 e dos aposentados com mais de 73 anos.
- Recebe novos aportes a partir de 2021.

29 anos é o prazo de solvência da proposta em seu modelo original. Com a inclusão de novos aportes, o prazo é de mais de 35 anos. Ao fim desse período, a ParanaPrevidência volta à estaca zero.

R\$ 140 milhões é a economia mensal do governo do estado com essa medida.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ANEXO W - JORNAL GAZETA DO POVO – COMPROMISSOS

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 13 de maio de 2015, p. 04.

COMPROMISSOS

Veja a situação dos itens acordados na negociação que culminou na suspensão da greve em março, conforme o governo e a APP-Sindicato

✓ cumpriu ✗ não cumpriu ➡ cumpriu parcialmente ⓘ aguardando prazo

Compromissos	Governo	APP-Sindicato
Promover amplo debate sobre mudanças na previdência	✓	✗
Autorizada liberação para mestrado e doutorado tanto para prorrogação quanto para novos pedidos	✓	✓
Depois da reunião, APP se comprometeu a fazer assembleia em 9 de março	✓	✓
Distribuir carga horária menor do que 26 aulas aos professores sob contrato temporário PSS	✓	✓
Emitir ordem de serviço para novos professores	✓	✓
Fazer revisão no porte das escolas – levantamento que define número de funcionários	✓	➡
Manter projetos educacionais como Celem, treinamento desportivo e outros	✓	➡
Não apresentar PLs que suprimam direitos dos servidores	✓	✓
Nomeação de 5.985 professores e pedagogos aprovados no último concurso	✓	✓
Pagar neste ano sob demanda duas parcelas do fundo rotativo em atraso de 2014	✓	✓
Pagar R\$ 9 milhões em parcelas pendentes de convênios com Apaes	✓	✓
Pagar terço de férias em atraso até o dia 31 de março	✓	➡
Pagar verbas rescisórias aos PSSs até 24 de fevereiro	✓	✓
Regularizar pagamento do auxílio-alimentação	✓	➡
Implantação das progressões e promoções pendentes em maio a funcionários e junho a professores	ⓘ	ⓘ
Retirada de licenças especiais ficam suspensas até julho deste ano	ⓘ	ⓘ
Retomada do programa PDE no segundo semestre	ⓘ	ⓘ

Fonte: Seed, Casa Civil e APP-Sindicato. Infografia: Gazeta do Povo.

ANEXO X - JORNAL GAZETA DO POVO – FUNCIONALISMO PÚBLICO E A GREVE

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 23 de maio de 2015, p. 04.

FUNCIONALISMO PÚBLICO E A GREVE

Veja como está a situação de cada categoria em relação à greve geral dos servidores do Paraná

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES	POSIÇÃO DA PASTA RESPONSÁVEL
Professores Ativos Primeira fase: 09/02 a 09/03 Segunda fase: 27/04 - Reajuste de 8,07% na data-base (inflação) - Pagamento pela maior habilitação aos PSSs - Força de Escola (condições de trabalho) - Concurso Público para professores e funcionários - Plano de saúde (SAS) - Não punições e faltas aos participantes da greve - Calendário único de reposição	Secretaria de Educação (Seed): a pasta informa que fez um apelo para os professores retornarem para as salas de aula. Com o retorno, o órgão encerrará negociações e negociações. Sobre as questões salariais, a informação repassada foi que elas são negociadas diretamente com o governo.
Universidades* - Reajuste de 8,07% na data-base (inflação) - Custeio das universidades - Contratação dos docentes e funcionários já concursados - Aumento na remuneração por titulação - Revisão da lei da Parana Previdência - Punição dos responsáveis pela operação policial do 29 de abril	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti): órgão diz que sempre manteve o diálogo aberto com representantes dos sindicatos. A pasta diz que está acompanhando a mobilização geral, que foge de uma definição somente da secretaria.
Agentes penitenciários Ativos 23/05 - Reajuste de 8,07% na data-base (inflação) - Melhores condições de segurança - Fim da superlotação nas penitenciárias - Reformas em unidades prisionais - Reposição do dinheiro do Fundo Penitenciário	Secretaria de Segurança Pública (Sesep): órgão defende que tem investido em segurança para os agentes. A pasta cita como exemplo a regulamentação do porte de armas e a manutenção em unidades. Durante a greve, Sesep diz que haverá um esforço para que serviços não sejam afetados.
Meio ambiente Ativos 25/05 - Reajuste de 8,07% na data-base (inflação) - Concurso público para recomposição dos quadros de pessoal - Pagamento de horas extras, promoções e progressões pendentes - Melhores condições salariais e alimentação - Melhores condições de trabalho	Secretaria do Meio Ambiente: secretaria está em viagem e pasta informou não ter posicionamento sobre a greve até o momento.
Saúde** - Reajuste de 8,07% na data-base (inflação) - Regulamentação do plano de compensação do dia trabalhado em feriado - Resposta da justificativa para recompor perda de 35,5% - Coneção dos erros no plano de carreira - Garantia da jornada de 30 horas semanais - atualmente carga horária é de 40 horas	Secretaria de Saúde (Sesa): pasta diz que não há qualquer item de reivindicação pendente e se necessário negociação. Pista disse, segundo o órgão, que as últimas greves da categoria não tiveram nenhum efeito nos atendimentos em todos os hospitais e regiões administradas pela Sesa no estado.

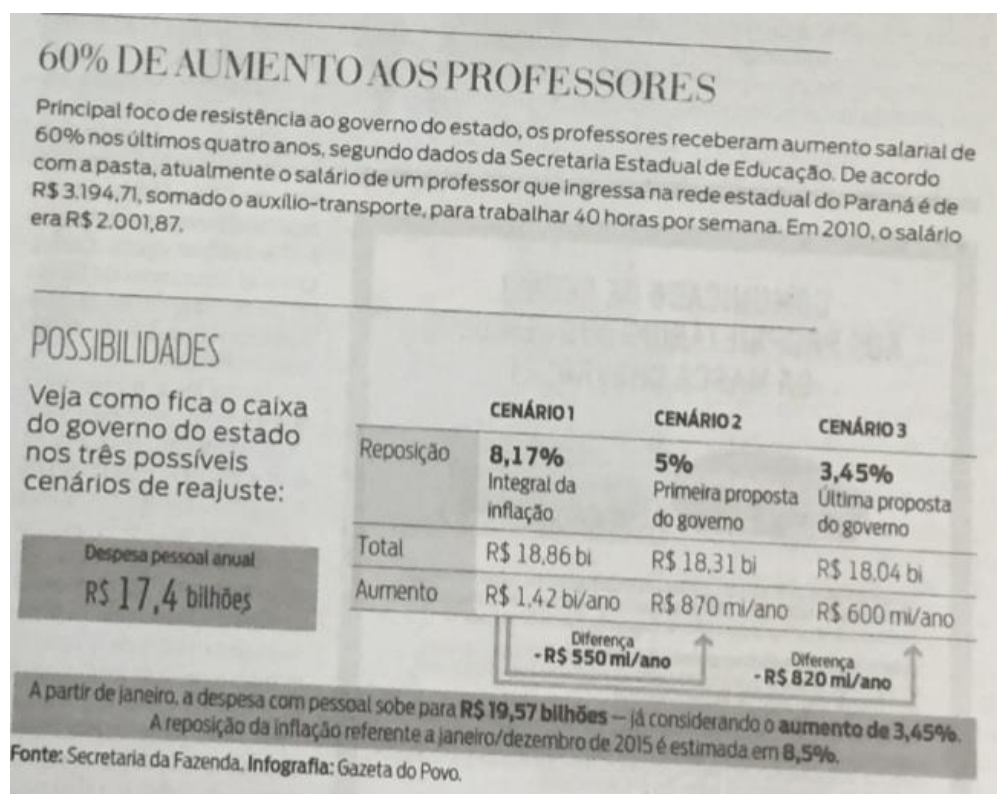
*Greves tiveram início em datas diferentes, a maior parte delas também teve duas fases com datas próximas às dos professores da rede básica.

**Paralisações previstas para os dias de votação do pleito na Alerj.

Fonte: Redação, infografia: Gazeta do Povo.

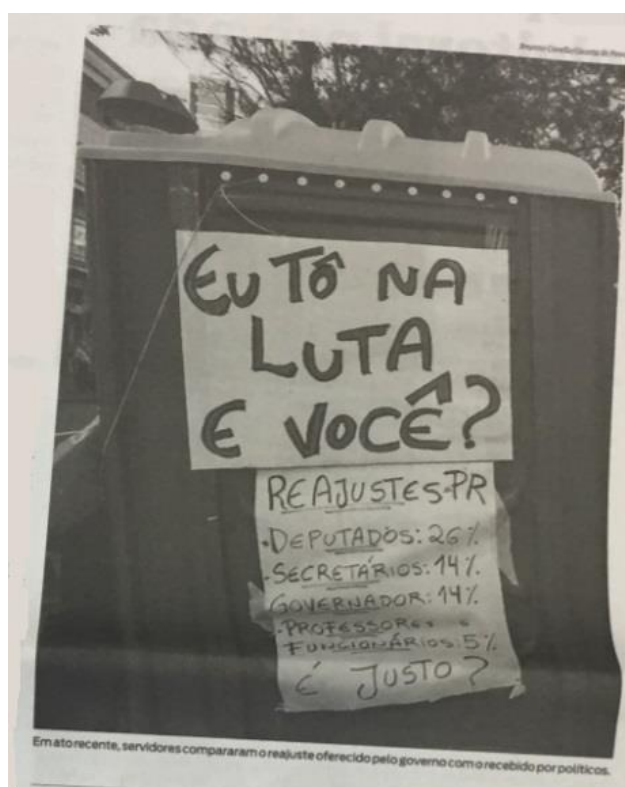
ANEXO Y - JORNAL GAZETA DO POVO – 60% DE AUMENTO

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 28 de maio de 2015, p. 15.



ANEXO Z - JORNAL GAZETA DO POVO – EU TÔ NA LUTA

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 28 de maio de 2015, p. 15.



ANEXO A1 - JORNAL GAZETA DO POVO – RICHA CULPADO

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 29 de junho de 2015, p. 04.

Vida e Cidadania

» OPINIÃO PÚBLICA

Para 60%, Richa é culpado pelo confronto entre PM e professores

Denise Cortes/Gazeta do Povo



No dia 29 de abril, a tropa de choque da PM avançou sobre os manifestantes que protestavam contra o projeto que reformou a Parana Previdência.

Responsável

Para 60% dos entrevistados, Richa é o responsável pela "batalha" do Centro Cívico. O ex-secretário da Segurança Pública, Fernando Francischini, aparece com 4,8%. Bueno acredita que a população tem uma visão concreta de que as decisões mais delicadas do governo têm envolvimento direto dos principais atores do executivo estadual.

"O governo não tem como se esquivar da responsabilidade. A população também tem consciência que tanto o ex-secretário como a polícia são apenas funcionários", comenta. Só 5% dos entrevistados viram alguma responsabilidade por parte dos professores. O levantamento também apontou que para 80% dos entrevistados as explicações e respostas concedidas pelo governo do estado após o dia 29 de abril não foram suficientes.

A assessoria do governador informou que vai aguardar o resultado das apurações sobre o episódio para se manifestar. A Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária acompanhou a posição do Palácio Iguaçu. A assessoria da PM informou que nem o comandante geral nem o subcomandante podem se manifestar antes do fim da apuração. O segundo presidente do inquérito em andamento e o primeiro deve determinar a postura da PM ao fim da investigação.

No dia 29 de abril, os professores da rede estadual protestaram contra a votação do projeto do governo do estado que reformou a Parana Previdência. Naquela data, a APP-Sindicato divulgou que 22 mil pessoas participaram das manifestações. A prefeitura de Curitiba, que ajudou no socorro aos manifestantes, informou que mais de 200 pessoas haviam ficado feridas.

Levantamento da Paraná Pesquisas em 58 cidades aponta que metade dos entrevistados teve abalada a confiança na Polícia Militar

Diego Ribeiro

Dois meses depois da "batalha" do Centro Cívico, no dia 29 de abril, levantamento da Paraná Pesquisas aponta que metade da população paranaense teve a confiança abalada na Polícia Militar (PM) após o confronto com os professores. Seis de cada 10 entrevistados responsabilizam o governador Beto Richa pelo episódio.

O estudo mostra ainda que para quase 70% dos entrevistados (veja o gráfico nesta página) a ação da polícia não foi correta mesmo se a presença dos blocos fosse comprovada. Naquela época, Beto Richa alegou que a ação da PM tentou conter e prender integrantes do movimento.

Incomendada pela *Gazeta do Povo*, a pesquisa ouviu 1.344 moradores do Paraná maiores de 16 anos em 58 municípios do estado entre os dias 20 e 24 de junho de 2015. A margem de erro é de 2,5%.

Na avaliação do sociólogo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) César Bueno, a PM, que já não gozava de boa imagem, foi mais exposta ainda no dia 29 de abril. Para 51,3% dos entrevistados, a ação afetou a confiança na instituição. "Todos os serviços públicos estão abaixo da crítica, mas a PM externou a violência do estado naquele dia", diz Bueno.

Segundo ele, a atuação da PM reforçou ainda mais a desconfiança no setor público. Para o sociólogo, a pesquisa revela que a população não defende a tese de que a violência de supostos manifestantes agressivos possa ser combatida com mais violência. "O fato de que possa ter havido presença dos blocos não justifica a ação", diz.

Saldo da "batalha"

Maior parte dos paranaenses acredita que o governador Beto Richa foi o maior responsável pelo conflito do 29 de abril, segundo consulta popular do Instituto Paraná Pesquisas. Maioria também acha que, mesmo se houvesse blocos na manifestação, a Polícia Militar não agiu de forma correta.

Ação no Centro Cívico afetou sua confiança na Polícia Militar?

Sim	51,3%
Não	44,5%
Não tem opinião definida	4,2%

A Polícia Militar poderia ter evitado o confronto durante os protestos?

Sim	73,6%
Não	23,6%
Não tem opinião definida	2,8%

Quem foi o maior responsável pelos excessos que ocorreram nas manifestações que antecederam as votações na ALEP?

Beto Richa	60,6%
Outros fatores	22,0%
Não sabe	8,3%
Pontos de vista em conflito	9,1%

OUTROS FATORES

Professores	5,1%
Polícia Militar	5,0%
Francischini	4,8%
Blocos	1,8%
Outros	4,6%
Ninguém	0,7%

Os professores poderiam ter evitado também?

Sim	67,0%
Não	29,2%
Não tem opinião definida	3,8%

Segundo o governo, blocos na manifestação justificariam a ação policial. Mesmo assim, a polícia agiu de forma correta?

Sim	25,1%
Não	69,1%
Não tem opinião definida	5,8%

As explicações do governo estadual sobre a ação da Polícia Militar no Centro Cívico foram suficientes?

Sim	11,8%
Não	80,1%
Não tem opinião definida	6,1%

Fonte: Paraná Pesquisas. **Metodologia:** A pesquisa ouviu 1.344 moradores do Paraná maiores de 16 anos em 58 municípios do estado entre os dias 20 e 24 de junho de 2015. A margem de erro é de 2,5%. **Infografia:** Gazeta do Povo.

PERCEÇÃO

Os dois lados poderiam ter evitado o confronto, indica pesquisa

Quase 74% dos entrevistados entendem que a Polícia Militar poderia ter evitado a "batalha" do Centro Cívico. Segundo o levantamento da Paraná Pesquisas, 23,6% acreditam que não havia o que a polícia fazer para evitar. Para o presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar (Para), Orleão Fontana, faltou diálogo dos dois lados para evitar a ação, que deixou mais de 200 feridos. Mas, segundo ele, uma posição concreta só pode ser avaliada após o resultado dos inquéritos que apuram o episódio. Apesar disso, ele resalta que as outras secretarias envolvidas no processo poderiam ter trabalhado mais para evitar o ponto a que chegou a discussão sobre a mudança na Parana Previdência.

Professores

A pesquisa mostra, no entanto, uma contradição. Ao mesmo tempo que os entrevistados apontam que a PM poderia ter evitado o confronto, boa parte (67%) defende a tese de que os professores também poderiam ter feito algo para evitar a "batalha". O sociólogo César Bueno interpreta que as respostas mostram que a população entende que furar a barreira policial pode ter sido um ato de afronta que contribuiu para desencadear o problema. "Mas é um dado contraditório".

Uma das diretoras da APP-Sindicato, órgão que representa os professores, Marlei Fernandes, entende que a pesquisa demonstra que as pessoas, de uma forma geral, querem que a violência seja evitada a qualquer custo. "Mas com o passar do tempo, a população vai avaliando de forma mais concreta o que aconteceu. Esses dados são importantes", explica. Para ela, os professores nada poderiam fazer, pois a ação violenta partiu apenas da Polícia Militar.

Inauguração de ciclovia na Paulista atrai ciclistas e protestos anti-PT

A inauguração da ciclovia na Avenida Paulista, região central de São Paulo, atraiu neste domingo (28) milhares de ciclistas. Segundo a Polícia Militar, às 10 horas havia mais de 2 mil pessoas com bikes na área. A via segregada para bicicletas tem cerca de quatro quilômetros de extensão e registra intenso movimento no seu primeiro dia de funcionamento oficial.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), exaltou o "símbolo de qualidade de vida" e disse que esta é uma política que "deveria ser abraçada por todos os partidos". Diversos ciclistas que se dirigiram ao local carregavam balões brancos. O início do tráfego na ciclovia, no entanto, também ocorreu sob protestos de diferentes grupos.

Durante a madrugada, tinta azul foi jogada em um trecho da via próximo ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mas foi retirada após limpeza da prefeitura. Outros movimentos estenderam faixa de "Fora PT".

MEIO AMBIENTE

Para

Estudo indica modelo de gestão usado por privado no setor público

Katia Bromberg

O governo do Rio de Janeiro está avaliando a possibilidade de contratar uma empresa privada para a gestão do sistema de coleta de lixo na cidade de Nova Friburgo. Segundo o estudo, a diversidade das empresas privadas que trabalham no setor de coleta de lixo poderia melhorar a qualidade do serviço. O estudo foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes) e pelo Instituto de Planejamento e Gestão (IUPERJ).

ANEXO B1 - JORNAL GAZETA DO POVO – GOVERNO PARABENIZA PM'S

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 04 de julho de 2015, p. 11.

11 GAZETA DO POVO
SABADO 4 DE JULHO DE 2015

Vida Pública

» INVESTIGAÇÃO



Praça de guerra: manifestante se joga no chão para não ser atingido pelas balas de borracha usadas por policiais na operação.

Governo parabenizou PMs da 'Batalha do Centro Cívico'

Ministério Público sustenta ainda que Beto Richa respaldou e aprovou as ações da polícia, que deixaram 213 feridos no dia 29 de abril

Rui Mendes Lucas Garcia

OUTROLADO

Os advogados de Richa e a Procuradoria-Geral do Estado, responsáveis pela defesa dos agentes públicos do Executivo, afirmam que o Ministério Público (MP) não permitiu a investigação sobre o dia 29 de abril. Para eles, o MP violou o direito constitucional ao contraditório e os princípios do devido processo legal ao propor ação civil pública contra o tucano e mais cinco pessoas.

pronta a assegurar a qualquer custo a efetivação de um ato de imediato interesse do governador", diz o texto.

Ao fugir de suas responsabilidades constitucionais como governador", Richa teria adotado, para o MP, a construtiva atitude de governantes de afirmar que "de nada sabiam", tentando se distanciar de sua "inafastável posição constitucional de comandante maior das polícias".

Força desproporcional

Conforme depoimentos e imagens colhidos durante a investigação, o MP sustenta que o emprego da força policial foi "absolutamente desproporcional" e, em muitos momentos, "absolutamente desnecessário". "Os manifestantes eram perseguidos em fuga, feridos, ofensivamente alcançados com tiros de cassetetes, bombas e armas químicas em perímetros inimagináveis (...), como se lhes quisessem dar uma antedemocrática 'lição'", descreve a ação.

Segundo o MP, a maioria dos feridos tinha mais de 30 anos e não ofereceu qualquer enfrentamento à polícia. Mesmo os jovens que resistiram ao avanço da PM, diz o documento, usavam panelas e folhas de eucatex como escudo e estavam desarmados. Tanto que apenas cinco policiais se feriram levemente. "A 'Operação Centro Cívico' periclitou a vida de milhares de pessoas, com evidente desvio de finalidade, como pessoal ato de desmedido emprego da força."

"Uma tropa treinada e qualificada, [que] debia de cumprir recomendações técnicas inquestionáveis, é porque pouco se importaram seus comandantes para a ocorrência de tão funesto resultado. Não se admira, portanto, as condecorações imediatas, logo após os fatos, no próprio Palácio Iguaçu."

Ação do Ministério Público do PR.

"Os réus utilizaram as forças policiais não como unidades de segurança pública, mas como se se tratasse de autêntica 'guarda palaciana', pronta a assegurar a qualquer custo, a efetivação de um ato de imediato fulcral interesse do governador e de cega e ilegal obediência pelos demais réus."

EM DESACRATO

A Associação de Defesa dos Direitos das Polícias Militares do Paraná (Amal) emitiu nota em desacordo com o MP. Na nota, a Amal culpa Francischini pela ação.

Reunião dos membros do Partido Nazista no Paraná antes da Segunda Guerra Mundial. Até 1938, os nazistas viviam no Brasil sem serem perturbados pelas forças oficiais. O sossego acabou com o surgimento do Estado Novo.

Depu governa a Imprensa

Os de "apac" pelo g nas re locais gover

DO PS

Cob tag na c cõe

DO

ANEXO C1 - JORNAL GAZETA DO POVO – ONDA DE GREVES

Reportagem sobre publicada pela 'Gazeta do Povo', em 05 de julho de 2015, p. 04.

4 GAZETA DO POVO
DOMINGO, 5 DE JULHO DE 2015

www.gazetadopovo.com.br
FOTOGRAFIA: MARCO ARAUJO/AGÊNCIA VALÉRIO
FOTOGRAFIA: MARCO ARAUJO/AGÊNCIA VALÉRIO

Vida e Cidadania

» FUNCIONALISMO

Onda de greves expõe insatisfação de docentes

Até mesmo o Mato Grosso do Sul, que paga um dos maiores salários aos docentes da rede estadual com licenciatura, enfrentou greve. Já, uma das reivindicações era aumentar a remuneração inicial do início de carreira, para professores com nível médio (magistério), que estava abaixo do piso nacional vigente, de R\$ 1.917,78 para a jornada de 40 horas semanais. No Tocantins, onde os docentes com licenciatura também têm remuneração mais alta, a greve teve início em 8 de junho.

No geral, entretanto, os estados que enfrentaram greve estão entre os que pagam salários aos docentes abaixo da média nacional: Acre (ainda com paralisação), Goiás, Paraná, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Pará e Santa Catarina.

Segundo a CNTE, o número de greves neste ano pode se igualar ao de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o pagamento do piso era constitucional aos docentes de 16 estados cruzaram os braços para exigir o benefício. Além dos 11 estados já citados, em Mato Grosso e Rio Grande do Sul há indicativo de greve, que pode começar em agosto.

"Alguns estados não fizeram o reajuste do piso no começo do ano e houve uma ofensiva muito grande dos governos na tentativa de tirar direitos. As greves foram reação", diz Marta. Em todo o Brasil, governadores alegaram que não tinham recurso para pagar reajustes e se disseram vítimas da crise econômica. "Mas não dá para entender como alguns estados pobres conseguiram pagar o piso de 2015, como Rondônia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, e os estados ricos não. A crise não é igual para todo mundo?", questiona a secretária-geral da CNTE.

Paraná, porém, aparece melhor colocado quando comparado com os demais estados do Sul e Sudeste. A reportagem da *Gazeta do Povo* consultou o valor do salário-base dessas sete regiões para a jornada de 20 horas, e o do Paraná é o terceiro maior: R\$ 1.236,62. Foram considerados os valores vigentes em junho.

Mas não é só a questão salarial que motivou as paralisações de docentes. Segundo a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli, a possibilidade de perder direitos já conquistados também pesa. "A primeira paralisação no Paraná, aliás, foi justamente para barrar o andamento de um projeto que previa perda de direitos", diz.

"A primeira paralisação no Paraná, aliás, foi justamente para barrar o andamento de um projeto que previa perda de direitos."

Marta Vanelli, secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Estados precisam cuidar com o efeito dominó

«O grande problema para os governos estaduais é que o reajuste de uma categoria, como a dos professores, dá sinal verde para que outros servidores peçam o mesmo. O alerta é do secretário-geral da associação Contas Abertas, Gil Castello Branco.

Ele ressaltou que o momento é mesmo de dificuldade econômica, e que a despesa com funcionalismo em todo o Brasil corresponde a 14% do Produto Interno Bruto (PIB). "Com a economia em recessão, a arrecadação de impostos cai. Sem aumentar a receita, é preciso cortar despesa", observa.

O freio nos reajustes salariais, porém, deveria vir "do andar de cima", pondera ele. "No começo do ano houve reajuste da remuneração da cúpula dos Três Poderes. Quando isso ocorre, é uma senha para que outras categorias sejam contempladas." (RF)

Além do salário, a possibilidade de perda de direitos conquistados também motivou professores de vários estados a entrarem em greve.

SALÁRIO DOS DOCENTES

O MEC criou um fórum para acompanhar o pagamento do piso salarial dos professores, o que vai facilitar a comparação entre os estados. Por enquanto, os dados disponíveis revelam esta situação:

PROFESSORES EM GREVE X REMUNERAÇÃO

Motivados por questões salariais ou perda de direitos, educadores de várias partes do país fizeram greve neste ano. Veja onde foi e qual a remuneração por hora em cada estado, conforme calculado pelo portal G1.

REVENIMENTAÇÃO POR HORA em R\$

● estados onde houve greve

● greves que já acabaram

● greves que ainda estão acontecendo

● indicativo de greve

REVENIMENTAÇÃO POR HORA em R\$

1. Mato Grosso do Sul 24,96

2. Distrito Federal 24,12

3. Mato Grosso 23,76

4. Tocantins 22,18

5. Roraima 22,18

6. Amapá 21,35

7. Amazonas 20,43

8. Espírito Santo 18,83

9. Rio de Janeiro 18,43

10. Rio Grande do Norte 16,78

11. Acre 16,76

12. Alagoas 16,57

13. Piauí 16,47

14. Goiás 16,06

15. Rondônia 15,61

16. Maranhão 15,46

17. Paraná 15,46

18. Minas Gerais 15,16

19. São Paulo 15,10

20. Rio Grande do Sul 14,57

21. Paraíba 13,30

22. Pernambuco 12,73

23. Sergipe 12,15

24. Ceará 12,05

25. Pará 12,05

26. Bahia 12,04

27. Santa Catarina 11,99

SITUAÇÃO NO SUL E SUDESTE

EVOLUÇÃO HISTÓRICA
de 2003 a 2012, em %

Nota técnica do Dieese que avalia os salários médios dos professores da educação básica na rede pública mostra que no Paraná o incremento entre 2003 e 2012 foi de 157%, bem próximo à média nacional (153%).

SALÁRIO BASE ATUAL em R\$

Levantamento da *Gazeta do Povo* mostra o salário-base dos professores com licenciatura no Sul e Sudeste para jornada de 20 horas.

*Levantamento feito pelo portal G1 entre maio e junho com salários vigentes, tendo como base salário-base de professor com licenciatura

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

FORUM

OMECE criou um fórum para acompanhar o valor do piso pago aos professores. Para a CNTE, confederação da categoria, que participará do grupo, o mais importante é definir diretrizes mínimas para a carreira. "Qual é a dispersão da carreira? Quanto vai haver de aumento desde o ingresso até a aposentadoria? É preciso esclarecer esses e outros pontos", diz Marta Vanelli, secretária-geral da CNTE.

ANÁLISE

Comparação não leva em conta benefícios

«O coordenador do grupo de pesquisa Observatório da Remuneração Docente, Marcos Bassi, explica que é difícil comparar o salário dos professores porque, além do salário-base, outras gratificações e benefícios completam a remuneração. "Todas as redes, dos 27 estados e dos 557 municípios têm autonomia para definir a remuneração. Há a lei de piso, mas ela só vale para o salário inicial", diz.

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, já deu declaração à imprensa questionando a comparação do salário inicial. Pesquisadores, porém, tentam avaliar as várias situações para propor subsídios de políticas públicas. "A remuneração não tem uma relação direta com a qualidade do ensino, mas no longo prazo vai atrair formandos mais qualificados, interessados na carreira, e isso sim vai impactar no ensino ofertado", diz Bassi.

Para Andréa Barbosa Gouveia, pesquisadora do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) da UFPR, a remuneração é fundamental para a valorização do docente, uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). "Se tenho uma perspectiva que predizemos da educação como estratégia de desenvolvimento, a equação salarial com outras categorias também é importante, por reconhecer e manter a dignidade do trabalho", observa.

RELACIONAMENTO

O ar

A popularização de aplicativos de relacionamento indica uma mudança na dinâmica das interações.

Carolina Pompeu

Todos os dias, Tini, 22 anos, faz o que chama de "rapacidade de síndica". Celular em polegar devotado, a moça avisa que a tela do celular desliza o dedo para a direita, mais para a esquerda, para a direita, para a esquerda. É através desse jogo de cintura que ela consegue manter o controle sobre o celular. Tatiana utiliza aplicativos online para manter o controle sobre o celular, há meses, já perdendo quantos "likes" ganhou para o "Match" (quando os curtidos aparecem, então, os usuários entram em contato). Desde o surgimento de aplicativos de relacionamento, a vida social mudou. Até as